



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO
E FEMINISMO**

ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA

**AS MULHERES NO TRABALHO E O TRABALHO DAS
MULHERES: UM ESTUDO SOBRE AS MULHERES
FUMAGEIRAS DO RECÔNCAVO BAIANO**

SALVADOR – BAHIA

2011

ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA

**AS MULHERES NO TRABALHO E O TRABALHO DAS
MULHERES: UM ESTUDO SOBRE AS
TRABALHADORAS FUMAGEIRAS DO RECÔNCAVO
BAIANO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof^a Dr^a *Lina Maria Brandão de Aras*

SALVADOR – BAHIA

2011

-
- S586 Silva, Elizabete Rodrigues da
As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano / Elizabete Rodrigues da Silva . – Salvador, 2011.
251 f.: il.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo 2011.
1. Mulheres – Bahia. 2. Relação Homem- Mulher. 3. Mulheres – Trabalho. 4. Memória histórica – Bahia. I. Aras, Lina Maria Brandão de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIZABETE RODRIGUES DA SILVA

AS MULHERES NO TRABALHO E O TRABALHO DAS MULHERES: UM ESTUDO SOBRE AS TRABALHADORAS FUMAGEIRAS DO RECÔNCAVO BAIANO

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora.

Aprovada por:

Prof.^a. Dr.^a *Lina Maria Brandão de Aras* (Orientadora)
Doutora em História pela *Universidade de São Paulo, 1995*
Professora do Departamento de História e do PPGNEIM/FFCH/UFBA

Prof.^a. Dr.^a *Ana Alice Alcântara Costa*
Doutora em Sociologia Política pela *Universidade Nacional Autônoma de México – 1996*
Professora do Departamento de Ciência Política e do PPGNEIM/FFCH/UFBA

Prof.^a. Dr.^a *Inaiá Maria Moreira de Carvalho*
Doutora em Sociologia pela *Universidade de São Paulo – 1986*
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA

Prof.^o. Dr.^o *Raimundo Nonato Pereira Moreira*
Doutor em História pela *Universidade Estadual de Campinas – 2007*
Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Prof.^o. Dr.^o *Vitor de Athayde Couto*
Doutor em Estudos Rurais Integrados pela *Universidade de Toulouse-França*
Professor de Economia da Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 25 de março de 2011



À memória da charuteira que me inspirou, me motivou e me amou e que, por muitos anos sustentou sua prole e ressignificou sua vida fazendo charutos: minha amada mãe, **Benedita Rodrigues da Silva**.

Ao meu inesquecível irmão **Dernival** (*in memoriam*) que investiu em meus estudos desde a minha tenra idade e que sonhava em me ver “formada”. Não deu tempo lhe apresentar os frutos do seu nobre esforço, tudo que posso fazer agora é dedicar-lhe este trabalho.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de uma pesquisa acadêmica é composta por fases que nos permitem percorrer vários caminhos e envolver diversas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuem com a sua feitura, compartilhando conosco trabalho, ideias e sentimentos. Ao final, faz-se necessário registrar os nomes de algumas dessas pessoas, incluindo também as instituições, como uma forma de agradecimento. Contudo, a essência dos meus agradecimentos não cabe e não está expressa, apenas, em um conjunto de palavras que se segue, mas se revela intensamente na complexa subjetividade do meu ser, traduzindo-se numa imensurável gratidão por cada pessoa e instituição que fez e faz parte dessa minha experiência histórica.

Agradeço, com imenso apreço, à minha orientadora, Prof^a. Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras, pelo respeito com que tratou o processo de orientação, principalmente, compreendendo os limites que separam nossas concepções, desde as questões teórico-metodológicas à construção do objeto de pesquisa. Agradeço-lhe, pela compreensão num dos momentos mais difíceis de minha vida em que não pude corresponder às exigências da orientação e que, mesmo assim, na grandeza de sua humanidade, me ajudou a recomeçar como se ajuda a alguém dá os primeiros passos. Uma mulher que, ao viver as dores do parto, dar à luz sob a mão de uma boa parteira, jamais a esquecerá, assim é como eu me sinto diante desta orientadora.

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo**, pelo acolhimento e pela dignidade do tratamento que tem me dispensado em todos esses anos de convivência acadêmica. Agradeço, em especial, às professoras **Cecília Sardenberg**, que na sua maturidade teórica me forneceu as bases das teorias feministas; **Iracema Brandão**, que a partir das discussões sobre gênero e trabalho me despertou para importantes leituras que levaram ao aprofundamento do tema; **Silvia Lúcia Ferreira**, sempre disponível, gentil e responsável com as solicitações das alunas e os encaminhamentos do Programa, quando estive na coordenação do mesmo; e, **Ana Alice Alcântara**

Costa, na sua notável responsabilidade no desempenho de suas funções acadêmicas, me conduziu com competência didática à reflexão do gênero em relação à história e do gênero em relação ao poder, bem como de forma inversa; na Coordenação do Programa, esta professora, tratou da minha “vida acadêmica” com total isenção, porém, com a humanidade que lhe é peculiar. Obrigada!

Agradeço, mais uma vez, à **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH da Universidade Federal da Bahia – UFBA**, por ter me acolhido e por fazer parte do seu corpo docente.

Agradeço à **Secretaria da Educação do Estado da Bahia**, pela concessão do meu afastamento para realização do curso e ao **Colégio Estadual Professor Edgard Santos**, onde faço parte do corpo docente, pelo apoio e compreensão nesses dias, tão difíceis, dedicados à finalização do texto.

Agradeço a **Faculdade Maria Milza – FAMAM**, pelo apoio incondicional, possibilitando flexibilizar a minha disponibilidade no trabalho e, sobretudo, investindo na organização do acervo documental das empresas fumageiras, bem como, permitindo de forma irrestrita o acesso à este acervo, que muito contribuiu para esta pesquisa.

Agradeço às **mulheres fumageiras** que ofereceram suas histórias para compor este texto e, assim, contribuir para a análise e reflexão da situação de outras mulheres, tanto nos espaços de trabalho como na vida privada. Através de suas histórias, também, pude escrever e entender a história de minha mãe e, por consequência, me faço presente nesta(s) história(s). Um dos encontros mais importantes da minha vida.

Agradeço às **amigas e amigos** que me apoiaram, incentivaram, forneceram materiais e acreditaram em minha proposição. Obrigada a todas e todos!

Andréa Jaqueira, companheira da mesma causa e luta – nossas teses.

Ana Maria Carvalho, professora e amiga sempre disponível para a luta.

Divanise Vieira, da reflexão filosófica às lições de vida – uma amiga.

Fabrcio Amorim, pelas letradas contribuições.

Hamilton Rodrigues, amigo de “fé”, irmão camarada.

Iole Vanin, sempre preocupada e disposta a ajudar: “a tese, como vai?”.

Ligia Santana, sua amizade é um grande presente neste momento.
Luzia Ferreira, em busca da mesma história, compartilha preciosidades.
Maria de Fátima, brava companheira! Sutilmente fez grandes coisas.
Mariana Brandão, seu abraço é abraço de mãe, dá apoio e segurança.
Marlene Vasconcelos me ofertou as pérolas da caminhada acadêmica.
Nádia Santana, companheira de trabalho sempre atenciosa.
Silmária Brandão, mulher guerreira, leal, sempre disposta a me apoiar.
Valdecira Aragão, amiga de outras histórias, mas sempre presente.
Valdicinéa Aragão, nossas conversas quebram a minha monotonia.

Agradeço à **minha família**, meu ponto de partida e de chegada. Aliás, meu porto seguro. A família é para mim a comunidade mais restrita em que vivo diariamente, aprendendo e partilhando “o saber viver”. É o lugar onde a articulação entre o exercício do poder e do amor se faz possível, além de ocorrer ao mesmo tempo. A cultura é incrível! É nesta minha família que experimento mais de perto o tecido das relações de gênero e com certa perspicácia exercito, de maneira incipiente, os princípios que regem o feminismo – autonomia, emancipação e liberdade. A luta é árdua, pois não é contra as pessoas, mas contra o “modelo” estruturado, por isso, acredita-se que, do outro lado, as pessoas (os homens) também sofrem.

Meu companheiro, **Raimundo**, pessoa paciente e compreensiva, sempre na vanguarda do cotidiano, disposto a ajudar para que tudo ocorra bem em minha vida. **Minhas filhas, meu filho, neto e neta** – também “uma questão de gênero”. Como mãe, é muito difícil explicar o sentimento que tenho por cada um de vocês. Tudo pela felicidade de vocês. **Nery, Day e Nina**, as mais importantes mulheres de minha vida, que tudo fazem para que eu realize meus ideais, desejo e luto para que vocês se emancipem da prisão do gênero. **Dene**, suas aulas de filosofia, sem dúvidas, me levam à reflexão sobre o mundo e o ser humano, mas é a admiração que tenho por você e a alegria de vê-lo se apropriando, com tanta maturidade, dos saberes das ciências e de sua própria vida que me fazem melhor. **Vinícius e Alice** chegaram para iluminar o meu ser que se encontrava sombrio e, verdadeiramente, me deram forças para continuar. Beijos da vovó.

Agradeço às **Deusas e os Deuses** da minha vida pela vida.

*Cada ser humano é a história de suas
relações sociais. Deste ângulo, a pessoa é
entendida como um ser relacional e histórico.*

SAFFIOTI, 1992

*Cada um sabe a dor
E a delícia
De ser o que é...*

CAETANO VELOSO

RESUMO

O presente tema de pesquisa “**As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as trabalhadoras fumageiras do Recôncavo Baiano**” objetivou estudar, no âmbito da história, a presença das mulheres trabalhadoras no contexto industrial fumageiro do Recôncavo baiano, no período que circunscreve a primeira metade do século XX, abarcando desde a instalação, o auge econômico dessa indústria até o início do agravamento da crise fumageira na região. Trata-se de uma presença que não é apenas numérica, mas que carrega as experiências vividas no trabalho, bem como, outros conteúdos e práticas engendradas social e culturalmente em seu tempo. Esta presença se expressa nas relações tecidas no âmbito do trabalho, denuncia a/uma natureza desse trabalho que se organizou a partir da “divisão sexual do trabalho”, tanto no âmbito dos estabelecimentos fabris quanto no trabalho a domicílio, sob os fundamentos das relações sociais patriarcais e que aqui foram compreendidas a partir de um “olhar” feminista respaldado na abordagem histórica e política de Palmero, Dahlerup e Costa. Foi, portanto, um exercício que exigiu pensar o tema a partir da perspectiva das próprias mulheres quando revisitavam suas memórias. É a partir da concepção de memória em Le Goff e Halbwachs que é possível entender que a história vivida e lembrada pelas pessoas deve ser compreendida como algo vivo socialmente, “com sentido”. Para adentrar a este campo, recorreu-se à fonte oral, bem como, à leitura dos documentos impressos, a partir de uma perspectiva feminista com base na Epistemologia *Standpoint* elaborada por Nancy Harstock e Sandra Harding. Partindo das experiências comuns das trabalhadoras, Thompson ofereceu a compreensão de que elas devem ser reconhecidas como um fenômeno construído historicamente no grupo. Mas, ao conceber que as experiências são gendradas buscou-se em Scott a noção de gênero como base para rejeitar o determinismo biológico e realçar o caráter relacional das definições de feminino-masculino, além de compreender o significado e a natureza da opressão das mulheres trabalhadoras. Para fazer a leitura da resistência empreendida pelas trabalhadoras contra a opressão e a exploração sofridas, baseou-se na concepção de poder em Foucault, ao entender que os indivíduos nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão, possibilitando compreender a atuação das trabalhadoras. Das fontes escritas examinadas, destacam-se as “Fichas de Registro de Empregados” das fábricas de charutos Suerdieck e C. Pimentel e uma série de imagens e documentos avulsos dispostos na FAMAM, APEB, Arquivo Público de São Félix e nos acervos particulares e pessoais, a exemplo dos Memoriais Anuais das Irmãs da Santa Cruz e das Carteiras de Trabalho e fotografias cedidas, na maioria, por seus familiares. Os caminhos percorridos partiram dos mais intangíveis e subjetivos para reconstruir a situação histórica e a vida das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano, identificando suas estratégias de sobrevivência e de resistência para vencer as necessidades materiais, a exploração no/do trabalho, a discriminação sexual regada de opressão, assim como a invisibilidade social, e tentar romper com a clausura da inferioridade a que eram submetidas na situação de mulheres naquela região.

Palavras chave: Mulheres; relações de gênero; relações de trabalho; memória; Bahia.

ABSTRACT

The present research, *Women at work and work of women: a study on tobacco women producers from Recôncavo Baiano*, had the proposal to study, in the historical field, the presence of women workers in the industrial context of tobacco in Recôncavo Baiano, in the first half of the 20th Century, period which involves the installation, the economic culmination and the beginning of the crisis aggravation of the tobacco in the region. This is not simply a numeric presence, because it brings lived experiences, as well as others subjects and practices which were developed social and culturally in their proper time. This presence is expressed in the relations framed in the work ambit. It also denounces a nature of this work, which was organized on the basis on the sexual division of the labor, as much in the heavy industry as in the domiciliary work, under the social basis of patriarchal relations, which is comprehended here through a feminist point of view, based on the historical and political approach by Palmero, Dahlerup and Costa. Therefore, it was an exercise that requires the consideration of the subject through the women in their proper perspective, when they revisited their memories. Based on the Le Goff and Halbwachs conception of memory, it is possible to understand that the history lived and remembered by people must be comprehended as something socially alive, which has a meaning. To enter this field, it was necessary to use oral data, as well as printed documents, through a female perspective based on *Standpoint* epistemology, elaborated by Nancy Harstock and Sandra Harding. Considering the common working women experiences, Thompson provided the comprehension according to which they should be recognized as a phenomenon historically built in the group. However, when the experiences are historically built, it is necessary to seek the notion of gender in Scott as a basis to reject the biological determinism and to reinforce the relational character of the female-masculine definition, beyond to comprehend the meaning and the nature of working women oppression. To read the working women resistance against the oppression and exploitation, this research relies on the power conception by Foucault, when he proposes that people do not ever represent an inert and passive target of power, but center of transmission, providing the comprehension of working women actions. From the written data, the following documents highlight: registration card of employees from Suerdieck and C. Pimentel cigar factories and an amount of images and sundry documents available at FAMAM, APEB, São Félix Public Archive and in private and personal inventory, such as Annual Memorials of the Santa Cruz Sisters and Work Cards and photographs given, most of the time, by their relatives. The most unachievable and subjective paths were taken in this research to restore the historical situation and lives of *tobacco* women producers from Recôncavo Baiano, identifying their surviving and resistance strategies to overcome material necessities, the exploitation in/of the labor, the sexual discrimination operated by oppression, as well the social invisibility and try to be free from the inferiority enclosure which they were submitted because of their female condition in that region.

Key words: women; gender relations; labor relations; memory; Bahia.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Baía de Todos os Santos (Bahia - Brasil)	43
FIGURA 2	Baía de Todos os Santos (Bahia - Brasil)	44
FIGURA 3	Recôncavo da Bahia	45
FIGURA 4	Recôncavo da Bahia	46
FIGURA 5	Folha de Fumo Seca	55
FIGURA 6	Os Campos de Fumo de Cachoeira	58
FIGURA 7	Primeira Fábrica de Charutos em Maragojipe - 1905	81
FIGURA 8	Ficha de Registro de Empregado da Suerdieck - Maragojipe	84
FIGURA 9	Ficha de Registro de Empregado da Suerdieck - Maragojipe	85
FIGURA 10	Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragojipe - 1921	87
FIGURA 11	Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragojipe - 1921	87
FIGURA 12	Fábrica de Charutos Suerdieck em Cruz das Almas - 1935	89
FIGURA 13	Fábrica de Charutos Suerdieck em Cachoeira - 1936	89
FIGURA 14	Fotografia de D. Alzira	107
FIGURA 15	Fotografia de D. Benedita	109
FIGURA 16	Fotografia de D. Joana	111
FIGURA 17	Fotografia de D. Celina	112
FIGURA 18	Fotografia de D. Dalva	113
FIGURA 19	Fotografia de D. Isaura	115
FIGURA 20	Fotografia de D. Laurentina	116
FIGURA 21	Fotografia de D. Raimunda	118
FIGURA 22	Fotografia de D. Rode Schinke	119
FIGURA 23	Fotografia de S. Sebastião	120
FIGURA 24	Mulheres escolhendo fumo no Armazém Altino da Fonseca	136
FIGURA 25	Fardos de Manocas de Fumo	138
FIGURA 26	Mulheres selecionando Folhas de Fumo no Armazém	139
FIGURA 27	Mulheres confeccionando charutos na Cooperativa	141
FIGURA 28	Mulher passando charutos na Fábrica Dannemann	142
FIGURA 29	Seção de charutaria de uma fábrica de charutos do Recôncavo	173
FIGURA 30	Seção de Caixa de uma fábrica de charutos do Recôncavo	173
FIGURA 31	Ficha de Registro de Empregado da Fábrica C. Pimentel	215
FIGURA 32	Fotografia de S. Maninho e D. Iaiá	218
FIGURA 33	Confecção de Charutos na COOVALE	220

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Funcionários da Fábrica Suerdieck (Maragojipe – 1906)	82
TABELA 2	Funcionários da Fábrica Suerdieck (Maragojipe – 1906)	83
TABELA 3	Quadro da Administração Direta de A. Suerdieck	86
TABELA 4	Atendimento no Ambulatório da Fábrica Suerdieck	94
TABELA 5	Grau de Instrução – Mulheres	103
TABELA 6	Grau de Instrução – Homens	103
TABELA 7	Estado Civil – Mulheres	104
TABELA 8	Estado Civil – Homens	104
TABELA 9	Total de Trabalhadoras(es) – 1906-1998	128
TABELA 10	Total de Trabalhadoras(es) – 1906-1959	128
TABELA 11	Registro das Funções da Fábrica C. Pimentel em Muritiba	209

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Empresas Fumageiras e Agregadas	75
QUADRO 2	Acionistas da Suerdieck S./A.	92
QUADRO 3	Acionistas da Suerdieck S./A.	92
QUADRO 4	Estrangeiros ligados ao Grupo Suerdieck	122
QUADRO 5	Funções Exercidas por Mulheres	133
QUADRO 6	Funções Exercidas por Homens	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REDESENHANDO O CENÁRIO DO TRABALHO E DAS TRABALHADORAS FUMAGEIRAS	42
1.1 POR ONDE ANDOU O FUMO	52
1.2 A PEQUENA “LAVOURA DOS POBRES”	66
1.3 A GRANDE MANUFATURA DOS RICOS	73
2 AS MULHERES FUMAGEIRAS E SUAS HERANÇAS SOCIOCULTURAIS	97
2.1 TRAÇOS ÉTNICOS DA POPULAÇÃO DO RECÔNCAVO	97
2.2 OUTRAS HERANÇAS	101
2.3 EM NOME DE TODAS AS TRABALHADORAS	106
3 AS MULHERES FUMAGEIRAS E SEUS LUGARES NO TRABALHO FABRIL	124
3.1 QUANTAS SOMOS?	124
3.2 A SEXUALIZAÇÃO DAS TAREFAS	130
3.3 O <i>STATUS</i> SOCIAL DAS TRABALHADORAS	144
4 A RESISTÊNCIA INVENTIVA DAS TRABALHADORAS FUMAGEIRAS	154
4.1 RELAÇÕES SOCIAIS PATRIARCAIS	155
4.2 ORGANIZAR PARA IMOBILIZAR	168
4.3 CAMPO DE FORÇAS	177
5 TRABALHO INVISÍVEL: O TRABALHO EM DOMICÍLIO DAS MULHERES FUMAGEIRAS	200
5.1 TRABALHO EM DOMICÍLIO: OUTRA EXPERIÊNCIA DAS FUMAGEIRAS	210
5.2 O TEMPO, O ESPAÇO E O SEXO DO TRABALHO EM DOMICÍLIO	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
REFERÊNCIAS	241
FONTES	249

INTRODUÇÃO

A história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de ofícios e de pontos de vistas de ontem, de hoje e de amanhã.

BRAUDEL, 1992.

A diversidade de olhares e de posturas, certamente enriquece nossos discursos críticos sobre a sociedade e a ciência.

SARDENBERG, 2002.

“As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as trabalhadoras fumageiras do Recôncavo Baiano”,¹ circunscreve-se na primeira metade do século XX, período que abarca desde a instalação, o desenvolvimento e auge até o início do agravamento da crise da indústria fumageira na região. Esse contexto, também, demarca a trajetória de vida das mulheres fumageiras enquanto trabalhadoras, que buscaram neste cenário socioeconômico a sobrevivência material e a visibilidade social, fatos que evidenciavam e, ao mesmo tempo, transgrediam a norma patriarcal que permeava as relações sociais de gênero naquele tempo e espaço.

Considerando que se trata de um período de relativas mudanças econômicas e sociais para a região, objetivou-se examinar, historicamente, a presença das mulheres no contexto da indústria fumageira do Recôncavo Baiano. Esta presença, que não é apenas numérica, mas que carrega as

¹ A expressão “mulheres fumageiras” aqui utilizada baseia-se na identidade de gênero, que, por sua vez, é composta e ao mesmo tempo diferenciada por identidades sociais e políticas. (SCOTT, 1997). Mas, sobretudo, perpassada por uma construção histórica das diferenças e um contexto histórico específico, revelador da experiência dessas mulheres.

experiências² vividas no trabalho, bem como, outros conteúdos e práticas engendradas social e culturalmente em seu tempo. Esta presença que se expressa nas relações tecidas no âmbito do trabalho, denuncia a/uma natureza desse trabalho que, por sua vez, se organizou a partir da divisão sexual do trabalho. Trata-se, portanto, de um exercício que exige pensar o trabalho das mulheres fumageiras a partir da perspectiva das mulheres.

Ao discutir sobre as mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres, no caso das fumageiras do Recôncavo, não é considerável pensar que se trata de um “trabalho feminino”,³ mas pensar a relação e a distância – hierarquicamente postas – que há entre as trabalhadoras e os trabalhadores. Pensar, também, que as diferenças entre os sexos, no campo do trabalho, ao mesmo tempo em que são negadas são exploradas, aliás, a primeira situação é que sustenta a segunda. (KARTCHEVSKY, Andrée, 1986, p. 10).

Ser mulher e ser homem não é a mesma coisa, tanto no meio familiar, quanto na sociedade e, em conseqüência, a diferença se faz ainda mais visível e rigorosa no interior de uma fábrica. Saffioti, ao analisar o conceito de gênero em Scott, observa que “uma vez que as experiências adquirem um colorido de gênero, como aliás ocorre com a classe e a etnia também, a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres”. (SAFFIOTI, 1992, p. 199).

Em ambos os casos, é preciso compreender as determinações culturais e sociais e como estas influenciam nas representações sociais que homens e mulheres constroem de si e do outro. Bruschini (2007) afirma que “o lugar que a mulher ocupa na sociedade, também, está determinado por seu papel na família”, mas deve-se considerar que, em outros tempos, as diferenças entre ser um e outro, certamente, eram muito mais visíveis e extremas, assim, entende-se que essa posição é determinada historicamente. Seguindo essa análise, é possível salientar que a divisão sexual do trabalho, em específico na indústria fumageira estava apoiada na subordinação da mulher no espaço privado e nas assimetrias entre os sexos construídas socialmente.

² O termo “experiência” baseia-se na concepção de E. P. Thompson (1987), entendido como o conteúdo de classe, já que se trata da experiência histórica do trabalhador, aquela que o autor afirma ser “determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. (E. P. THOMPSON, 1987, p.10).

³ A expressão “trabalho feminino” transmite a ideia estereotipada de que há trabalho de homem e trabalho de mulher, determinado de forma natural.

Nos espaços de trabalho essas determinações foram e, de certa forma, ainda são tão visíveis que os espaços físicos, as funções e as concepções de trabalho e de valor do trabalho, desde a concepção à execução do trabalho, foram e podem ser organizados pelo critério da divisão sexual do trabalho⁴ o que permite concordar com outrem que “o trabalho também tem sexo”.

Ser fumageira é diferente de ser fumageiro, aliás, sequer encontra-se na documentação examinada o termo fumageiro. Toda a trajetória de trabalho e de vida das trabalhadoras fumageiras se fez diferentemente das trajetórias dos trabalhadores deste mesmo setor. Da organização dos espaços, de todo o processo de beneficiamento dos fumos à confecção de charutos simples, bem como os de primeira linha, considerados nobres, tudo era planejado e organizado a partir da oferta da mão de obra masculina e feminina. Não se trata, apenas, do volume quantitativo dessa oferta, mas de suas características no que diz respeito ao gênero, pois eram adotadas tarefas masculinas e femininas, com graus de importância diferenciados, a serem ocupadas pelo contingente daquela mão de obra.

Publicada em 1991, a coletânea de escritos de Elizabeth Souza-Lobo centrada na sociologia do trabalho, enfatiza a divisão sexual do trabalho a partir de um percurso teórico-metodológico que contempla a temática das relações de gênero como práticas sociais, simbólicas e políticas que são influenciadas por situações e contextos distintos e heterogêneos. Nesta perspectiva, ao fazer a crítica à sociologia quanto às relações de gênero na esfera do trabalho, esta autora traz à baila a questão da restrição do modelo conceitual de trabalho à imagem masculina e problematiza as assimetrias de gênero nos mecanismos de controle e de submissão na esfera do trabalho.

Outro conjunto de textos – “O sexo do trabalho”, organizado por André Kartchevsky-Bulport em 1986 – resultado de pesquisas feitas na Itália e no Brasil, assim sociedades e culturas diferentes, além de articular espaços e tempos das trajetórias femininas, observou como esta articulação imprime no trabalho o sexo feminino em oposição ao masculino. Desta forma, o conjunto de textos visa mostrar de que forma a abordagem da divisão social do trabalho

⁴ A discussão sobre a divisão sexual do trabalho, esta que foi a primeira forma de divisão do trabalho, encontra seus fundamentos históricos na teoria de F. Engels, não cabendo, portanto, aqui deslindar agora sobre sua gênese.

em termos de relações de classe e entre os sexos permite aplicar, concretamente, uma conceitualização ampla de trabalho, através da restituição da realidade viva do trabalho sob todas as suas formas, mas que se resume em “pensar a classe operária no feminino”.

Assim, são estas as perspectivas das abordagens que, por certo, mais atenderam e fundamentaram a questão da divisão sexual do trabalho no âmbito da indústria fumageira no Recôncavo, mas considerando as diferentes conjunturas.

A discussão sobre o tema centrou-se em identificar e inscrever na história as mulheres fumageiras do Recôncavo, principalmente através de suas próprias falas, por entender que, quando cada mulher está falando de suas experiências e de suas vidas está editando sua história e a do grupo em que esteve inserida, refletindo sobre a sua posição no mundo como trabalhadora e como mulher, além de representar uma possível forma de fazer e refazer a sua vida.

No ato e no lapso de fazer da memória a sua própria história, as falas dessas mulheres permitiram organizar uma lógica de reconstrução das memórias das trabalhadoras fumageiras do Recôncavo, a partir do viés das relações sociais de gênero que constituíam as relações de trabalho no âmbito da fábrica e da casa. No entanto, esse percurso foi matizado pelo “olhar” feminista considerando a intersecção de gênero, classe e raça, para aquele tempo e espaço.⁵

Para utilizar gênero como categoria analítica ao estudar as mulheres fumageiras como um grupo oprimido da história, buscou-se então no texto da historiadora norte-americana Joan W. Scott a noção de gênero ou de relações de gênero, como base para rejeitar o determinismo biológico e realçar o caráter relacional das definições de feminino-masculino e, principalmente, para compreender o significado e a natureza da opressão das mulheres trabalhadoras frente aos demais trabalhadores.

Scott, inspirada pelas reflexões de Foucault e Derrida, propõe, além da mudança de perspectiva teórica no uso da categoria gênero, uma nova forma

⁵ É nesta perspectiva que este trabalho avança em relação à dissertação de mestrado, esta que discutiu a atividade de fazer charutos no Recôncavo Baiano como uma ocupação eminentemente feminina, descrevendo o cotidiano das mulheres dentro e fora das fábricas de charutos. (SILVA, Elizabete R. da. **Fazer charutos: uma atividade feminina.** (Dissertação de Mestrado). FFCH/UFBA. Salvador: 2001).

de fazer história, que implicaria em abandonar a busca pelas origens dos fenômenos; reconhecer a complexidade dos processos históricos a partir da interrelação dos elementos e não do isoladamente; discutir como se sucederam os fenômenos, descobrindo os seus porquês; verificar as ligações entre o sujeito e a organização social na busca dos significados; e compreender que o poder não se encontra centralizado, apenas, no seio das organizações políticas e sociais. A autora sugere a busca constante pela historicização e desconstrução dos termos que procuram denominar a diferença sexual.

Soctt resume a definição de gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos sendo, principalmente, uma forma primária de relações significantes de poder presente em todas as dimensões da vida social. Por fim, ela chama a atenção para a historicidade das interpretações, mesmo as elaboradas pela ciência, pois esta é, apenas, uma forma de explicar os fenômenos, não é, pois, a única maneira de apreensão e compreensão do mundo. (SCOTT, 1991).

O modo de pensar e construir o conhecimento vai além das escolhas politizadas, exige também posições teórico-metodológicas que permitam um ângulo de visão correspondente com a proposta. É aí que reside o desafio das feministas. O que é prudente e seguro, na altura das discussões, sobre a forma como o conhecimento deve se constituir é não adotar um modelo teórico tradicional, baseado na razão iluminista que se respalda na neutralidade e na objetividade como pressupostos rígidos na construção do saber, além de eleger o homem como representante de uma humanidade, pretendendo-se universal.

Em termos epistêmicos nos perguntamos: o que se aplica às mulheres e às relações de gênero? Considerando que “o conhecimento não é apenas um conjunto de argumentos, mas também um reflexo de interesses” (FARGANIS, p. 227), foi possível fazer escolhas dos instrumentos teórico-metodológicos que pudessem mover nosso campo de visão e nos posicionarmos epistemologicamente na construção do objeto.

Uma das assertivas epistemológicas feministas que oferece maior flexibilidade, tanto para mover o campo de visão na escolha do objeto como para ampliar o leque dos instrumentos metodológicos, é a Epistemologia Feminista Perspectivista ou do *Standpoint*, uma estratégia epistemológica

feminista elaborada, dentre outras, por Nancy Harstock e Sandra Harding, que defendem um saber fundamentado no ponto de vista das mulheres. É o “conhecimento situado, isto é, o conhecimento reflete a perspectiva ou a ‘posicionalidade’ dos sujeitos cognoscentes, sendo gênero um dos fatores determinantes na sua constituição”. (SARDENBERG, 2002, p 98-102).

O conhecimento situado, portanto histórico, podendo-se determinar tempo e espaço de sua ocorrência e o contexto sociocultural de sua constituição. Também é gendrado, como tem mostrado a crítica feminista sobre o androcentrismo na ciência.⁶ Assim, o conhecimento é parcial e corporificado, o que nos permitiu mover, epistemologicamente, o ângulo de visão para estudar aquelas/aqueles que estão na base, que não têm ou não tiveram voz e que sofreram ou ainda sofrem algum tipo de opressão.

Refletir, nessa perspectiva, sobre as experiências e a vida das trabalhadoras fumageiras do Recôncavo é fazer uma opção a partir de uma visão que se quer feminista, posicionando-se política e epistemologicamente, para, não apenas, identificar as fontes de sua opressão/exploração, mas, principalmente, buscar desnaturalizar as desigualdades de gênero e de classe que as colocavam, hierarquicamente e perversamente, em desvantagens aos homens de sua época.

Neste caminho, embora questionando algumas abordagens que hoje entendemos como contraditórias ou que não mais importantes às questões fundamentais do feminismo, não podemos perder de vista os aspectos positivos que algumas delas ainda podem sustentar as nossas discussões. Aspectos díspares, por sua natureza teórico-metodológica, mas que podem ser observados no que tange à vida das trabalhadoras fumageiras. Olhares como o das feministas liberais, que explicam a subordinação feminina pela via da discriminação sexual seguida da “socialização diferenciada”; o das feministas socialistas, que afirmam que a primazia do problema se assenta na estrutura capitalista de reprodução; e o das feministas radicais, que teorizam enfatizando que a determinância maior encontra-se na estrutura patriarcal de reprodução.

⁶ Ver, dentre outras, HARDING, Sandra. 1996; SCHIENBINGER, Londa, 2001; BORDO, Susan, 2000.

Não se trata, pois, de uma tentativa de unificação das abordagens, nem de fazer uma mistura inescrupulosa, mas de perceber os aspectos inerentes e relevantes para a discussão das questões relativas a sexo e classe, que permeiam o cotidiano das mulheres trabalhadoras no contexto histórico e cultural específico. Conforme Sardenberg (2002, p. 97), “a diversidade de olhares e de posturas, certamente enriquece nossos discursos críticos sobre a sociedade e a ciência”. Contudo, o que mais importa é não produzir um conhecimento com os ranços do androcentrismo, ao contrário, renegá-lo e perceber o gênero como estruturante nas relações sociais.

A lógica deste raciocínio passa, necessariamente, por uma outra concepção de conhecimento e, principalmente, das bases fundamentais que, até então, têm norteado a sua construção. Essa concepção se assenta na perspectiva feminista das relações de gênero e no campo da história que possibilita visualizar novos objetos ou um novo olhar sobre velhos objetos, utilizar novas fontes e novas abordagens. (BURKE, 1992).

As epistemologias feministas, por sua vez, questionam o sujeito único e eterno, dando lugar ao sujeito marcado pelo gênero, portanto, histórico, cultural e social. (DANSILIO, 2005). Neste sentido, os modos de conhecer são diversos e o conhecimento reflete a percepção desses sujeitos em seus contextos históricos concretos.

Dentre as possíveis epistemologias feministas, a Epistemologia Perspectivista Feminista se constitui através de um processo, tanto de desconstrução dos princípios iluministas que fundamentam os saberes androcêntricos, quanto na construção de uma teoria crítica sobre o conhecimento, bem como, autoriza a construção de saberes por mulheres e de relevância para as mulheres. Esse posicionamento revela um comprometimento com um saber que se quer politizado e apresenta uma inter-relação conflituosa entre sujeito do conhecimento e objeto da investigação científica, o que compromete os princípios da objetividade científica da forma como são concebidos pela Ciência Moderna.

A desconstrução dos critérios de objetividade e neutralidade, como querem as epistemologias feministas, nem sempre quer dizer que se deva descartá-los, mas faz-se necessário uma “reconceituação” ou uma “re-significação” para “que dê conta da auto-reflexão”, como propõem Keller e

Longino, respectivamente, ou mais claramente, trabalhar com a noção de “objetividade forte” de Donna Haraway. (1995).

A objetividade feminista advém da concepção de que todo conhecimento é situado social e historicamente e, portanto, parcial. O sujeito do conhecimento move o seu campo de visão, que também é parcial e corporificado, para uma posição que lhe confere uma identidade (HARAWAY, 1995, p.18) e, neste caso, a Epistemologia Perspectivista Feminista de Harding orienta que se deve partir da base, da reflexão do cotidiano das pessoas, buscando identificar as fontes de sua opressão.

São estas as perspectivas que orientam o estudo das mulheres fumageiras do Recôncavo com suas memórias marcadas pela política do cotidiano, desde o trabalho no domicílio até o trabalho nos/dos estabelecimentos fabris. Memórias marcadas por suas experiências vividas e refletidas no ato da própria fala. E a oralidade, neste caso, permitiu a produção de um saber, não só sobre as mulheres, mas das mulheres e com o objetivo de se tornar para mulheres.

A Epistemologia Perspectivista Feminista possibilita diálogos com tradições teóricas distintas, que permitem romper definitivamente com os velhos esquemas explicativos, alguns de estruturas positivistas, baseados na razão que determinava a separação entre fatos e “valores” e, portanto, o distanciamento do sujeito do conhecimento do seu objeto de investigação, cuja neutralidade garantia a objetividade e a universalidade dos conceitos.

Dentre essas correntes teórico-metodológicas que possibilitam analisar os sujeitos a partir da sua subjetividade e do seu contexto histórico-cultural, considerando quem fala e de onde fala, bem como, as intersecções de raça, classe e gênero, foi possível transitar por algumas que se seguem, tomando emprestados seus instrumentos de análise da realidade. Contudo, vale ressaltar que alguns desses caminhos e possibilidades metodológicas foram aplicados no trabalho de mestrado (2001) e, em pequenos fragmentos de texto, transportados para este trabalho por entender que continuam válidos e que cabem, em sua inteireza, neste texto.

A começar pelo uso das ferramentas da fenomenologia que, além do estatuto filosófico, segundo Merleau-Ponty “é também um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vivos’”. É a tentativa de uma descrição direta de nossa

experiência tal como ela é”. (2006, p. 01-02). A perspectiva fenomenológica concentra a sua atenção no significado que os agentes sociais atribuem às suas próprias experiências, as representações das falas são as perspectivas dos sujeitos e, neste caso, as perspectivas das mulheres, a visão daquelas mulheres. Neste sentido, o que interessa é a percepção e as histórias das próprias mulheres enquanto trabalhadoras da indústria fumageira do Recôncavo. A História Oral, então, foi o recurso potencial ou o veículo pelos quais as mulheres fumageiras ofereceram fragmentos de memórias representativos de seus sonhos, de seus medos, de suas vitórias e de suas derrotas, enfim, de suas vidas como mulheres trabalhadoras numa determinada época.

O neo-marxismo, também, oferece sua contribuição através de seu interlocutor E. P. Thompson, ao enfatizar a experiência dos sujeitos num processo caracterizado pela ação-reflexão, um fenômeno que se faz historicamente. Para este autor, a experiência é determinada, em grande medida, pelas relações de produção (THOMPSON, 1987, p.10). Mas quando afirma que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p. 12), ele abre espaço para se entender, também que a “classe” sendo definida pela história é, portanto, produto dela, resultado das experiências (objetivas e subjetivas). Ainda na obra “A miséria da teoria ou um planetário de erros”, Thompson apud Saffioti (1992), afirma que:

É a experiência que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento; é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades; e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981 *apud* SAFFIOTI, 1992, p. 191).

Ao partilhar experiências comuns, as pessoas constroem e articulam uma identidade de interesses, posicionando-se opostamente àqueles cujos interesses diferem dos seus. Tanto no nível mais geral, quanto no âmbito do grupo social a que pertenceram e/ou pertencem, as mulheres fumageiras acumularam experiências distintas e comuns ao mesmo tempo: ser mulher e ser trabalhadora, nesta última de uma mesma atividade produtiva.

Ora, ser fumageira significava, então, ser mulher e ser trabalhadora⁷, o que revela uma situação social e culturalmente construída no tempo e no espaço, não se trata, portanto, de uma condição, um estado natural das coisas. Por outro lado, ser mulher revela os variados significados de uma cultura masculinizadora, de uma sociedade marcada pela divisão hierarquizada de poderes entre os sexos, como também revela uma história de lutas, sejam estas abertas, declaradas ou fechadas e disfarçadas, pela conquista de sua autonomia no campo das relações sociais, que incluem as relações de gênero e de trabalho, para a construção de sua cidadania.

O fato de ser trabalhadora, naquela realidade vigente, representava o desafio de vencer os obstáculos das conjunturas política, econômica e social, estas que não ofereciam nenhum instrumento ou possibilidade de reconhecer as mulheres como sujeitos economicamente ativos, ao contrário, mantinham-nas, ora excluídas do processo produtivo, reduzindo sua contribuição social apenas ao papel de mantenedoras do equilíbrio doméstico, ora explorando a sua força de trabalho como reserva de mão de obra, à sombra do “homem trabalhador”, além das péssimas condições de trabalho, não havendo uma substantiva valorização social e econômica da mulher no campo do trabalho.

O *status* de fumageira, portanto, implicava em acumular os significados das duas esferas – mulher e trabalhadora -, estas que conformavam as bases para uma singular expressão política daquele grupo frente ao contexto da cultura fumageira, onde articularam as estratégias para a sobrevivência econômica e social, o que compreendo como a expressão do seu “fazer-se”, enquanto mulher trabalhadora inserida no seu grupo de trabalho, ao mesmo tempo carregando as marcas do mundo familiar e doméstico. (THOMPSON, 1987, p. 09-14).

Neste sentido, a discussão dessas categorias, a partir da temática das fumageiras como mulheres e trabalhadoras, exprime uma oposição à chamada história tradicional⁸ por se ocupar, em grande parte, da história das pessoas comuns, da fala das pessoas oprimidas e exploradas e, em particular, das

⁷ Não se trata de categorias estruturalmente opostas, mas duas faces de uma mesma prática social, o que ocorre é a dificuldade coletiva para estruturar o pensamento sobre a realidade fora das categorias dominantes convencionais. (KERGOAT, 1986, p. 90).

⁸ Para a História Tradicional, Burke apresenta os pontos mais significativos das diferentes abordagens historiográficas: BURKE, 1992, p. 10-16.

mulheres trabalhadoras. Neste sentido, dar vozes às pessoas excluídas da história, traçar a trajetória de vida dos grupos marginalizados da história e, neste caso, das mulheres trabalhadoras da região fumageira, revela um posicionamento crítico e político de quem se determina a fazê-los, como também fez E. P. Thompson em sua escolha:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ (...). Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência (...). THOMPSON E. P., 1987. p. 13).

Resguardadas as peculiaridades, em termos de distância no tempo e no espaço, trabalhadas pelo autor, toma-se o mesmo posicionamento ao escolher “escrever contra o peso das ortodoxias dominantes” em que “apenas os vitoriosos são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos”. (THOMPSON, 1987. p. 12-13).

Em se tratando de quem é lembrado ou esquecido, Marilena Chauí ao discutir sobre a situação da velhice na sociedade capitalista, no texto da Apresentação da obra de Ecléa Bosi, reafirma o posicionamento classista e seletivo desta sociedade em relação à memória dos velhos.

Todavia, a memória não é oprimida porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos. (CHAUÍ *in* BOSI, 1994, p. 19).

Uma outra perspectiva teórico-metodológica que orienta este trabalho é a Nova História, associada à chamada *École des Annales*, que apesar de não estar preocupada com a problemática das mulheres ou das relações de gênero, oferece a possibilidade de se ampliar e/ou inaugurar novos campos do saber, bem como, ampliar o leque de fontes e de instrumentos metodológicos para a análise histórica. Tem entre seus representantes, Jacques Le Goff que editou uma coleção de ensaios acerca de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. (BURKE, 1992, p. 9-10).

A Nova História é o resultado de um movimento de reação deliberada ao paradigma tradicional, buscando renovar a escrita da história a partir de um olhar mais amplo sobre o mundo. Contudo, vale ressaltar que, pioneiramente, o feminismo foi um dos movimentos que teve grande impacto sobre a escrita da história recente, despertando significativa e diametralmente para uma mudança de olhar sobre a realidade, ao perceber e lutar pela desnaturalização das desigualdades de gênero.

Vinda de uma origem marxista e de debates acirrados sobre a concepção de história, que inclui a escolha dos objetos, as abordagens, as problemáticas e as fontes, a Nova História passou a se preocupar com a discrepância que, até então, a história vinha produzindo, ao fazer a história de uma parte da humanidade – os homens – e a outra parte – as mulheres – ficarem de fora.

Neste sentido, a Nova História substitui a “visão de cima”, da história dos grandes feitos e dos grandes homens (não é o homem genérico, mas o homem no masculino), para a “visão de baixo” ou “história vista de baixo”, conforme J. Sharpe (1992), trazendo à baila as opiniões e as experiências das pessoas comuns, ou seja, o resto da humanidade que até então estava destinada a um papel secundário no drama da história, lugar onde as mulheres, até então, estiveram inseridas.

Seguindo esta perspectiva da inversão dos lugares e das abordagens, em relação aos sujeitos na história, é que se pode perceber as relações sociais de gênero como um campo de forças que não é constituído, apenas, de pólos opostos que se dispõem de forma estanque e isolada, mas na dinâmica que envolve as redes de poder, onde as hierarquias estabelecidas são visíveis e as ações dos sujeitos que minam e abalam essa estrutura nem sempre o são.

A concepção de poder tomada de Foucault (1979) possibilitou fazer a leitura da resistência das mulheres fumageiras, tanto à exploração quanto à opressão vividas nos ambientes de trabalho impregnados e perpassados, culturalmente, por essa forma de dominação sexista, tendo em vista que o conceito de poder formulado por Foucault (1979) é essencialmente, o de constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força.

Estes posicionamentos teórico-metodológicos não inviabilizam, também, a percepção e a análise das relações sociais patriarcais, que

permeavam a vida social do Recôncavo Baiano no período em questão. Uma vez que, historicamente, a divisão sexual tem sido a base da organização das sociedades até então conhecidas, permeada por relações de poder que determinam lugares socialmente hierarquizados, produzindo uma desigualdade de gênero que se estende além da opressão das mulheres.

É nesta visão que as feministas, dentre elas destacam-se as radicais, ao longo do tempo vêm denunciando a situação de subalternidade das mulheres em relação aos homens e reivindicando, formalmente, através dos vários instrumentos legais, o reconhecimento das mulheres enquanto indivíduos autônomos.⁹

É, portanto, a partir desses olhares, que analiso a vida das trabalhadoras fumageiras do Recôncavo Baiano. Os caminhos percorridos partiram dos mais intangíveis e subjetivos, desde a fonte oral aos “achados” – documentos escritos e iconográficos –, que permitiram reconstruir a situação histórica dessas mulheres, a partir de suas estratégias de sobrevivência e de resistência que, ao lutar para vencer as necessidades materiais, a exploração no/do trabalho, a discriminação sexual regada de opressão, assim como a invisibilidade social, rompiam com a clausura da inferioridade a que eram submetidas na situação de mulheres pobres, donas de casa, mães e esposas ou amásias. (SILVA, 2001).

As questões específicas das mulheres enquanto trabalhadoras fumageiras do Recôncavo da Bahia não foram contempladas pelos clássicos, nem mesmo pelos trabalhos mais recentes da historiografia econômica e social do Brasil. Os estudos relativos à história da produção, industrialização e comercialização do tabaco na Bahia receberam, dos clássicos da historiografia, um tratamento a partir da ótica dos ciclos dos “grandes produtos”, e os textos mais novos rondam o assunto de forma subordinada aos grandes temas, como sistema colonial, campesinato e outros.

A produção historiográfica sobre o trabalho e o cotidiano das mulheres fumageiras no Recôncavo nas universidades baianas se resume, até então, a poucos trabalhos. Margareth Nunes Santos Gomes (2010) discute as práticas

⁹ A divisão sexual do trabalho, desde a família aos espaços da produção material, é conformada no contexto das relações sociais patriarcais que aqui são compreendidas a partir de um olhar feminista fundamentado na abordagem histórica e política de Palmero (2004) e Dahlerup (1987), respectivamente.

sociais, as tensões e negociações do cotidiano das trabalhadoras e trabalhadores da lavoura e manufatura fumageiras no período de 1960 a 1980, no município de Conceição do Almeida. No percurso de sua análise, a autora, destaca a atividade fumageira como fator importante à sobrevivência das trabalhadoras(es), principalmente, para as mulheres que, ao ingressar no trabalho, passaram a empreender novos papéis na família e na sociedade. A discussão de M. Gomes, também, é permeada pelas relações de poder tecidas no âmbito do trabalho, por ambos os lados, mulheres trabalhadoras e homens no comando do trabalho. Ainda, traz à luz um conjunto de situações vividas pelas trabalhadoras no universo familiar. Contudo, o período que Margareth Gomes se deteve para estudar as mulheres trabalhadoras da atividade fumageira reflete outra conjuntura econômica e social, outras peculiaridades no que diz respeito às relações de/no trabalho, assim como as vivências desses agentes sociais. Outra especificidade do trabalho da autora está relacionada às características locais no trato com o fumo, pois, em Conceição do Almeida, nesse período, não há registro de fábricas de charutos, principalmente, na proporção e com a mesma dinâmica das cidades anteriormente citadas, pois, assim, afirma a autora:

Outro trabalho exercido fora dos armazéns era a fabricação caseira de charuto. Apesar de não haver fábricas de charutos no município, já que a maior parte dos armazéns beneficiava o fumo em folha e enviava o produto para outros municípios ou para a Europa, onde eram transformados em cigarrilhas e charutos. Mas, havia um pequeno comércio interno, no qual algumas mulheres fabricavam o charuto de forma artesanal, em suas próprias casas, para vender ao pequeno grupo consumidor da cidade. (GOMES, 2010, p. 92).

Em outro extremo, Rosana Falcão Lessa (2010) escreve sobre as “Mulheres na indústria fumageira de São Gonçalo dos Campos”, trata-se de um município que está situado na outra extremidade do Recôncavo, mais próximo à Feira de Santana. A autora parte do cotidiano das mulheres fumageiras da fábrica Menendez e Amerino fundada em 1979, para compreender a dinâmica da economia fumageira no município e a realidade socioeconômica dessas trabalhadoras, uma vez que se tratava de uma população com fortes traços e heranças escravistas e de uma indústria dirigida por “brancos estrangeiros”. A divisão sexual do trabalho, as experiências e as

representações sociais das mulheres fumageiras foram contempladas na discussão da autora, além da participação das trabalhadoras nas festas profanas e religiosas locais, identificando as mulheres como agentes de uma dinâmica sociocultural que matizava o cenário fabril da cidade. Da mesma forma, trata-se de um trabalho com significativas contribuições para a história das mulheres trabalhadoras da indústria fumageira na região, que retrata um período mais à frente, cuja dinâmica econômica, social e política do país, como da indústria fumageira, baseava-se em parâmetros distintos.

A segunda metade do século XX é para a indústria e comércio fumageiro um tempo de crises e decadência, portanto, de falência de algumas empresas e reestruturação de outras nos moldes de uma economia que também se reestruturava e exigia a flexibilização das relações de trabalho (JATOBÁ; ANDRADE, 1993), que modificou severamente o contexto fabril fumageiro e, conseqüentemente, a vida, as relações sociais e as práticas sociais da população fumageira, além de considerar que cada época produz suas próprias fontes históricas.

São dois importantes trabalhos voltados para a temática das mulheres fumageiras do Recôncavo e, considerando as suas especificidades tanto no trato das questões pertinentes às trabalhadoras e ao trabalho com o fumo propriamente, quanto em relação ao período e as fontes históricas utilizadas por ambas as autoras, percebe-se uma complementaridade na discussão do tema. A história, portanto, não se esgota, tampouco, a necessidade de se discutir e de trazer à tona as especificidades de cada tempo, lugar e grupos sociais, mesmo que se trate da mesma temática. Ainda há muito que se fazer em relação ao estudo da vida e do trabalho das mulheres fumageiras.

Estudar a trajetória de vida dos indivíduos que pertenceram ou ainda pertencem aos grupos marginalizados da história e, neste caso, das mulheres fumageiras, é matéria difícil, não somente pela pequena produção historiográfica, como também, pela rara atenção dispensada a elas. As mulheres trabalhadoras da região fumageira do Recôncavo ainda estão, em grande medida, fora da história, não apenas por serem trabalhadoras ao invés de proprietárias dos meios de produção, não por serem pobres ao invés de ricas, mas, principalmente, por serem mulheres antes de tudo. Neste sentido, nos resta acatar o que sugere Le Goff, que é ver além do que é ou estar visível

– desmontar as ideologias, ler nas entrelinhas e vasculhar a memória para trazer à tona a política do cotidiano, a partir da visão de seus atores. (LE GOFF, 1990, pp. 28-29).

As ocorrências do cotidiano são, ao mesmo tempo, integrantes e resultantes de um contexto mais amplo, carregadas de conotações sociais, políticas, econômicas e culturais, que merecem ser investigadas, uma vez que a vida humana se concebe historicamente numa construção sucessiva de pequenos atos no dia a dia dos grupos sociais. Segundo Fernand Braudel, a "história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de ofícios e de pontos de vistas de ontem, de hoje e de amanhã". (BRAUDEL, 1992. p.53).

Nesta visão, nenhuma história se constrói apenas de grandes causas políticas, pensadas e planejadas nos palácios dos governos, é preciso compreendê-la, também na sua diversidade e intensidade cotidiana, seja no lar, nos grupos de trabalho, na organização das festas ou nas múltiplas e cotidianas relações que envolvem as pessoas e os grupos.

O cotidiano é o lugar onde tudo se estabelece e, ao mesmo tempo, se transforma, onde tudo se movimenta o tempo todo. É onde a oposição entre os detentores e os excluídos do poder é assimilada na intrincada luta entre a imposição e a oposição; é, ainda, o lugar onde se dá a reinterpretação e reelaboração das regras do poder, seja no campo político, econômico ou cultural. Portanto, é no cotidiano onde se constroem, também, as relações de gênero. (SILVA, 2001). No conjunto das diversas relações que perpassam os grupos sociais, inscrevem-se formas de visibilidade e de expressão próprias onde emergem cada indivíduo como sujeito da história, como autores de mudança ou de continuidade. Trata-se, também, da natureza dos espaços que cada grupo social ocupou ou ainda ocupa e os usos e representações que fizeram e ainda fazem desses espaços.

As ações políticas travadas no cotidiano, como forma de construção da base social e, tratando-se de mulheres como sujeitos das relações que lutam ou lutaram por transformações na esfera da hierarquia familiar e social, têm sido alvo de grandes preocupações no âmbito da historiografia. Porém, tratando-se do olhar feminista sobre os mesmos objetos, as lacunas são outras e mais profundas, pois olhar a realidade sem perceber a sua dinâmica a partir

da divisão sexual e das construções em torno dessa divisão é não perceber a estrutura da organização social nos seus contextos históricos específicos.

Segundo Mary Del Priore (1998) "a história da mulher não se faz sozinha, se faz ancorada no social", contudo, sugere-se que seja um social que abarque a noção de cultura numa perspectiva mais ampla e complexa, identificando os comportamentos, as relações sociais e os valores do grupo social como construídos na problemática do cotidiano e a partir de suas peculiaridades. É o social e o cultural que desvelam o informal e o cotidiano popular exigindo, portanto, que a investigação histórica trace caminhos alternativos.

Desta forma, foi a partir das lembranças individuais, marcadas pelas múltiplas experiências de seu grupo social, que as trabalhadoras fumageiras foram e são inscritas na história. Estas mulheres estão inseridas na cultura e na tradição da oralidade não por inexistência do recurso da escrita, mas pelo fato das instituições e os documentos escritos privilegiarem muito mais o trabalho legalizado, as empresas e as relações com o mercado e com o Estado e não as suas ações cotidianas. (SILVA, 2001).

Para entender a relação das falas das trabalhadoras(es) com a memória foi (e ainda continua sendo) preciso recorrer a autores que centraram suas reflexões na memória, como Halbwachs, este que estudou os contextos sociais da memória, fazendo a “notável distinção entre a memória histórica como reconstrução dos fatos fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventado e a memória coletiva”¹⁰; Le Goff traz a história da memória com ênfase na memória coletiva no campo científico e Ecléa Bosi que, ao colher memória de velhos, faz articulação entre a memória e a realidade social vivida pelos seus “guardadores da memória”.

¹⁰ Embora, considere-se a crítica e o uso de Halbwachs feito por Elizabeth Jelin, quando esta afirma que: “En verdad, la propia noción de «memoria colectiva» tiene serios problemas, en la medida en que se la entienda como algo con entidad propia, como entidad reificada que existe por encima y separada de los individuos. Esta concepción surge de una interpretación durkheimiana extrema (tomar a los hechos sociales como cosa). Sin embargo, se la puede interpretar también en el sentido de memorias compartidas, superpuestas, producto de interacciones múltiples, encuadradas en marcos sociales y en relaciones de poder. Lo colectivo de las memorias es el entretendido de tradiciones y memorias individuales, en diálogo con otros, en estado de flujo constante, con alguna organización social -algunas voces son más potentes que otras porque cuentan con mayor acceso a recursos y escenarios- y con alguna estructura, dada por códigos culturales compartidos”. (JELIN, 2001, p. 4).

Para se fazer a leitura do passado através da memória dos sujeitos que o vivenciaram, é preciso compreender o processo de construção dessa memória, dos elementos e referências que estes indivíduos elegeram, espontaneamente ou não, como pertencentes ao universo daquele passado. Sabendo-se que cada sujeito está mergulhado em sua própria história e em seu próprio tempo, e que as lembranças dos acontecimentos fazem parte de uma seleção individual, conforme os interesses de cada um, então, como (re)construir¹¹ a história de um grupo ou de uma sociedade? A resposta vem de Halbwachs que afirma que “nunca estamos sós” (2006, p.30). Assim, mesmo que as narrativas e os acontecimentos pareçam individuais e isolados, eles adquirem sentido e significado porque são, na sua gênese, coletivos e fazem parte de um grupo social. Para este autor, não é a elaboração individual que constrói a memória coletiva, mas as representações coletivas que atravessam os indivíduos. A consciência individual seria “apenas” o lugar de passagem e de encontro dos tempos coletivos. (HALBWACHS, 2006, p.132).

Ao contrário, do que comumente se espera o passado não se encontra puro e hermeticamente guardado numa “galeria subterrânea” do cérebro das pessoas, está sempre em diálogo constante com o coletivo mais amplo, com outras memórias e símbolos, sendo refeito no presente da subjetividade de cada pessoa. O papel da memória individual no processo de construção do passado é, portanto, mediado pela memória externa e não, simplesmente, pelas subjetividades individuais, sendo a vida cotidiana a ponte entre os indivíduos e os “mundos sociais”. Seguindo esta linha de pensamento sobre a memória de trabalhadoras e trabalhadores, Sardenberg (1998) afirma que:

(...) na memória da comunidade ainda se mantém bastante vivas as imagens do cotidiano da vida na fábrica e no espaço do bairro quando este ainda era uma vila operária. Tais imagens são comumente evocadas não apenas quando os trabalhadores e antigos moradores se referem ao passado mas, no particular, quando confrontam-no com a situação presente. Mais importante, elas são compartilhadas também por gente do bairro que jamais testemunhou esse passado, o que não se dá por acaso. (...). **Nessa luta, a memória social do antigo operariado, ao estabelecer a ponte entre passado e presente, torna o passado parte da história de**

¹¹ Quanto ao uso dos termos “reviver” e “refazer”, Ecléa Bosi afirma que “posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão ‘reconstruir’, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos”. (BOSI, 1994, p. 59).

todos – não só dos velhos mas, também, dos novos moradores.
(SARDENBERG, 1998, p. 149). (Grifo Nosso).

Por outro lado, é preciso ressaltar que a memória é gendrada, pois carrega as impressões do tempo vivido diferentemente para homens e mulheres. Ao discutir sobre o gênero da memória de operários e operárias da fábrica São Braz, no subúrbio de Salvador, Sardenberg (1988), descreve que a memória:

Se mostra diferente para diferentes gerações de trabalhadores e, no particular, recortada em termos de gênero, refletindo a experiência operária distinta de homens e mulheres na fábrica, no espaço do bairro (...).As mulheres, muito mais que os homens, tem vivos na memória detalhes de acidentes verificados no trabalho, das condições bastante insalubres sob as quais se viam obrigadas a trabalhar e de atos despóticos por parte de supervisores contra seus subordinados. Surpreendentemente, são contudo as mulheres que recordam, com maior nostalgia e saudades, não apenas a vida no bairro enquanto vila operária como também seu trabalho na fábrica, idealizando esse passado operário como a melhor época de suas vidas”. (SARDENBERG, 1998, p. 149-150).

Mesmo não se tratando desta dicotomia de gênero, Halbwachs (2006) afirma que a história vivida e lembrada pelas pessoas deve ser compreendida como algo vivo socialmente, ou seja, “com sentido” e que toma-se emprestado este “sentido”, pois equivale a dizer que a memória deve ser compreendida a partir do lugar dos sujeitos, considerando principalmente, o lugar de gênero. Mas, enfim, “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. (BOSI, 1994, p. 39).

A fonte oral foi e é um recurso potencial a lançar luzes sobre as áreas inexploradas, até então, da vida das fumageiras, trazendo à tona parte de suas memórias expressas na voz, nos gestos e no semblante desses agentes sociais. Segundo A. Portelli (1997, p. 26), a importância maior da fonte oral está em entendê-la na essência da oralidade e, neste sentido, faz-se necessário observar e explorar o conjunto de informações gestuais e seus significados, associados aos espaços transitados por estas trabalhadoras que, segundo o mesmo autor, “o ritmo do discurso popular carrega implícito os significados e conotações sociais irreprodutíveis na escrita”. (PORTELLI, 1997, p.28).

O intrínseco diálogo da oralidade com a memória seleciona e reconstrói a representação do passado, que não é apenas do indivíduo, mas dele inserido

no grupo familiar e social e, no caso das fumageiras, também, no grupo de trabalho, considerando o tempo da memória. Segundo Silva:

O diálogo com a memória - campo pantanoso - sem perder a noção do tempo, sabendo-se que o tempo da memória nem sempre coincide com o tempo objetivo, cronológico, é o que permite compreender as visões de mundo e os valores sociais e morais concebidos pelas trabalhadoras. (SILVA, 2001, p. 15).

As memórias das mulheres fumageiras, representativas de seu grupo no contexto do trabalho e das relações sociais, bem como de sua época, significaram um dos caminhos que permitiu a leitura e a compreensão das várias estratégias de sobrevivência e de resistência diante das formas específicas de exploração e dominação; estratégias que representaram o campo de lutas onde as trabalhadoras fumageiras projetaram-se como sujeitos de sua própria história, seja por lutar pela sobrevivência material e social, seja pelas formas de resistência que empreendeu contra o seu opressor no campo do trabalho e até da família.

A fonte oral possibilitou, portanto, “o avivamento das memórias e histórias passadas, filtradas pelo presente”, pois, observou-se nas falas das trabalhadoras fumageiras, quando faziam a reconstituição de suas vidas, a seleção daquilo que acreditam ser mais importante para ser lembrado e externado a partir da repetição de alguns fatos que, certamente, representam o sentido do presente. Desta forma, entende-se que a postura do pesquisador que trabalha com este tipo de fonte deve ser aquela adotada por Bosi:

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. (BOSI, 1994, p. 37).

A História Oral também permitiu perceber que a memória é gendrada, pois a oralidade das mulheres fumageiras trouxe à tona uma memória marcada por eventos e ações próprias de um mundo culturalmente feminilizado. A fala das mulheres expressa o mundo doméstico, a sensibilidade e a emoção e, principalmente, o lugar de subalternidade que ocupava nas relações sociais de gênero, desde a família às relações de trabalho e à sociedade de modo geral.

Assim, pode-se afirmar que a evidência oral corresponde ao feito da experiência humana produzida num tempo e espaço específicos, considerando, também, os lugares de raça, classe e as relações sociais de gênero construídas por seus agentes em suas respectivas culturas. Neste sentido, a História Oral, através das reminiscências individuais, é para a História Social – principalmente, ao considerar a perspectiva feminista – um instrumento de poder, tendo em vista a sua adequação aos objetivos e a possibilidade de reconstruir de forma mais consistente a dimensão subjetiva dos processos históricos e instituir agentes históricos reais. (GARCIA, 1997, p. 334). Afinal, a fonte oral não corresponde, apenas ou necessariamente, ao que o povo ou um grupo tenha feito no seu passado, mas “o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997, p.31).

As fontes – oral, escrita e visual – foram analisadas e, muitas vezes, cruzadas, no sentido de construir um diálogo mais próximo da realidade vivida pelas mulheres fumageiras. O uso da fonte oral, por sua vez, não significou as tradicionais entrevistas estruturadas, mas optou-se por longas conversas informais que se organizou naturalmente, conforme as condições apresentadas por cada uma das “depoentes”. Algumas vezes sozinhas, apenas a pesquisadora e a entrevistada; outras com a presença de uma velha amiga, também, fumageira; e, outras, ainda com a presença e a contribuição de seus familiares. Nestes encontros, a conversa – informal – iniciava, sempre, com a seguinte pergunta: “como era sua vida de fumageira?”, mas no decorrer da conversa, entre as perguntas que, naturalmente, iam surgindo, voltava-se a questionar sobre a sua situação como trabalhadora e como mulher naquele contexto. A seleção do que deveria ser lembrado e falado, o tempo histórico transitado pela(s) fumageira(s) respondente(s) e outros aspectos inerentes àquela conversa, ficaram a cargo de cada uma, pois, a intenção era proporcionar uma relação com maior grau de aproximação entre pesquisadora e a pesquisada e, assim, alcançar maior confiança e, conseqüentemente, maior abertura no nível da comunicação.

Nas primeiras conversas, foi possível perceber que as pessoas recorriam aos tempos, históricos e cronológicos, transitavam entre passado e presente sem se dar conta da presença alheia da pesquisadora. Falavam de suas vidas,

do seu passado, dos momentos felizes e aqueles que deixaram a desejar, como se estivessem revivendo os fatos, além de expressar com naturalidade situações como mudança no tom de voz, pausas enquanto pensavam, reticências, gestos e expressões faciais. Pois, segundo Elizabeth Jelin “Abordar la memoria involucra referirse a recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos. Hay en juego saberes, pero también hay emociones. Y hay también huecos y fracturas”. (JELIN, 2001, p. 1). E é neste sentido que o diálogo direto permitiu à pesquisadora formar impressões que os registros impressos não puderam oferecer, além de considerar que “a conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda”. (CHAUÍ, 1994, p. 22).

Em momentos anteriores já havia concluído que esses encontros e conversas com as fumageiras, possibilitaram conhecê-las de uma forma muito particular, principalmente no tocante às relações sociais de gênero, que os escritos sobre política ou economia da região fumageira não são capazes de oferecer. Por isso, considera-se que essas “longas conversas” com as fumageiras são algumas das fontes mais ricas para uma (re)leitura de suas histórias de vida e de suas experiências, possibilitando, ao mesmo tempo, uma leitura das relações sociais de gênero naquele cenário.

Desde as primeiras entrevistas no período da graduação, os diálogos mais abertos durante o mestrado, até os últimos encontros onde as “conversas” já ocorriam num clima de maior confiança e aproximação, que se recorreu ao mesmo universo de mulheres anteriormente pesquisado, com exceção de algumas perdas e ganhos durante a caminhada.

Para a seleção das pessoas, os fatores que dificultaram ainda continuam sendo os mesmos e que, acabaram por definir a escolha e o perfil das/dos entrevistadas(os). Como é o caso da falência da indústria fumageira na região e os pedidos de aposentadoria que contribuíram para a dispersão geográfica dos remanescentes. O que é mais grave é o reduzido número de sobreviventes desse período.

Desta forma, faz-se necessário ouvir e escrever sobre estas trabalhadoras, num tempo cada vez mais distante, para que não sejam maiores as lacunas dessa/nessa história. Assim, Silva (2001) afirma que:

Potencializar a existência das fumageiras como sujeitos históricos, suas vivências e ações, é dar-lhes voz para expressarem o seu tempo que não é rígido, nem linear, que não é o mesmo da fábrica, mas que se move conforme os sentimentos, aspirações e a concreticidade da história; para compreender as suas experiências como estratégias de sobrevivência, quando tentavam “fazer-se” como sujeitos, “fazer a vida” e a história. (SILVA, 2001, p. 23).

Contudo, o uso da fonte oral não deve excluir outras possibilidades de investigação, ao contrário, a preferência é que se possa cruzar as diversas fontes. O cruzamento destas fontes, no entanto, não deve ser tratado como um apanhado de provas e/ou a evidência de maior número de informações sobre o objeto, mas de acolher vários olhares e olhar por vários ângulos, compreender o objeto a partir de várias perspectivas, embora seja a perspectiva das mulheres àquela que mais deve prevalecer, pois é preciso considerar que os documentos oficiais carregam o caráter androcêntrico e, por isso, exigem um olhar desconfiado e uma análise cuidadosa para perceber as suas intenções no tocante, principalmente, às relações de classe e de gênero.

As fontes escritas, examinadas para esta pesquisa, estão relacionadas ao mundo econômico e social das cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Muritiba e Cruz das Almas, situadas no Recôncavo Baiano e informam, especificamente, sobre a dinâmica da manufatura fumageira, nas diversas unidades fabris, oferecendo pistas e possibilidades de leitura das relações trabalhistas, das relações sociais de gênero e da importância da atividade fumageira para a região naquele momento. A leitura e a análise das fontes escritas permitiram, ainda, situar o Recôncavo Fumageiro e as trabalhadoras em suas distintas áreas de trabalho e percebendo a sua singularidade na dinâmica sociocultural do seu tempo e no contexto socioeconômico regional.

Nesse conjunto de fontes escritas, destacam-se as “Fichas de Registro de Empregados” das fábricas de charutos Suerdieck e C. Pimentel, que se constituíram em um acervo importante para a pesquisa. Nas ruínas do prédio da Suerdieck em Maragogipe, no ano de 2000, foram encontradas e catalogadas 4.621 fichas de registro de trabalhadoras(es), empregadas(os) naquele município. Em 2007, desta vez em Cruz das Almas, nas ruínas do prédio, também da Suerdieck, foram encontradas e catalogadas 6.233 fichas de registro de trabalhadoras(es) daquela e de outras empresas, todas ligadas a

atividade fumageira no período que transcorre de 1906 a 1998¹². Estas fichas estão assim distribuídas: Suerdieck de Maragojipe – 1.188; Suerdieck de Cachoeira – 31; Suerdieck de Cruz das Almas – 2.428; e C. Pimentel de Muritiba – 2.586. Este acervo forneceu as informações pessoais das/dos trabalhadoras(es), informações técnico-administrativas e socioeconômicas, bem como, possibilitou perceber a divisão sexual do trabalho e sua organização hierarquizada a partir da distribuição das funções de trabalho. Além de fichas de registro de trabalhadoras(es) da região, também encontram-se registros de estrangeiros que ocupavam os cargos mais importantes nas referidas empresas.

Uma documentação avulsa, composta por Contratos de Trabalho, Cartas de operárias(os) aos gerentes e sócios das unidades fabris, Pedidos de Demissão, Advertências às operárias, Processos Trabalhistas e Relatórios de Atividades, também, foi localizada nas dependências do prédio da Suerdieck, em Cruz das Almas, que guardam informações e histórias além do que se pôde examinar.

Correspondências diversas – dirigidas ou recebidas, como os Decretos, Circulares, Memoriais da Secretaria de Governo e demais documentos da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio do Estado da Bahia, localizados no Arquivo Público do Estado da Bahia-APEB, nos permitiram um percurso pela lavoura fumageira, conhecendo o grau de sua importância econômica na Bahia, o tratamento dispensado pelo Governo a esta área de produção e industrialização do fumo e o lugar das mulheres e homens no trato do tabaco.

Na Associação Comercial da Bahia foram identificados e listados documentos, como, Livros de Registros das Empresas, Relatórios e Boletins. No Arquivo Municipal de São Félix foram identificados o Memorial da Leite & Alves, Correspondências de comunicação interna da Dannemann e exemplares do “Correio de São Félix”, jornal de grande circulação na região, fontes que forneceram as mais diversas compreensões do contexto político e econômico e das relações sociais permeadas pelas ideologias de classe e, sobretudo, de gênero.

¹² Este acervo, denominado de massa falida da Suerdieck, pertence atualmente a Faculdade Maria Milza – FAMAM, em Cruz das Almas - BA.

Os documentos dos órgãos supracitados esclareceram os volumes de produção e exportação do fumo e de toda produção fumageira daquela região; as taxações de impostos, a criação do Instituto Bahiano do Fumo e suas considerações em relação aos seus trabalhadores, também nos levaram a perceber os olhares do Governo do Estado no sentido de organizar e controlar o conjunto das atividades fumageiras e a atenção ou a falta desta ao contingente de mulheres envolvido nestas atividades, bem como, compreender as relações comerciais e de trabalho da região.

No Arquivo Público do Estado da Bahia, na secção de documentos da Secretaria de Agricultura, foi localizada uma série de fotografias onde as mulheres estão dispostas numa das fábricas em plena atividade de confecção de charutos do ano de 1942, aproximadamente. Dentre outras imagens, foram identificadas algumas fotografias nos memoriais anuais das Irmãs da Santa Cruz, em Governador Mangabeira – BA, os quais eram enviados para seus colaboradores na Alemanha. São fotografias de mulheres trabalhando na escolha de fumos e na confecção de charutos, são imagens flagrantes do cenário fumageiro, que denunciam uma realidade característica de um estado de exploração, de sexismo e de opressão regado pelos estereótipos de gênero. Estas imagens auxiliaram na análise do perfil socioeconômico, cultural e étnico das mulheres trabalhadoras da indústria fumageira, oferecendo também, uma noção dos universos feminino e masculino (este último por exclusão na fotografia) que compunham os estabelecimentos fabris; universos, precisamente, gendrados sob a égide de uma época e de uma cultura situadas geograficamente.

As imagens, quando incorporadas ao laboratório do historiador, estão ligadas aos sistemas de representação dos indivíduos e da sociedade. No caso da fotografia, trata-se de um tipo de registro visual, não-escrito, silencioso e de conteúdo não-verbal, que nem sempre é compreendida com facilidade, sobretudo se foi produzida em um contexto afastado ou se o evento registrado faz parte de outro contexto, tanto no espaço quanto no tempo. A imagem do passado, como é o caso, exige maior grau de interpretação, precisa ser vista e decodificada em seu sentido histórico. (CARDOSO e MANUAD, 1997, p. 405-412). Mas, o recurso da fotografia, mesmo sendo apenas a “conservação” de uma cena congelada no tempo, permite fazer uma ponte e visualizar aquele

instante. Para Le Goff “é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica”. (LE GOFF, 1996, p. 466).

Uma série de correspondências entre a matriz e as filiais da Cia de Charutos Dannemann, que se encontra no Arquivo Municipal de São Félix, foi de fundamental importância para acompanhar o movimento interno da fábrica, seja na produção como nas relações de trabalho, como as referências sobre o grande número de trabalhadoras, casos de admissão, demissão, legalidade ou omissão perante a lei, distribuição de funções, modos de remuneração, punições e a reação das trabalhadoras nos referidos casos. Além de outras situações, como afastamento por doença e/ou gravidez, uma vez que, sendo mulheres de muitos filhos, frequentemente precisavam afastar-se do trabalho (PINTO, 1998, p. 128-129).

São fontes, portanto, que permitiram situar as mulheres fumageiras no seu contexto histórico, social e cultural, visualizando e recortando um largo período que vai desde a fundação da fábrica de charutos Suerdieck, em Maragojipe, em 1906, até a década de 1950, embora com os prejuízos irreparáveis de algumas lacunas, que são, de fato, os problemas que enfrentam o pesquisador e que o fazem trabalhar com as fontes que encontra e não com as que deseja trabalhar. (REIS, 1989, p. 15). Desta forma, é preciso levar em consideração o problema das fontes e valorizar todos os achados, sejam eles oficiais ou oficiosos, que possam revelar as ações das mulheres, no sentido de sua autoafirmação como sujeitos e agentes de sua própria história, bem como, os problemas histórico-culturais responsáveis por sua discriminação, opressão e sujeição.

A extensa exposição introdutória se justifica por ser uma proposta que visa esclarecer as escolhas e o traçado dos caminhos teórico-metodológicos percorridos, no sentido de atender tanto ao objetivo principal da pesquisa quanto às necessidades que a temática impôs ao longo de sua investigação.

No primeiro capítulo intitulado “*Redesenhando o cenário do trabalho e das trabalhadoras fumageiras*”, dá-se início a uma breve descrição do Recôncavo a partir dos aspectos fisiográficos e geográficos, reconhecendo várias estruturas produtivas, com o objetivo de destacar suas características

naturais propícias à produção fumageira, considerando desde as tradicionais delimitações de caráter geopolítico àquelas de concepção histórico-social defendidas por Milton Santos, Maria de Azevedo Brandão e L. A. Costa Pinto. Partindo destas perspectivas, apresenta-se a delimitação da zona fumageira, o percurso geo-histórico do fumo e sua importância econômica para a região, embora sendo considerada a “lavoura dos pobres”, bem como, discute a presença dos agentes sociais, que geralmente eram homens e mulheres pobres, conforme as contribuições de Vilhena, Kátia Mattoso, Jean Baptiste Nardi, Barickman, Schwartz dentre outros. Segue-se, ainda, discorrendo a história e atuação das indústrias tabaqueiras, composta por empresas de grande e médio portes, cuja produção se estruturou a partir da divisão sexual do trabalho para realizar a exploração da mão de obra feminina.

O segundo capítulo “*As mulheres fumageiras e seus lugares no trabalho fabril*”, inicialmente, trata de delinear a composição do quadro social e suas características étnico-culturais, que compunham, historicamente, a região fumageira tendo como base os Censos de 1940 e 1950, Maria de Azevedo Brandão, Anphilófilo de Castro, Costa Pinto e as Fichas de Registro de Empregado da Suerdieck. Em seguida, expõe imagens e trajetórias de algumas trabalhadoras com vistas a conhecer e traçar um breve perfil daquelas mulheres que se dedicaram, por muitos anos, ao labor fumageiro tanto na indústria quanto no trabalho em domicílio. Apresenta, também, um quadro com estrangeiros, revelando os contrastes hierárquicos no tocante à ocupação dos cargos/funções por ambos os grupos. Traz a predominante presença das mulheres no trabalho fumageiro discutindo a justificativa desse contingente com base nos estereótipos de gênero inscritos nas relações sociais patriarcais, aliados às necessidades econômicas vividas pela população da região. Com base em Souza-Lobo, Hirata, Bruschini dentre outras, que tratam as trajetórias de trabalhadoras(es), os setores e ocupações destinados a homens e mulheres como construções históricas, sociais e culturais, discute-se a divisão sexual do trabalho, no processo de produção dos fumos e seus derivados, destacando a exclusividade que os homens tinham em exercer as funções de poder. Do ponto de vista sociocultural, observa que havia uma significativa distância entre as trabalhadoras dos armazéns e as trabalhadoras das fábricas, determinando *status* diferenciados entre os dois grupos.

O terceiro capítulo, “*A resistência inventiva das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano*”, traz o embate das relações de poder no âmbito do trabalho entre a chefia e as trabalhadoras. Discute as ações de exploração e de dominação sofridas pelas trabalhadoras nos espaços de trabalho, tendo suas raízes na construção histórica e cultural das relações sociais patriarcais, uma situação que ultrapassa a questão de classe e perpassa, necessariamente, pela questão de gênero. Desta forma, fez-se necessário entender, mesmo que brevemente, como se constituíram, histórico e culturalmente, as relações de gênero no mundo ocidental, a partir das abordagens feministas de Dahlerup, 1987; Costa, 1998; Saffioti 1992 e Palmero, 2004.

Em seguida, apresenta a leitura da organização dos espaços de trabalho visando destacar a divisão sexual do trabalho e o controle sobre a mão de obra. Descreve, ainda, as ações que configuraram instrumentos de resistência sutil das trabalhadoras, como uma resposta à exploração e a dominação no espaço do trabalho, a partir da concepção de poder em Michel Foucault, este que discute a natureza do poder como não sendo apenas repressivo, mas disciplinar e como produto de um saber, podendo, desta forma, ser periférico e circular entre os indivíduos, conforme a máxima deste autor “onde há poder e saber há resistência”.

No quarto capítulo “*Trabalho invisível: o trabalho domiciliar das mulheres fumageiras*”, a proposta se resumiu em discutir o trabalho fumageiro fora dos espaços industriais, no domicílio das trabalhadoras, considerado como uma categoria ou modalidade de atividade produtiva, embora, marginal. Para compreender a história e a dinâmica do trabalho em domicílio das fumageiras do Recôncavo, recorreu-se às análises de Alice Rangel de Abreu, Bila Sorj e Roberto Ruas, embora, tratando-se de contextos diferentes, mas a discussão perpassa pelas questões que envolvem as condições e a divisão sexual do trabalho.

A discussão do trabalho em domicílio, sob a forma de subcontratação, encontrou em Braverman (1987), a perspectiva histórica de ser um fenômeno que persiste desde as primeiras fases do capitalismo industrial. Em seguida, são apresentadas as especificidades regionais do trabalho em domicílio e a situação da mão de obra feminina em relação ao contexto industrial fumageiro, bem como a descrição e análise dos espaços e atividades fabris; a

superposição de tarefas, a jornada de trabalho e o significado do trabalho para as mulheres fumageiras.

Concluindo que, o gênero das trabalhadoras definiu as características do trabalho em domicílio, ao mesmo tempo em que, as fumageiras recorreram ao trabalho em domicílio como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que se tratava de mulheres pobres dos meios urbanos.

1 REDESENHANDO O CENÁRIO DO TRABALHO E DAS TRABALHADORAS FUMAGEIRAS

As regiões são fatos humanos, são pedaços de história.

Durval Muniz de Albuquerque Jr

A história do Recôncavo é também a história das contradições.

Maria de Azevedo Brandão

O lugar da cena ou o cenário onde se desenrolou a trama das relações de trabalho das mulheres fumageiras, das relações de gênero no/do trabalho fabril fumageiro é o mesmo espaço da produção dos fumos, “a terra por excelência produtora de tabaco”, ambos formam o Recôncavo fumageiro, unidade produtiva de um todo diverso – Recôncavo da Bahia, este que se consolidou como a primeira região fumageira do Brasil-Colônia.

O Recôncavo da Bahia é a região geográfica localizada em torno da Baía de Todos os Santos, abrangendo a Região Metropolitana de Salvador ou como descreveu Milton Santos (1998), “[o Recôncavo] fica em torno da Baía de Todos os Santos aureolando Salvador”. Nessa perspectiva, a região tem seus limites a partir das barrancas da margem oriental do Rio São Francisco, descendo em convergência até o nível do mar, num circuito de aproximadamente 200 quilômetros. Segundo Costa Pinto (1998):

Chama-se Recôncavo a região que circunda a Bahia de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há mais de quatrocentos anos, se vem desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil, que ali teve o seu começo (...). (PINTO, 1998, p.103).

Esta primeira descrição geográfica e fisiográfica da região, possibilita compreendê-la, inicialmente, a partir de um cenário natural em forma côncava

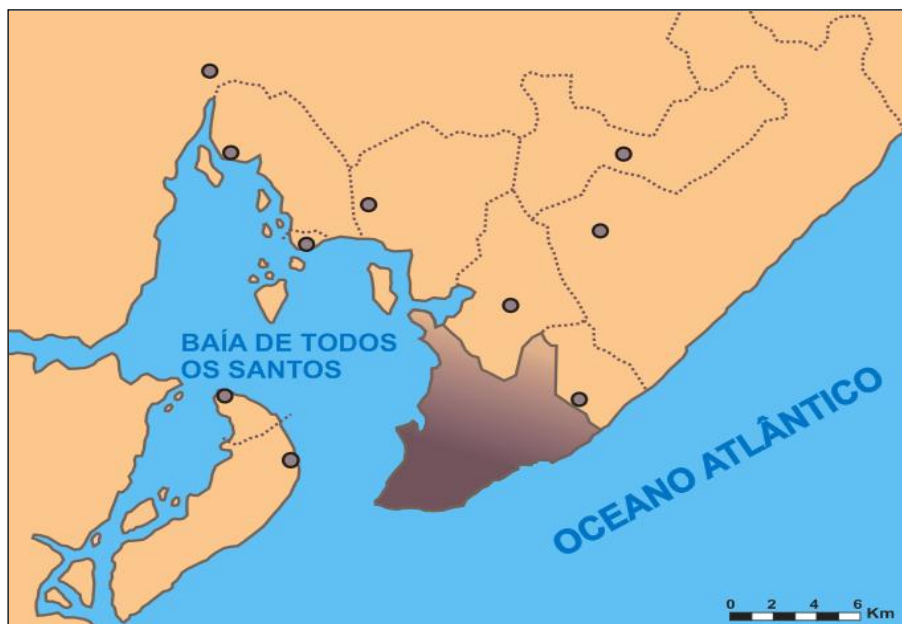
de onde vem a se originar o vocábulo recôncavo, conforme as figuras n.º 1, 2, 3 e 4 a seguir.

FIGURA 1 – Baía de Todos os Santos (Bahia Brasil)



FONTE: BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In BRANDÃO Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador (BA): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.31.

FIGURA 2 – Baía de Todos os Santos (Bahia - Brasil).

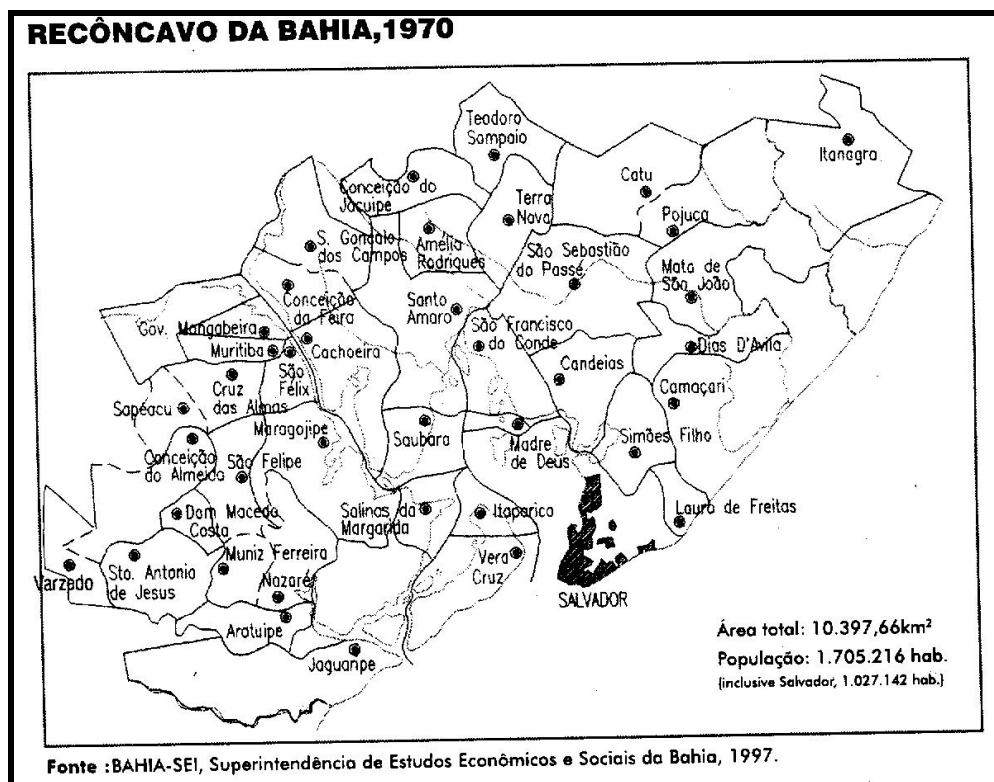


FONTE: Disponível em: www.diario-universal.com/tag/brasil/page/2/. Acesso: 27/08/2010.

A sua delimitação geopolítica varia conforme as diversas concepções. Numa perspectiva tradicional, faz sentido estabelecer os limites do Recôncavo em torno da Baía de Todos os Santos ou ao fundo do golfo. Outra classificação para determinar a delimitação do Recôncavo é a divisão política, cujo número de municípios sofre uma relativa variação de 23 a 33 municípios.

Considera-se, também, uma referência importante no recorte regional a classificação de solos, atividades econômicas e suas relações de produção. Os mapas a seguir refletem delimitações específicas em momentos diferentes – 1970 e 1952, respectivamente.

FIGURA 3 – Recôncavo da Bahia



FONTE: BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição**. Salvador/BA: Fundação Casa Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 31.

FIGURA 4 – Recôncavo da Bahia



FONTE: BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In BRANDÃO Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador (BA): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p.33.

Conforme Santos (1998) são os diferentes caracteres de formação do solo do Recôncavo que correspondeu a uma diferente utilização do mesmo e que ainda pode ser assim caracterizado.

Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fofo massapé, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. (SANTOS, 1998, p. 62).

Toda tentativa de traçar uma localização e uma delimitação do Recôncavo enquanto região deve-se considerar a sua historicidade e a sua dinamicidade, ao invés de entendê-lo como espaço (não social) estático.

Santos (1998) chama a atenção para uma formação e uma definição de Recôncavo muito mais dinâmica que àquela proposta pela ideia tradicional, “uma vez que o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica”. (SANTOS, 1998, p.62).

Já Maria de A. Brandão (1998), afirma que “na verdade, o Recôncavo nunca fora, seja quanto ao substrato ambiental, ou à concepção econômica, uma área uniforme, mas antes um complexo de subáreas especializadas”. (BRANDÃO, 1998, pp.31-32). No final da década de 1940, ela afirma que a região compreendia quatro subáreas, sendo: a área do massapé, compreendendo parte de Santo Amaro, São Francisco do Conde, Terra Nova e São Sebastião do Passé, dominada pela produção do açúcar; o alto Recôncavo, os tabuleiros a oeste dedicados basicamente à produção de fumo e de alimentos, demograficamente denso e marcado por um processo de intensa minifundização; o baixo Recôncavo, as terras ao sul e a sudoeste, com maior frequência de médias e pequenas propriedades, e que se ocuparam sempre mais preponderantemente com a produção alimentar (...); o Recôncavo Norte, demograficamente ralo e marcadamente isolado das demais áreas da região e da própria capital, apesar de sua vizinhança física, este então dedicado à sua produção de subsistência e do coco da Bahia e à pecuária extensiva. (BRANDÃO, 1998, pp. 41-42). Seguindo, ela resume que:

No conjunto, o Recôncavo do meado deste século compreendia os termos das freguesias da cidade do Salvador e das antigas vilas de Abrantes, São Francisco da Barra do Sergi do Conde, Santo Amaro, as terras da Vila de Cachoeira a nordeste do Paraguaçu e do Riacho Fundo, e os termos das Vilas de Maragogipe e de Jaguaripe. (BRANDÃO, 1998, pp. 42).

Numa análise, também, sociológica datada da década de 1950, C. Pinto compreendeu o Recôncavo como uma síntese regional dividida em outras seis sub-regiões, sendo elas: **Zona da pesca e do saveiro** – na orla marítima e nas ilhas; **zona do açúcar** – nas terras do massapé; **zona do fumo** – mais recuada do litoral; **zona da agricultura de subsistência** – área descontínua, conjunto de manchas, roças de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas, associada ao

pequeno criatório, que se espalham por todo o Recôncavo, completam outras culturas principais (principalmente a do fumo), concentrando-se mais na direção das fronteiras do Sul e do Sudoeste; **zona do petróleo** – ainda crescente, definindo agora os seus limites geográficos pelo processo ecológico de invasão de outras zonas, originada e concentrada, entretanto, nas mesmas terras do massapé açucareiro, nas ilhas e na orla marítima; **zona urbana de Salvador** – de características metropolitanas, ou quase, cuja existência, crescimento e função – como centro de consumo, de comércio, de redistribuição, de serviços, de influência política, de controle administrativo, de vida intelectual, de contactos com o mundo – representa um dos principais fatores, simultaneamente, de unidade e de diversidade do conjunto (...). (PINTO, 1998, pp. 108 – 109).

Observando que as quatro primeiras sub-regiões representavam, até então, modelos tradicionais de relações econômicas e sociais e onde se praticavam, dentre outras atividades, a produção de fumo, esta que favoreceu a instalação da indústria fumageira e, conseqüentemente, as possíveis modificações nas relações de trabalho e nas relações sociais.

O Recôncavo recortado em subáreas baseia-se em diferentes atividades econômicas, estas, por sua vez, correspondem a diferentes grupos sociais que atuaram em limites e dimensões temporais distintos, marcando suas épocas enquanto produziam e reproduziam seus modos de vida tanto no âmbito rural como urbano. São “suas várias porções com vocações e atividades diferentes” (SANTOS, 1998, p.62-63), que lhes conferem, ao longo do tempo, um caráter distinto de outras regiões da Bahia, a exemplo do sertão. Ana Maria Oliveira (2000) descreve a distinção entre as duas regiões:

Enquanto o Recôncavo traz em sua representação as imagens de fertilidade, produção agrícola abundante, clima ameno e suave, água fácil, entre outras, o sertão é representado por elementos que são opostos ao Recôncavo como escassez da produção agrícola, clima desértico, falta de água, aridez, etc. Não obstante, se o clima e, por conseqüência, a vegetação dão unidade ao Recôncavo tão próximo do oceano, o relevo variado faz com que neste mesmo Recôncavo ocorram numerosos microclimas. Identificamos também que o Recôncavo é associado à Bahia para representar a diversidade cultural e o fausto dos tempos coloniais; o sertão é, por sua vez, relacionado ao Nordeste, à pobreza, ao banditismo e ao que é considerado arcaico. (OLIVEIRA, 2000, p.48).

A maior singularidade do Recôncavo enquanto região é, exatamente, a sua diversidade.¹³ Ana Maria Oliveira (2000), reconhece que:

O Recôncavo é uma região há um tempo singular e noutra plural; se existem elementos que lhe dão unidade há também aqueles que demonstram a sua diversidade. Difícil perceber a riqueza, a pobreza, os contrastes do Recôncavo sem levar em conta a variedade dos seus aspectos físicos, sócio-econômicos e o seu percurso histórico.

O Recôncavo baiano não possui um único sistema produtivo e uma estrutura agrária uniforme. Há no Recôncavo vários sistemas, estruturas e cultivos. A unidade econômica da região não se encontra na presença uniforme e determinante de um sistema de produção, mas pelo maior ou menor grau de relacionamento mantido entre alguns sistemas e alguns cultivos particulares. Torna-se mais coerente encontrar a unidade dentro de cada região e em seus sistemas internos, do que no Recôncavo tomado por inteiro. (OLIVEIRA, 2000, p. 48- 49).

Este modo de ver e pensar sobre o Recôncavo oferecem possibilidades de se pensar, portanto, a existência de vários recôncavos dentro do Recôncavo da Bahia. É a partir desses recortes, que vislumbra-se compreender a porção aqui denominada de “Recôncavo Fumageiro”, cuja delimitação foge aos critérios da divisão político-administrativa ou geográfica apenas, e opta por um espaço historicamente organizado a partir das atividades fumageiras, em torno das quais a população produziu e reproduziu as condições materiais necessárias à sua sobrevivência e estabeleceu as relações sócio-políticas e culturais de seu tempo, dando-lhe a inteligibilidade de região.

Vale ressaltar que qualquer tentativa de delimitação precisa de uma região torna-se, por demais, complexa em função dos vários aspectos que a mesma incorpora, seja do ponto de vista geográfico, econômico, político, social, cultural, histórico ou antropológico. Segundo Nardi (2004):

Discutir as questões de região, território, espaço é penetrar num mundo extremamente diversificado de teorias e abordagens por entre os geógrafos, mas ainda os historiadores, economistas, sociólogos e, na administração pública, entre outros, os encarregados do planejamento ou políticas econômicas e sociais. (NARDI, 2004, pp. 12-13).

¹³ Não comporta aqui tratar de todos os elementos que, certamente, compõem a singularidade e a diversidade desse universo, a exemplo da riqueza e da complexidade dos aspectos culturais ali, historicamente, desenvolvidos.

Por certo, o que há de fato é o não-estabelecimento de um lugar específico e estático para cada aspecto que compõe uma região ou para a própria região, pois, ela se completa num todo harmônico, embora distinto, que sofre e gera transformações no tempo. (OLIVEIRA, 1997, pp. 27-28). A formação e o contorno dos espaços não são apenas obras da natureza e, neste sentido, Ana Maria Oliveira (2000), afirma que a definição de uma região depende:

da escolha que se faz, dos aspectos colocados em relevo e da problemática proposta. A região torna-se uma questão da opção e da construção do historiador; é a partir das suas crenças, do seu suporte teórico e das questões apresentadas que este delimita uma região. (A. M. OLIVEIRA, 2000, p. 39).

Desta forma, considera-se que, apesar das paisagens e fenômenos naturais que dão fisionomia própria e distinta a uma região, ela é um fato e um fato que “não está dado desde sempre”, como tal, a sua construção cotidiana é feita pelos agentes que dela se apropriam historicamente e socialmente e, por isso, concorda-se com Albuquerque Jr. (1999), quando ele afirma que “as regiões são fatos humanos, são pedaços de história”. (ALBUQUERQUE JR, (1999, p.66).

É a partir dessas concepções que busca-se entender uma unidade do Recôncavo baiano que se ergueu a partir de uma sociedade ligada à produção e manufatura do fumo, uma vez que, antes de ser apenas um espaço geográfico ela é o resultado de um processo histórico, cuja definição resulta da dinâmica social e econômica dos seus agentes em seus próprios tempos.

Trata-se do Recôncavo Fumageiro e, dentro deste, circunscrever a área de atuação e das vivências das mulheres fumageiras. Esta é uma área social mais restrita dentro da zona urbana do Recôncavo Fumageiro que, a partir da intensa atividade de beneficiamento dos fumos e fabricação de charutos, engendrou novos tipos de relações sociais, de instituições e de valores em consonância com a produção e reprodução sociocultural, traduzindo um “estilo de vida e psicologia social de sua gente”. (C. PINTO, 1998, p. 108).

Ao tratar de um Recôncavo Fumageiro, explicitamente, se revela a existência de outros Recôncavos que, conforme a atividade econômica desenvolvida, alguns estudiosos lhes dão vida e identidade própria. Segundo Milton Santos, é possível se destacar um Recôncavo açucareiro, um

Recôncavo fumageiro, mandioqueiro, de cerâmica e um da pesca. (SANTOS, 1998, pp. 61-65).

Maria de A. Brandão também informa que há o Recôncavo da cana, do fumo, da subsistência e dos materiais de construção, da lenha e da pecuária. (BRANDÃO, 1998, p. 32). Nestes Recôncavos, também, se desenvolveram relações sociais distintas que engendraram os modos de vida específicos dos grupos humanos que ali viveram durante o tempo em que cada unidade conseguiu se impor enquanto unidade produtiva.

O tempo cronológico que orienta o percurso desta pesquisa, como já foi destacado anteriormente, percorre um período que vai de 1906, quando a documentação oferece informações sobre o registro das primeiras mulheres fumageiras da empresa Suerdieck em Maragojipe,¹⁴ configurando o momento em que a indústria de charutos começou a se desenvolver e potencializar econômica e socialmente a área fumageira; até 1950, quando se acentuou o processo da crise e declínio da produção fumageira na região, dentro de um complexo contexto de contradições.¹⁵

É preciso explicitar que este período foi determinado pela documentação escrita, enquanto que o tempo expresso nas falas das mulheres fumageiras foi o tempo da memória e de suas memórias em particular, o tempo fugaz, que não se pode medir nem fixar em lugar algum para ser revisto, ele é móvel como é móvel a memória de cada pessoa.

As mulheres fumageiras enquanto falavam de suas vidas, falavam de seus tempos marcados por fatos que constituíam suas vidas de mulheres, desta forma, o que marca o seu tempo necessariamente não marca o tempo dos homens nem o tempo das empresas ou vice-versa. Ao falar, as mulheres transitavam no tempo e entre os tempos a partir de seus próprios parâmetros,

¹⁴ Palavra que deriva do Tupi, Maragojipe, é o nome do município onde foi instalada a fábrica Suerdieck. Porém, foi utilizada, algumas vezes no texto, a palavra grafada como "Maragogipe", por assim constar em todos os documentos consultados.

¹⁵ Desde os tempos coloniais aos republicanos, o Recôncavo sempre viveu dois *status*: àquele de produtor de riquezas, sendo o celeiro da Capital pela produção de provisões, além de ser o entreposto entre o sertão e a capital na distribuição de produtos diversos; outro que revelava um quadro social de muita pobreza de sua gente; e àquele do latifúndio da cana-de-açúcar, concomitantemente, com as pequenas propriedades de plantação de fumo e de roças de subsistência. Mas, para a década de 1950, Brandão afirma que é a partir da segunda metade do século XX que a expansão da rede rodoviária nacional e a integração do mercado interno, dentre outros fatores de ordem histórica e política, que terminaram por marginalizar os velhos centros de produção regional, deprimindo a imponente rede que envolve a Baía de Todos os Santos. (BRANDÃO, 1998, pp. 29-42).

por isso pode ser que alguns momentos de suas falas estejam relacionados a períodos outros que não este que aqui fora determinado.

Assim, considerando a especificidade de as fumageiras estarem diretamente ligadas à manipulação do tabaco, lança-se um breve olhar sobre este produto e suas relações com a região e a população que ali viveu no auge da produção e industrialização do fumo, elementos importantes na formação das redes de relações sociais e culturais que envolveram parte das mulheres desta porção do Recôncavo Baiano. Contudo, pretende-se evitar a discussão concernente ao trabalho no campo, o quadro que se segue tem o caráter, apenas, contextual servindo de base para a discussão das relações sociais de gênero no âmbito do trabalho fabril fumageiro na região do Recôncavo, ora denominada de Recôncavo Fumageiro.

1.1 POR ONDE ANDOU O FUMO

A porção do Recôncavo baiano, onde predominou a plantação de tabaco, foi citada por diversos pesquisadores a partir das características do solo e da sua localização geográfica em relação à outras áreas de produção, já que o Recôncavo como um todo era comparado a um mosaico pelas diferentes plantações nele distribuídas. Milton Santos (1998, p.62), se referindo aos solos menciona que “os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo”; Maria de A. Brandão (1998, p.41), chamou de “Alto Recôncavo” “os tabuleiros a oeste dedicados basicamente à produção de fumo”; C. Pinto (1998, p. 108), também, define uma subárea do Recôncavo como “zona do fumo – mais recuada do litoral”; e Pedrão (1998, p. 222), quando divide o Recôncavo fisicamente em três andares (tabuleiros, planícies e manguezais) localiza o fumo nos tabuleiros.

Os tabuleiros¹⁶ de fumo ou zona fumageira constitui o que denomina-se de Recôncavo Fumageiro, este que encontra-se mais recuado em relação ao litoral constituindo parte do chamado Recôncavo Sul (SANTOS, 1998, pp. 61-65). A outra parte é formada pela zona econômica do açúcar. Ainda, segundo C. Pinto (1998), a cultura do fumo espalhou-se por uma área extensa que “vai do Norte do

¹⁶ “Geogr. Forma topográfica própria a terrenos sedimentares, que se assemelha a pequenos platôs, limitados por escarpas pouco elevadas; porção de terra separada em que se plantam flores e hortaliças”. (LAROUSSE CULTURAL, 1992).

município de Santo Amaro, percorrendo extensa faixa de ambos os lados do Paraguaçu, sempre mais recuada do litoral, até, no Sul, ultrapassar os limites do recôncavo, entrando no município de Castro Alves”. (C. PINTO, 1998, p. 122).

Conforme o CEI (Centro de Estatística e Informação – 1940), a região fumageira estendia-se de Maragogipe a Santo Antônio de Jesus. Nestes limites, destacam-se as cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba, interligadas pela antiga estrada BA 02.

Seguindo o curso do Rio Paraguaçu, a sua margem direita é ligada a Cachoeira pela Ponte D. Pedro II, que encontra do outro lado do rio a cidade de São Félix e, subindo a escarpa da falha, chega-se a cidade de Muritiba e, a seis quilômetros após, o Distrito de Cabeças (Governador Mangabeira – município criado em 1962).

Nesta porção do Recôncavo baiano, sob as coordenadas 120 23’ a 130 24’ latitude sul e 380 30’ a 400 10’ longitude oeste, centra-se a área que, por muito tempo, enquadrou-se sob um mesmo gênero de vida a partir da cultura do fumo, envolvendo direta ou indiretamente toda a sua população, de modo particular as mulheres fumageiras na lida deste produto, desde seu auge, crise e decadência. (SILVA, 2001, p. 30).

Dentro dos limites geográficos descritos por C. Pinto e pelo CEI, o solo apresentava características adequadas ao desenvolvimento da lavoura fumageira, por apresentar uma composição sílicoargilosa e rica em húmus. As propriedades naturais deste solo associadas à adubação com o esterco de gado, uma prática freqüente em toda a região naquela época, determinavam a boa qualidade e quantidade dos fumos do Recôncavo. Tanto Amaral Lapa (1973, pp. 160-163), quanto Nardi (1996, pp.51-52; 66-68), fazem uma minuciosa descrição dos tipos de solo apropriados para a plantação de fumo. Segundo o memorialista Anfilófilo de Castro "até seis meses quando o fumo, com tempo favorável em terreno bom e forte, que dá até treze córtes, qual vimos no Fumal, nós e o culto cientista bahiano Sr. Dr. Heitor Fróes". (CASTRO, 1941, p. 104).

Escrevendo sobre o século XVIII, Antonil (1982, p. 149) destaca que a atividade fumageira no Recôncavo data dos tempos da colonização da Bahia, quando desdobrou-se paralelamente com a produção de açúcar na região, a

partir de uma organização política, econômica, social e cultural diferenciada.¹⁷

A fumicultura baiana é considerada pela maioria dos autores que tratam o tema como uma lavoura de pequenos agricultores e quanto as relações de produção e a estrutura fundiária, a cultura do fumo se organizava de forma distinta da cultura canavieira, pois, enquanto esta última tinha como base o latifúndio e a mão de obra escrava, o fumo utilizava as pequenas propriedades e a mão de obra de homens livres, principalmente, a mão de obra familiar.

O tabaco era produzido em pequena escala e seu beneficiamento, além de não exigir alto nível de especialização, era menos dispendioso que o açúcar, condições que atraíam pequenos agricultores para aquela atividade. (CASTRO, 1941, p. 107).

Inicialmente, a maior parte da plantação de tabaco concentrada nas terras de Cachoeira era destinada à produção do chamado fumo de corda ou fumo de rolo.¹⁸ Este fumo, mesmo sendo de qualidade inferior representou, por muito tempo, uma importante atividade econômica, embora secundária, no comércio colonial do tráfico de negros com a África. (BORBA, 1975, vol. 2, p. 12). Ao passar dos anos, não se observou modificações significativas nas técnicas de plantio e beneficiamento do fumo, apenas passou a ser produzido também em forma de rapé e em folhas selecionadas para a fabricação de charutos.

A produção de fumo em folha começa por volta de 1750 e, neste período, representa apenas 1% das exportações destinadas à Índia Portuguesa, sendo a maior parte da produção fumageira colonial composta quase exclusivamente de fumo de corda. (NARDI, 2004, p. 34). Mas, segundo Almeida, P. H., (1983, p. 15), a partir de 1840, o Recôncavo tem o seu eixo de produção voltado para o fumo em folha, sustentando o crescimento econômico da região fumageira até meados do século XX. Com o desenvolvimento da indústria de charutos na região, cresceu a importação de folhas de fumo para servir de capa, contudo, considerando que a região

¹⁷ Segundo Marisa Corrêa, o fumo da Bahia, além de ter sido produzido simultaneamente ao açúcar, rendeu mais que o ouro das Gerais aos cofres portugueses. (CORRÊA, 1982, p. 19).

¹⁸ O fumo de corda é um produto exclusivamente do período colonial brasileiro. “É o fumo que os índios fabricavam aqui e cuja técnica os colonos portugueses aperfeiçoaram, criando máquinas e apetrechos para preparar a corda, as bolas e os rolos”. (NARDI, 2004, p. 33).

oferecia condições naturais favoráveis ao plantio, bem como, o alto custo da importação, as empresas passaram a investir em técnicas de plantio mais sofisticadas visando a produção do fumo em folhas, que era um dos tipos mais importantes para a produção de charutos e, por isso, mais caros.

FIGURA 5 – Folha de Fumo Seca



FONTE: Folheto da Suerdieck, 1955.

O fumo era uma cultura que se mantinha dentro dos moldes tradicionais de produção, embora tivesse assumido uma posição de destaque e estabilidade dentro da pauta de produtos exportáveis para outras partes do mundo, assim como, também aumentou o consumo interno possibilitando a emergência de um mercado consumidor local que passou a favorecer o crescimento da economia e a formação de um quadro social característico da região fumageira.

Anfilóbio de Castro informa que "fomos nós que já em 1559, enviamos sementes de fumo a Portugal". Com relativa diferença temporal, Nardi (2004) afirma que a cultura comercial do fumo no Brasil começou por volta de 1570 nas regiões costeiras da Bahia e de Pernambuco. Mas, foi a partir da segunda metade do século XVII que a cultura do fumo passou a ser uma das principais lavouras típicas do Recôncavo Sul da Bahia (MATTOSO, 1992. p. 463), sendo estimulada pelo crescente interesse de Portugal que já utilizava o fumo como moeda de troca no comércio de escravos com a África e de especiarias no Oriente, quando promovia o abrandamento das medidas restritivas à lavoura, em favor da política protecionista que lhe favorecia nos negócios.

No Recôncavo, segundo SCHWARTZ (1998), a produção de fumo para comercialização tem início por volta da segunda década do século XVII, quando pequenos agricultores iniciaram em São Pedro do Monte de Muritiba as primeiras plantações, seguindo-se à Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, onde começou a centralizar a indústria do fumo de rolo. (SCHWARTZ, 1988, pp. 84-85).

Assim, o tabaco foi ocupando novos espaços chegando a formar uma área extensa de plantação e beneficiamento que passou a ser denominaram de Recôncavo Fumageiro. Mas, vale registrar que foi nas terras de Cachoeira que ele deu os primeiros sinais de seu desenvolvimento na região, pois Vilhena assim já descreveu:

Creio que não ignoras ser a erva do tabaco de qualidades diferentes, a que se tem igualmente dado diversidades de nomes, e que tôdas elas produzem maravilhosamente por todo o Brasil, mas que nos campos da vila da Cachoeira distante 14 léguas a Oeste da cidade de Salvador, é que nos domínios portugueses do Brasil, se descobriu a terra mais própria, e melhor para a plantação desta lucrativa erva, cujo Real Contrato anda hoje pela soma que não ignoras. (VILHENA, 1969, p. 197).

Jean Baptiste Nardi, especialista na história e economia do fumo no Brasil, em particular na região Nordeste, reafirmou a região de Cachoeira como o centro da produção fumageira da Bahia. Para o último quarto do século XVIII, a documentação examinada por este autor destaca “os campos da Cachoeira” como os principais espaços produtores de tabaco naquela região, a partir dos seguintes limites:

Os campos da Cachoeira abrangiam naquela época muitas freguesias sendo que as mais importantes eram as de Cachoeira, São José de Itaporocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo e Santo Estevão do Jacuípe. Outras de importância menor chamavam-se Oliveira, Santiago do Iguapé, Desterro, São Felipe, Maragojipe, São Félix e Cruz das Almas. (NARDI, 1996, p. 36).

Segundo Vilhena, no século XVIII, “há nesta Capitania diferentes paragens, onde se lavra tabaco; os sítios porém onde há mais fazendas dêle são com preferência a todos do Brasil, os campos da Cachoeira”. (VILHENA, 1969, p. 199). No início do século XIX, 1802, ainda escrevia Vilhena, “A Vila de Cachoeira se faz recomendável e opulenta por ser caixa de todo o

Tabaco que se fabrica no continente”. Para Kátia Mattoso (1992, p. 463), no final do século XVIII, só no distrito de Cachoeira havia oito mil plantadores de fumo e na maioria rendeiros, criando, a partir de então, uma espécie de tradição em torno dessa atividade e um tecido social territorialmente diferenciado.

Assim, a expressão “Os campos da Cachoeira”, no que diz respeito à produção de fumos do Recôncavo, vai além dos atuais limites políticos e geográficos deste município. Segundo Nardi (1996), trata-se da classificação das fazendas de fumo por freguesias. Vale ressaltar, que este recorte atende à época da plantação do tabaco visando a produção de fumo de rolo e, portanto, ainda de propriedade dos grandes fazendeiros utilizando mão de obra escrava. A figura abaixo permite visualizar a abrangência dos Campos de Fumo da Cachoeira.

FIGURA 6 – Os Campos de Fumo da Cachoeira

TABELA I.1 OS CAMPOS DA CACHOEIRA (1775-1799) REPARTIÇÃO DAS FAZENDAS DE FUMO POR FREGUESIA				
<i>Freguesia</i>	<i>Zonas</i>	<i>Número de Fazendas</i>	<i>Total de Fazendas</i>	<i>%</i>
São José de Itapororocas	Conceição de Bento Simões	67	540	33,0
	Campo Grande	31		
	Campos	37		
	Pojuca	24		
	Subae	57		
	Humildes	21		
	Jacuípe	45		
	Cágado	12		
	Quilombo	12		
	Cabaças	20		
	Não definidas ou não localizadas	214		
São Gonçalo dos Campos	São Gonçalo dos Campos	38	494	30,1
	Afligidos	35		
	Varge	76		
	Jacaré	55		
	Sergi	47		
	Rio Pindoba	17		
	Não definidas ou não localizadas	226		
	Cachoeira	Cachoeira		
Açu		50		
Serra da Conceição		69		
Belém		63		
Santiago do Iguapé		6		
Não definidas ou não localizadas		66		
São Pedro da Muritiba	São Pedro da Muritiba	18	145	8,8
	São Félix	29		
	São José do Aporã	10		
	Bananeiras	11		
	Candial	23		
	Não definidas ou não localizadas	54		
Outeiro Redondo	Outeiro Redondo	11	102	6,2
	Cruz das Almas	26		
	Embira	15		
	Nossa Senhora do Desterro	11		
	São Filipe	11		
	Maragogipe	3		
	Rio Sinunga	3		
	Não definidas ou não localizadas	22		
Santo Estêvão do Jacuípe	Santo Estêvão do Jacuípe	18	59	3,7
	Rio Jacuípe	3		
	Rio Cromoati	33		
	Não definidas ou não localizadas	5		
TOTAL		1.640	1.640	100,0

FONTE: NARDI, Jean Baptiste. O fumo Brasileiro no Período Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 37.

Analisando a história agrária do Recôncavo baiano do século XIX, Barickman explica que, desde o início, as terras que não foram exploradas pela cultura açucareira, principalmente aquelas de solo de areia, foram utilizadas para o cultivo de fumo pelos agricultores que possuíam pequenas áreas de terra. Em Cruz das Almas, por exemplo, 60% dos sítios tinham menos de 40 ha, enquanto o engenho médio do Recôncavo tinha 481 ha. (BARICKMAN, 2003).

Nesse período, Cachoeira e seus arredores, principalmente os municípios de São Félix e Muritiba, representaram o centro da cultura

fumageira na Bahia, seja pela qualidade do fumo, seja pelos produtos ali produzidos. Outeiro Redondo, distrito de São Félix, chegou a receber incrementos do governo pela “produção de safras apreciáveis na balança do Estado”.¹⁹ O fumo de São Félix era, de fato, para o exterior, a melhor espécie exportada pelo Brasil, por corresponder às exigências do mercado na produção de charutos finos.

Cachoeira, que desde sempre ligava o Sertão à Salvador funcionando como cidade-entrepasto, no momento do auge da economia fumageira, então, ligava-se à todas as localidades da zona do fumo, como também a Feira de Santana e Salvador, sendo, desta forma, privilegiada por sua posição portuária e depois ferroviária, reforçando sua posição de centro político-administrativo e por dirigir as relações econômicas na região.

As cidades vizinhas foram estrategicamente afastadas ou anexadas à rota promissora da economia fumageira. Santo Amaro, que era reconhecida também como porto fumageiro no início do século, perdeu suas funções depois que a ferrovia ligando Cachoeira à Feira de Santana passou a servir à zona e as localidades fumageiras. (SANTOS, 1998, p. 76-77). Já São Félix e Muritiba, cidades muito próximas à Cachoeira, complementavam o conjunto hierárquico do “complexo baiano do fumo”, além de servirem de ponto de pouso para os transportadores de mercadorias.²⁰

Juntas, Cachoeira, São Félix e Muritiba, representavam o centro comercial do Recôncavo Fumageiro, pois tinham a função de sediar o escoamento da produção e intermediar a capital e o interior mais distante - o sertão, ao recambiar uma série de produtos exportáveis, fato que reproduziu o cenário de tropeiros, vaqueiros e comerciantes a transitar pelas ruas daquelas cidades em direção ao porto.

Essa rede de comunicação que se encontrava solidificada em fins do século XIX, sofreu sérias modificações e uma nova organização no início do século XX, com a abertura de estradas de rodagem e a conseqüente utilização

¹⁹ ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX. DIAS, L. Gonzaga. O Congresso nacional do Fumo: histórias e problemas vistos em conjunto. **Correio de São Félix**. São Félix: Publicação aos sábados, n.º 887, 12/07/1952.

²⁰ Adota-se o conceito “complexo baiano do fumo” de Paulo H. de Almeida (1983) e não o de “complexo econômico regional” ou “complexo nordestino”, uma vez que estes tem como eixo a produção de açúcar que se manteve à frente da economia regional de maneira preponderante até início do século XX. Também, em contraposição ao conceito de “sistema agroindustrial”, que o autor afirma não poder ser aplicado, em nenhum momento, para a atividade fumageira da Bahia. (ALMEIDA, 1983, p. III).

de veículos automotorizados, embora tenha sido este um dos fatores importantes para a progressiva transferência da importância econômica e política dessa região para outras áreas, isolando-a do resto do país. (CENSO, 1970, pp. 17-18).

Neste contexto, destaca-se a considerável importância do Porto da Cachoeira, situado nos terraços fluviais da margem esquerda do Paraguaçu, pois desde os primeiros tempos da colonização até meados do século XX, grande parte da produção do planalto fumageiro, incluindo a produção das manufaturas de charutos, era escoada por via flúvio-marítima, fazendo do porto um elemento muito importante na estruturação econômica e social da região. (CENSO, 1970, pp. 17-18).

Em 24 de junho de 1949, já com a extensão da malha viária na região, o prefeito de Cachoeira, Aristides Miltom, solicitou ao ministério da Viação a cifra de Cr\$ 200.000,00 para a construção do cais da Vila do Iguape, afirmando que "Quase todo transporte é feito por via fluvial e d'ai a necessidade extrema e urgente do cais de que trata a emenda". (A. M. CACHOEIRA/CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS. Est. 6, CX. 169, 1949).

É, de fato, um cenário que revela um intenso movimento de entrada e saída de mercadorias na região, caracterizando o tempo de uma economia promissora, embora contrastasse com um quadro social de muita pobreza que ali margeava e para lá se dirigia em busca de trabalho, inclusive nas fábricas que formavam o parque manufatureiro da região. (PINTO, 1998, pp. 123-133).

No final do século XIX, o fumo, já processado pela indústria local, imperava como importante artigo de exportação. Ao adentrar o século XX, as rendas auferidas pela exportação do fumo continuaram contribuindo com o desenvolvimento da economia da Bahia, sendo o Recôncavo o maior fornecedor de fumo e derivados de todo o Estado. Foi assim até mesmo quando já não ocupava lugar de destaque por ocasião das sucessivas crises e dificuldades que a lavoura enfrentava. (BORBA, 1975, p. 10; ALMEIDA, RÔMULO, 06/ 1951, n.2. pp. 8-9).

A produção de fumo procedente do Recôncavo permitiu à Bahia, através do comércio de exportação e importação, manter fortes relações comerciais com as cidades de Bremen e Hamburgo na Alemanha, dentre outras, favorecendo a abertura do consulado alemão na cidade de Salvador já em

1820, sendo o primeiro do Brasil e, em 1872, foi instalado, também, o consulado imperial alemão. Segundo Almeida, esses consulados desempenharam o papel de verdadeiras representações comerciais, comprovando o interesse dos alemães nas atividades econômicas na região. (ALMEIDA, P. H., 1983, p. 16).

A Alemanha representava o mais importante mercado de fumo de charutos de toda a América, pois, segundo Nardi este país é, naquela época, “o centro do comércio internacional do fumo”. (NARDI, 2004, p.35). Bremen chegou ao fim do século XIX com o primeiro lugar na importação mundial de fumo em folha e, no início do século XX o fumo da Bahia – como é chamado o fumo do Recôncavo -, ocupou lugar de destaque no comércio de Bremen, antes dividido somente com os Estados Unidos. (BORBA, 1975, pp. 75-78).²¹

Comparado muitas vezes com o fumo de Havana, o fumo do Recôncavo, quando aqui beneficiado, também era destinado aos charutos de qualidade superior, uma vez que o interesse alemão pelo fumo baiano explica-se, dentre vários fatores, por suas características de “fumos fortes” com boa aceitação nos mercados da Europa Central. (ALMEIDA, P. H., 1983 p. 17; SUERDIECK S/A CHARUTOS E CIGARRILHAS, 1905-1955). Segundo Anfilóbio de Castro, em sua obra sobre Muritiba:

Claro, aroma delicioso, fino, leve, elástico e resistente; folhas de limbos largos, nervação delicada, lisas, ora apresentando pêlos granuloso a que chamamos em vulgar - "carrosquilhos", é o fumo das nossas boas "malhadas". (...) Daí a sua reconhecida estima e preferência sobre o de todas as demais zonas, para a indústria charuteira. (CASTRO, 1941 p. 104-105).

Ao mesmo tempo, vale lembrar que a Bahia constituía-se, também, num grande importador de fumo de várias partes, através de Bremen de onde adquiria os charutos alemães. As relações comerciais entre a Bahia e a Alemanha evidenciam o reflexo do controle do mercado do fumo baiano pela Alemanha, pois, do Recôncavo era exportado o fumo bruto, que naquele país

²¹ Segundo P. H. Almeida, “O produto de exportação da província que concentrava os interesses do capital alemão era o fumo em folha. (...). Nas últimas décadas do século passado, os negociantes nacionais limitavam-se, na maioria dos casos, à compra das folhas diretamente dos fumicultores, ao enfardamento em armazéns no Recôncavo e a revenda do produto para grandes empresas alemãs” estas que controlavam, praticamente, toda exportação do fumo baiano. (ALMEIDA, P.H., 1983, p.16).

era beneficiado e reexportado como fumo de alta qualidade para ser utilizado, inclusive, nas manufaturas do próprio Recôncavo a preços altos.²²

Mas, todo este estado promissor do Recôncavo fumageiro que envolveu desde a produção, beneficiamento e comercialização dos fumos e derivados, construiu um trajeto dinâmico pelas cidades determinado pelos requisitos do desenvolvimento econômico do setor, interferindo na paisagem geofísica e socioeconômica da região.

Assim, num processo de sucessão histórica e ecológica, o pólo fumageiro foi, gradativamente, sendo transferido para Cruz das Almas e adjacências, conforme se verifica nos números da produção do ano de 1926, em que os municípios de Cachoeira, São Félix e Muritiba juntos produziram 1.140.000 quilos de fumo e Cruz das Almas sozinho produziu 1.660.000. (IBF, 1936, Cx. 2378. M. 149, p. 07). No resumo dos trabalhos do ano de 1936, do Instituto Bahiano de Fumo, consta que Cruz das Almas tinha cadastrado 1.521 lavradores e rendeiros produtores e Muritiba o número de 1.466, enquanto que Cachoeira e São Félix não aparecem mais como grandes produtores de fumo. (IBF, 1936. Cx. 2378. M. 149, p. 07).

Em meados do século XX, a expansão da rede rodoviária nacional, a integração do mercado interno e o advento do caminhão na região, contribuíram diretamente para as transformações espaciais da indústria fumageira no Recôncavo. Neste momento, Cruz das Almas já representava o maior produtor de fumo entre aqueles municípios e os velhos centros da produção regional foram, então, marginalizados. (SANTOS, 1998, p. 79; BRANDÃO, 1998, p. 40). Essa mudança de direção no quadro da importância econômica dos antigos municípios produtores e beneficiadores de fumo, causou um certo mal-estar. Pois, em 1941, ainda sem perceber as mudanças conjunturais oferecidas pelo momento, Anfilóbio de Castro escrevia:

(...) e, de culpa nossa, nos tomou [Cruz das Almas] a vanguarda, desaparecendo assim o nosso nome que, muito acreditado e conceituado, brilhava nos mercados estrangeiros, onde as grandes "marcas" atuais, feitas de fumo nosso, em nossos armazéns, levam chapas dizendo-se de outras procedências, como se possível noutras partes genero igual, e operários aptos e escrupulosos como o muritibano. (CASTRO, 1941, p. 104).

²² Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, observa-se uma presença marcante do capital alemão na economia fumageira baiana. (ALMEIDA, 1983, pp. 15-16).

A área que representou o principal centro da cultura fumageira da Bahia, incluindo aí o que se denominava na época de Recôncavo Sul, foi composta, considerando os diferentes períodos de ascensão econômica, pelos municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Cruz das Almas, São Gonçalo, São Felipe, Nazaré e Santo Antônio de Jesus. Estes percorrendo uma grande faixa de ambos os lados do Rio Paraguaçu, os chamados tabuleiros terciários sempre recuados do litoral, formavam uma zona natural produtora de fumo de onde procediam várias espécies apropriadas ao fabrico de charutos pelo tratamento dado às suas folhas. (BORBA, 1975, p. 19; PINTO, 1998, p. 122). No relatório do IBF, de 1936, os tipos de fumo são classificados conforme as zonas produtoras, bem como a sua preferência nos setores manufatureiro e comercial:

O "mata", fumo suave e fino era procedente de Belém (distrito de Cachoeira), Muritiba, Cruz das Almas, Conceição do Almeida, Maragogipe, São Felipe e Santo Antonio de Jesus; o "Beira-campo", ou seja, fumo forte e fino procedente de São Gonçalo e Cachoeira; produzindo as outras áreas um fumo mais "ordinário". Cada uma dessas espécies pode ainda apresentar variações secundárias de qualidade. (APEB. Seção Republicana. Sec. Da Agricultura. Correspondência anexa ao Regulamento do IBF, cx. 2378. M. 149, p. 10).

Os fumos de Matta e São Gonçalo são os mais usados nas nossas fábricas de charutos e gozam de preço elevado, como os de Cruz das Almas que são também superiores, e das zonas próximas conhecidas como "Matta Perto", por alguns negociantes. (...) Em São Gonçalo e Cruz das Almas, fumos cultivados com cuidados especiaes, por alguns agricultores, e cortados folha por folha, cuidadosamente beneficiados alcançam preços de 80\$000 e mesmo... 100\$000 a arroba. Estes fumos especiaes são quasi todos comprados pelas nossas fabricas de charutos. (APEB. Seção Republicana. Sec. Da Agricultura. Correspondência anexa ao Regulamento do IBF, cx. 2378. M. 149pp. 3-4).

Na década de 30 do século XX, a lavoura de fumo já havia se estendido por outras áreas do Estado, a exemplo de Coração de Maria, São Miguel das Matas, São Gonçalo dos Campos e Castro Alves, chegando a 101 municípios dos 152 daquela época, uma expansão que caracterizou a importância desse produto agrícola na economia baiana, considerado como aquele que "tem uma tríplice influência: é artigo de exportação, é objecto de geral consumo interno e é fonte fiscal ou de renda". (APEB. Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio. **Relatório sobre o fumo**. Cx. 2378, M. 149, p. 31).

Esse processo de evolução da importância econômica do fumo na Bahia, principalmente, no Recôncavo, é que contribuiu para a instalação e ampliação de várias empresas de manufaturas deste produto, coincidindo a época da grande exportação de fumo com o surto manufatureiro, localizado principalmente nas cidades de Maragojipe, Cachoeira, São Félix, Muritiba e Cruz das Almas, que esteve no auge, considerando os períodos de crise, até a década de 50 quando começa o processo da decadência da manufatura fumageira na região. (BORBA, 1975, p. 18; SANTOS, 1998, pp. 80-87).

No relatório de 1931, a Associação Comercial da Bahia ao solicitar ao interventor do Estado, Juracy Magalhães, proteção para os fumos brasileiros em nome dos comerciantes, revela que "este Estado tem na exportação do fumo em folha um dos índices mais elevados da sua expressão econômica e financeira". (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. **Relatório da 91.ª Directoria – 1931**. Bahia: 1932, pp. 235/8). Sabendo-se que o fumo em folha, de alta qualidade e produzido nessas áreas, serviam exclusivamente para capas de charutos.

Em 1941, por época da comemoração do terceiro ano de governo do interventor da Bahia Landolfo Alves, num boletim que informava as suas principais obras, a lavoura do fumo ainda apresentava elevada apreciação porquanto "foram incorporados ao Campo de Fumo de São Gonçalo mais cem hectares de terras". Terras que foram desapropriadas para atender a todos os pequenos agricultores que quisessem plantar fumo, além de construir naquele campo estufas para secagem do fumo para produção de cigarros. São Gonçalo é um município que se localiza entre o Recôncavo e Feira de Santana e, naquela época, serviu de sementeira, ou seja, de campo experimental do Instituto Bahiano do Fumo. (APEB. Sec. Doc. Administrativa. Papeletas, Circulares e Outros. 1940-1947. E. 087, Cx. 2281. M. 1935).

A situação do mercado do fumo em folhas, produto originário do Recôncavo baiano e destinado à produção de charutos e cigarrilhas, foi considerada naquele momento bastante promissora, uma vez que mereceu nota publicada em jornal local, na data de 26 de julho de 1942, revelando diversos dados sobre o assunto, entre eles que "70% da produção foi vendida para o exterior e 100% da produção foi em época própria, vendida pelos agricultores aos enfardadores, a preços duplos dos da safra passada, (...)". (AMSF. **Correio de São Félix**. São Félix: Jornal semanal, n.º 65, 26/07/1942).

Em 1952, ocorreu em Salvador o Congresso Nacional do Fumo voltado para o estudo de novas técnicas na cultura do fumo, assim como, para a busca do amparo à lavoura e assistência financeira aos produtores²³ e industriais, acontecimento que revela a importância do fumo naquele período. Na oportunidade, o Jornal Correio de São Félix dedicou importantes espaços à história do fumo e das manufaturas naquela região, como a publicação em 26 de abril de 1952, da palestra "Fábricas de Charutos", proferida pelo Comendador José Ramos de Almeida Alves, em 09/04/1952 no Rotary Club Cachoeira - São Félix; os artigos "O Fumo na História" de Enio N. Labatut que ocupou o número do dia 10, 17 e 24 de maio de 1952; e "O Congresso Nacional do Fumo: histórias e problemas vistos em conjunto" de L. Gonzaga Dias, publicado em 12 de julho de 1952.

A zona fumageira definiu, ao longo do tempo, uma nova hierarquia para as cidades da região no plano da importância do desenvolvimento econômico e sócio-espacial, emprestando também a sua população características culturais diferenciadas das regiões vizinhas ou da mesma região em outros tempos a exemplo da região canavieira. (SANTOS, 1998, pp. 66-70; SCHWART, 1988, p. 85). O fumo, portanto, constituiu-se num elemento importante nesta região, não apenas como produto auxiliar de sua economia, mas como produto econômico primário de uma sociedade, que além de uma paisagem natural, delineou uma paisagem humana e social característica de suas propriedades, desde o trato na roça, o uso na fabricação de charutos até o comércio de modo geral.

Como já foi dito em outra oportunidade, a evolução da importância do fumo na região revela o grau de envolvimento da população que, ao longo do tempo, dedicou-se ao seu plantio, beneficiamento e manufatura, delineando, também, uma fisionomia social e cultural do Recôncavo Fumageiro. O domínio da cultura fumageira representou outra economia, outra vida e outra cultura, refletindo assim, na formação de uma sociedade diferente do Recôncavo açucareiro.

²³ A utilização do termo "produtores" deve-se à documentação que assim se refere aos plantadores de fumo na Bahia. Porém, P. H. ALMEIDA trabalha com o termo fumicultores, pois segundo este autor o primeiro está ligado diretamente às relações de produção no campo, ou seja, à questão camponesa. (ALMEIDA, P.H., 1983).

1.2 PEQUENA “LAVOURA DOS POBRES”

Em finais do século XVIII, 99,1% dos lavradores de fumo eram pessoas livres, distribuídas nas categorias de militares, eclesiásticos, mulheres e escravos forros. (NARDI, 1996, pp. 133-134). Quanto à mão de obra da lavoura fumageira, um cenário com poucas modificações até o final do século XIX, esta era formada por um pequeno número de escravos e escravas, tanto para o trabalho da roça quanto para a preparação do fumo em rolo ou fumo em corda que formava a “bola de fumo”, trabalho pesado realizado nas manufaturas da Vila da Cachoeira. (LAPA, 1973, pp. 171-179; MATTOSO, 1992. p. 463; ALMEIDA, P. H., 1983).

Após a abolição da escravatura, a partir de 1888, essa região passou a contar com o retalhamento das terras e com um contingente maior de mão de obra livre e sem trabalho fixo. (SANTOS, 1998, p. 73). É neste contexto que grande parte dos escravos libertos da região passou a ocupar as categorias de meeiro e rendeiro e, posteriormente, lavradores de fumo. (BORBA, 1975, pp. 13-15; PINTO, 1998, pp. 124-125; CORREIO DE SÃO FÉLIX, n.º 22, 15/10/1944). De modo geral, Oliveira A. M. (2000), classifica os trabalhadores da lavoura e os negociantes de fumo, a partir dos períodos da história política:

Na área fumageira, "da lavoura de pobre" além dos escravos e homens livres, lavradores, que predominaram na época colonial e imperial, é possível destacar já no período republicano, os trapicheiros, pessoas que compravam o fumo dos lavradores para revender às firmas exportadoras. (OLIVEIRA A. M., 2000, pp. 46-47).

O Recôncavo Fumageiro se impôs como uma vasta área dedicada ao plantio do tabaco e a produção dos fumos e derivados²⁴. Contudo, não se trata de grandes propriedades plantadas, mas de pequenas plantações em propriedades com extensão de 1 a 10 hectares de terra aproximadamente.

²⁴ O processo agrícola da atividade fumageira incluía desde o plantio, a limpa da roça, o período de desolhar (tirar o olho da planta para que esta enchesse de folhas), o corte e a secagem do fumo, processos realizados com o fumo ainda *inatura*. Na casa do agricultor, outra etapa se iniciava: o barrufo (molhar o fumo com a boca cheia d'água), a fermentação em “camas de fumo” e o processo de seleção das folhas que, ao chegar aos armazéns, a produção já estava semi-processada, mas que dava-se início a um outro processo de limpeza e seleção dos fumos conforme as necessidades, seja de exportação ou venda direta às fábricas de charutos.

Estas propriedades eram administradas inicialmente por homens livres de poucos recursos econômicos e que mesmo não sendo um latifundiário como era o senhor de engenho, possuíam pequenas extensões de terras ou eram meeiros.

Neste caso, nem sempre o meeiro era aquele que tinha a posse da metade da terra. O meeiro no Recôncavo era aquele que, através de um contrato verbal, arrendava um pedaço de terra para trabalhar e metade de tudo o que produzia levava como pagamento para o dono da terra. Já o rendeiro, aqui, não era aquele que arrendava a terra, mas o trabalhador que não a possuía e, por isso, trabalhava nas terras de outra pessoa, recebendo em dinheiro pelos dias trabalhados; ou morava nas terras de outra pessoa onde fazia roça de subsistência para sobreviver, inclusive com a família, e pagava “a renda” com trabalho na roça do proprietário alguns dias da semana. (SILVA, Benedita. 2009; MATTOSO, 1992, p. 463; BORBA, 1975, p. 13-14).²⁵

Costa Pinto descreve e classifica as formas de parcerias como “renda trabalho”, em que o proprietário cede as terras em troca de alguns dias de trabalho na semana em sua lavoura; “renda-produto”, o lavrador paga ao proprietário das terras uma parte do que produz, chamada de terça ou meia; e “renda-dinheiro”, quando o aluguel da terra é pago em dinheiro. (PINTO, 1998, p. 124-125). Esse regime de parceria local enquadrava-se nas formas tradicionais e arcaicas das relações sociais de produção no mundo agrário. Enquanto na indústria fumageira, desde o embrionário processo de instalação e adaptação, a mão de obra enquadrava-se sob o modelo capitalista de assalariamento.

Em fins do século XIX e no século XX, com a utilização do fumo, em larga escala na fabricação de charutos e cigarrilhas e, por conseguinte, maior exigência do mercado interno e externo, passou a predominar um número maior dos chamados pequenos e médios proprietários de lavouras de tabaco no Recôncavo Baiano.

²⁵ Somente após 1959 as categorias de rendeiros, parceiros e meeiros sofreram uma redução acentuada, conforme SECRETARIA DA AGRICULTURA – IBF/CEPA, SEC. DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Fumo na Bahia: Diagnóstico Preliminar**. Salvador: 1980, p. 20.

D. Benedita (1998), afirma que o conjunto dessas pequenas e médias lavouras de tabaco formava “uma malhada verde nas épocas de cultivo e, no período de secagem, enchiam as casas dos moradores de ‘camas de fumo’ e talos secos”.²⁶ As famílias proprietárias das lavouras de tabaco ou mesmo àquelas que se encontravam na categoria de meeiras ou rendeiras viviam envolvidas no labor diário dessa atividade, cujas etapas eram muito trabalhosas. As principais etapas iam desde a preparação das sementeiras e do solo, o plantio e o trato com a planta; a colheita, ou seja, as etapas do corte, secagem e enfardamento; transporte dos fardos para os armazéns²⁷ de enfardamento ou beneficiamento nos centros urbanos mais próximos; até o trabalho das manufaturas, que tinha o seu contingente operário maior, exatamente no período entressafras, quando cessava o trabalho na roça de fumo e se estendia a labuta com a planta já seca e semi-processada nos estabelecimentos fabris ou nas próprias casas das trabalhadoras. (LAPA, 1973, pp. 160-167; CASTRO, 1941, pp. 106-107; NARDI, 2004, pp. 1).²⁸

O cenário natural e social da região fumageira era formado por um conjunto de situações e apetrechos específicos daquela lavoura e de seu contexto. Ferramentas, como o arado e a enxada; insumos como o adubo – o esterco de gado ou a mamona²⁹ (RELATÓRIO DO IBF. Cx. 2378, M. 149, p. 15-29); as mãos e os aventais das mulheres sujos de cerol de fumo; o aroma forte da planta verde ou seca; os telhados das casas e/ou dos galpões cheios de fumo; os fardos de fumo sobre os animais transitando entre as casas e os armazéns de beneficiamento; além dos fabricos e fábricas de charutos no auge do seu funcionamento, todos são elementos peculiares que definiram e

²⁶ Sobre o uso do termo “malhada”, Joaquim de Amorim Castro (Juiz de Fora e lavrador da vila de Cachoeira – 1788) já utilizou em suas *Memórias* como “lugar estrumado”. (CASTRO *apud* LAPA, 1973). Completando Lapa diz “que hoje pode também significar uma plantação de fumo”, (LAPA, 1973, P. 164).

²⁷ Os armazéns de fumo, como eram conhecidos na região, eram estabelecimentos comerciais de compra e venda de tabaco, que acumulavam várias atividades, dentre elas, a compra do fumo diretamente do produtor, muitas das vezes financiando a produção; o beneficiamento do fumo através do processo de escolha, destalação e separação dos fumos; enfardamento; pesagem; exportação e importação; e distribuição dos fumos para as empresas que ficavam na ponta da produção – as fábricas de charutos, de dentro e fora do estado.

²⁸ Para um estudo minucioso sobre a sementeira e todas as fases de produção do tabaco, a obra que apresenta maior número de informações detalhadas é a de Antonil, que dedica 12 capítulos, versando sobre o assunto. Antonil avalia, ainda, ser o trabalho de lidar com o tabaco tão penoso que excede em muito o de fazer o açúcar. (ANTONIL, 1982, pp. 149-160 e 199).

²⁹ O adubo químico, resultado do bagaço de caroço da mamona passou a ser utilizado já no século XX. O estrume do gado destinado à fertilização da terra para o plantio de tabaco está intimamente relacionado à conexão desta cultura com a pecuária, na mesma região. (LAPA, 1973, 162).

caracterizaram não só a região, como as pessoas e os tipos de relações que as mesmas teciam no seu cotidiano.

Na lavoura fumageira, diferentemente da indústria, a maioria das etapas de produção dos fumos envolvia o trabalho de todos os membros da família, incluindo os agregados, se os tivessem, não havendo, portanto, a presença de um feitor ou mestre. No entanto, todo o trabalho estava sob a direção do chefe da família que, geralmente, era o homem, cabendo-lhe, também, as funções de maior responsabilidade que iam além de participar do cultivo da lavoura, como a organização do transporte e a comercialização do fumo nas casas enfardadoras dos fumos. Estas últimas realizavam a intermediação entre o agricultor e as firmas de exportação ou de beneficiamento, tanto para exportação, como para produção de charutos.

As mulheres, de todas as idades, estavam presentes na lida agrícola, elas que, culturalmente, eram as únicas responsáveis por todo o serviço doméstico e o cuidado com as crianças.³⁰ Estas últimas já cresciam na lida, lado a lado a seus irmãos e irmãs, pais, mães e avós, aprendiam, desde cedo, a trabalhar nas várias etapas que envolvia a fumicultura.

Situações que envolviam relações econômicas, sociais e de gênero emprestavam àquela gente características singulares ligadas às atividades relacionadas ao fumo. (NERIS, 1996; PINTO, 1998, pp. 129-130). A zona agrícola do Recôncavo Fumageiro teve sua vida econômica baseada nas pequenas unidades de produção, ao contrário da área contígua açucareira e, uma vida social organizada em torno da família. (PAPELETA, CIRCULARES E OUTROS 1940-1947, Est. 87, Cx. 2281, M., 2863; BOLETIM n.º 15, p. 10). Segundo o Relatório do Instituto Bahiano do Fumo, "o pequeno lavrador planta sua roça e n'ella trabalha com a sua família." (RELATÓRIO DO IBF. Cx. 2378, M. 149, p. 12). A constituição desta família tanto podia ser a sacramentada pela Igreja Católica, através do matrimônio, quanto à natural, constituída pela mera vontade dos parceiros, ou seja, "a forma costumeira da amigação" e tão comum em toda a Bahia.

³⁰ Ainda no final do século XVIII, Nardi identifica sete mulheres lavradoras de fumo, sendo três brancas viúvas, duas brancas solteiras e duas pardas viúvas. (NARDI, 1996, p. 133). Para o período estudado, a documentação não foi suficiente para quantificar as mulheres lavradoras de fumo, apenas, as entrevistadas afirmaram haver muitas mulheres viúvas assumindo a roça de fumo dos seus falecidos maridos.

As uniões conjugais extralegais nesta região constituíam-se em relações permanentes, ou quase permanentes, de convivência entre um homem e uma mulher na formação de uma família, tornando o amasiamento uma prática quase institucionalizada de união conjugal. (PINTO, 1998, pp. 128-129; MATTOSO, 1992, p. 208; VAINFAS, 1989; BASTIDE, 1980). Os Censos de 1940 e 1950 apresentam para o conjunto da população de 15 anos e mais, desta região, um percentual de habitantes casados de relativamente 20% e de solteiro de 76%, sendo o restante de viúvos e de não declarados.

A “lavoura de pobre”, que também foi chamada de lavoura de “fundo de quintais” – pelo seu caráter democrático de ocupar até os menores espaços da pequena propriedade, como os jardins e quintais –, abarcava um grande contingente humano dedicado ao seu cultivo. (ALMEIDA, 1983, pp. 8-9; LAPA, 1973, p. 149; BORBA, 1975, p.15; PEDRÃO, 1998, pp. 219-228; RIBEIRO, 1995, pp. 277-279; SCHWARTZ, 1988, pp. 84-85; NARDI, 1996; CORREIO DE SÃO FÉLIX, nº21, 08/10/1944). O estatuto social da população envolvida com a lida diária do fumo, desde a lavoura às manufaturas, era composto por pessoas de uma pobreza bastante acentuada. Conforme declara Pinto (1998), "não resta dúvida que é aqui, entre as subáreas do Recôncavo, que atraso e pobreza são mais visíveis e mais chocantes". (PINTO, 1998, p. 122-134). Castro também afirma que os “lavradores de fumo eram geralmente analfabetos e pobres". (CASTRO, 1941, P. 104).

O quadro social que se delineava em torno da lavoura e das manufaturas fumageiras ultrapassava os tempos. Em março de 1941, no terceiro aniversário do governo Landulpho Alves, foi lançado um Boletim de n.º 15, que ao anunciar as medidas de educação agrícola para a região do fumo, reconhece que:

O FUMO: Lavoura de grande importância para a vida econômica do Estado, mas que a própria natureza da cultura, a pobreza da população rural que a ela se dedica e nela busca o seu meio de vida, (...), são fatores contrários com que sempre lutou para atingir uma produção melhor sistematizada, racional. (PAPELETA, CIRCULARES E OUTROS 1940-1947. EST. 87, CX. 2281, M. 2863, BOLETIM N.º 15, P. 10).

A pobreza daquela gente revelava um modo de vida característico da região do fumo, que estendia-se do campo aos centros urbanos e suas

periferias, acompanhando o trajeto do fumo aos armazéns, fábricas de charutos e às residências onde, também, a manipulação industrial do fumo era rotina. Neste cenário, o fumo representava a grande contradição. Por um lado, ele era considerado a grande riqueza econômica do Recôncavo Sul, pois a produção final de toda a região movia grandes somas de capitais, tanto dos comerciantes como do Estado. Por outro, observa-se a composição desta mesma região como um mosaico de pequenas plantações e raras propriedades de maior extensão, onde o pequeno agricultor trabalhava com sua família, vivendo a mercê da política de preços adotada pelos compradores, além de não receber nenhum incremento do Estado para a ampliação de sua lavoura.

Esta situação gerava uma relação de dependência dos lavradores com os compradores de suas safras, ao ficarem “nas mãos” dos trapicheiros e outros comerciantes, conhecidos como “atravessadores”, pois eram os representantes dos vários armazéns de fumo e das exportadoras, empresas que usavam um sistema de financiamento antecipado, ou seja, compravam as safras antes mesmo de plantar o fumo a preços presumidos, o que significava preços baixos, logrando todas as possibilidades de ganho do lavrador, além dos juros extorsivos praticados neste comércio. Para o agricultor que se estabelecia na categoria de “meeiro” ou aquele que trabalha como “rendeiro”, o problema era ainda maior, pois, além de não receber nenhuma ajuda ou proteção por parte do Estado, ainda ficava sujeito às condições impostas pelos proprietários das terras. (BORBA, 1975, pp. 15-16; CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1978, pp. 144-145; ALMEIDA, P.H., 1983, pp. 23-24; PINTO, 1998, P 125).

O cultivo do fumo era um trabalho coletivo no tocante à força da mão de obra dispensada pela família do agricultor e seus agregados. Para estes trabalhadores, o dia de trabalho começava ao raiar do sol e só terminava ao entardecer; além de todo o trabalho que envolvia a lavoura de subsistência, esta que garantia, de fato, a sobrevivência real do agricultor. Muitas das vezes, fazia-se necessário recorrer às práticas de ajuda mútua e o adjutório, comum naquela região. Segundo Borba (1975, pp. 16-19), o fumo muito pouco deixava de lucro para o agricultor e sua família, uma vez que era destinado apenas para a compra de roupas e calçados para a família.

No Relatório da Associação Comercial da Bahia, do ano de 1931, que trata da Reforma Tributária do Estado, estão registradas diversas reclamações em relação ao imposto cobrado sobre o fumo e seus produtos. Uma delas proclamava que o fumo era a lavoura do pobre e este pagava taxas exorbitantes, enquanto a lavoura do açúcar e do cacau, lavouras de fazendeiros abastados, gozava de todos os benefícios e até de favores da Federação. Afirmava que o pequeno lavrador, no entanto:

planta milho, feijão, mandioca, amendoim etc. etc., para satisfazer às necessidades diárias, para poder comprar carne verde ou seca, kerosene, bacalhão, pão, etc etc., e lava o fumo para no fim do ano poder pagar a renda da terra e comprar roupa para si e sua família. (RELATÓRIO DA 91.^a DIRECTORIA – 1931. BAHIA: 1932, pp. 17-21).

Ainda, anexo ao decreto de criação do Instituto Bahiano de Fumo e seu Regulamento, datado do ano de 1935, um relatório da Secretaria de Agricultura Indústria e Comércio também identifica que:

A sua safra de fumo dá-lhe o numerário necessário para o vestir e a sua família. As outras lavouras ou o trabalho a dia dão-lhe a subsistência. Quasi sempre o lucro que dá a venda do fumo ao pequeno plantador, é destinado a compra de fazendas, roupas e calçados para a família. (SECRETARIA DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. RELATÓRIO SOBRE O FUMO. CX. 2378, M. 149, p. 12).

As relações sociais travadas no contexto da lavoura fumageira deram lugar ao surgimento de práticas sociais que, nem sempre favoreceram ao trabalhador, de modo geral, seja ele proprietário da lavoura, meeiro ou rendeiro. Pois, o ganho que percebia o agricultor e sua família não era suficiente para uma vida razoavelmente satisfatória, o que dava lugar a muitas práticas, dentre elas a de comprar parte dos mantimentos, por um longo período, no armazém mais próximo de sua casa. O registro do seu débito era feito numa caderneta e o pagamento desta dívida só seria realizado na época da venda da produção, ou seja, no final de cada safra anual. Esta prática implicava em significativos prejuízos para o lavrador, pois não tinha o controle dos preços das mercadorias, já que nas anotações havia apenas a discriminação das mercadorias; geralmente, o lavrador e sua família eram analfabetos, facilitando ao vendeiro ou comerciante a calcular o débito em seu favor; quando este era pago com o fumo, o lavrador ainda poderia ter

prejuízos quanto à pesagem e preço, além de perder a liberdade de escolher outro comprador que pagasse melhor a arroba do produto e poder receber o valor da venda do fumo para comprar qualquer mercadoria que necessitasse mais naquele momento. (MATTOSO, 1992, p. 518).

Outra prática, recorrente entre as crianças e adolescentes, era a de catar o “baixeiro”, aquelas folhas de fumo estragadas que ficavam na parte de baixo do caule desta planta, estas folhas também eram chamadas de refugo. Sempre bem cedo, ao amanhecer, quando as folhas de fumo ainda estavam úmidas pelo sereno da noite e, portanto, macias, além de mais pesadas, visto que o fumo era vendido a peso, eram apanhadas na roça e amarradas em fardos que pesavam, aproximadamente, de meio a um quilo e levados à uma venda para serem trocados por mercadorias ou vendidos por alguns centavos. (SILVA, Benedita. 1996).

Estas e outras situações de precariedade vivenciadas pelo agricultor de fumo e sua família, definiram aspectos da vida socioeconômica da zona tabaqueira e explicaram, portanto, a expressão “lavoura dos pobres”, esta que representou um paradoxo em relação ao fumo já que este era a riqueza que movia a economia do Estado, nos períodos em que esteve em ascensão. (SILVA, 2001). É neste contexto que foram assentadas as bases para o estabelecimento da indústria fumageira no Recôncavo Baiano na primeira metade do século XX, circunscrevendo um espaço que passou a ser, por excelência, o maior produtor de fumos na Bahia, o principal centro de exportação desse produto, bem como, das manufaturas de charutos e cigarrilhas, cuja mão de obra seguiu explorando um grande contingente de homens e mulheres pobres, os/as quais buscaram neste trabalho a sobrevivência material e social.

1.3 GRANDE MANUFATURA DOS RICOS

“Crescia malandro o cabedal dos brancos”. (BRANDÃO, 1998, p. 39). Com a abolição da escravatura e a conseqüente dificuldade na preparação do fumo de rolo, pela falta de mão de obra, deu-se início à preparação do fumo

em folhas para exportação, motivando a abertura de empresas para o trabalho de beneficiamento e enfardamento dos fumos, cuja mão de obra passou a ser assalariada e constituiu-se de homens e mulheres pobres. Ao contrário da lavoura do tabaco, a industrialização e exportação do fumo no Recôncavo, desde o início, estiveram em mãos de grandes empresários sendo, na maioria, estrangeiros. Tratava-se de um momento – a última década do século XIX e primeira do século XX – que segundo Inaiá Carvalho, a conjugação de diversos fatores que envolveram uma crise no comércio exterior e na capacidade de importar, reproduziu um contexto que propiciou as condições para o surgimento da indústria nacional no Brasil, nos moldes do aproveitamento dos mercados regionais. (CARVALHO, 1971, p. 22 e 32).

O exame das fontes escritas possibilitou o levantamento de grande parte das empresas que atuaram no Recôncavo, no período em estudo. O quadro abaixo apresenta uma relação das empresas fumageiras e de serviços – estas últimas ligadas à comercialização e exportação dos produtos derivados do fumo – instaladas na região. Contudo, aparecem alguns nomes de pessoas que tanto podiam ser pessoas jurídicas, quanto físicas, pois segundo Luzia S. Ferreira (2009), muitas(os) trabalhadoras(es) ao fazer a ficha de filiação ao sindicato identificavam a empresa em que trabalhavam pelo nome de fantasia, mas tantas outras identificavam pelo nome de seu gerente – aquele que representava a empresa – e não por sua razão social, podendo haver aí duplicidade de empresas ou mesmo ausência de algumas delas.

Outra questão a ser observada é que todas estas empresas nem sempre existiram ao mesmo tempo, o tempo todo, pois com muita frequência se fundiam quando as pequenas eram absorvidas pelas grandes e/ou mudavam de razão social. No entanto, a lista obedece ao que consta na documentação, uma vez que a verdade do historiador é aquela que se apresenta nas fontes e, neste caso, a maioria dessas empresas está registrada nos livros de associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Cruz das Almas, no período de 1930 a 1969.

QUADRO 1 – Empresas fumageiras e agregadas

N.º	EMPRESA	N.º	EMPRESA
1.	Agro Comercial de Fumos	34.	Francisco Cardoso Cia
2.	Alberto Veloso da R. Passos	35.	Francisco Vieira De Melo
3.	Antonio Caetano da Silva	36.	Exp. Fumos Suerdieck S.A.
4.	Araújo e Cia	37.	Suerdieck S.A. Charutos e Cigarrilhas
5.	Artur Furtado de Simas	38.	Hendrik Kelner Ltda
6.	August Suerdieck	39.	Herlio Mascarenhas Cardoso
7.	B. Rodembug e Cia	40.	Irmãos Fraga
8.	David Berkovetz (Baixa do Palmeira)	41.	Jezler e Hoening
9.	Carl Leoni Ltda	42.	João Mauricio Viana
10.	C. Pimentel Cia	43.	Jorge Almeida
11.	Cia. Charutos Dannemann	44.	José B. Fonseca
12.	Cia. de Fumos São Félix	45.	Julio Passos
13.	Cia. Panamericana de Tabaco - COPATA	46.	Kueng N & Com
14.	Combinação Bras.Tabacos-COMBRAPA	47.	Lauro Passos
15.	Costa Ferreira e Pena	48.	Leitalves
16.	Cronor S/A Com. Indústria	49.	Luiz Barreto Filho Cia.
17.	C. S/A C. Indústria	50.	Luiz Eloí Passos
18.	David Berkovetz	51.	Mongenroth Leoni
19.	Dannemann e Cia	52.	Norkai Imp. e Exp. Ltda
20.	Dannemann S/A - DANCOIN	53.	Overbec Cia. Ltda
21.	Desidério F. Brandão	54.	Pook e Cia
22.	Dias Bastos	55.	Rio Grande Tabaco
23.	Este Asiático de Navegação Ltda	56.	Roberto Hoening
24.	Este Asiático Imp. e Exp. de Fumos Ltda	57.	Rodolfo Gaschlin
25.	Exotaco Exp. de Fumos	58.	Soc. Exp. do Tabaco da Bahia Ltda
26.	Exp. Eschinburger Ltda	59.	Sociedade Continental de T. da Babia
27.	Exp. F. Assis Garrido S/A	60.	Sociedade Fumageira Rumandi Ltda
28.	Exp. e Imp. Schleicher Cia. Ltda	61.	Stender & Cia
29.	Fernando Mantfeld	62.	Tabacos Matas da Bahia - TAMABA
30.	Fábrica de Charutos Melo	63.	Tabacarela do Brasil
31.	F. H. Ottens	64.	Walter Leoni
32.	F. Poncet	65.	Zacarias da Nova Milhazes
33.	F. S. Jezler	-	-

FONTE: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Memórias da Federação das Indústrias do Estado da Bahia**. Salvador: FIEB, 1997, p. 35. CARTEIRA PROFISSIONAL de Laurentina Neves Melo, nº 36341, Serie nº 5, 08/05/1946.

FAMAM/CEDOC. **Ficha de registro de empregados**. Cruz das Almas (BA). 1906 a 1998.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO FUMO DA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS. **Livros de Registro dos Associados**. Cruz das Almas (BA), 1930 a 1969.

SUERDIECK S/A CHARUTOS E CIGARRILHAS. Tipografia Manú Editora Ltda. (Biblioteca Isaias Alves – FFCH/UFBA). 1955.

IRMÃS DA SANTA CRUZ. Memorial das Irmãs da Santa Cruz, 1984. Arquivo das Irmãs da Santa Cruz, Governador Mangabeira – BA.

Para atender à proposta deste trabalho, faz-se necessário, destacar dentre as diversas empresas fumageiras que se instalaram no Recôncavo, dois tipos distintos dentre elas, que são os armazéns de beneficiamento e

enfardamento de fumos³¹ e as fábricas de charutos e cigarrilhas, estabelecimentos fabris que recrutaram o maior número de mulheres e de homens pobres e que caracterizou, de fato, uma mão de obra fumageira, marcada pela sexualização das tarefas, das ocupações e pelas relações hierárquicas de dominação e opressão no trabalho. Todas as empresas fumageiras instaladas no Recôncavo foram de propriedade de homens, aparecendo algumas mulheres como sócias ou sócio-proprietárias apenas quando seus maridos faleceram.

Na segunda metade do século XIX, começaram a se instalar na região os armazéns de beneficiamento do fumo em folhas para exportação. As fontes indicam que em 1888 chegava à Bahia August Suerdieck como empregado da firma alemã F. H. Ottens para o cargo de fiscal de enfardamento de fumo na cidade de Cruz das Almas, mas, se a Dannemann foi fundada no ano de 1873 e, neste mesmo ano já começa a fabricar charutos, está claro que o processo de beneficiamento e enfardamento de fumo, que é sempre uma fase anterior e necessária à fabricação de charutos, já havia começado antes do período mencionado. (SUERDIECK S/A, 1955; DOC. DA CIA. DE CHARUTOS DANNEMANN, 1920 A 1952).

Inicialmente, os armazéns de fumo foram instalados na região para atender ao comércio de exportação dessa matéria-prima, mas com a instalação das fábricas de charutos e cigarrilhas acelerou, enormemente, a produção, o preparo e o comércio dos fumos no Recôncavo e em outras partes da Bahia. (NASCIMENTO, 1997, p. 34; SANTOS, 1998, p. 73).³² A documentação informa que a primeira fábrica de charutos fundada no Recôncavo foi em 1870, pelo português Francisco José Cardoso, apelidado de Chico Petitinga, na cidade de São Félix, que produziu, também, a primeira marca de charutos chamada de “Regalias”, sendo esta adquirida, posteriormente, pela Suerdieck. (ALVES *in* **Correio de São Félix**, 1952).

Com o aumento significativo do consumo mundial do tabaco e seus derivados, durante a primeira metade do século XX, elevou-se a produção e a

³¹ Muitos dos armazéns de fumo também exploravam a atividade de exportação de fumos, contudo, esta era uma atividade mais sistemática e todo o processo de negociação e venda era restrito ao corpo administrativo das empresas. A extensão dessas firmas nas atividades de armazenamento, compra e venda de fumo que formavam as organizações de exportação e importação não faz parte dos objetivos desse trabalho.

³² Apenas fazendo um rápido paralelo, a expansão industrial do tabaco em Cuba ocorre no início do século XIX, quando a aristocracia passa a consumir os charutos e cigarrilhas, diferentemente do Recôncavo. (LE REVEREND, 1985, pp. 51-55).

industrialização de fumos no Recôncavo Baiano, inclusive a fabricação e comercialização de charutos finos. Nesse período, diversos outros fatores também contribuíram para transformar a manufatura fumageira da região numa das mais significativas atividades econômicas da Bahia como, por exemplo, abundância de matéria-prima e de mão de obra barata, rio navegável com porto natural que facilitava o escoamento da produção para Salvador e de lá para o exterior, rede ferroviária e infraestrutura adequada, além do crescimento do mercado interno. (BORBA, 1975, p. 35; ALMEIDA, 1951, p. 9).

Os principais centros fabris da região fumageira do Recôncavo Sul da Bahia, foram as cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix, Muritiba e Cruz das Almas que, além de exportar e fornecer a outras regiões seus produtos, formaram um parque de fabricação de charutos, chegando a produzir mais de 200 milhões deste produto por ano, artigo requintado da burguesia e que não faltava também nos meios populares, propiciando grandes incrementos à indústria e comércio do fumo baiano. Nas memórias de sua viagem pela Bahia o escritor Stefan Zweig, afirma que “Em Cachoeira, a velha cidade histórica e na qual várias casas ainda têm seteiras para defesa contra os índios, existem as maiores e mais afamadas fábricas de charutos do país”. (STEFAN ZWEIG, 1941, p. 116).

As manufaturas de charutos dividiam-se em dois grandes grupos. Um era formado pelas manufaturas de pequeno porte, de caráter caseiro e artesanal envolvendo apenas os familiares, funcionando como uma extensão do trabalho rural de cultivo do fumo que ocorria em círculos familiares. O outro grupo constituía-se de grandes manufaturas que, também pertenciam a grupos de famílias, contudo, estas famílias trabalhavam apenas na administração e nas relações comerciais, mas para o trabalho da lida, diretamente, com o fumo contratavam a mão de obra regional, principalmente das mulheres.

As grandes manufaturas classificavam o fumo conforme os tipos de charuto e respectivas clientelas. Para o charuto de alta qualidade eram significativas as importações de fumos de Sumatra, Java, Virgínia e Havana, efetuadas através de Bremen e Hamburgo, negócios facilitados pelas estreitas ligações entre os importadores e as firmas fornecedoras de origem alemãs. As espécies importadas eram utilizadas para a “capa”; para o “capote”, além do Sumatra e Java, era muito utilizado o fumo da Bahia; para a “torcida” eram empregados os fumos de São Domingos, Filipinas, Havana e, principalmente, o fumo da Bahia. (SILVA, 2001).

Com o aumento da produção de charutos, as fábricas passaram a desenvolver suas próprias plantações com o objetivo de produzir fumos finos, substituindo, principalmente, o tipo Sumatra. Nessas plantações, usavam-se técnicas mais aperfeiçoadas e as relações de trabalhos eram menos arcaicas, pois baseavam-se em contratos remunerados sob forma de salário em dinheiro. (PINTO, 1998, p.126).

As pequenas manufaturas utilizavam exclusivamente o fumo da região, que ficou conhecido como fumo da Bahia e também muito conceituado na fabricação de charutos. (BORBA, 1975, p. 40 e 49). Mas, segundo Pinto (1998), era visível a diferença de qualidade entre o fumo produzido pelas fábricas e aquele produzido pelos agricultores locais sem a utilização de técnicas de plantio mais avançadas, além de se basearem numa relação de parceria que, segundo este autor, caracterizava-se, no plano das relações sociais, em servidão ao dono da terra quando era o caso.

O empreendimento industrial dos fumos no Recôncavo, na primeira metade do século XX, foi marcado tanto por momentos de elevada ascensão, pela sua capacidade de produção e aceitação do mercado consumidor, como por momentos de instabilidade gerados pelas grandes crises mundiais. Contudo, foram nesses períodos de crise que, de certa forma, a região elevou a sua produção e lançou as bases do seu crescimento. Pois, foi durante os períodos das duas grandes guerras mundiais, quando os mercados estrangeiros fornecedores de grande parte do fumo capeiro utilizado nas charutarias do Recôncavo, sofreram crises e duras intervenções, que a região passou a oferecer, em parte, respostas positivas com o aumento significativo da produção e comercialização de seu próprio fumo.

No período da Primeira Guerra Mundial, os fumos importados pela Bahia vindos diretamente da Alemanha, passaram a ser comprados através de Nova York, impondo grandes dificuldades aos estabelecimentos fabris do Recôncavo e, é neste intervalo, que o fumo baiano supre as demandas do parque manufatureiro local. Neste momento, se constata o crescimento da indústria fumageira, pois a Suerdieck, por exemplo, passou gradativamente de 400 operários em 1916, para 900 em 1921. (SUERDIECK S/A, 1955; NASCIMENTO, 1997, pp. 34-39; BORBA, 1975, p. 69).

Da mesma forma, durante a Segunda Guerra Mundial, considerando que se tratava de uma época de muitas dificuldades no plano econômico e político, inclusive para os alemães no Brasil, as manufaturas de charutos encontraram no próprio Recôncavo as condições materiais para uma produção local satisfatória.

Neste momento, a indústria de charutos já se encontrava ameaçada e com a utilização dos fumos nativos a produção elevou-se, ganhou expressão e atingiu o seu ápice por mais uma década, após esse período é que entrou num processo gradativo de crise e decadência. (BORBA, 1975, p. 43; NASCIMENTO, 1997, p. 37).³³

Dentre as várias fábricas de charutos que funcionaram no Recôncavo, durante a primeira metade do século XX, destacam-se a Costa Penna & Cia., Dannemann, Suerdieck e C. Pimentel & Cia. Juntas, estas manufaturas empregaram, no auge da produção, cerca de dez mil pessoas nas cidades de Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Muritiba e Cruz das Almas. (CÉSAR, 2000, p. 03).

Transferida de Recife para São Félix em 1883 e registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 1891, a fábrica Utilidade foi transformada em 1914, em Costa Ferreira & Penna, sendo seus proprietários Manoel Costa F. Filho e Manoel Costa Penna. Em 1926, foi transformada, novamente, em Costa Penna & Cia. Em 1935, Clarice Barros Penna e Etelvina Costa surgem como novas sócias e em 1955 esta fábrica foi fechada. (AMSF. CORREIO DE SÃO FÉLIX. 20/10/1945). Contudo, a documentação não oferece informações sobre o quadro de funcionários ou sobre outros aspectos que revelem o cotidiano da fábrica.

Sobre a fábrica C. Pimentel, localizada na cidade de Muritiba, a única fonte disponível são as Fichas de Registro de Empregados que não oferecem informações sobre a origem, desenvolvimento e desaparecimento da empresa. Por esta fonte, o primeiro registro de empregado ocorreu no ano de 1930 e o último no ano de 1988. Nesse período, 58 anos, a fábrica C. Pimentel registrou 2.086 mulheres e 439 homens, totalizando 2.525 registros de empregados. (FAMAM/CEDOC. Ficha de registro de empregados. 1930 a 1988).

Já a Dannemann e a Suerdieck eram empresas de procedência alemã, cujos proprietários eram industriais e comerciantes que controlavam a economia fumageira na região, bem como, em todo o Estado da Bahia. A duas manufaturas tiveram importância destacadas devido ao capital social

³³ Sobre a crise e decadência da economia fumageira ver RAMOS, José Alberto Bandeira. **Crise da Economia Fumageira do Recôncavo da Bahia**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA). Salvador (Ba): 1990, pp. 40-50.

investido, o volume da mão de obra utilizada e a influência na dinâmica comercial das cidades onde estavam instaladas nos anos de seu apogeu. (BORBA, 1975, p. 40-52; ALMEIDA, 1983, p. 10-11).

A Dannemann & Cia., fundada por Gerhard Dannemann, um alemão da cidade de Bremen, iniciou suas atividades industriais com seis operárias, na cidade de São Félix no ano de 1873, quando começou a produção de charutos de marca do mesmo nome da empresa – Dannemann. Em 1883, D. Pedro II, ao visitar a região, conferiu-lhe o título de Imperial Fábrica de Charutos Dannemann. Em 1908, Gerard Dannemann retornou para a Europa e a gerência geral da firma foi passada a Adolfo Jonas, auxiliado por Eduardo Dannemann Filho. Nos primeiros anos do século XX, esta empresa já havia adquirido o controle sobre a produção, industrialização e comércio de fumo na Bahia.

Segundo Silva (2001), “ao longo de sua história a Dannemann teve a razão social transformada algumas vezes, conforme o interesse de seus sócios ou condições políticas e econômicas a ela impostas”. (p. 59). Em 1922, a Dannemann fundiu-se e com a Stender & Cia, transformando-se na Cia. Charutos Dannemann. Nesse período, esta empresa já contava com as filiais nos municípios de Muritiba e Maragojipe, sendo que neste último expandiu-se até o distrito de Nagé.

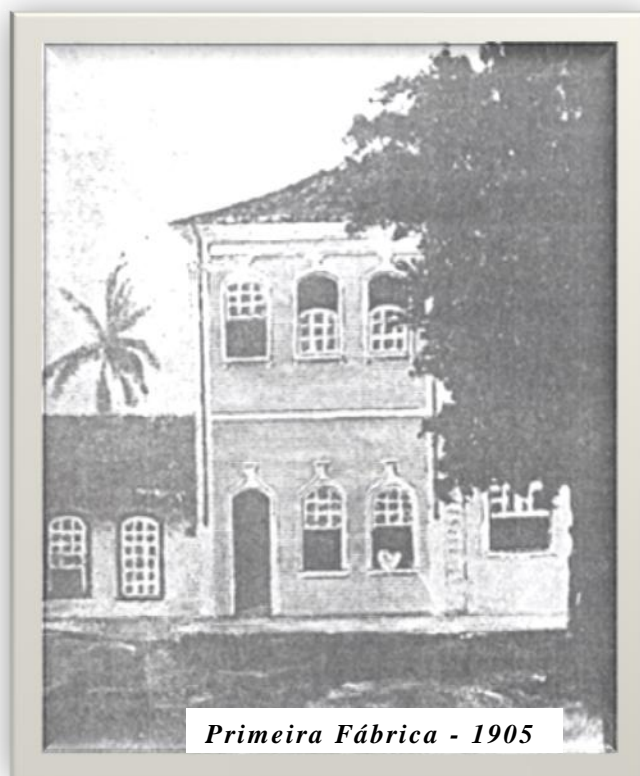
Em 1937, com a morte de Adolfo Jonas, tomou posse na direção desta empresa Adolfo Jonas Filho, seguido de Ernesto Tobler. Em 1942, período da Segunda Guerra Mundial, por ser de origem alemã a Dannemann sofreu uma intervenção e passou a ser administrada pelo Instituto Baiano do Fumo, sendo transformada em empresa nacional, quando recebeu o nome de Cia. Brasileira de Charutos Dannemann. Em 1948, foi desativada e em seguida foi adquirida por um grupo suíço que passou a priorizar a exportação de fumo. (FOLHETIM DOS 125 ANOS DA DANNEMANN, 1998; CORREIO DE SÃO FÉLIX, n.º 876, 26/04/1952; BORBA, 1975, pp. 46-48).

O empreendimento da Suerdieck na Bahia tem início com a chegada do alemão August Wilhelm Suerdieck a Cruz das Almas no ano de 1888, com a finalidade de fiscalizar o enfardamento de fumo da firma exportadora, a também alemã F. H. Ottens. Em 1892, August W. Suerdieck iniciou as suas atividades por conta própria, como enfardador e comprador naquela localidade. Em 1894, adquiriu seu próprio armazém da mesma empresa em que trabalhava a F. H. Ottens. Ao

final do ano de 1899, A. W. Suerdieck registrou a firma A. Suerdieck, importadora e exportadora de fumo, que contou como primeiros fregueses as firmas Joh Schuback & Soehne, de Hamburgo, e a Dannemann & Cia., de São Félix.

Em 1892, a firma A. Suerdieck estendeu seus negócios até o município de Maragogipe onde construiu seu primeiro prédio, o armazém Cajá, localizado na Praça Sebastião Pinho. E, em 1905, por iniciativa de Ferdinand Suerdieck irmão de A. W. Suerdieck, entrou em funcionamento a primeira fábrica de charutos da Suerdieck. (SUERDIECK S/A, 1955).

FIGURA 7: Primeira Fábrica de Charutos em Maragogipe, em 1905.



FONTE: SUERDIECK S/A CHARUTOS E CIGARRILHAS, 1955.

Além da ampliação e crescimento da industrialização e comercialização dos fumos no Recôncavo, uma das justificativas dos sócios-proprietários da Suerdieck para abrir a fábrica de charutos na cidade de Maragogipe, explica-se como sendo uma forma de aproveitamento do tempo pela empresa. Pois, a compra de fumo na região e a exportação ocupavam apenas o período de dezembro a junho de cada ano, quando a safra de fumo estava pronta para a comercialização, durante o restante do ano, enquanto os agricultores plantavam e colhiam os fumos, os estabelecimentos

fabris ficavam ociosos, mesmo realizando o trabalho de beneficiamento e enfardamento dos fumos. Esse intervalo, embora natural, representava para a empresa, como para a sociedade, prejuízos em tempo real de quase seis meses de espera. (SUERDIECK S/A, 1955).

As instalações da primeira fábrica de charutos da Suerdieck eram, sob todos os aspectos, rústicas tendo, inicialmente, utilizado até fardos de fumo como bancas para confecção dos primeiros charutos e uma produção ainda muito pequena, “quase sem caráter comercial”. A princípio, a indústria incipiente e enfrentando a competição de algumas fábricas já organizadas na capital baiana, contou com apenas cinco operários dos quais o chefe era, ao mesmo tempo, o escolhedor de fumo, mestre de secção, encarregado de embalagem, desdobrando-se como “um proteu de mil formas”. Contudo, a Suerdieck “foi pouco a pouco se desenvolvendo e progredindo, chegando mesmo a constituir objetivo sério, para a consecução do qual não pouparam esforços nem mediram sacrifício”. (SUERDIECK S/A, 1955).

Estando a A. Suerdieck de Maragojipe sob o comando de Ferdinand Suerdieck e seu auxiliar Timóteo Cerqueira Santiago – um dos primeiros empregados no serviço do fumo desta empresa – cumpriu-se, então, a meta inicial e apresentou ao mercado suas primeiras marcas, que foram “Simples n.º 1”, “Simples n.º 2” e “Simples n.º 3”, charutos confeccionados com capas da mata, conhecido como puro fumo Bahia. (SUERDIECK S/A, 1955). Esta mesma fonte informa que em 1906, um ano decorrido da abertura desta empresa, a sua folha de pagamento referente a uma semana de trabalho, de 26 de novembro a 1.º de dezembro, era a seguinte:

TABELA 1 – Funcionários da Fábrica Suerdieck (Maragojipe – 1906)

FUNÇÃO	VALOR
Destaladeira	960 Réis
Charuteira	118.480 Réis
Banca de Capa e Serviço Geral	57.580 Réis

FONTE: Suerdieck S/A Charutos e Cigarrilhas, 1955.

Evidenciam-se, assim, as primeiras marcas da presença feminina no trabalho fumageiro. Porém, para este mesmo período, outra fonte informa uma presença mais significativa, no que diz respeito às mulheres e suas funções na indústria

fumageira, especificamente, nas fábricas de charutos. A Suerdieck de Maragogipe, portanto, já havia formado um quadro de funcionários composto por:

TABELA 2 – Funcionários da Fábrica Suerdieck (Maragogipe – 1906)

N.º	FUNÇÃO	QUANT
01	Aneladeira	01
02	Charuteira	02
03	Destaladeira	01
04	Empapeladeira	01
05	Mestre	01
TOTAL		06

FONTE: Fichas de Registro de Empregados - Fábrica Suerdieck/Maragogipe-BA. (1906 – 1986).

Embora esteja se tratando de uma organização inicial, mas percebe-se que este quadro já é indicativo da posição que as mulheres passariam a ocupar na divisão social do trabalho na indústria fumageira, pois, desde então, elas realmente passaram a ocupar as funções relacionadas ao trato do fumo e a confecção dos charutos, sendo que o único homem do quadro ocupava a função de mestre, uma das funções importantes na hierarquia do poder da indústria fumageira.

Dentre os registros das trabalhadoras dos primeiros tempos da Suerdieck, encontra-se uma “Ficha de Registro de Empregados” de Maria Marcellina Conceição, moradora de Maragogipe e admitida no ano de 1908 na função de charuteira da fábrica. Observa-se que a ficha foi feita no ano de 1939, período em que começaram as exigências devido à implementação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas grande parte das informações refere-se ao período de sua admissão. Maria Marcellina nasceu em julho de 1892 e começou a trabalhar em maio de 1908, com 16 anos incompletos, embora, na ficha conste no item “Idade” 46 anos, pois, quem fez o cálculo considerou do ano de nascimento à sua demissão, em 1938.³⁴ Até aí foram trinta anos de trabalho, mas, no verso da ficha constam registros de férias de 1937 até o ano de 1949, que somariam 41 anos de trabalho. Contudo, para a

³⁴ As questões relacionadas às idades serão discutidas mais à frente, pois em cada tempo predominou uma faixa etária das trabalhadoras.

presente discussão prevalece a apresentação do documento, abaixo, para evidenciar o início do processo de inserção e a posição hierárquica, como socioeconômica das trabalhadoras na indústria fumageira, a partir da história das fábricas de charutos.

FIGURA 8 – Ficha de Registro de Empregados da Suerdieck (Maragogipe (1908).

REGISTRO DE EMPREGADOS N. de Ordem 363

1791 *Carteira de Trabalho*

1908

Nome Maria Marcellina Conceição

Filiação: Manuel de Jesus Maria Juliana de Almeida

Idade 46 anos -- **Data do nascimento** 01 VII 1892 ✓

Nacionalidade: Brasileira

Lugar do nascimento: Maragogipe - Bahia 51

Residência: Largo da Conceição, nº 1

Carteira profissional (Serie 9ª Nº 80.936) I. A. P. I. Nº 387.378

Data da admissão ao serviço: 5, 5, 1908 ✓

Categoria e ocupação habitual: Charuteira **Salário** Conta Propria

Forma de pagamento: Semanal

Nomes dos beneficiários: Messias, Maysés e Hermeginda dos Santos

Data: 18, 1, 1939 **Assign. do empregado:** por M. M. Conceição

Data da dispensa: 1, 1, 2. Jan, 1959 de Maragogipe (Bahia) de p. SUERDIECK & Cº

Assinatura do empregador: [Assinatura]

FONTE: Documentos da Fábrica Suerdieck. Maragogipe-Bahia. (1906-1986).

FIGURA 9 – Ficha de Registro de Empregados da Suerdieck (Maragojipe - 1908/Verso).

Recebeu n/data a quantia Cr\$ 203,20 como auxílio pecuniário por ter requerido anuente a aposentadoria em 13/10/44

Accidente de trabalho ou doenças profissionais: Maragojipe 13/10/44

15 dias de férias referente ao ano de 1937, pago Rs 36\$000 em 11/7/38

15 dias de férias referente ao ano de 1938, pago Rs 36\$000 em 11/7/38

15 dias de férias referente ao ano de 1939, pago Rs 36\$000 em 11/7/38

15 dias de férias referente ao ano de 1940, pago Rs 50\$900 em 23/12/41

15 dias de férias referente ao ano de 1941, pago Rs 64\$900 em 22-12-42

15 dias de férias referente ao ano de 1942, pago Cr \$ 74,60 em 28-12-43

Observações: Transferida para conta própria em 26/4/40

Passou a perceber o salário mínimo local, na base de Cr \$6,80, conforme Decr.-lei 5.473, de 11/5/943.

Passou a perceber o salário mínimo local, na base de Cr \$10,00, conforme Decr.-lei 5.978, de 10/11/943.

15 dias de férias referente ao ano de 1944, pago Cr \$ 198,60 em 18/12/45

15 dias de FÉRIAS relativas a 1946, gozadas de 17/12/46 a 1/1/47

15 dias de FÉRIAS relativas a 1947, gozadas de 18-12-48 a 2-1-949

10.8/46: Passou a perceber o salário básico de Cr\$ 100,00 com 2,5% de Abono, conforme Convenção de 17/7/46 - São Felix.

27/2/47: O Abono supra foi convertido em salário condicionado por um a 85% de assiduidade ao serviço, conf. A.ção 24/46.

FONTE: Documentos da Fábrica Suerdieck. Maragojipe-Bahia. (1906-1986).

Mas, voltando à trajetória do desenvolvimento da firma Suerdieck, é, por volta do ano de 1906 que seu proprietário optou pelo desmembramento da empresa em duas razões sociais distintas, fazendo surgir as firmas Aug. Suerdieck, exportadora de fumo, localizada em Cruz das Almas e A. Suerdieck, fabricante de charutos na cidade de Maragojipe. Esta última, já em funcionamento, foi transferida para a Rua Dom Macedo Costa, n.º 67, antiga Rua do Fogo, apresentando um quadro de 13 operários e a criação de novas marcas de charutos, inclusive com uma embalagem mais aperfeiçoada em caixas de luxo feitas com madeira envernizada. Essas mudanças adentraram o ano de 1907, quando chegou da Europa o técnico Carl Jetzler, para assumir o cargo de gerente. Em 1909, era a vez de Gerhard Meyer Suerdieck, parente próximo de August W. Suerdieck, assumir a gerência desta fábrica.

Com o crescimento da produção dos derivados do fumo, a fábrica de charutos A. Suerdieck já contava, em 1910, com 200 operários e, adquirindo um sobrado do senhor Elpídio Barbosa, foi transferida, desta vez, para a Rua Pedra Branca, hoje Ferdinand Suerdieck. Assim, a administração foi distribuída da seguinte maneira:

TABELA 3 – Quadro da Administração Direta da A. Suerdieck, em 1910

NOME	CARGO/ FUNÇÃO
August Suerdieck	Sócio-proprietário
Ferdinand Suerdieck	Sócio/gerente-fundador
Gerhard Meyer Suerdieck	Procurador
A. Willy P. Haendel ³⁵	Guarda-Livros
Luiz Leal	Correspondente
Julio Muench	Faturista

FONTE: Suerdieck S.A. Charutos e Cigarrilhas, 1955.

Em 1914, houve a junção das firmas, mudando a razão social para Suerdieck & Cia. e admitindo, como novo sócio, Ferdinand Suerdieck que veio a falecer nove anos mais tarde sendo, assim, substituído por Gerhard Meyer Suerdieck. Já em 1921, sob a influência da crescente demanda internacional de charutos provocada pelo fim da Primeira Guerra Mundial, a empresa construiu um novo prédio que fazia comunicação ao já existente por uma ponte de cimento armado. O consentimento dado pelo prefeito para a realização desta obra causou impacto à população, conforme segue:

Por ter dado consentimento para a feitura dessa ponte, estilo de construção, aliás, até então inédito naquela cidade, sofreu o Prefeito de Maragogipe grande campanha popular, não faltando, mesmo, quem se não mostrasse receosos em passar por de sob a mesma. (SUERDIECK S/A, 1955).

Antes da construção da ponte, os prédios da Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragogipe eram separados pela Rua das Flores, após a construção da ponte ou passarela unindo os dois prédios o acesso às ruas era feito por baixo da ponte, conforme figuras n.º 10 e 11, abaixo:

³⁵ Auxiliar vindo da Europa e que integrou o quadro de dirigente em 1913.

FIGURA 10 – Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragojipe (1921)



FONTE: Suerdieck S/A Charutos e Cigarrilhas, 1955.

FIGURA 11 – Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragojipe (1921)



FONTE: Disponível em:
<http://www.historiaemaragojipe.com/2010/04/suerdieck-1892-1913.html>. Acesso em 26/10/2010.

Mais à frente, em 1923, outro pavilhão foi concluído denominado “Repartição de Cigarrilhos”, onde eram fabricados os cigarrilhos de marca “Garantidos”. Neste período, também foram criadas algumas filiais para atender a uma produção que ultrapassava os 10 milhões charutos anuais. Por esta época, vale ressaltar que os operários de todas as fábricas de charutos do Recôncavo declaram-se em greve, pleiteando aumento de salário que “variava de 20\$000 a 30\$000 por semana, chegando-se, por fim, a um acordo, com um aumento de 10%”. (SUERDIECK S/A, 1955).

Com o falecimento do sócio Ferdinand Suerdieck, em viagem à Europa em 1923, foi admitido em seu lugar o antigo gerente Gerard Meyer Suerdieck. Coincidindo com a transferência da residência de August Suerdieck para a Salvador, onde se dedicou à exportação de fumo, o novo sócio foi indicado para gerenciar a fábrica de Maragojipe.

No ano de 1925, outra greve marcou a paralisação dos trabalhos na Suerdieck, mas logo foi contornada sem contabilizar prejuízos para esta firma, ficando ainda oculto os motivos que a originou, além de não haver registro da greve por parte dos trabalhadores, apenas a seguinte informação:

Como é, de ordinário, comum nos centros industriais, em 1925, os operários da firma SUERDIECK & CIA., mal orientados por elementos estranhos ao meio trabalhador, declararam-se em greve, ocorrendo, nessa ocasião, a invasão de perturbadores nos estabelecimentos fabris, munidos de bombas de dinamite, obrigando aos operários a abandonar o serviço. Tudo foi, no entanto, normalizado. (SUERDIECK S/A, 1955).

No cenário da história da indústria fumageira em Maragojipe, também, atuou a “Fábrica de Charutos Melo” que, em 1928, arrendou todos os seus prédios situados à Praça João Pessoa à Suerdieck. Em 1940, esta última fez a compra dos prédios incorporando-os ao seu patrimônio.

Com o falecimento do sócio-proprietário August Suerdieck, na Alemanha em 1930, sua viúva Hermine Suerdieck assumiu a direção da firma, mas faleceu, também, no ano seguinte. Formou-se, então, uma nova organização, tendo como sócios majoritários Gerhard Meyer Suerdieck, já naturalizado brasileiro, sua esposa Tibúrcia Guedes Meyer Suerdieck e o Karl Horn, antigo colaborador. Mais tarde, este último sócio fora afastado por suspeita nazista e a Suerdieck, então, interdita e nacionalizada pelo governo brasileiro. (SUERDIECK S/A, 1955).

Paralelo à Suerdieck, em 1933, foi fundada a firma Fonseca & Cia, cujos sócios eram José da Fonseca, Gerhard Meyer Suerdieck e Karl Horn, para ser depositária dos charutos Suerdieck na Bahia e fazer a distribuição e “redespacho para diversas praças do país”.

Vivendo ainda seu esplendor econômico e aproveitando a expansão do comércio e da indústria fumageira na região, a Suerdieck construiu em Cruz das Almas, no ano de 1935, um prédio onde foi instalada uma nova fábrica de

charutos. Cruz das Almas que, até então, mantinha apenas armazéns de escolha e enfiamento de fumos para exportação, começou também o trabalho de fabricação de charutos finos empregando, inicialmente, 50 operárias(os) e, em 1955, já contava com 300 trabalhadoras(es). A gerência desta filial ficou sob os cuidados de Johann Schinke, que já era técnico da fábrica de Maragojipe, em seguida por Joseph Muelbert, Herbert Stern e outros que foram sucedendo.

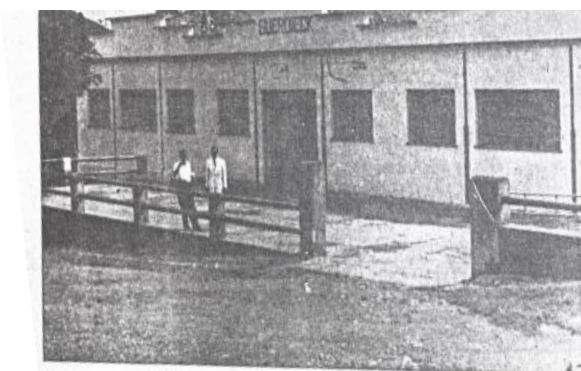
FIGURA 12 – Fábrica de Charutos Suerdieck em Cruz das Almas (1935).



FONTE: Suerdieck S/A Charutos e Cigarrilhas, 1955.

E, em 1936, foi inaugurada a filial de Cachoeira com produção diária de 4.734 charutos da marca “Cata Flor”, tendo como gerente Conrad Grave, substituído sucessivamente por Gerhard Behrens, Kurt Adolph Hasse e Waldo Azevedo em 1942. Nesta cidade, os prédios de n.º 78 e 82, da Rua Dr. José Joaquim Seabra, foram adaptados para instalação da mais nova filial, conforme vista parcial da fotografia abaixo:

FIGURA 13– Fábrica de Charutos Suerdieck em Cachoeira (1936).



FONTE: Suerdieck S/A Charutos e Cigarrilhas, 1955.

Nesse processo de expansão, houve uma tentativa de implantar uma unidade da fábrica de charutos Suerdieck na Vila de Cabeças³⁶, na década de 40, cuja data vacila entre um informante e outro, mas que tomam por base o eclipse solar que ocorreu nesta região e que fez grande alvoroço entre as/os operárias/operários desta fábrica.³⁷ Maria de Lourdes afirma que:

Aqui também teve uma fábrica, a Suerdieck, aqui junto de Nino onde seu Paulo mora ali naquela casa e os pessoal da fábrica na grande, onde D. Angelita morou. Trabalhou tanta gente naquela fábrica, eu tava com 12 anos nessa época que teve o eclipse, o pessoal tava na fábrica que o dia virou noite, foi! Era a fábrica Suerdieck, ele queria deixar a fábrica aqui, mas... o povo não deu o apoio pra vender a casa, dependia da casa que a casa não era própria dele, era de seu Osvaldo Fonseca, aí a fábrica foi para outro lugar, lá em Cruz das Almas, mas ele queria fazer aqui. (NOVAIS, Maria de Lourdes Conceição).

Tendo em vista a ampliação dos negócios, em 1938 a sede da Suerdieck foi transferida da fábrica-matriz em Maragojipe para Salvador e a primeira fábrica tornou-se, então, filial. Um ano depois, com o afastamento do sócio Karl Horn, foi também dissolvida a firma Fonseca & Cia., alterando o quadro de sócios, ao mesmo tempo em que a firma foi completamente incluída nas organizações genuinamente brasileiras por figurar, apenas, Gerhard Meyer Suerdieck já naturalizado brasileiro e sua esposa, brasileira, natural de Maragojipe. Pois, até o início da Segunda Guerra, esta empresa mantinha seu quadro de sócios composto apenas por estrangeiros, fato que “não era visto com simpatia pelo operariado, cujo número montava, mais ou menos, a 3.000”, conforme escreve o organizador da obra “Suerdieck S/A Charutos e Cigarrilhas, 1955”.

Passados mais três anos, um novo quadro de sócios se delineou, desta vez, composto por maioria de brasileiros. Em 1942, passou a integrar à sociedade Geraldo M. Suerdieck, José Fonseca, Antônio Eloy da Silva, Nicolau M. Suerdieck, Epaminondas da Silva Bandeira e Raul Ayres de Lacerda. Nas fábricas, também, foram feitas novas nomeações, entre elas a de

³⁶ A Vila de Cabeças pertencia ao município de Muritiba até o ano de 1962, quando foi emancipada e passou a se chamar Governador Mangabeira.

³⁷ SANTOS, Sebastião Pereira dos. Preseiro da **Costa & Penna** e trabalhador de "armazém de beneficiamento de fumo em Cabeças. 96 anos, 1999; NOVAIS, Maria de Lourdes Conceição. Filha de charuteira e charuteira de vários fabricos na Vila de Cabeças, 65 anos, 2000; "O Correio de São Félix" informa que o eclipse ocorreu em 20/05/1947. N.º 623, 17/05/1947 e n.º 624, 24/05/1947.

Corbiniano Rocha, funcionário desde 1917, para gerente da filial de Maragojipe.

Nos anos de 1944 e 1945, a Suerdieck ampliou seus negócios para São Gonçalo dos Campos e Salvador. No primeiro adquiriu um grande armazém de fumo que pertencia a Artur Magalhães e no segundo comprou a firma Trapiche 1.º Pilar, passando a explorar o ramo da armazenagem do fumo capeiro em frigoríficos.

Em 1946, a Suerdieck foi transformada em Sociedade Anônima e a razão social passou à Suerdieck S/A, com a admissão dos sócios Alfred Willy Paul Haendel, Antonio Eloy da Silva, Raul Ayres de Lacerda, Epaminondas da Silva Bandeira, Nicolau Meyer Suerdieck, Albrecht Wolfgang Meyer Suerdieck, Fernando Meyer Suerdieck, Corbiniano Rocha e Elisabeth Cabús de Amorim. Em fevereiro do ano seguinte, o Diário Oficial publicou a nova diretoria da empresa composta por quatro sócios, sendo eles Gerhard Meyer Suerdieck – Diretor-presidente, Geraldo Meyer Suerdieck – Vice-presidente, Alfred Willy Paul Haendel – Diretor-gerente e Antonio Eloy da Silva – Diretor-gerente. (SUERDIECK S/A, 1955).

Com a morte de Gerhard Meyer Suerdieck, em 1950, sua esposa, Tibúrcia Meyer Suerdieck, toma posse no cargo de Diretora-presidenta, até o término do mandato. Contudo, o autor do escrito sobre a Suerdieck afirma que, a posse da viúva no cargo do esposo, tratava-se de uma “homenagem expressiva à memória de Gerhard Meyer Suerdieck”. (SUERDIECK S/A, 1955). Fato que configura a realidade dos estereótipos que dão significados ao masculino e ao feminino, também, naquele contexto, onde o exercício do poder é exclusivo dos homens, cabendo às mulheres, além do “papel tradicional”, um lugar à sombra de seus maridos, pais, irmãos ou outros parentes, apenas no momento em que se fazia necessário garantir a posse e continuidade do patrimônio da família.

Ainda, é possível observar a ausência das mulheres nos espaços de poder da empresa – Suerdieck – através dos Quadros de Acionistas, abaixo, publicados na década de 1950, onde, no primeiro, apenas uma e no segundo duas “mulheres-esposas” figuram como acionistas da empresa.

QUADRO 2 – Acionistas da Suerdieck S./A.

1.	Geraldo Meyer Suerdieck:	Diretor Presidente
2.	Nicolau Meyer Suerdieck	
3.	Fernando Meyer Suerdieck	
4.	Suerdieck	
5.	Willy Haendel	
6.	Antônio Eloy da Silva	
7.	Epaminondas da Silva Bandeira	
8.	Herbert Stern	
9.	Elizabete Cabus de Amorim	
10.	Corbiniano Rocha	
11.	Raul Ayres de Lacerda	
12.	Renato Araújo Sampaio	
13.	Abelardo Magalhães Sacramento	
14.	Augusto Martins Junior	
15.	Exportadora de Fumos Suerdieck S.A	
16.	Luiz Augusto Schiorder	
17.	Vivaldo Fonseca Barreto	

FONTE: Diário Oficial, Dez/1954. Ata de assembléia Geral Extraordinária de Suerdieck S/A – Charutos e Cigarrilhos, 20 de outubro de 1954. (*Grifo Nosso*).

QUADRO 3 – Acionistas da Suerdieck S./A.

1.	Geraldo Meyer Suerdieck:	Diretor Presidente
2.	Tibúrcia Guedes Meyer Suerdieck:	Diretor – Vice-presidente
3.	Willy Haendell	
4.	Antônio Eloy da Silva	
5.	Fernando Meyer Suerdieck	
6.	Nicolau Meyer Suerdieck	
7.	Albrecht Wolfgang Meyer Suerdieck	
8.	Epaminondas da Silva Bandeira	
9.	Herbert Stern	
10.	Raul Ayres de Lacerda	
11.	Elizabeth Cabus de Amorim	
12.	Corbiniano Rocha	
13.	Renato Araújo Sampaio	
14.	Luiz Augusto Schiorder	
15.	Abelardo Magalhães Sacramento	
16.	Augusto Martins Junior	
17.	Vivaldo Fonseca Barreto	
18.	Exportadora de Fumos Suerdieck S.A	

FONTE: Diário Oficial, Dez/1954. Ata de assembléia Geral Extraordinária de Suerdieck S/A – Charutos e Cigarrilhos, 28 de dezembro de 1954. (*Grifo Nosso*).

A Suerdieck, mesmo após tantas transformações em sua razão social e na composição de sua sociedade, conseguiu chegar à década de 1950 ainda com grande potencial industrial e comercial, pois nesse momento atuou sozinha no ramo charuteiro naquela região, comemorando o seu jubileu de ouro com 180 milhões de charutos por ano e um contingente de 2.052 operários/operárias registrados(as).³⁸ (CÉSAR, 2000, p. 4). Nesse mesmo período, exatamente em 1950, foi fundada a Sociedade Agro-Comercial Fumageira Ltda., em Cruz das Almas, organizada sob o patrocínio da Suerdieck S/A, para se dedicar ao cultivo “científico e técnico” do fumo capeiro, com o objetivo de reduzir a importação dessa matéria-prima.

A partir de meados do ano de 1951, a Suerdieck ajustou seus contratos para a introdução de máquinas em suas fábricas de charutos, visando elevar a produção, quando realizou grandes reformas em algumas de suas unidades de produção. Em Maragogipe, adquiriu o prédio da Rua Barão do Rio Branco, n.º 2, fazendo reformas para instalar a secção de celofanagem no primeiro andar e a Sala de Embarque no térreo. Em Cachoeira, a fábrica foi transferida para novas instalações à Rua dos Artistas. Em Cruz das Almas foi construindo um pavilhão para abrigar as máquinas em processo de montagem.

Nessa época, foi adquirido, também, um aparelho de Raios X e de abreugrafia, seguidos da instalação do Centro Médico José Silveira, em Maragogipe, para cuidar das doenças infecciosas. (SUERDIECK S/A, 1955). Essa preocupação com a assistência à saúde dos operários chama a atenção para a existência dessa necessidade, já que o trabalho da lida diária com o tabaco associado às péssimas condições de alimentação e moradia das/dos trabalhadoras(es), principalmente em Maragogipe, eram fatores indicativos da presença de várias afecções do aparelho respiratório e a tísica, dentre outras. O balanço do ano de 1954 revela essa situação a partir dos números de atendimento, exames e demais serviços médicos prestados às/aos trabalhadoras(es) em um único ano.

³⁸ Vale ressaltar que esse número de empregados da Suerdieck no ano de 1950, refere-se, apenas, ao que consta na documentação examinada, nas Fichas de Registro de Empregados depositadas nos arquivos.

TABELA 4 – Atendimento no Ambulatório da Fábrica Suerdieck em Maragojipe (1954)

SERVIÇO	QUANT.
Pessoas atendidas	688
Abreugrafias	2.800
Radiografias	107
Radioscopia	20
Pneumotórax	38
Pneumoperitônio	36
Inspeções de saúde	92
Vacinações	265
Injeções aplicadas	2.180

FONTE: Suerdieck S.A. Charutos e Cigarrilhas, 1955.

O grande número de exames ligados ao aparelho respiratório, indicando a preocupação ou a incidência das doenças pulmonares no meio operário, leva à suspeita de que o manuseio direto e constante com o fumo era responsável por tais doenças, uma vez que, apenas no ano de 1954, foram realizadas 2.800 abreugrafias³⁹ e 107 radiografias. Contudo, a relação do trabalho fabril fumageiro na região do Recôncavo com as doenças pulmonares, em especial a tuberculose, carece de pesquisas, merecendo, portanto um estudo à parte.

No transcorrer da década de 1950 se acentua o processo da decadência da indústria fumageira na região do Recôncavo, principalmente, no tocante às fábricas de charutos, conforme descrevem Silza Borba (1975), Milton Santos (1998), e José A. B. Ramos (1990), dentre outros. Gradativamente, nas décadas seguintes, a falência foi abatendo o conjunto empresarial fumageiro da região e, conseqüentemente, instalando o caos econômico e social na região, afetando diretamente as/os trabalhadoras(es) que viviam da atividade fumageira⁴⁰. Sendo que, os homens, certamente, buscaram outros espaços e

³⁹ Método radiológico do diagnóstico de doenças pulmonares geralmente associadas ao trabalho, destacando-se em maior número a tuberculose. A abreugrafia permitia a realização de um grande número de exames em um curto espaço de tempo

⁴⁰ As crises e a decadência da indústria fumageira na Bahia constitui-se uma matéria a ser detidamente estudada à parte deste trabalho, considerando a sua complexidade no que diz respeito aos vários e divergentes pontos de vista sobre o assunto, os contextos políticos e econômicos porque passou o país e o mercado dos fumos e derivados e, especificamente, a indústria fumageira, além das questões relacionadas aos interesses dos grupos

outras formas de trabalho, enquanto as mulheres, pelo fato de estarem mais ligadas à casa e a família, circunscritas socialmente ao espaço doméstico e suas tarefas diárias, não puderam fazer o mesmo e, assim, sentiram muito mais a falta do trabalho, este que tinha papel importante na construção de sua autonomia econômica e social.

Desta forma, vale ressaltar que as trajetórias da Dannemann e Suerdieck – as duas maiores empresas que atuaram simultaneamente no trabalho de beneficiamento de fumos, fabricação de charutos e no comércio de importação e exportação de fumos e seus respectivos produtos – são amplas e se confundem com a própria história do tabaco e seus derivados na Bahia. Seus negócios alcançaram uma dimensão muito maior e mais complexa, comparando-se ao que foi aqui apresentado porquanto o objetivo deste esforço é apenas identificar e rastrear o percurso de algumas manufaturas de fumo, com vistas a compreender a estrutura social da indústria fumageira do Recôncavo a partir da sua organização administrativa, cujo quadro de dirigentes e funcionários da burocracia empresarial era formado, na maioria, por estrangeiros europeus e, essencialmente, por homens. Já o quadro de trabalhadoras(es) em geral, assunto que vamos nos deter doravante, constituía-se de homens e mulheres, com vantagem numérica para estas últimas.

O desenrolar desta exposição se fez de propósito, no sentido de evidenciar a construção de uma história a partir de dois aspectos. Primeiro, em nome do desenvolvimento, a cultura fumageira dantes pertencentes aos habitantes do Recôncavo, é “tomada de assalto” pelo capital estrangeiro aqui representado por algumas famílias européias que, além de explorarem intensamente uma atividade econômica, mantiveram-se, todo o tempo, no topo da hierarquia do poder no tocante à organização da indústria fumageira local.

dirigentes das empresas de manufatura, importação e exportação de fumos. A decadência da indústria fumageira no Recôncavo, conforme os autores supracitados, deveu-se, inicialmente à Segunda Guerra Mundial, uma vez que o capital empregado era de origem alemã, bem como, a maioria dos sócios-proprietários, estes foram presos e/ou expulsos do país e suas empresas nacionalizadas. Por outro lado, fortalece-se o truste americano que coloca em evidência a indústria de cigarro com embalagem pequena, sofisticada e um produto mais barato, mais acessível à população, além da propaganda maciça que atraía a juventude. Nesta cadeia de agravantes, ainda, considera-se relevante o processo de reestruturação da economia, tomando como lema os cortes com os gastos e o reordenamento da força de trabalho, levando levas de trabalhadoras e trabalhadores à demissões e instalando a precarização das relações de trabalho.

Segundo, que a produção fumageira se estruturou sobre a base de uma divisão sexual e social do trabalho, atingindo não apenas os/as operários(as), como também os proprietários, uma vez que não se identificou as mulheres de suas famílias ou outras envolvidas na administração das empresas que aqui se estabeleceram por muitos anos, exceto quando da morte de algum sócio majoritário e por falta de outro dependente. A chefia, portanto, era masculina e assim, esse modelo se distribuía nas demais atividades entre os/as trabalhadores(as), reforçando cada vez mais os estereótipos relacionados aos homens e as mulheres, no que diz respeito à determinação cultural de seus lugares nos espaços de trabalho que também eram espaços de poder.

2 AS MULHERES FUMAGEIRAS E SUAS HERANÇAS SOCIOCULTURAIS

Centenas de moças morenas acham-se sentadas nas salas da fábrica uma ao lado da outra e cada grupo delas exerce uma atividade diferente.

STEFAN ZUEIG, 1941.

2.1 TRAÇOS ÉTNICOS DA POPULAÇÃO DO RECÔNCAVO

A composição do quadro social e cultural da população fumageira, na primeira metade do século XX, é herdeira da mais ampla e histórica formação social do Recôncavo baiano, onde ameríndios, africanos e europeus se “encontraram” e, como em outras regiões, não puderam impedir o processo de miscigenação e a interpenetração de suas culturas. Contudo, apesar da participação dos europeus, em particular dos portugueses, considera-se muito maior a presença de traços étnicos e culturais dos indígenas, mas, sobretudo, dos africanos na população da região no período em evidência o que determina a formação étnico-cultural e social das/dos trabalhadoras(es) fumageiras(os).

Quanto aos autóctones, são esparsas as informações. Em “Histórias Menores”, Osvaldo Sá descreve que havia em Maragojipe as aldeias de Conquista da Pedra Branca, dos índios Quiriris e Tapuias e a de Santo Antônio da Aldeia, pertencente à Freguesia de São Bartolomeu, sendo dos Tupinambás. Em consequência da comunicação, através do Rio Paraguaçu, do arraial de Santo Antônio da Aldeia com o ancoradouro de Najé⁴¹, onde os índios praticavam o escambo e o que mais interessasse à sua manutenção, esta aldeia passou a pertencer à Vila de Najé. Ainda descrevendo as belezas

⁴¹ Anajé que significa gavião na língua nativa é um topônimo que os conquistadores deturpam para Najé.

naturais do Rio das Caboclas situado entre Najé e Maragojipe, o autor afirma que este último “produziu a maior safra de mamelucos”. (SÁ, 1981, p. 31-33).

Ainda conta este autor que “tribos valentes, aparentadas aos Aimorés”, invadiram Capanema, um dos sítios das terras maragojipanas, no século XVIII, embora muito antes Mem de Sá já houvesse “destruído aimorés da Serra da Copioba, afugento-os do litoral”. (SÁ, 1981, p. 73).

Mais à frente, em direção a Muritiba, a região era totalmente povoada pelos índios Tupinambás que, no período dos três governos gerais, somaram 47 aldeias. Somente São Félix, constituiu-se numa aldeia de índios com 20 palhoças habitadas por cerca de 200 índios. Porém, logo que o colonizador chegou à região esta população foi gradativamente sendo dizimada. Segundo Silva (2001):

Com a instituição do domínio português e a resistência indígena, instalou-se a guerra de destruição à esses índios que constituiu-se em um denominador comum na história de ocupação do Recôncavo, da qual resultou o gradativo despovoamento desta região. (SILVA, 2001, p.39).

No entanto, é sabido que os autóctones resistiram contundentemente à exploração, à dominação e a quaisquer outras formas de destruição de sua espécie impostas pelo colonizador português. Foi neste processo de luta e resistência à escravidão e ao poder sobre o seu território que os índios, mesmo sofrendo grandes baixas em seu efetivo, sobreviveram favorecendo ao processo de miscigenação do Recôncavo.⁴²

A presença da população negra no Recôncavo está relacionada à escravidão africana que, desde a colonização até o final do século XIX, apresentava a maior concentração do Estado da Bahia. Ao examinar os inventários *post-mortem* da população desta região, do período de 1750 a 1800, Parés (2005), identificou dentre os 1.400 cativos africanos uma maioria cujos etnônimos referiam-se a mina, jeje, nagô e angola dentre outros, termos que designavam uma pluralidade de grupos heterogêneos, mas guardavam certas afinidades linguísticas e culturais. Ressalta, ainda, que este tipo de

⁴² Para a questão vê: AMSF: **Jornal da Cidade**. Edição Especial, 10/1990; AZEVÊDO, UFBA/Salvador, 1968, pp. 3-14; CASTRO, 1941, p. 34; MATTOSO, 1992, pp. 69-81; SCHWARCZ, 1998, vol. 4, cap. 3, p.193; SILVA, 2001, pp. 39 - 43.

documentação expressa o uso dessas categorias feitas comumente pelos senhores e traficantes. (PARÉS, 2005, pp. 96-97).

Eliane Azevedo (1968), afirma que a demanda dos africanos no Recôncavo da Bahia vinculou-se ao crescimento da indústria do açúcar e as plantações de fumo, sendo estas últimas para sustentar o tráfico de escravos no "comércio triangular". (AZEVEDO, 1968, p. 7).

Quanto à evolução demográfica desta população na região, nos séculos seguintes, fez-se necessário cruzar as informações fornecidas pela Sinopse Preliminar do Censo Demográfico (1980) e os números sugeridos por Roger Bastide (1980), para obter as seguintes informações: no final do século XIX, exatamente em 1890, a população da Bahia era de 1.919.802 habitantes e, destes 75,97% eram de negros, relativamente proporcional a estes números também todo o Recôncavo, considerando que as cidades de Cachoeira e São Félix eram os principais centros de irradiação negra do Estado, pois foi nessa microrregião que se concentrou o maior número de engenhos de açúcar da Bahia. (IBGE, 1980, pp. 14-15; BASTIDE, 1980, p. 68-70; AZEVEDO, 1968, p. 4).

Mas, “as terras em volta d’água” estabelecia comunicação entre o sertão e a Baía de Todos os Santos que, com o passar do tempo, contribuiu para dissolver a distância entre as diferentes matrizes e processou significativas mudanças no quadro étnico e cultural do Recôncavo. Inicialmente a comunicação se deu através dos rios que ali desembocam e, mais tarde, através das rodovias, contribuindo para a distribuição tanto de produtos e mercadorias diversas como da população que transitava em direção à capital ou ao sertão, destacando-se nesse trajeto o porto de Cachoeira como principal ponto de encontro das pessoas e entrelaçamento de culturas. (AZEVEDO, 1968, p. 4-7). Ao longo do tempo, este trânsito de coisas, costumes e pessoas promoveu um processo de redefinição étnico-cultural e social, particularmente, para a zona do fumo que aqui é denominada de Recôncavo Fumageiro.

Assim, Lilia Schwarcz (1998) afirma que “era a cultura mestiça que, nos anos 30 [do século XX] despontava como representação oficial da nação”. (SCHWARCZ, 1998. p.193). Ainda, na primeira metade do século XX, em viagem pela Bahia, o escritor austríaco, residente no Rio de Janeiro, visitou

as fábricas de charutos de Cachoeira e descreveu as etapas da feitura dos charutos se referindo às trabalhadoras, de modo particularizado, pelo seu tipo étnico, como “centenas de **moças morenas** acham-se sentadas nas salas da fábrica uma ao lado da outra e cada grupo delas exerce uma atividade diferente”. [grifo nosso]. (SWEIG, 1941, p.116).

Ao final da primeira metade do século XX, a população dessa região já se apresentava densamente miscigenada, principalmente, de um tipo étnico que Azevedo (1968) denomina de "mulato escuro". Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 1940, a população dos municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba somava 105.047 habitantes, sendo 34,14% de cor preta e 46,33% de cor parda. Em 1950, estes municípios somavam uma população de 110.253, sendo 52,75% de cor parda, ou seja, revela que a maioria era de uma população não branca, nem exclusivamente de cor preta. (IBGE/CENSO, 1950/1958, pp. 95-105).

Apesar da sobrevivência em grande parte, nesta região, da herança de elementos da cultura européia, nativa e, sobretudo, africana, a efetiva convivência entre esses povos, os frequentes deslocamentos das populações, bem como as interpenetrações sociais e culturais que se processavam em todo o Nordeste brasileiro facilitaram, particularmente ao Recôncavo, uma complexa formação étnica, cultural e social específica dessa região que, mesmo não sendo estática, contribuiu para a definição, com certa peculiaridade, das características de sua população.

Além das atividades sociais e culturais, as atividades econômicas ali desenvolvidas, também, representaram fatores constitutivos da especificidade da população de cada zona que compunha o Recôncavo, considerando que a atividade fumageira marcou, ao longo do tempo, os comportamentos, os costumes, o convívio social e até o modo de pensar e viver daquelas/daqueles que trabalharam e viveram no Recôncavo fumageiro.

2.2 OUTRAS HERANÇAS

O Recôncavo dos canaviais, dos engenhos, aquele chamado de “celeiro da capital”, dentre outros que formavam o conjunto das áreas produtivas e, portanto ricas da Bahia, enfrentou a partir da segunda metade do século XIX, principalmente após a abolição do regime escravocrata e conseqüentemente o “quebramento das forças produtivas”, uma progressiva decadência que levou a região a perder a sua antiga importância econômica, política e social, isolando-a dos processos que desde então marcaram a vida nacional. Diferentemente da Cidade da Bahia, aonde tudo ia florescendo, “o Recôncavo açucareiro se retrai e suas áreas periféricas se marginalizam”, conforme afirma Maria de A. Brandão (1998, p. 40), dentre outros. Nesse contexto, C. Pinto descreve a pauperização da população da região e a intensa utilização da mão de obra feminina, principalmente, na indústria fumageira e afirma que:

E não resta dúvida que é aqui, entre as subáreas do Recôncavo, que atraso e pobreza são mais visíveis e mais chocantes (...) visitar os bairros proletários de Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe, Cruz das Almas é ver de perto a pobreza amarela da classe trabalhadora urbana dedicada à manipulação industrial do tabaco. (PINTO, 1998, p. 122 e 128).

Além do quadro econômico que se delineava na região fumageira, que já inclinamos nosso olhar em momentos anteriores, outras peculiaridades e características de cunho sociocultural que ali se desenvolveram emprestaram uma fisionomia própria à população ligada especificamente à atividade fumageira.

Quanto ao nível de escolarização das/dos trabalhadoras fumageiras(os), há controvérsias. Para a indústria fumageira, Anfilóbio de Castro avalia que “(...) é a ocupação de quase a totalidade do seu povo” [Muritiba], “o qual, embora com qualidades apreciáveis, é pouco instruído e pouco afeiçoado às letras”. (CASTRO, 1941, p. 5). Esta afirmativa deve estender-se nas mesmas proporções para todos os outros municípios da região fumageira, pois, conforme o Censo de 1940, o total da população de cinco anos e mais de idade dos municípios de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba era de 88.275 e destes 65.720, ou seja, 74.45% não sabiam ler e escrever. Em 1950,

segue com pequena diferença, o mesmo ritmo das proporções, uma média de 70.65% de analfabetos para o total da população de cinco anos e mais de idade. (IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. R.J.: XX vol. 1958, pp. 95-105).

Considerando que a atividade fumageira se dividiu no binômio agroindustrial, é preciso não generalizar em qualquer avaliação do gênero. De certo que, a passagem das relações sociais estruturadas sob o trabalho no campo para as relações sociais estruturadas sob o trabalho fabril não determinou um corte radical nos padrões sociais vigentes, permanecendo, ainda, por algum tempo, os mesmos valores, comportamentos, bem como, a formação sociocultural da população envolvida com o trato do fumo. Contudo, quando Maria de A. Brandão, afirma que “as relações de produção determinam aí relações sociais (...)”, (BRANDÃO, 1998, p. 18), possibilita compreender que, de alguma maneira, o processo de industrialização da zona fumageira influenciou na dinâmica urbana, social e cultural e, que se analisada separadamente pode-se obter resultados diferenciados.

Assim, conforme as anotações da Fichas de Registro das/dos trabalhadoras(es) das principais fábricas charutos – Pimentel, Suerdieck de Maragojipe e Suerdieck de Cruz das Almas, no período de 1906 até à década de 1950 – ocorreu um processo gradativo de escolarização dessa população. Embora, deva-se considerar que se trata de uma amostra restrita e que os dados são relativos pela flutuação do pessoal naquela localidade, mas, de qualquer maneira, trata-se da realidade cultural das/dos trabalhadoras(es) das fábricas de charutos do Recôncavo. Outro fator preponderante para esta análise é considerar que, naquele momento, tratava-se de um processo lento e que a escolarização das classes populares, ainda, não aparecia como um valor, muito menos como valor positivo. Assim, segue a amostra nas tabelas abaixo:

Tabela 5 – Grau de instrução - Mulheres

MULHER							
DÉCADA	ALF	%	N/ALF	%	NI/O	%	TOTAL
1930	170	31.89	160	30.02	203	38.09	533
1940	278	55.60	145	29.00	77	15.40	500
1950	204	71.58	47	16.49	34	11.93	285
TOTAL	652	49.47	352	26.71	314	23.82	1.318

Legenda: ALF=Alfabetizada(o). N/ALF=Não Alfabetizada(o).
NI/O=Não Informado ou Outros

FONTE: Fichas de Registro de Empregados das Fábricas Suerdieck (Maragojipe/Cruz das Almas), Pimentel (Muritiba).

Tabela 6 – Grau de instrução - Homens

HOMEM							
DÉCADA	ALF	%	N/ALF	%	NI/O	%	TOTAL
1930	98	49.75	50	25.38	49	24.87	197
1940	121	60.81	21	10.55	57	28.64	199
1950	112	80.58	15	10.79	12	8.63	139
TOTAL	331	61.87	86	16.07	118	22.06	535

TOTAL GERAL (MULHER E HOMEM)	1.833
-------------------------------------	--------------

Legenda: ALF=Alfabetizada(o). N/ALF=Não Alfabetizada(o).
NI/O=Não Informado ou Outros

FONTE: Fichas de Registro de Empregados das Fábricas Suerdieck (Maragojipe/Cruz das Almas), Pimentel (Muritiba).

As relações conjugais também revelavam outra face de uma realidade característica da massa trabalhadora da região fumageira. O casamento nos moldes oficiais previstos pelo Estado e pelo Cristianismo, predominante naquele período, apresentava número bastante reduzido, cedendo lugar às uniões livres, na forma do concubinato, àquelas que Pinto denominou de “uniões conjugais extralegais, de puro amasiado, tão frequente, entre as classes pobres brasileiras, especialmente no interior” (PINTO, 1998, p.128), mas que se institucionalizaram como uma prática recorrente nas áreas urbanas da zona do fumo do Recôncavo.

Em seu estudo sobre Muritiba, Anfilóbio de Castro identificou que "numa população entre 37 a 40.000 almas, realizando-se apenas, anualmente, 156 casamentos legais, atinge as raias do espanto pela insignificância". (CASTRO, 1941, p. 36). Tomando o Censo de 1940, este informa que a

população dos quatro municípios – Muritiba, Cachoeira, São Félix e Maragojipe – na faixa etária de 15 anos e mais, somava um total de 105.047, destes 76,88% (80.762) eram de pessoas solteiras. (IBGE. **Censo, 1940**. XX vol. 1958, pp. 95-105).

Para as décadas de 1930, 1940 e 1950⁴³, uma amostra das Fichas de Registro de Empregados das Empresas C. Pimentel em Muritiba, Suerdieck em Maragojipe e Cruz das Almas, trazem as seguintes informações quanto ao estado civil das/dos trabalhadoras(es):

Tabela 7 – Estado Civil - Mulheres

MULHER							
DÉCADA	CAS	%	SOLT	%	NI/O	%	TOTAL %
1930	29	5.44	86	16.14	418	78.42	533
1940	68	13.60	258	51.60	174	34.80	500
1950	71	24.91	197	69.12	17	5.97	285
TOTAL	168	12.75	541	41.05	609	46.20	1.318

Legenda: CAS=Casada(o). SOLT=Solteira(o).
NI/O=Não Informado ou Outros

FONTE: Fichas de Registro de Empregados das Fábricas Suerdieck (Maragojipe/Cruz das Almas), Pimentel (Muritiba).

Tabela 8 – Estado Civil - Homens

HOMEM							
DÉCADA	CAS	%	SOLT	%	NI/O	%	TOTAL %
1930	42	21.32	57	28.93	98	49.75	197
1940	31	17.32	82	45.81	66	36.87	179
1950	41	29.50	98	70.50	0	0	139
TOTAL	114	22.14	237	46.02	164	31.84	515
TOTAL GERAL (MULHER E HOMEM)							1.833

Legenda: CAS=Casada(o). SOLT=Solteira(o).
NI/O=Não Informado ou Outros

FONTE: Fichas de Registro de Empregados das Fábricas Suerdieck (Maragojipe/Cruz das Almas), Pimentel (Muritiba).

⁴³ Foram selecionadas estas décadas por apresentarem informações mais uniformes, uma vez que as Fichas de Registro de Empregados das fábricas de charutos foram preenchidas e regularizadas a partir do ano de 1938. Para as décadas de 1910/20, as Fichas apresentam várias lacunas quanto as informações mais específicas das/dos trabalhadoras(es).

Como informa os números acima, do total de 1.318 mulheres registradas nas fábricas de charutos supracitadas, no período de três décadas, apenas 12.75% declararam-se casadas. Assim, as mulheres solteiras na região tinham a primazia numérica em relação às demais. Seguidas, proporcionalmente, dos homens.

É necessário, entretanto, relativizar estes resultados, pois nesta época, muitas mulheres eram casadas “no padre” – expressão usada popularmente para designar o casamento religioso – e, neste caso, elas não eram consideradas, legalmente, casadas. No entanto, conviviam com seus companheiros/cônjuges considerando e absorvendo as mesmas regras de convivência conjugal do casamento que ocorria dentro das formalidades oficiais, por este configurar-se como um valor social e moral de alta relevância para aquela sociedade. Segundo o redator do jornal Correio de São Félix:

Indiscutivelmente, o casamento, nas suas devidas condições, é uma grande felicidade; é o aurorear de uma nova vida, pontilhada de ternuras e esperanças; é a iniciação de uma existência nova, para novos surtos de trabalho e de fé, para a segurança do futuro, que deve ser a preocupação maior daqueles que se unem e vão constituir famílias. (DANTAS, 1942, n.º 67).

O casamento civil não era tão comum entre as mulheres das camadas mais baixas daquela população, por ser distante de sua realidade econômica e social, considerado um ato e um valor da elite motivado por interesses econômicos e sociais. Enquanto que, ser uma mulher solteira não significava apenas aquela que não fosse casada, mas a mulher livre, sem marido⁴⁴ e passível de envolvimento em relações amorosas clandestinas, situação em que muitas mulheres se encontravam, embora quisessem fugir, pois era um comportamento, radicalmente, rejeitado pelos valores morais daquela sociedade.

Assim, é que o casamento na igreja era entendido e vivido por essas mulheres como uma válvula de escape, uma opção para se aproximarem do ideal comum – a convivência conjugal reconhecida – à todas as mulheres daquela época e contexto e de não serem enquadradas na categoria de “solteiras”, além do casamento religioso ser mais acessível em termos de custos que o casamento civil.

⁴⁴ Entenda-se aí sem aquele que lhe daria o nome de mulher casada, portanto, sem aquele que lhe faria uma pessoa respeitada. O marido na vida de uma mulher casada era a presença oficial daquele que iria impor-lhe o respeito, a proteção diante de outros homens para que a mesma não caísse em “tentação”, além do reconhecimento da sociedade.

Estes dados referentes às origens étnicas e sociais de parte da população do Recôncavo, especificamente àquela do Recôncavo Fumageiro, permitem uma aproximação do perfil socioeconômico e cultural das mulheres fumageiras da primeira metade do século XX, que fizeram parte desse cenário e que, certamente, abrigaram a mesma crença subjetiva em uma procedência comum.

2.3 EM NOME DE TODAS AS TRABALHADORAS

Descrever o perfil das trabalhadoras fumageiras é tarefa difícil, pois não se trata, apenas, de levantar dados objetivos ou classificar por características físicas ou fenotípicas, mas de reconhecê-las a partir de suas histórias de vida engendradas no cenário da labuta fumageira, cujas histórias se confundem. Usando como referência algumas personagens dessa trama foi possível identificar e compreender o tipo social que deu significado ao cotidiano fabril do Recôncavo Fumageiro.

Mulheres que trabalharam em armazéns de fumo, em fábricas de charutos, em fabricos e/ou em suas próprias residências lidando com o fumo, são aqui representadas por aquelas que as circunstâncias as fizeram fontes, objetos e sujeitos da pesquisa. Utilizando registros anteriores e novos tem-se um quadro aproximado de um breve perfil das trabalhadoras fumageiras do Recôncavo Baiano. Este exercício, também, indicou o mesmo caminho que percorreu Ecléa Bosi, “registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós”. (BOSI, 1994, P. 37).

Dos vários municípios que formavam o Recôncavo Fumageiro, destaca-se, também, a Vila de Cabeças, esta que deu origem a muitas(os) trabalhadoras(es) fumageiras(os), dentre elas(es) as operárias de armazéns de fumo que ocupavam diversas funções no trabalho de beneficiamento do fumo, as charuteiras que trabalhavam por conta própria no seu domicílio, as charuteiras que trabalhavam em regime regular nas fábricas de charutos e as proprietárias de fabricos.

Alzira Ferreira da Silva, nascida em 10 de abril de 1908, na Vila de Cabeças – Muritiba, seu pai foi trabalhador de armazém de fumo e sua mãe hábil charuteira.

D. Alzira começou a trabalhar no preparo do fumo "desde que saiu da escola" - expressão usada para se referir à conclusão do curso primário à época. A sua Carteira Profissional foi expedida em 1935, quando foi anotada a sua admissão na Fábrica de Charutos Dannemann de Muritiba retroativa a 1924, seguida da sua saída em junho de 1938. Neste mesmo ano foi readmitida na fábrica, permanecendo como charuteira até a sua aposentadoria, por volta da década de 1960.

Em sua fala, D. Alzira não menciona outra atividade profissional que não tenha sido a de confeccionar charutos em casa ou na fábrica, sendo mais uma mulher que engrossava a fileira das que caminhavam todos os dias para o pólo industrial do charuto, construindo a sua vida a partir de uma luta surda, mas contínua, buscando as possíveis melhorias das condições materiais e sociais, a partir daquele contexto econômico e social, cuja atividade fumageira era a única oportunidade de trabalho para as mulheres, bem como, a maioria dos homens da região do Recôncavo Baiano, naquele momento.

FIGURA 14 – Fotografia de D. Alzira



FONTE: Acervo particular. Fotografia cedida pelos familiares da trabalhadora, 2009.

Benedita Rodrigues da Silva, também nasceu na antiga Vila de Cabeças, no ano de 1923, era filha de pais agricultores. Aprendeu a fazer charutos, ainda, muito jovem por influência de um momento em que grande parte das mulheres da região estava envolvida nesta atividade. Mulher de mascate e comerciante da Vila, D. Benedita era mãe de oito filhos e dedicou-se à confecção de charutos em domicílio por um período de 40 anos seguidos.

Para adquirir os fumos que utilizava em sua pequena produção, D. Benedita se deslocava a pé até os armazéns de fumo localizados nas cidades de Cachoeira e Muritiba – nessa época o transporte automotorizado ainda era muito escasso na região – onde, também, vendia parte de sua produção, a outra metade vendia aos compradores denominados pelos empresários de atravessadores ou intermediários que mantinham uma freguesia semanal com as charuteiras que produziam em suas próprias casas.

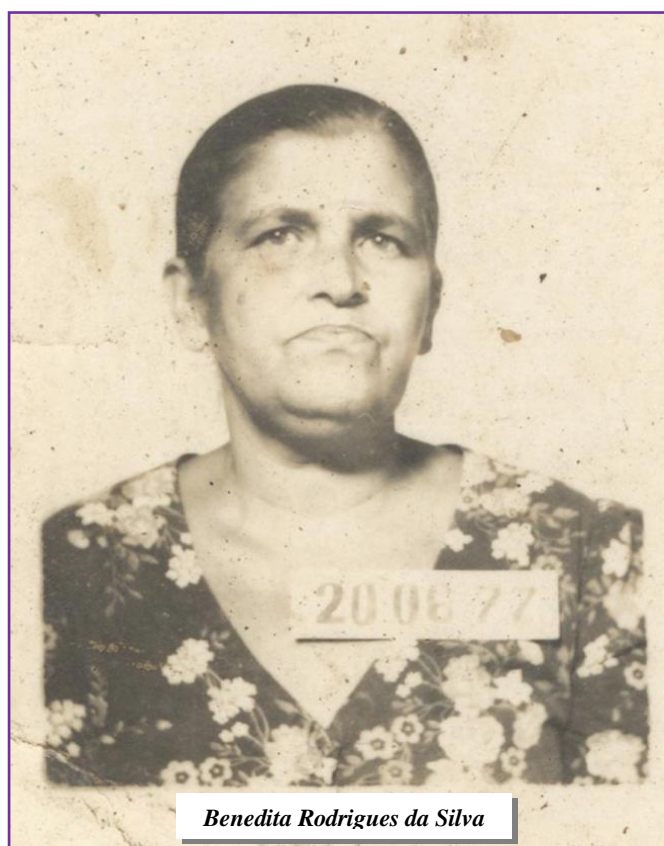
Na década de 1970, paralelamente ao trabalho que executava no próprio domicílio, D. Benedita também trabalhou por um período de cinco anos na Cooperativa Artesanal Mixta do Vale do Paraguaçu – COOVALE, como o nome já identifica, era uma cooperativa de fabricação de charutos instalada na cidade de Governador Mangabeira (antiga Vila de Cabeças), que vendia sua produção para a Leitalvis. Com o fechamento da Leitalvis e, conseqüentemente, da Cooperativa, as charuteiras foram convidadas pela freira Ir. Adélia Senn para trabalhar na fábrica de charutos Dannemann em Cruz das Almas e, D. Benedita, enfrentando a oposição de seu marido, deu início à sua longa jornada de trabalho em Cruz das Almas, a 15 km de distância, pois acordava muito cedo para realizar as atividades domésticas e às seis horas da manhã já estava na estrada, voltando somente doze horas depois.

Apesar de tantos anos de trabalho como charuteira, somente em 10 de setembro de 1977 D. Benedita teve, pela primeira vez, sua Carteira Profissional assinada como charuteira, e, em 20 de março de 1981, foi assinada a sua dispensa em função da crise que enfrentava a Cia. Brasileira de Charutos Dannemann, levando, conseqüentemente, à redução do quadro de operárias(os).

A vivência de D. Benedita em relação à fabricação de charutos perpassa desde a modalidade da produção em domicílio até à produção realizada no

interior da fábrica; da compra da matéria-prima nos armazéns de fumo à venda dos charutos aos negociantes deste produto. Assim, entende-se que foi conduzindo este conjunto de situações e movendo-se em meio às diversas relações sociais que tecia no mundo do trabalho, bem como, a representação que este trabalho tinha para a sua vida, que D. Benedita se fez uma exímia charuteira.

FIGURA 15 - Fotografia de D. Benedita (1977)



Benedita Rodrigues da Silva

FONTE: Acervo particular. Fotografia cedida pelos familiares da trabalhadora, 2009.

Carmelita Oliveira de Jesus, conhecida como Carmélia, e suas duas filhas Tereza e Sônia nunca trabalharam, de fato, numa fábrica de charutos, mas, construíram suas vidas a partir do trabalho com o fumo. Mãe e filhas transitavam entre a produção de charutos realizada no domicílio e àquela do fabrico de Joana Silva, mais conhecida como “Joana Preta”. O tempo e o envolvimento destas trabalhadoras com o fabrico de D. Joana Preta foram tão intensos que as filhas de Carmélia – Tereza e Sônia – passaram a morar com

D. Joana, tornando-se “filhas de criação”, charuteiras de seu fabrico de charutos e herdeiras de seus bens, após sua morte.

Carmelita, Tereza e Sônia representam duas gerações e uma parcela das fumageiras que não tiveram a oportunidade de trabalhar numa fábrica, mas que, da mesma forma que as trabalhadoras das fábricas, apesar do anonimato, buscaram seu espaço e, por conseguinte, romperam também com as impressões domesticadas de que as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa. Dentro das condições econômicas e sociais desse grupo, ser charuteira, dentro ou fora das fábricas, representava, também, um papel importante no seu grupo social a que pertenciam.

Joana Silva ou Joana Preta, como era conhecida, nasceu em 1915 na Vila de Cabeças e, desde muito jovem começou a trabalhar na atividade fumageira fazendo charutos em casa para vender aos atravessadores. D. Joana tirou a sua primeira Carteira Profissional em 1935, como charuteira. Em julho 1942, registrou-se como charuteira da Companhia de Charutos Dannemann, onde trabalhou até dezembro de 1944. A partir de então, há uma lacuna de tempo sem registro de trabalho em sua Carteira que, segundo Carmelita, foi a época em que D. Joana abriu um fabrico de charutos que funcionava dentro de sua própria casa.

O fabrico de Joana Preta era famoso pelo número de mulheres que trabalhavam e pela quantidade de charutos que produziam toda semana para atender a uma clientela que envolvia viajantes que transitavam entre o sertão e o Recôncavo, principalmente, o Porto de Cachoeira, principal acesso à capital do Estado; os compradores avulsos de charutos que vendiam no mercado clandestino; além de vender para a Fábrica de Charutos C. Pimentel. Os pedidos de charutos da fábrica cresceram tanto que, em dezembro de 1967, D. Joana passou a ser funcionária da fábrica, tendo em sua Carteira Profissional o registro de "charuteira em domicílio" até julho de 1968.

FIGURA 16 - Fotografia de D. Joana

FONTE: Acervo particular. Fotografia cedida pelos familiares da trabalhadora, 2009.

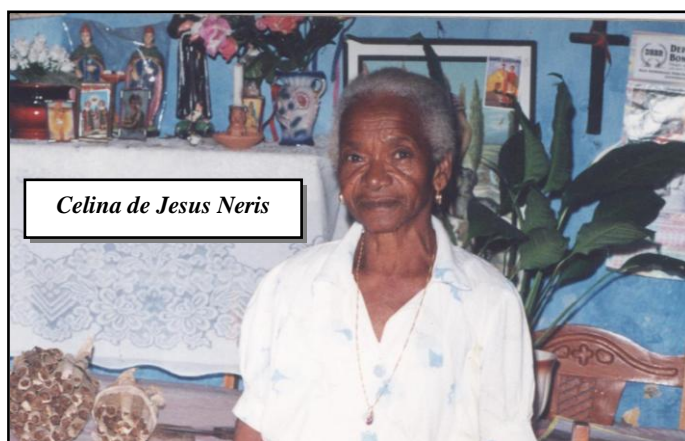
Celina de Jesus Neris nasceu em 1928, no município de Serra Preta, Bahia, vindo morar em Cabeças com nove anos de idade, quando já ajudava seus pais no trabalho da roça. Aos doze anos Celina já sabia manipular o fumo e fazer charutos, atividade que executou até o ano 1996, em sua residência.

D. Celina foi trabalhadora dos armazéns de beneficiamento de fumo por um período de vinte anos, não se casou nem teve filhos, mas viveu sempre rodeada de parentes cuja responsabilidade do sustento era sua. Também fazia charutos em casa nos horários que ainda lhe restavam. Ela afirmou que “trabalhou clandestino para um senhor de Muritiba catorze anos, para o finado Moisés”, que lhe fornecia o fumo e comprava-lhe os charutos; negócio que, muitas vezes, foi realizado aos sábados depois de encerrar o expediente de trabalho do armazém.

Começou a trabalhar na fábrica de charutos C. Pimentel a partir da década de 1950, saindo todos os dias a pé de Cabeças à Muritiba e, em 1960, passou a trabalhar nos armazéns de fumo de Altino da Fonseca e de José Carvalho em Governador Mangabeira. Nos períodos de entressafra, quando o armazém fazia o

"corte", ou seja, dispensava o maior número de trabalhadoras(es), D. Celina, como tantas outras fumageiras, recorria às fábricas de charutos em busca de trabalho. Contudo, o trabalho de fazer charutos em casa parecia permanente para a maioria das mulheres.

FIGURA 17 - Fotografia de D. Celina



FONTE: Acervo particular. Fotografia cedida pelos familiares da trabalhadora, 2009.

Dalva Damiana de Freitas, conhecida atualmente na região como D. Dalva do Samba da Suerdieck, nasceu em Cachoeira, no ano de 1927, seu pai era sapateiro e sua mãe charuteira da Dannemann. D. Dalva começou a trabalhar aos catorze anos de idade para ajudar sua família que, além de numerosa, era muito pobre. Posteriormente, iniciou como aprendiz na fábrica de charutos Dannemann em São Félix, através do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), onde precisava colocar um banco sobre o outro para se sentar e atingir a altura da banca de trabalho, logo que aperfeiçoou as técnicas de fabricação de charutos e cigarros, foi empregada e registrada como charuteira, conforme CTPS, datada de maio 1946. Em 1958, já separada do primeiro marido e mãe de cinco filhos, D. Dalva passou a trabalhar na Suerdieck S/A, filial de Cachoeira, onde se aposentou como charuteira no ano de 1974.

D. Dalva relatou uma vida de muita pobreza e de muitas dificuldades no sustento e educação dos filhos. Contudo, entre a carência econômica e social, esta charuteira, com o auxílio de outras mulheres, criou as condições para organizar festas em torno dos santos católicos, seja no ambiente da fábrica ou

fora dele. Nas festas do padroeiro, por exemplo, quando cada fábrica era representada num determinado dia, D. Dalva, na liderança de seu grupo, organizava e participava diretamente dos festejos, oportunidade que motivou esta charuteira a criar o Samba de Roda da Suerdieck que se tornou uma instituição, hoje, reconhecida pela Bahiatursa, pelo Ministério da Cultura, visitada por turistas do mundo inteiro e aplaudida na região.⁴⁵

A fala de Dalva Damiana expressa uma vida de muito trabalho, pobreza e exploração, ao mesmo tempo em que a amizade, o respeito, a solidariedade e o espírito festivo, vividos e sentidos por ela e seu grupo, têm o significado de ir além do árduo viver da mãe, mulher e trabalhadora da indústria fumageira de seu tempo.

FIGURA 18 - Fotografia de D. Dalva



Dalva Damiana de

FONTE: <http://www.google.com.br/images?hl=pt-br&biw=1280&bih=617&q=dalva%20damiana&um=1&ie=UTF-8&source=og&sa=N&tab=wi>

⁴⁵ Samba de Roda Suerdieck foi criado em Cachoeira – BA, no ano de 1961, por iniciativa Dalva Damiana de Freitas, operária da fábrica de charutos Suerdieck, de onde adveio o nome do grupo. Atualmente, é composto por 17 idosos, sendo que, ao longo do período de sua existência, 77 pessoas dessa faixa etária estiveram juntas na condução do grupo, abrigando até aí quatro gerações. A principal característica deste grupo é a performance das baianas, vestidas com indumentárias típicas, elas tocam tabuinhas e executam a coreografia do chamado “samba no pé”. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/12/projeto-idoso_5_versao.pdf. Acesso: 05/12/2010.

Isaura Lopes dos Santos nasceu em Cruz das Almas no ano de 1919, mãe de três filhos e trabalhou nos estabelecimentos fumageiros – armazéns – nas várias funções ligadas ao beneficiamento de fumo. Ela conta que seu primeiro trabalho foi enfrentar um fardo de fumo, sentada no chão, para desmanchar as cabeças das manocas separando e classificando todo o fumo, sendo remunerada por quilo de fumo selecionado. Depois, como acontecia com outras mulheres, D. Isaura passou a trabalhar na raloa onde tirava toda a terra do fumo, “pocava” as cabeças, escolhendo e separando os vários tipos de fumo, trabalho que era feito em pé durante todo o dia. Em seguida, passou a trabalhar como escolhedeira e sua remuneração já era feita por dia de trabalho, função que ocupou até a sua aposentadoria, embora, em sua Carteira Profissional conste apenas a função de servente.

D. Isaura descreve a relação dos mestres com as trabalhadoras nos armazéns de fumo e acentua o medo, a rigidez da disciplina e a humilhação porque passavam essas mulheres para se manterem no trabalho, bem como, o esforço físico e repetitivo que fazia por longas horas diárias, com intervalo apenas para o almoço, sentadas no chão ou em pé, uma situação que, segundo D. Isaura, comparava-se somente ao “cativeiro”.

Desta forma, D. Isaura ilumina parte da história das fumageiras, das trabalhadoras de armazéns de fumo que, na luta pela sobrevivência, experimentaram o mundo do trabalho de uma forma muito particular, não apenas como trabalhadoras fumageiras, mas, sobretudo como mulheres trabalhadoras, pois as questões relacionadas ao gênero estão mais evidentes que as questões que envolvem as relações de trabalho propriamente.

FIGURA 19 - Fotografia de D. Isaura

FONTE: Ficha de Registro de Associativismo ao Sindicato dos Trabalhadores do Fumo de Cruz das Almas, 2010.

Laurentina Neves Melo, conhecida como D. Neném, nasceu na Vila de Cabeças no ano de 1915, era filha de carregador ambulante e empregada doméstica e, aos 11 anos de idade, deixou a escola para trabalhar no preparo do fumo para a confecção de charutos no "fabrico de Yayá de Manin". D. Neném informou que, em 1935, começou a trabalhar na Fábrica de Charutos Suerdieck, em Cruz das Almas, para onde se deslocava diariamente a pé, mas que não teve a sua Carteira Profissional assinada por esta empresa. Em 1940, foi trabalhar formalmente como fumageira na Fábrica de Charutos C. Pimentel & Cia., localizada em Muritiba e, em 1943, foi, nesta mesma empresa, admitida na função de charuteira, onde trabalhou até dezembro de 1973, quando deu entrada em sua aposentadoria, somando-se trinta e oito anos de charuteira.

Paralelo ao trabalho nas fábricas, D. Neném também fazia, diariamente, charutos em sua casa para ajudar no orçamento da família. Com seis filhos para sustentar com o seu trabalho, D. Neném não teve outra alternativa a não ser buscar naquele contexto econômico as respostas para as suas necessidades reais.

Um longo tempo de trabalho ligado ao fumo e seu principal derivado – o charuto – transformou esta mulher em “D. Neném charuteira”, fato que se

estende para além das necessidades materiais e atinge o campo da subjetividade, pois, acrescenta aí outros elementos que não, apenas, o salário, as condições de trabalho e as técnicas que desenvolvia para fabricar os charutos, mas seus sentimentos de revolta com a pobreza e muito trabalho, de gratidão com as pessoas, de saudades das colegas e do próprio cotidiano do trabalho e das conquistas que este lhe proporcionou, pois, ao narrar sua história veio à tona toda uma representação e significação deste trabalho para sua vida.

FIGURA 20 - Fotografia de D. Laurentina



FONTE: Ficha de Registro de Empregado da Fábrica de Charutos C. Pimentel & Cia Ltda. Muritiba – Ba. 2008.

Maria Alves Pereira, conhecida como Lilia de Abílio Aragão, nasceu em 1915, também na Vila de Cabeças, filha de pai alfaiate e mãe charuteira, começou a trabalhar desde os 10 anos de idade até os 75 anos, período em que foi charuteira, parteira e vendedora de acarajé. D. Lilia trabalhou como charuteira na Dannemann, Costa & Penna e Suerdieck, porém, teve a sua Carteira Profissional assinada somente pela Suerdieck que lhe deu o direito à

aposentadoria mais tarde. Percorreu a pé de Cabeças às respectivas cidades de Muritiba, São Félix e Cachoeira onde foram instaladas as referidas unidades fabris, ao mesmo tempo em que trabalhava como parteira, atividade que não lhe oferecia renda em dinheiro ou bens, apenas alguns presentes, afilhados e o respeito da comunidade. Já aposentada, D. Lilia mudou-se para Salvador, onde passou a vender acarajé para complementar o salário da aposentadoria.

D. Lilia afirmou que "ganhou a vida" como charuteira e, que apesar do anonimato que a própria história lhe conferiu, galgou o *status* de charuteira profissional, ainda que este não tenha lhe oferecido o padrão de vida desejado, mas significou o resultado de uma luta própria contra os mecanismos de opressão da mulher e da trabalhadora, naquele período.

Raimunda Souza ou D. Mundinha, nasceu em Cruz das Almas, no ano de 1937, no auge da industrialização fumageira naquela cidade, e, apesar de afirmar que começou a trabalhar desde criança, como todas as mulheres daquela região, mas seu registro de trabalho na indústria fumageira só ocorreu no final da década de 1950. Trabalhadora de armazém de fumo, D. Mundinha descreve as mesmas condições de trabalho que as outras mulheres, o poder e autoritarismo exercido pelos mestres sobre elas, seus medos e estratégias de resistência e todas as etapas do beneficiamento do fumo em que as mulheres trabalhavam nos armazéns de fumo.

D. Mundinha obteve três registros em sua Carteira Profissional que denunciam o início da precarização das relações de trabalho na indústria fumageira. Em junho de 1958, sua CTPS foi assinada pela empresa Hendrik Kelner Ltda, com saída em agosto do mesmo ano. Em 2 abril de 1959, deu entrada em sua Carteira a empresa Walter Leoni que, por sua vez, assinou a saída em 30 de abril deste ano. Retornou para Hendrik Kelner Ltda., que assinou sua entrada em maio e saída em agosto de 1959.

Assim, D. Mundinha passou a fazer parte de outra geração das trabalhadoras da indústria fumageira que, além de viver a mesma situação de precariedade econômica, sob as ordens e disciplinarização dos mestres, chamados por elas de carrascos, ainda foram submetidas à nova ordem do mercado fazendo rodízio com outras trabalhadoras, admitindo por períodos curtos e em seguida demitindo, o que causou uma grande instabilidade entre as trabalhadoras que, no desespero para não ficarem desempregadas,

aceitavam as condições impostas pelos empresários, sob a justificativa da crise na indústria fumageira.

FIGURA 21 - Fotografia de D. Raimunda (1958)



Raimunda Souza

FONTE: Acervo particular. Fotografia cedida pelos familiares da trabalhadora, 2009.

Além das trabalhadoras da indústria do fumo no Recôncavo outras vozes, também, ecoaram oportunamente e foram ouvidas auxiliando a (re)compor o cenário cotidiano do trabalho, os valores sociais da época e as histórias de vida das principais personagens da trama tecida no trabalho fumageiro.

Rose Schinke Martfeld, nasceu em 1943, residente em Cachoeira é filha de Zelinda Brito, charuteira e aneladeira da Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragojipe e do alemão Johann Schinke, importador de fumos na Alemanha que veio para o Brasil depois da Primeira Guerra Mundial e assumiu os cargos de técnico e gerente dessa mesma fábrica; em 1935, assumiu a gerência da fábrica de Cruz das Almas; e, posteriormente, gerente da Dannemann em São Félix.

Envolvida nesta complexa relação entre estrangeiro e brasileiro, chefe e operárias fumageiras, Rose Schinke representa um ponto de vista emblemático, apesar de ter vivido como filha de patrão. Sua proximidade com as trabalhadoras se deve ao fato de ter sido filha de charuteira, mas, sobretudo, por ter vivido, por muito tempo, na companhia de D. Marcelina, uma charuteira que depois do fechamento das fábricas passou a morar com a família Schinke. Por outro lado, a senhora Rose Schinke ainda mantém uma pequena fabricação de charutos, com folhas inteiras, na cidade de Cachoeira. Ela, portanto, representa uma voz que anima os valores de uma convivência entre “mundos” diferentes, ou seja, o branco estrangeiro e patrão e as trabalhadoras.

FIGURA 22 - Fotografia de Rose Schinke



FONTE: MUITO#117. Revista Semanal do Grupo **A Tarde**. Bahia de Todos os Charutos. 27/06/2010, p. 27.

Sebastião Pereira dos Santos, Seu Bastião, antigo morador da Vila de Cabeças, nasceu em 1904 e, por algum tempo, foi tropeiro, atividade que aprendeu com seu pai, carregando e entregando material de construção na região. Mais tarde, tornou-se trabalhador da indústria fumageira. Em 1926, trabalhou na fábrica de charutos Costa & Penna, na função de preneiro, onde conheceu a mulher com

quem se casou, depois passou a ser trabalhador de "armazém de fumo", compreendendo, a partir do seu lugar nas relações de gênero, a lógica do trabalho e da atividade fumageira. Completamente lúcido, relembra as questões que envolviam uma mulher ao sair para trabalhar fora de casa, bem como, as diferentes concepções sociais entre a trabalhar no armazém e trabalhar numa fábrica de charutos. Ao relatar a vida das mulheres fumageiras a partir de suas experiências pessoais, como homem e trabalhador da indústria do fumo na região, transita entre passado e presente permitindo uma análise das relações sociais de seu tempo a partir do olhar masculino.

FIGURA 23 - Fotografia do Sr. Sebastião (2002)



FONTE: Acervo particular. Fotografia cedida pelos familiares. 2007.

As mulheres fumageiras eram, na maioria, chefes de suas próprias famílias, arcavam com a manutenção da casa e todas as despesas financeiras da família, bem como, a responsabilidade com a educação dos filhos. Muitas não tinham um companheiro que assumisse total ou em grande parte as despesas da família, àquelas que conviviam com o marido ou amásio, normalmente, recebiam apenas uma pequena ajuda. (PINTO, 1998, pp. 127-129). D. Tereza Oliveira Ramos,

trabalhadora de armazém de fumo em Cruz das Almas, descreve sua situação em relação ao seu lugar na família:

Comecei a trabalhar na base aí de 52, no ano que Vardo morreu, aí comecei passando uma crise difícil, aí comecei a trabalhar(...). Naquele tempo eu tinha dois filhos, um casal. Depois eu fui vacilando na vida, vacilando, aí completou foi até oito filhos. Deus tirou uma, criei sete, com toda sorte, com todo sofrimento. Í acontece que, quando eu comecei a gostar de um, quando tava no maior prazer..., é minha sorte né? Não sei, de repente ele morreu também. Era Vavá, eu tinha o terceiro filho, aí eu fui mudando de marido, mudando de marido, cheguei o momento de criar sete filhos sozinha. A minha história era essa, eu procurava, habilitava pra ver se dava certo, eu procurava, queria. Eu aceitava pra ter uma companhia, até pra's crianças, mas era engano, mais criança do que já tinha e inteirava, inteirava. Eu tava nova. (RAMOS, 2007).

Para os padrões sociais e morais daquela época e espaço, onde as mulheres deveriam restringir-se ao trabalho doméstico, criação dos filhos e cuidado com os maridos – o que representava papéis sociais de homens e mulheres marcadamente distintos – as mulheres trabalhadoras da indústria fumageira, certamente, ofereceram alguns parâmetros para as mudanças, tanto na concepção de família quanto na própria estrutura familiar daquela sociedade. Desta forma, compreende-se que o estudo da vida e da história das mulheres trabalhadoras da indústria fumageira, revela a situação e a própria história das mulheres das classes oprimidas, sendo elas trabalhadoras, mães, mulheres livres, amásias ou esposas.

Ainda, seguindo a exposição, faz-se necessário acrescentar o Quadro n.º 2 abaixo composto pelos estrangeiros identificados na documentação como fazendo parte do grupo Suerdieck e atuando nos municípios de Maragojipe, Cruz das Almas e Salvador, no período que se estende da chegada August Wilhelm Suerdieck até a década de 1950. Observa-se, então, o contraste que se revela quanto à maciça ocupação, por estrangeiros, dos principais cargos/funções nos estabelecimentos fabris⁴⁶, bem como, a masculinização dessa ocupação, pois, se “a classe operária tem dois sexos”, na classe empresarial fumageira o segundo sexo sequer entrou.

⁴⁶ A maioria desses estrangeiros também era acionista da empresa.

QUADRO 4 – Estrangeiros ligados ao grupo Suerdieck atuando em Maragogipe, Cruz das Almas e Salvador

N.º	NOME	NAC	ADMISSÃO	CARGO
1.	August Wilhelm Suerdieck	Alemã	1888	Sócio-Proprietário
2.	Hermine Suerdieck	Alemã	Esposa de A. Suerdieck	Gerente (assumiu em 1930, com a morte de seu esposo, mas faleceu no ano seguinte)
3.	Ferdinand Suerdieck	Alemã	1905	Sócio/gerente-fundador
4.	Carl Jetzler	Alemã	1907	Gerente
5.	Gerhard Meyer Suerdieck	Alemã	1909	Procurador
6.	A. Willy P. Haendel	Alemã	1910	Guarda-Livros
7.	Julio Muench		1910	Faturista
8.	Johann Schinke	Alemã	1935	Gerente
9.	Joseph Muelbert	Alemã	1935	Gerente
10.	Conrad Grave		1936	Gerente
11.	Gerhard Behrens	Alemã	1936 (?)	Gerente
12.	Kurt Adolph Hasse	Alemã	1936 (?)	Gerente
13.	Herbert Stern	Alemã Nat. Bras	29/03/1937	Assistente/Setor Produção
14.	Adolf Ruther	Alemã	1937	Sub-Gerente
15.	Hans Osvald Heindorn	Alemã	1937	Sub-Gerente
16.	Karl Horn	Alemã	Citado em 1930, como antigo colaborador	
17.	Joseph Carl Franz Hoecherl (Apelido Pepe)	Alemã	01/03/1949	Assistente Procurador
18.	Aurelio Trancoso Pazoss	Espanhola	02/02/1952	Escritório

FONTE: FAMAM/CEDOC. **Ficha de registro de empregados.** 1906 a 1998. Cruz das Almas (BA). 2007

Dar voz a determinados agentes históricos para falar de suas vidas, contar suas histórias e vivências, expressar os sentimentos que guardam de uma época é fazer fluir suas memórias individuais, mas que são reflexos das memórias de um tempo e lugar peculiares ao conjunto da sociedade. (HALBWACHS, 1990). As histórias e memórias das mulheres fumageiras expressam seu tempo, aquele que não é cronológico e linear como o tempo da fábrica, mas o tempo histórico construído a partir de seus sentimentos, aspirações e necessidades concretas; expressam, também, os referenciais socioculturais que permeavam aquele contexto social que demarcavam os “lugares” de raça, classe e, sobretudo, de gênero, este que é o interesse maior deste estudo.

Portanto, mostrar os sentidos que emergem das falas, dos gestos e sentimentos no presente sobre o passado, este que é a substância de suas

vidas, foi um dos percursos metodológicos deste trabalho tentando uma aproximação das experiências vividas pelas mulheres fumageiras do Recôncavo e, assim, poder fazer a leitura de “seus lugares” naquela/daquela sociedade, pois, como escreveu Bosi, o registro alcança uma memória pessoal que é também uma memória social, familiar e grupal. (BOSI, 1994, p. 37).

3 AS MULHERES FUMAGEIRAS E SEUS LUGARES NO TRABALHO FABRIL

Sempre que a indústria precisa aparecer como espaço masculino, o discurso da fragilidade aparece.

SOUZA-LOBO, 1991.

3.1 QUANTAS SOMOS?

O contingente de trabalhadoras e trabalhadores da zona fumageira do Recôncavo Baiano, distribuído entre as empresas e as atividades informais ligadas ao ramo fumageiro, era organizado com base na divisão sexual do trabalho, que determinava cargos e funções distintas para mulheres e para homens no processo de manufatura dos fumos e seus produtos⁴⁷. Para isso, o sistema fabril fumageiro se apropriou do conjunto de valores morais, com base nas relações sociais patriarcais vivenciadas na região, e moldou a estrutura de organização social do trabalho que, por sua vez, também, reforçava os estereótipos sexistas, garantindo, desta forma, resultados positivos e concretos no volume de sua produção. Observa-se a presença do capital se utilizando das diferenças das relações de gênero na força de trabalho, ao mesmo tempo, que exerce sobre elas um esforço para naturalizá-las e reforçá-las.

As fontes examinadas revelam que mais de 70% do contingente de trabalhadores de, apenas, três empresas de fabricação de charutos no Recôncavo Fumageiro, eram de mulheres.⁴⁸ Somando esta representação com o

⁴⁷ Segundo Combes e Haicault “existe apenas uma mesma e única divisão sexual do trabalho operando na produção e na reprodução, materializando sempre, em ambos os aspectos, a subordinação de um sexo ao outro”. (COMBES E HAICAULT, 1986, p. 26).

⁴⁸ Fontes impressas: 6.233 Fichas de Registro de Empregados das empresas Suerdieck e C. Pimentel, no período de 1906 a 1998. Para o recorte temporal que abarca o período de 1906 a 1959, foram analisadas 1.884 destas

número de mulheres que trabalhavam nos armazéns de fumo e àquelas que trabalhavam em casa destalando ou separando fumos e confeccionando charutos, formava-se um quadro de mão de obra predominantemente feminino na atividade fumageira. (CÉSAR, 2000, p. 03-04).

A mão de obra na indústria fumageira, na primeira metade do século XX, também, foi marcada pelo seu estilo artesanal, ou seja, sem o uso de máquinas ou do processo de produção em série, pois, tanto o fumo era escolhido, selecionado e tratado pelas mãos das mulheres trabalhadoras, quanto os charutos eram feitos à mão, um a um, rotineiramente, por cada mulher. Esse quadro determinou, ao longo do tempo, a feminização das atividades ligadas ao fumo e, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho.

O desenrolar do trabalho fumageiro desenvolvido por essas mulheres ao longo do processo industrial, envolvia uma série de etapas desde o beneficiamento e preparação do fumo até a sua fase final – a fabricação dos charutos – esta que, geralmente, ocorria nas fábricas do próprio Recôncavo ou em fábricas de outros países, a exemplo da Alemanha.

Apesar de se tratar de um processo industrial, mas o fato de ser uma atividade realizada de forma artesanal e envolver um grande número de mulheres alimentou, naquela população (homens e mulheres), o estereótipo de que o trabalho com o fumo, especialmente o processo de escolha e a fabricação de charutos, era “essencialmente um trabalho feminino”. Contudo, por razões já discutidas anteriormente, a justificativa para o predomínio das mulheres nesta atividade passava ao largo dessa concepção de naturalização dos papéis entre homens e mulheres, embora, as vozes ecoavam, pertinentemente, no sentido de reafirmar a naturalização desta atividade como feminina. Segundo Geraldo Meyer Suerdieck e Rose Schinke, respectivamente:

As mulheres eram mais cuidadosas, seletivas e perfeccionistas. Ao contrário dos homens, elas trabalhavam com mais amor e maior dedicação. Daí a preferência pelas charuteiras e não pelos charuteiros. (SUERDIECK, Geraldo Meyer *apud* CÉSAR, 2000, p. 06).

Havia mais mulheres, é porque pra fazer o charuto as mulheres têm mais delicadeza e é um trabalho mais para mulher, fazer o charuto. Porque o

homem não tem, talvez, aquela paciência de ficar ali sentado manuseando aquilo, é um trabalho mais leve, os homens ficaram na parte, justamente de força, era imprensar fardo, virar pilha de fumo (...). (SCHINKE, 2000).

Ainda, em tempos atuais, o autor da reportagem “Bahia de Todos os Charutos”, ao tentar desmistificar a ideia de que as mulheres enrolavam os charutos nas pernas, acabou por justificar que a escolha das mulheres para fabricar os charutos ocorria e ainda ocorre porque “(...) elas são mais cuidadosas com as folhas”. (MUITO#117, 2010, p. 27).

São as falas representantes da ideia da naturalização do lugar das mulheres desde aquele contexto. Fazer trabalhos manuais, minuciosos, que requer tempo, dedicação e cuidados eram, segundo a ideologia sexista e machista, funções ou papéis das mulheres. Afinal, não é o cuidado que sempre esteve à frente fundamentando tantos outros atributos ditos femininos?

Assim, não resta dúvida de que o estereótipo da sensibilidade e da docilidade como qualidades inerentes à mulher e não ao homem estava presente na visão dos empresários do fumo e da própria sociedade e que, certamente, influenciou na preferência das mulheres para lidar com o fumo e fabricar os charutos.⁴⁹ Vale lembrar que a divisão sexual do trabalho é historicamente anterior à esse tempo e espaço e o estereótipo de gênero, inclusive, o da sensibilidade e docilidade sempre funcionou como justificativa.

Nesta perspectiva, Pena (1980) avalia também que o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil não foi cego ao sexo e procurou utilizar a seu proveito a dominação que o homem impunha sobre a mulher dentro da organização familiar da classe trabalhadora e que lhe impunha o trabalho reprodutivo.

Essa ideia estereotipada não esteve sozinha o tempo todo no esforço de alavancar um número tão significativo de mulheres para uma atividade laboral fumageira, além da estrutura social e cultural, havia uma conjuntura econômica específica daquela região, naquele momento, que favoreceu o recrutamento das mulheres àquele trabalho. A escolha do trabalho pelas

⁴⁹ Era uma concepção já cristalizada no pensamento coletivo da região e, também, incorporada ao conjunto de valores da sociedade brasileira, devido à sua formação patriarcal. (PINTO, 1998, p. 128).

mulheres ocorreu para atender, de fato, às necessidades econômicas, porém, a escolha das mulheres pelos empresários não corresponde à mesma iniciativa.

Havia ali mão de obra farta e barata, consequência de uma situação de precariedade econômica da população periférica da região do fumo (PINTO, 1998, pp. 128 e 129; IBGE, 1940 e 1950), normalmente composta por mulheres pobres e mães de muitos filhos para criar, e que foi sistematicamente visualizada pelos empresários do fumo. (BORBA, 1975, p.37). Desta forma, pode-se considerar que o trabalho fabril na região fumageira representou, na primeira metade do século XX, a oportunidade da inserção dessas mulheres em um mercado de trabalho que se encontrava em processo de desenvolvimento. Assim, foram também, as necessidades concretas vividas pelas mulheres pobres do Recôncavo que as estimularam a enfrentar longas jornadas de trabalho nos armazéns de fumo e nas fábricas de charutos, rompendo, também, com os rígidos padrões sociais e morais daquela sociedade que mantinham as mulheres “presas” às atividades domésticas e ao cuidado com a família, enquanto o trabalho na rua deveria, apenas, ser realizado pelos homens. Apesar da opressão e da exploração sofridas pelas mulheres fumageiras no campo do trabalho, mas elas souberam se utilizar das brechas que a própria organização econômica e social lhes ofereceu naquele momento, para alavancar suas vidas da precariedade concreta e da invisibilidade social em que viviam.

Segundo Silva (2001), foi no processo de formação da zona fumageira, desde os primórdios da produção do tabaco até o auge da indústria manufatureira do charuto, que foi se definindo uma geografia humana, social e cultural na região denominada de Recôncavo Fumageiro. É, portanto, no interior desse processo e a partir das interações socioeconômicas vivenciadas pela população, que as fumageiras, em suas singularidades, buscaram com perspicácia o seu lugar e a sua identidade⁵⁰ como mulher e como trabalhadora.

A partir do universo de trabalhadoras(es) apresentado pelas fontes impressas – Fichas de Registro de Empregados – das empresas Suerdieck e C. Pimentel, conforme a Tabela n.º 9, determinou-se o recorte temporal da pesquisa e, por conseguinte, o número de mulheres e homens que, durante

⁵⁰ Não se trata de atribuir às mulheres uma identidade monologa, não relacional.

quase meio século esteve envolvido na labuta diária do trabalho fumageiro, seja nos armazéns, nas fábricas, nos fabricos ou nas próprias casas.

TABELA 9 – Total de Trabalhadoras(es) - (1906 a 1998)

EMPRESA	LOCAL	PERÍODO	QUANT/ SEXO				TOTAL
			Homem		Mulher		
Suerdieck	Maragojipe	1906 – 1992	418	35.19%	770	64.81%	1.188
Pimentel	Muritiba	1930 – 1988	442	17.09%	2.144	82.91%	2.586
Suerdieck	Cachoeira	1935 – 1975	26	83.87%	05	16.13%	31
Suerdieck	C. das Almas	1936 – 1998	494	20.35%	1.934	79.65%	2.428
TOTAL			1.380	22.14%	4.853	77.86%	6.233

FONTE: FAMAM/CEDOC. **Ficha de registro de empregados.** 1906 a 1998. Cruz das Almas (BA). 2007

Assim, doravante o destaque será, em especial, para as mulheres que trabalharam nessa atividade do ano de 1906 até o final da década de 1950, com representação numérica, sempre, superior aos homens. Em visita a uma fábrica de charutos em Cachoeira o escritor Zweig (1941), repetindo a epígrafe, escreve que “centenas de moças morenas acham-se sentadas nas salas da fábrica uma ao lado da outra e cada grupo delas exerce uma atividade diferente”. (ZUEIG, 1942, p. 116). No conjunto das empresas e seus respectivos espaços de atuação, considerando o período acima citado, o percentual de mulheres registradas é de 70.22% e dos homens 29.78%, conforme detalhamento da Tabela n.º 10.

TABELA 10 – Total de Trabalhadoras(es) – (1906 a 1959)

EMPRESA	LOCAL	PERÍODO	QUANT/ SEXO				TOTAL
			Homem		Mulher		
Suerdieck	Maragojipe	1906 – 1959	169	52.32%	154	47.68%	323
Pimentel	Muritiba	1930 – 1959	202	37.83%	332	62.17%	534
Suerdieck	Cachoeira	1935 – 1959	22	81.48%	05	18.52%	27
Suerdieck	C. das Almas	1936 – 1959	168	16.80%	832	83.20%	1.000
TOTAL			561	29.78%	1.323	70.22%	1.884

FONTE: FAMAM/CEDOC. **Ficha de registro de empregados.** 1906 a 1998. Cruz das Almas (BA). 2007

Apesar das fontes não esclarecer o número de trabalhadoras(es) referentes aos diversos armazéns de fumo da região e quanto ao trabalho em domicílio, pode-se afirmar que, da mesma forma, o contingente de mulheres era superior ao dos homens. Desta forma, é possível afirmar que, foram as mulheres que sustentaram a indústria de fumos no Recôncavo da Bahia.

Valéria Pena, estudando a indústria têxtil no Brasil, analisa os Censos de 1920, 1940 e 1950 e seleciona os ramos industriais com predominância de mão de obra feminina, para afirmar que as mulheres compunham a maioria absoluta de operariado na indústria têxtil e em certos ramos de confecção **na produção de fumos**, cigarros, charutos, de caixas de papelão, fósforos, perfumaria e chocolates. Em 1940 e mesmo em 1950 elas continuavam a constituir a força de trabalho predominante e, ainda, destaca que em 1920 na indústria de cigarros, charutos e **fumos** a participação feminina é de 74%. (PENA, 1980, p. 93). (Grifo Nosso).

A representação numérica das mulheres na indústria fumageira, dá margem a uma minuciosa observação sobre o seu cotidiano, considerando os aspectos ligados à mão de obra, como a execução das etapas de trabalho, as funções ocupadas pelas mulheres em relação aos homens, as questões econômicas e as relações de poder junto aos mestres e aos gerentes das empresas, bem como, as relações de trabalho e as relações sociais de gênero travadas no âmbito fabril.

Quanto à questão econômica relacionada diretamente às trabalhadoras fumageiras, vale ressaltar que não foi possível realizar uma análise sistemática dos salários pagos a elas, seja pelas empresas ou pelos fabricos, ou até mesmo referente ao ganho das mulheres que trabalhavam em domicílio, durante as décadas em estudo, por não haver, até então, dados suficientes ou consistentes que possibilitassem esta ação.

Sendo a Ficha de Registro de Empregados das empresas fumageiras o documento mais completo em termos de dados econômicos, ainda assim mostra-se superficial. Até o ano de 1941, no item que informa o salário, consta a expressão "Conta Própria", e na forma de pagamento consta "Semanal". A partir de 1942, desaparece o salário por "Conta Própria"⁵¹ e passa a constar o termo

⁵¹ DOCUMENTOS DA FÁBRICA SUERDIECK: **Fichas de Registro de Empregados**. Maragojipe - Bahia.

"Tarefaira", mudanças que refletem o momento da implementação da legislação trabalhista.⁵² Somente a partir da década de 1950 que constam em algumas fichas o valor dos salários, regularizando, de fato, a partir de 1960, período que ultrapassa o recorte temporal proposto e adentra a um outro contexto que é o início do processo de reestruturação da economia e que dá margem ao surgimento dos fatores determinantes das mudanças no campo econômico das empresas e, conseqüentemente, na vida das trabalhadoras, pois se estabelece o processo de precarização do trabalho.

3.2 SEXUALIZAÇÃO DAS TAREFAS

Segundo Elizabeth Lobo, não basta afirmar que “a classe operária tem dois sexos”, é preciso também reconhecer que ela é masculina. O conceito de operário e de trabalho com representação masculina foi, ao longo do tempo, sendo construído de maneira a ser absorvido como natural e pretendendo-se como universal. Esta situação gera uma compreensão que impossibilita perceber as assimetrias de gênero nos grupos e na sociedade, bem como, nas análises dos mecanismos de controle, da submissão e reclusão das mulheres nos lares e, principalmente, das trabalhadoras nos espaços de trabalho. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 195).

O movimento feminista, desde o seu surgimento e quando da reivindicação dos direitos de participação e representação política, já produzia vários discursos em torno dos lugares atribuídos às mulheres em relação aos homens, mostrando que “a distribuição de tarefas e atividades de trabalho seguiria uma classificação hierárquica, expressão histórica de determinadas relações sociais onde se entrelaçam sexo e classes sociais”. (BLASS, 1995, pp. 140-141). A autora analisa que as ideias de opressão e superexploração não só sustentam as oposições entre as habilidades ditas naturais para as mulheres e as qualidades ditas profissionais para os homens, mas também justificam os baixos salários, o controle e as normas disciplinares mais rígidas em relação às mulheres. Sendo assim, conclui que

⁵² A discussão das formas de salários e das ideias implícitas nas expressões “Conta Própria” e “Tarefaira” já fora realizada na dissertação de mestrado. (SILVA, 2001).

“as diferenças, embora percebidas, são explicadas, muitas vezes, pela natureza biológica ou pela dominação patriarcal”. (BLASS, 1995, p. 141).

Nesse sentido, Souza-Lobo amplia a compreensão sobre trabalho feminino quando se opõe à primazia dos determinantes econômicos como única possibilidade de explicação dos significados da subjetividade e da experiência humanas. A partir desta compreensão, os fenômenos, antes localizados no campo da economia e da produção, passam a ser investigados com maior relevância no campo das diferenças e das relações de poder entre os agentes sociais, uma vez que estes possuem a compreensão de si e de sua relação com o outro, de sua experiência, seja ela no trabalho ou fora dele, além de vivenciar o seu pertencimento a um sexo.

Nesta perspectiva, Souza-Lobo, Hirata, Bruschini dentre outras, tratam as trajetórias de trabalhadoras(es), os setores e ocupações destinados a homens e mulheres como construções históricas, sociais e culturais. Neste sentido, a ideia de gênero permite pensar a ligação indissociável entre opressão sexual no campo do trabalho e a exploração econômica a partir do sexo, que é o caso das mulheres.

Assim, é que essa problemática remete à outra compreensão. A divisão sexual do trabalho não está apenas ligada à produção como não está vinculada meramente ao sexo biológico, mas articula-se com a esfera da reprodução, como afirmou Souza-Lobo:

A divisão do trabalho entre os sexos está na base da opressão da mulher na sociedade e na família e, para compreendê-la, é necessário combinar a análise do cotidiano da fábrica (...) com o da família operária. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 42).

Em relação à atividade fumageira no Recôncavo Baiano, observou-se que, diferentemente do que ocorria no campo, onde os fumos que enchiam as casas eram plantados, colhidos, postos para secar e manocados por toda a família, nos centros urbanos e estabelecimentos fabris, as atividades relacionadas ao fumo eram distribuídas, distintamente, entre homens e mulheres. Se em casa, somente as mulheres executavam as tarefas

fumageiras⁵³, nos armazéns de fumo e nas fábricas de charutos havia um sistema de organização baseado na sexualização das tarefas, das ocupações e das relações hierárquicas de trabalho.

Inicialmente, ao examinar o registro das funções das/dos trabalhadoras(es) das fábricas de charutos e cigarrilhas, observou-se que o mesmo apresentava, claramente, as determinações de seu tempo histórico, baseado no contexto em que se deu o desenvolvimento da indústria fumageira no Recôncavo. Em seguida, verificou-se através das imagens e das falas das/dos entrevistadas(os) que as funções correspondiam sempre aos lugares que cada grupo ocupava na cadeia das relações sociais de gênero, sendo, portanto, distintas entre os sexos. Assim, o processo de produção dos fumos e derivados, o controle das trabalhadoras e os demais aspectos do cotidiano fabril, eram marcados pela divisão sexual do trabalho, como se observa nos quadros 5 e 6 abaixo.

⁵³ As mulheres juntamente com todos os membros de sua família, incluindo os filhos ainda adolescentes. Mas, ao chegarem à idade adulta, como os seus pais, os filhos não mais executavam tarefas que incluíssem escolha e seleção de fumos, muito menos a confecção de charutos.

QUADRO 5 – Funções exercidas por mulheres **QUADRO 6**–Funções exercidas por homens

N.º	MULHER / FUNÇÃO	ANO
1.	Charuteira	1906
2.	Raloeira	1930
3.	Destaladeira	1935
4.	Encaixadeira	1935
5.	Aneladeira	1936
6.	Banca (de Capa)	1936
7.	Empapeladeira	1936
8.	Enfermeira	1936
9.	Passadeira	1936
10.	Mudança de Caixa	1936
11.	Torcida	1937
12.	Trouxeira	1937
13.	Cigarreira	1938
14.	Auxiliar de Escritório	1939
15.	Assistente de Creche	1940
16.	Auxiliar de Farmácia	1941
17.	Seladeira	1941
18.	Servente	1941
19.	Enroladeira	1942
20.	Auxiliar de Enfermeira	1943
21.	Tarefaira	1943
22.	Aprendiz	1944
23.	Farmacêutica	1946
24.	Charuteira a Domicílio	1947
25.	Celofanista	1949
26.	Operária	1949
27.	Manocadeira	1951
28.	Caixa	1953
29.	Cortadora de Selos	1955

FONTE: FAMAM/CEDOC. **Ficha de registro de empregados das Fábricas Suerdieck e C. Pimentel.** 1906 a 1998. Cruz das Almas (BA). 2007

N.º	HOMEM / FUNÇÃO	ANO
1.	Administrador Secção de fumo	1906
2.	Mestre	1907
3.	Contínuo	1911
4.	Pagador	1917
5.	Fiscal	1919
6.	Administrador de Capotaria	1921
7.	Auxiliar de Fábrica	1924
8.	Facturista	1924
9.	Procurador	1925
10.	Escriturário Fabril	1925
11.	Gerente Técnico	1925
12.	Médico	1928
13.	Ajudante	1928
14.	Ajudante de Gerência	1928
15.	Caixa	1929
16.	Correspondente	1933
17.	Aprendiz	1934
18.	Auxiliar de Escritório	1934
19.	Cabeceiro	1934
20.	Gerente	1935
21.	Mestre em Carpintaria	1935
22.	Vigilante	1935
23.	Auxiliar Farmacêutico	1937
24.	Subgerente	1937
25.	Ajudante de Fiscal	1938
26.	Auxiliar Correspondente	1938
27.	Chauffer	1938
28.	Embalador / Empapelador	1938
29.	Farmacêutico	1938
30.	Gradeiro	1938
31.	Ajudante de Mestre	1939
32.	Contador	1939
33.	Servente	1939
34.	Técnico Calculista	1939
35.	Técnico em Manufatura	1940
36.	Ajudante de Acabamento	1941
37.	Banca de Capa / Banqueiro	1941
38.	Encaixador	1941
39.	Mecânico	1941
40.	Passador de Charutos	1942
41.	Barracão	1943
42.	Carapina / Carpina	1943
43.	Carregador de Caixas	1943
44.	Escolhedor	1943
45.	Quebragem / Quebra Fardos	1943
46.	Charuteiro (01)	1944
47.	Guarda-livros	1948
48.	Preseiro	1949
49.	Ajudante de Marcenaria	1950
50.	Ajudante de Mecânica	1950
51.	Ferrador	1950
52.	Destalador	1951
53.	Maquinista	1951
54.	Pregador	1952
55.	Advogado	1954
56.	Subchefe de Oficina	1954
57.	Cortador de Selos	1955
58.	Faxineiro	1958
59.	Capoteiro	1959

FONTE: FAMAM/CEDOC. **Ficha de registro de empregados das Fábricas Suerdieck e C. Pimentel.** 1906 a 1998. Cruz das Almas (BA). 2007

Os Quadros 1 e 2 acima, contendo as relações de funções exercidas por mulheres e homens trabalhadoras(es), se referem às Empresas Suerdieck funcionando em Maragojipe e Cruz das Almas e C. Pimentel funcionando em Muritiba, durante a primeira metade do século XX. Trata-se de estabelecimentos fumageiros que se destinavam ao beneficiamento dos fumos e, principalmente, à fabricação de charutos e cigarrilhas, adotando necessariamente os mesmos tipos de serviços e funções.

Observa-se que mulheres e homens exerciam funções distintas, assim, como era distinta a natureza das funções, pois, a divisão sexual do trabalho tende a limitar as mulheres a funções determinadas *a priori*, a partir de uma definição sociocultural de seu sexo. Todas as atividades ligadas diretamente ao trato com o fumo e a confecção dos charutos eram realizadas pelas mulheres, desde a limpeza, seleção e preparação dos fumos, incluindo os cuidados específicos da bucha, capotes e capas, até a feitura dos charutos e das cigarrilhas.

Dentre as vinte e nove funções, constantes nas fichas de registro de empregados até àquela década e exercidas por mulheres, metade delas fazia parte do processo direto de fabricação dos charutos.⁵⁴ As demais funções, faziam parte da estrutura organizacional das fábricas que inclui, também, o processo de embalagem dos produtos dentre outras atividades. Em seguida, não se identificou, até aquele período, nenhuma função de mando, de representação do poder, sendo exercida por aquelas mulheres.

Por outro lado, as funções exercidas pelos homens nos mesmos estabelecimentos fabris e período, foram numericamente superiores às exercidas pelas mulheres – o dobro. Havia, portanto, mais funções exercidas por homens que por mulheres, embora, em cada função dessas precisasse de poucos homens, ao contrário das funções ocupadas por mulheres, que, geralmente, necessitavam de muitas mãos para atender a demanda da produção. Nas fábricas de charutos, por exemplo, o observador Zweig (1941) relata que:

⁵⁴ Raloeira, Destaladeira, Banqueira (Banca de Capa), Empapeladeira, Passadeira, Torcida, Trouxeira, Enroladeira, Manocadeira, Tarefaira, Cigarreira, Charuteira, Operária, Charuteira a Domicílio.

Todo charuto nesse país é feito à mão, ou melhor, na feitura de cada um trabalham quarenta ou oitenta mãos hábeis. E podemos — o que para todo fumante é uma surpresa observando a sucessiva transformação, perceber admirados quanto trabalho se oculta sob a fina capa dum charuto. (ZWEIG, 1941, p. 116).

Também, é visível a natureza das funções reservadas aos homens. A maioria das funções ocupadas pelos homens era de caráter técnico, organizacional e administrativo, tratava-se da engrenagem que montava e fazia funcionar a estrutura geral da fábrica, sendo poucas as atividades ou funções exercidas pelos homens que envolviam diretamente o preparo dos fumos e a confecção dos charutos. Mas, a evidente peculiaridade das questões que envolvem a ocupação das/dos trabalhadoras(es) na indústria fumageira é a exclusividade que os homens tinham em exercer as funções de poder. Excluindo-se os proprietários e sócios das empresas, outros homens ocuparam os principais cargos/funções como os/as de gerente, administrador de secção de fumo, administrador de capotaria e mestre de secção. Estes espaços de poder foram assim distribuídos(das) desde o início da industrialização do fumo, enquanto as mulheres trabalhadoras permaneceram nas funções subordinadas e, somente, no último quartel do século XX é que aparece na documentação algumas mulheres assumindo cargos de gerente de produção que equivale a mestra e gerente de fábrica, dentre outras funções de posição relativamente superior na hierarquia das empresas.

Outra questão que os registros denunciam é a ausência da frequência de flutuação das posições ocupadas pelas trabalhadoras(es) ao longo de seu tempo de serviço em cada estabelecimento fabril. Os mestres, por exemplo, não desciam nem subiam de posição, bem como, as(os) trabalhadoras(es) de outras funções. O que se observa é que o tempo que elas(es) permaneciam na empresa, também, permaneciam na função.

As funções exercidas pelas(os) trabalhadoras(es) na indústria fumageira foram se definindo a partir das primeiras organizações do trabalho, conforme as etapas de produção desde o beneficiamento dos fumos à confecção dos charutos. Assim, ao passar dos anos, as funções e atividades foram se estabelecendo tornando-se ocupações ou mesmo profissões desempenhadas pelas mulheres nos estabelecimentos fabris, sendo, da mesma forma, seguidas pelas mulheres que trabalhavam com o fumo no próprio domicílio ou nos

fabricos de charutos. A relação de funções, abaixo, e suas respectivas atividades, bem como, as figuras das mulheres trabalhando nos armazéns e nas fábricas de charutos favorecem a uma rápida compreensão dos dois universos – armazéns de fumo e fábricas de charutos.

Nos armazéns de fumo, as trabalhadoras desenvolviam as atividades agrupadas nas funções que se seguem. **Escolhedeira** – sentadas ao chão com uma pilha de fumo à sua frente, as trabalhadoras sacudiam ou batiam o fumo vindo da roça para tirar o excesso de terra, na sequência, separavam por tamanho e por cor. As folhas maiores eram separadas em pequenos montantes e destinadas ao processo de passagem, juntando a outras folhas. As folhas pequenas eram selecionadas como bucha e seguiam para o setor de enfardamento, conforme imagem abaixo.

FIGURA 24 - Mulheres escolhendo fumo no Armazém Altino da Fonseca-Governador Mangabeira – Ba.



FONTE: Memorial das Irmãs da Santa Cruz, 1970. Arquivo das Irmãs da Santa Cruz. Governador Mangabeira – Ba. Imagem cedida por Ir. Rosângela.

O cenário acima é desolador, pelas condições do trabalho e pela marca do gênero. O que a fotografia permite visualizar é a imagem de um galpão

com paredes velhas e descascadas, o piso coberto de fumo, tanto em pilhas como espalhados, e as trabalhadoras numa situação humilhante a acenar um olhar de surpresa, certamente, para o fotógrafo. A presença das mulheres neste cenário representa, nada mais que, mais uma peça da engrenagem da indústria fumageira. Ali, nenhum artefato existe que viesse a demonstrar algum tipo de apoio ou auxílio no trabalho, apenas a imagem de um espaço e de um trabalho instalados e organizados para tirar daquelas trabalhadoras, da maneira mais torpe, a produção diária.

Segundo D. Tereza Ramos, “era pra trabalhar por produção, com um fardo de fumo na frente”. (RAMOS, 2007). Sentadas diretamente ao chão, logo em frente a uma pilha de fumo, elas eram as escolhedeiras de fumo; vestidas com roupas simples, as mesmas que transitavam nas ruas no ir e vir do trabalho, e com panos amarrados à cabeça, as trabalhadoras de armazéns de fumo carregavam a marca da exploração e da sujeição reproduzidas no trabalho.

Passadeira ou **classificadeira** – realizava uma espécie de inspeção, pois, passava o fumo vindo da escolhedeira classificando-o por tamanho, cor, cheiro e formato de folhas, passando para as bancas de capa ou para as camas de fumo; **raloeira** – sacudia, tirava a terra e escolhia as folhas de fumo de classe inferior, geralmente, os fumos de 3.^a e 4.^a classes, era o fumo utilizado na bucha de charuto; **cama de fumo** – nesta, as trabalhadoras se posicionavam dentro de uma caixa grande mais ou menos 2mX2m, enquanto os homens jogavam o fumo para que elas fossem pisando e, assim, acamar o fumo para curar, e/ou enfardar as folhas para exportação. Segundo Luzia S. Ferreira “as mulheres da cama de fumo, não sei que nome dá, pois estas eram escolhidas por ser mais forte ou por ser desafeto dos mestres, na verdade era um dos piores serviços dentro do armazém”.

Manocadeira – fazia as manocas ou bonecas de fumo, juntando pequenas porções de folhas de fumo, todas do mesmo tamanho, e enrolando a “cabeça” dos talos com uma folha avulsa do mesmo fumo. Este trabalho também era realizado pelos agricultores dos fumos após a secagem, em suas próprias casas. A figura, abaixo, é de um fardo de manocas de fumo.

FIGURA 25 – Fardos de Manocas de Fumo



FONTE: Anuário Brasileiro do Fumo, 2007

E, por fim, a **trouxeira** – retirava a trouxa de fumo do armazém para realizar a escolha no domicílio e, no dia seguinte, devolver ao armazém, onde era pesado, novamente, e anotado numa ficha ou caderneta até o dia de sábado quando era feito o pagamento. (SOUZA, Raimunda. 2010; FERREIRA, Luzia Souza. 2010; SANTOS, Isaura Lopes dos. 2010; SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO FUMO DA CIDADE DE CRUZ DAS ALMAS, 1930 a 1959).

Embora vale ressaltar que, nos armazéns de fumo, diferentemente das fábricas de charutos, era mais frequente homens exercerem algumas funções, geralmente atribuídas às mulheres, como é o caso do passador e/ou classificador de fumos. Mas, a função de raloeira era predominantemente ocupada por mulheres, pois, nem na documentação escrita nem nos depoimentos orais foi encontrado qualquer registro da ocupação desta função por homens. Assim como, não se encontrou mulheres ocupando a função de mestre nos armazéns de fumo. (STIFCA, 1930 a 1959). D. Tereza Ramos (2007), entre as demais trabalhadoras consultadas, afirma veementemente que “não tinha chefe mulher, os chefes eram homens”.

Abaixo, algumas imagens do processo fabril fumageiro e suas especificidades no tocante à maciça presença de mulheres no trabalho. A figura 25, por exemplo, traz a imagem dos fardos de fumos em manocas, o mesmo tipo que se apresenta sendo manipulado pelas mulheres na figura 26, apropriado, pelo tamanho e qualidade, para capa de charutos e cigarrilhas, diferentemente, daquele da figura 24 que é o fumo apropriado para a bucha ou miolo do charuto, após passar por todo o processo de limpeza, escolha e enfardamento e distribuído aos fabricantes de seus produtos.

FIGURA 26 - Mulheres selecionando folhas de fumo por tamanho (Banca de Fumo) no Armazém Rio Grande Tabaco



FONTE: Memorial das Irmãs da Santa Cruz, 1984. Arquivo das Irmãs da Santa Cruz, Governador Mangabeira – BA. Imagem cedida por Ir. Rosângela.

Esta imagem em muito pouco se distancia da primeira. Ao olhar uma e outra, num instante é possível imaginar que apenas a mesa e os bancos dão-lhes dignidade. Mas, estas trabalhadoras, também, sentaram ao chão para escolher fumo e, neste momento, apenas a mesa e os assentos lhes separam da primeira função, além da presença de uma possível freira, ao fundo, pousando para a fotografia. Aliás, quem lhes separavam da função de escolhedeira,

naquelas condições de trabalho, não eram os móveis ou a presença de alguém de fora do grupo, mas o tipo de fumo com que trabalhavam; eram folhas de fumo grandes e largas que estavam sendo medidas e selecionadas para a fabricação de charutos, por isso, não poderiam ser manipuladas no chão, pois além de serem caras, o seu manuseio deveria ser cuidadoso para não rasgar, além da higiene necessária, uma vez que se tratavam de capas e estas eram as folhas que ficariam em contato direto com a boca do fumante. Nesta imagem, o ambiente é tão hostil quanto o primeiro, bem como os traços das relações de gênero no trabalho. Tanto na primeira, quanto na segunda imagem não se percebe a presença masculina.

Já o trabalho nas fábricas exigia uma maior sequência de tarefas de execução ligadas diretamente à produção de charutos e cigarrilhas. **Destaladeira** – retirava os talos ou as veias principais das folhas de fumo; **banqueira** ou **banca de capa** – abria e espalmava as folhas de fumo chamadas de capa ou primeira folha do charuto; **capoteira** – abria e espalmava as folhas de fumo chamadas de capote ou segunda folha dos charutos; **torcida** – preparação do fumo para a bucha ou miolo dos charutos; **enroladeira** – enchia o capote com a torcida, passava o papel para moldar o charuto antes de passar a capa; **charuteira** – confeccionava o charuto enchendo o capote e, principalmente, passando a capa e dando o acabamento final;⁵⁵ **cigarreira** – confeccionava a cigarrilha enchendo o capote e, principalmente, passando a capa e dando o acabamento final; **passadeira** – passava os charutos e cigarrilhas na bitola para conferir as medidas e retirar as peças defeituosas; cortadora de Selos – cortar os selos impressos em folha única; **aneladeira** ou **seladeira** – colocava os selos nos charutos, em forma de anel, o selo era passado ao meio do charuto destacando a marca e o nome do fabricante; **empapeladeira** ou **celofanista** – envolvia o charuto em papel celofane para

⁵⁵ Zweig (1941) descreve minuciosamente as etapas de confecção do charuto numa fábrica em Cachoeira: “Percorrendo essas salas, podemos assistir à evolução inteira dum charuto. (...). Após a primeira escolha, feita por mulheres, sentadas entre montões de folhas de fumo, são retirados os talos. Só depois, começa o enrolamento das folhas para formarem os charutos. Outro grupo de operárias corta com facas os charutos de acordo com uma medida. Mas por enquanto os charutos estão nus, falta-lhes ainda a capa, que lhes vai dar forma e sabor. Revestido afinal o charuto da capa, outra operária tem que fazer a ponta, outros dedos morenos colocam-lhe a cinta e ainda outros colam o selo. Só então são os charutos envolvidos em celofane e colocados nas caixas, que recebem uma marca feita a fogo. (ZWEIG, 1941, p. 116).

conservar o aroma e proteger contra fungos; **encaixadeira** – colocava os charutos em suas respectivas caixas, conforme tipo, quantidade e marca. (**Fichas de Registro de Empregados** das empresas Suerdieck e C. Pimentel; Correspondências internas da Dannemann, 1920 – 1952; SILVA, Benedita Rodrigues da. 2008).

FIGURA 27 - Mulheres confeccionando Charutos na Cooperativa Artesanal Mixta do Vale do Paraguaçu – COOVALE

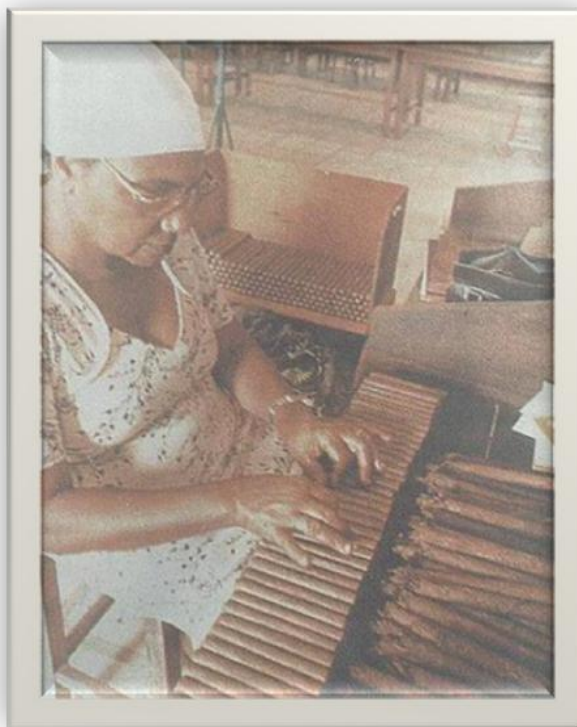


FONTE: Memorial das Irmãs da Santa Cruz, 1974. Arquivo das Irmãs da Santa Cruz, Governador Mangabeira – BA. Imagem cedida por Ir. Rosângela.

Embora não seja tão perceptível a diferença entre as imagens, nesta as três jovens estão confeccionando charutos em bancas apropriadas e, mesmo não sendo em uma grande fábrica como é o caso, apresentam alguns elementos que as distinguem das trabalhadoras de armazéns de fumo. Apesar de não estar visível, mas trata-se de um ambiente onde a matéria-prima já chegava tratada e selecionada conforme as etapas de fabricação dos charutos, portanto, as trabalhadoras só tinham acesso a pequenas quantidades, na medida da produção diária para cada tipo de charuto, fatores que favoreciam mais as charuteiras em relação às trabalhadoras de armazéns, tanto em questão de volume quanto das condições de trabalho e, certamente, de salários.

A aparência física das trabalhadoras reflete uma situação concreta mais favorável desde a postura do corpo às vestimentas e acessórios como brincos, pulseiras ou relógios de pulso que trazem consigo. Contudo, essa imagem muito pouco traz de diferente da anterior se se considerar que as tarefas realizadas por estas trabalhadoras, também, refletem, não apenas, a divisão sexual do trabalho como as relações assimétricas contidas nessa divisão e no nível da hierarquia.

FIGURA 28 - Mulher (D. Dórea) passando Charutos na Fábrica de Charutos Dannemann em Cruz das Almas



FONTE: FERREIRA, Luzia Souza. Arquivo Particular. S/d

Na hierarquia das funções numa fábrica de charutos, a passadeira estava acima da charuteira. Era uma charuteira mais experiente e que sabia fazer vários tipos de charutos, adquirindo a confiança de seus mestres e gerentes que lhe passavam a função de passadeira como um cargo de confiança. Mas, a chefia das fumageiras, de modo geral, era mesmo masculina. Na cadeia da divisão sexual do trabalho, passar charutos era uma atividade feminina, reproduzindo, portanto, as representações de gênero.

Nos armazéns de fumo como nas fábricas de charutos, após a década de 1950, principalmente a partir de 1970, observa-se, entre as várias modificações ocorridas nas relações de trabalho em função de uma conjuntura econômica que promoveu a precarização do trabalho através do sistema de reestruturação produtiva, a sutileza da mudança da nomenclatura de algumas funções. Surge, portanto, a função de “Serviço Geral”, a de “Operária do fumo” e de “Fumageira”, abrindo a possibilidade de abarcar várias atividades na mesma função, facilitando, portanto, o remanejamento das trabalhadoras, a qualquer momento, de uma atividade para outra, exceto as charuteiras.

Diante do cenário que as fontes permitiram delinear, não se pode afirmar que o controle social da indústria fumageira era, prioritariamente, feito a partir da divisão sexual do trabalho, mas, frente ao interesse em adotar e manter esse tipo de organização e de concepção social, não há como duvidar de que esse também era um dos principais mecanismos ideológicos de controle, exploração e dominação, utilizados pelo sistema fabril. Pois, se a fragmentação do trabalho em tarefas tivesse como finalidade, apenas, a produtividade, como explicar essa lógica pela via da divisão sexual? O que tem o sexo ou o gênero a ver? Se a explicação está na manutenção do estereótipo da força física de um lado e da sensibilidade e delicadeza⁵⁶ de outro, como entender as mudanças e as inversões de tarefas e “papéis” que, historicamente, vem se registrando, a exemplo, de casos reais citados por Souza-Lobo (1991, p.58-59), em São Paulo na década de 1970? Esta autora pontua que “trata-se novamente de uma divisão que reproduz representações do masculino e feminino não imprescindíveis à produção, mas que obedecem à tradições, a hierarquias que fazem parte da cultura do trabalho”. (SOUZA-LOBO, 1991, pp. 57-58).

Outro aspecto que desmonta as explicações estereotipadas em relação à divisão sexual do trabalho é a questão da qualificação e não-qualificação dos operários. Se nas empresas pesquisadas por Souza - Lobo em São Paulo na década de 70, o discurso era que os homens tinham maior possibilidade de qualificação, enquanto as mulheres apresentavam uma trajetória de vida e profissional matizada pela maternidade e pelas “obrigações domésticas”, já na indústria fumageira, a qualificação não era uma necessidade e/ou uma exigência para o trabalho com o

⁵⁶ “Sempre que a indústria precisa aparecer como espaço masculino, o discurso da fragilidade aparece”. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 59).

fumo, apenas o pessoal da administração das unidades fabris e das empresas de modo geral, possuía qualificação específica para cada função, conforme os Quadros 4, 5 e 6. No tocante ao trato do fumo diretamente, apenas, para a confecção de charutos e cigarrilhas necessitava-se de pessoal que desenvolvesse com eficiência as técnicas, principalmente, para os charutos e cigarrilhas destinados à exportação, mesmo assim, eram as mulheres as únicas responsáveis por esta tarefa, mas sem nenhum destaque na hierarquia empresarial.⁵⁷ Assim, conclui-se que, da mesma forma – com ou sem qualificação – o que imperava mesmo era a divisão sexual do trabalho nos moldes já discutidos.

As relações no trabalho são, apenas, um aspecto das relações sociais entre homens e mulheres, estas que são vividas e pensadas a partir do que é definido historicamente como masculino e feminino, estes “que são os gêneros”. Segundo Souza-Lobo “a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *locus* das relações de gênero” e, portanto, “não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social”. (SOUZA-LOBO, 1991, p.201-61).

Assim, tornar visível a sexualização das tarefas, das ocupações e das relações hierárquicas no âmbito da indústria do fumo no Recôncavo Baiano, num determinado tempo cronológico e histórico, é compreender os mecanismos de desigualdade e dominação de gênero, que implica em conhecer, também, a dinâmica das respostas e das formas de resistência, organizadas ou não, pelas mulheres trabalhadoras e que será discutida mais à frente.

3.3 O *STATUS* SOCIAL DAS TRABALHADORAS

Ao analisar a estrutura social da indústria fumageira do Recôncavo baiano, observou-se que era no “andar de baixo” que a dinâmica do cotidiano

⁵⁷ Não havia cursos preparatórios para charuteiras, pelo menos até a década de 1940, quando foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem), mesmo assim para uma parcela mínima de mulheres já engajada no trabalho fumageiro. Geralmente, as meninas e mulheres aprendiam o ofício fazendo em casa com suas mães e avós; outras nos fabricos, enquanto trabalhavam no preparo do fumo; e, ainda, outras se interessavam por buscar ajuda junto a alguma charuteira que pudessem lhes ensinar.

fábrica se fazia mais explícita. No interior dos estabelecimentos fumageiros, nos espaços onde se realizava, efetivamente, o trabalho fumageiro, mulheres e homens assumiam funções e posições que expressam diferentes *status* e demarcam, sobretudo, os lugares de gênero, confirmando que “a classe operária tem dois sexos”. (SOUZA-LOBO, 1991).

Mas, ao analisar, fazer referência e escrever sobre o contingente operário da indústria fumageira do Recôncavo deve-se considerar as peculiaridades internas do grupo e não incorrer numa leitura homogeneizadora. Trabalhar num armazém de fumo, numa fábrica de charutos e cigarrilhas, num fabrico ou no domicílio, não significava apenas ocupar funções, executar atividades ligadas ao fumo e receber um salário, significava, também, vivenciar situações econômicas diferenciadas e posições sociais distintas, dentre outras questões.

Do ponto de vista social, havia uma significativa distância entre ser trabalhadora de um armazém de fumo e ser trabalhadora de uma fábrica de charutos, e desta última em relação à ocupação de charuteira. Vários eram os aspectos que determinavam diferenças entre os *status* das trabalhadoras dos armazéns e das trabalhadoras das fábricas.

O fumo ainda em seu estado bruto que chegava aos armazéns em fardos para serem abertos: “pocar” as cabeças das manocas, limpar a terra e outras impurezas; repassar, escolher e separar por tipos, tamanhos ou classes, eram algumas das etapas do trabalho realizado pelas mulheres nos armazéns. Mas, em relação ao trabalho nas fábricas, este último era considerado um trabalho mais pesado e, principalmente, “custoso”, pelo tratamento que recebiam de seus mestres e pelas ínfimas condições de trabalho, pois, geralmente, as mulheres trabalhavam sentadas no chão. Assim, narra D. Isaura quando afirma que, inicialmente, foi escolhedeira e depois passou por todas as outras funções:

O primeiro que eu trabalhei, quando eu cheguei, foi botar o fardo de fumo na frente (risos). Aquele fardo de fumo nós tinha de decifrar todas as classes do fumo: primeira, segunda..., separado tudo as ruminhas, escolher, bater a cabeça do fumo que vinha emplastrado (...). **Sentada no chão, no pano de alinhagem ou quando achava uma talbinha boa...**, ali pra decifrar tudo com a cabecinha junto, tudo juntinho assim, tinha primeira, segunda, terceira, trinta e três, trintinha – era o marca ó – era o menor que tinha. Já por nós saber a classe do fumo, sem ninguém dizer

ou mestre vim cá dizer nada, só dizia eu quero de primeira ao patente⁵⁸, todo escolhido. (...) ficava ali na escolha e depois, quando passava aqueles dias, um mês ou mais, agora você vai pra raloa, pra banca (abrir a folha do fumo e classificar), ou vai fazer FA – [manocão, um pequeno fardo amarrado na cabeça e na ponta]. (SANTOS, Isaura Lopes dos. 2010).

Exploração e opressão estão aí expressas na relação de trabalho, principalmente, com os seus superiores diretos – os mestres. Estes que deixaram suas marcas nas memórias das trabalhadoras, muito mais pela dureza com que as tratavam do que pelo trabalho que realizavam junto a elas. Este poder era masculino e, numa clara contradição, representava firmemente àquele que, certamente, também lhe explorava – o empresário. Se os mestres das fábricas eram severos com as charuteiras e as demais trabalhadoras, os mestres dos armazéns, aproveitando-se da necessidade das mulheres em relação àquele trabalho, pois havia um contingente enorme de mulheres sem trabalho na região, além da oportunidade de demonstração de poder, subjugavam-nas de maneira indecorosa,⁵⁹ conforme depoimentos simultâneos de D. Isaura e D. Raimunda:

Se tinha mestre? Óia! Tinha mestre sim. Tinha mestre que a gente não comia uma banana porque eles não deixava, não tinha recreio não, a gente não podia bater a boca. Não podia conversar que mudava de lugar, dava carão, carão da gente chorar e dizia ‘olhe se eu lhe encontrar outra vez conversando você vai se embora, a porta da rua táí’, era um cativoiro, podia dizer que era um cativoiro. Os mestres era tudo daqui. O finado Armando, era meu irmão, e fazia as piores perversidades e dizia logo ‘deixa eu fazer com você que a justiça começa de casa’. Eu saí do armazém dele, que ele era mestre e eu não agüentei. O cunhado, finado Modesto, finado Miliano, o melhor que eu achei foi Benedito de Garrido, ele tinha umas venetas, mas sempre..., mas, os outros! Um Egídio êeta! Vinha assim nos peitos d’agente e levava até a mão assim, pra querer bater, o quê?! Nós sofreu que só Jesus, nós tá viva porque Deus olhou pra gente e disse vocês sofreram tanto (...). Miliano ele fazia uma pia de fumo da altura disso aí (olhando para o telhado), as mulheres jogava o fumo pra baixo e ele deixando (catava pra ganhar a quilo, era 2 tostões, 1 cruzado, quinhentos réis), que quando tava aquela pia de fumo, tava em cima, ele chamava a passadeira, nós foi passadeira de tudo, cata tudo isso aí leva já pra os preneiros enfardar que é pra levar lá pra Alemanha, ôôô! (SANTOS, Isaura Lopes dos. 2010).

Foi nesse caso mesmo! Hoje onde é a receita federal, o armazém dele era ali [Miliano], ele tomava conta de 40 mulheres, tudo sentada no chão

⁵⁸ Patente era maior folha ou manoca de fumo entre todas. Como disse D. Isaura “feito uma folha de bananeira”.

⁵⁹ As depoentes falam do comportamento e da demonstração de poder da maioria dos mestres, mas, em alguns momentos pontuam um ou outro mestre que não era tão carrasco quanto os demais. Desta forma, entende-se que não se tratava de uma regra geral, ou que, além de explorar e oprimir, desrespeitar as mulheres, deliberadamente, fosse condição *sine qua non* para ser mestre.

passando o fumo. Quando foi um dia tinha uma ruma de fumo assim bem na frente da porta, aí vem ele de lá, eu tava assim abaixada, quando ele disse assim ‘ó esse fumo não tá bem passado não, eu não vou lhe pagar pra você passar fumo sentada não, é pra você ficar é assim’, de quatro pé, aí eu voltei pra ele e com licença da palavra eu disse eu: não passar fumo de quatro pé que eu não sou nenhuma (...) [Risos]. Aí ele disse ‘o quê?’ Eu disse: isso mesmo que você está ouvindo, não vou passar fumo de quatro pé na frente dessas mulheres tudo não que não sou nenhuma (...), entrei e peguei minha sacola, botei no ombro e já vou. (SOUZA, Raimunda, 2010).

Fazendo a comparação entre trabalhar no armazém e na fábrica de charutos, D. Isaura afirma que “na fábrica era muito além, oh! Nós é que fomos muito sofridas”. Assim, trabalhar no armazém de fumo era, para as mulheres, a primeira e a última coisa que elas queriam fazer. A primeira, porque diante da pobreza em que viviam, representava a grande oportunidade de trabalho e, conseqüentemente, de salário para suprir suas necessidades imediatas. A última, porque socialmente eram vistas com diferenciação entre as demais mulheres daquela sociedade, inclusive, em relação às trabalhadoras das fábricas.

Os espaços de trabalho das mulheres fumageiras – o armazém e a fábrica – caracterizaram-se, não apenas pelas atividades laborais que ofereciam e desenvolviam naquela região, mas pelo estatuto econômico e social que oferecia à população trabalhadora da região. Quando o Sr. Sebastião se refere à profissão de fumageira, afirma a sua importância e faz questão de ressaltar os lugares do masculino e do feminino no trabalho fumageiro, conforme as convenções morais e os estereótipos de gênero de sua época.

Era boa, a profissão, era boa não era ruim não. Era boa porque deu muito conforto mesmo aqui em Cabeças ao povo, se não tinha nada a tratar a não ser essas coisas, era charuto e... pronto! Não tinha mais nada. O homem era armazém de fumo e as mulheres, as mocinhas, procuravam era fabrico e fábrica para trabalhar. (SANTOS, Sebastião Pereira dos. 2007).

O que havia na fábrica de melhor, mais importante e diferente que demarcava social e hierarquicamente esses espaços de trabalho para as fumageiras? Apesar de ser, também, um estabelecimento fumageiro a fábrica de charutos se diferenciava do armazém de beneficiamento de fumos por receber o fumo já beneficiado, ou seja, escolhido e selecionado para o trabalho de fabricação dos charutos, portanto, o trabalho mais “custoso” já havia sido feito. Na cadeia produtiva, o charuto ou a cigarrilha era o produto final, assim, a fábrica era o espaço onde se realizava a

etapa final dessa cadeia – o trabalho dito mais leve e, principalmente, “especializado”, portanto, social e economicamente mais importante. Por conseguinte, o valor da produção diária era diferenciado e a relação de trabalho mais amistosa, o que não quer dizer que as trabalhadoras das fábricas de charutos não tivessem sido exploradas e oprimidas pelos seus superiores diretos e indiretos.

Neste cenário, a fabricação artesanal conferia aos charutos requinte e qualidade no sabor, por isso eram sempre mais caros do que as cigarrilhas ou aqueles que eram fabricados à máquina, dos quais se ocupava o capoteiro. Trabalhar numa fábrica de charutos, fazendo-os de forma artesanal, portanto, conferia às charuteiras o *status* que outras mulheres, principalmente àquelas que trabalhavam nos armazéns, gostariam de conquistar. D. Celina Neris foi enfática ao dizer que:

Todo mundo só desejava trabalhar na fábrica e era quem tinha muito valor eram as charuteiras. E tinha três fábricas: em Muritiba tinha a Pimentel, tinha o Costa; e tinha o Dannemann no caminho de Cachoeira. Muita gente, todo mundo, de Cabeças, de São Félix (...), que tinha fábrica também em São Félix. (NERIS, Celina de Jesus, 1996).

Nas fábricas de charutos, também, havia escalas sociais diferenciadas entre as trabalhadoras, pois, as diversas funções desempenhadas por elas determinavam seus lugares e posições no processo de produção. Além das trabalhadoras que executavam as diversas funções de preparação dos fumos, as charuteiras também se dividiam, hierarquicamente, conforme os tipos de charutos que sabiam fazer. Havia aquelas charuteiras que confeccionavam os mais simples e mais baratos e aquelas que confeccionavam os charutos nobres, para exportação, que exigiam maior dedicação e perícia, sendo, portanto, mais caros. As charuteiras faziam parte do grupo seleta de trabalhadoras da fábrica, formando o "primeiro escalão" da charutaria, assim, sua tarefa ou produção teria que ser menor e a mão de obra mais valorizada. Estas charuteiras gozavam de relativo prestígio junto aos mestres e gerentes, pois, além de serem profissionais qualificadas de quem a indústria necessitava para produzir charutos de qualidade, elas sabiam fazer todos os tipos de charutos, conheciam o ponto para uma boa combustão do produto – uma vez que os charutos não podiam ser duros, pesados ou folgados demais – e não desperdiçavam o material, exigência número um das fábricas.

À medida que narra sobre os diferentes métodos de confecção dos charutos, Dalva Damiana associa os tipos de charutos ao *status* da charuteira, evidenciando a divisão social do trabalho no interior da fábrica, que acontecia diferentemente no trabalho do armazém de fumo:

Tinha o charuto à pau e o charuto à mão. A charuteira à mão era de alto grau, né? É número um. E a charuteira à pau era a pessoa fazendo o charuto, enrolando e botando ali, já tinha as conchas pra botar ali dentro pra depois botar na prensa pra prensa machucar ele, pra eles ficar bitolado pra depois capear, ali já era charuteira de segunda (risos). Tinha de primeira e tinha de segunda. (...). Mas, charuteira especial, o charuto especial o número um, esses tinha a quantidade do charuto e era mais caro, agora charuto de pau nego enchia as caixas. E tinha separação, trabalhava lá em cima com seu Francisquinho e cá as charuteiras a pau trabalhava com seu João Dantas, João Lobo, os mestres. (SANTOS, Dalva Damiana dos).

As charuteiras, como as trabalhadoras dos armazéns de fumo, eram pessoas simples, desprovidas de fortunas e que desde cedo, ainda na adolescência, começavam a trabalhar na manufatura do fumo para ajudar a família. As fábricas de charutos instaladas na região representavam o espaço de trabalho que iria lhes garantir a conquista da autonomia econômica e social, além da oportunidade de trabalhar fora de casa e viver outras relações sociais. Neste momento, essas mulheres, mesmo sem perceber, abalavam as bases da sujeição feminina e do estereótipo de gênero que mantinham as mulheres presas às atividades domésticas e longe do trabalho produtivo. Desta forma, alcançar o posto de charuteira numa fábrica era, para aquelas mulheres, uma forma de valorização econômica e social, conforme o relato de D. Laurentina:

Eu comecei a trabalhar com 11 anos, assim que eu saí da escola, pois eu estudei até o 5.º ano, então eu disse: ‘mamãe agora eu vou trabalhar’. Trabalhei aqui no fabrico sentada no chão, abrindo fumo para as charuteiras no fabrico de Yayá de Manin. Depois eu fui aprender fazer charuto ali com Cecinha. Aprendi fazer charuto, aí ... tinha u’a velha que trabalhava lá em Muritiba na fábrica do Costa e aí eu falei com ela pra arranjar um trabalho pra gente, pra mim e minha irmã e, aí ela chegou e arranjou. (MELO, Laurentina Neves).

Em sua narrativa, D. Laurentina expressa o desejo que tinha, à época, de começar a trabalhar logo que terminasse os estudos. Passa pela etapa de iniciante, a de abrir fumo sentada no chão, vence a etapa da aprendizagem para, finalmente, chegar ao posto de charuteira, considerado o mais alto entre as fumageiras. Na

trajetória de ascensão profissional de D. Laurentina, percebe-se que a mulher que não chegasse ao posto de charuteira, não alcançaria o mesmo grau de importância social e econômica dentro do grupo a que pertencia. Semelhante trajetória, também, fez D. Dalva Damiana:

Bem, aí quando eu fui trabalhar com d. Matilde, que é morta, ela era mestra da cigarrilha, os bancos era emendado pra poder a gente chegar na altura da banca, ia ensinando a gente ali (...)depois d. Matilde deu a gente por pronta na cigarrilha, a gente passou pra trabalhar com seu Francisquinho, passei a fazer um charutinho de 'bojo', n.º 5 e 7 e aí fui continuando trabalhando até quando eu formei mesmo os meus 18 anos completo. (SANTOS, Dalva Damiana R.).

D. Dalva Damiana, como as demais mulheres fumageiras, começou a trabalhar ainda menina, passando pela fase da aprendizagem dos diversos tipos de charutos até a posição de charuteira, quando completou a idade adulta. Esse processo não é simplesmente mecânico, ele carrega os significados da trajetória de vida e do desejo da ascensão profissional, econômica e social de cada mulher fumageira, tanto daquelas que trabalharam por toda a vida nos armazéns de fumo, como aquelas que chegaram ao *status* de excelentes charuteiras.

Em entrevista ao Jornal "O Correio da Bahia", Geraldo Meyer Suerdieck diz que "uma charuteira de alto nível, perfeita, levava de dois a três anos passando por diversas etapas, começando pelos charutos mais simples e galgando posições até chegar ao topo, o aperfeiçoamento completo". (SUERDIECK, Geraldo Meyer. **Correio da Bahia**, 2000, p. 06). Era, nesta fase, que a mulher fumageira entrava para o seleto grupo das charuteiras responsáveis pela produção dos charutos nobres.

Nas trajetórias de vida e de trabalho contadas pelas charuteiras, raras vezes foram contempladas algumas das diversas funções desempenhadas por outras mulheres no interior das fábricas ou tiveram destaque alguma atividade que, por ventura, haviam executado nos armazéns de fumo, no caso daquelas que trabalharam nos dois tipos de estabelecimentos fumageiros. Os poucos momentos em que outras funções foram citadas pelas charuteiras foi, apenas, para ilustrar a caminhada até chegar ao posto de charuteira, demonstrando pouca importância para as demais funções ou, mesmo, o sentimento de que as demais ocupações eram socialmente inferiores.

Desse modo, as mulheres que trabalhavam nas fábricas de charutos sentiam-se mais valorizadas em relação às demais da mesma camada social e econômica, principalmente, as fumageiras dos armazéns de fumo, por estas não estarem inseridas no quadro de charuteiras das fábricas, este que era o lugar que definia o *status* econômico e social mais alto dessas mulheres. Como observa D. Celina Neris:

Todo mundo só desejava trabalhar na fábrica e era quem tinha muito valor era as charuteiras. E tinha três fábricas: em Muritiba tinha a Pimentel, tinha o Costa; e tinha o Dannemann no caminho de Cachoeira. Muita gente, todo mundo, de Cabeças, de São Félix (...). (NERIS, Celina de Jesus).

Ainda, neste contexto, observa-se que havia uma certa resistência até dos companheiros – cônjuges – para aceitar que as companheiras trabalhassem nos armazéns de fumo. Seria a desvalorização, do ponto de vista social, sofrida por essas trabalhadoras? Decerto, que este seria um fator de influência, mas uma das proposições que remete a esta questão de maneira mais direta é o fato das mulheres fumageiras dos armazéns de fumo trabalhar no mesmo salão que os homens, enquanto que nas fábricas de charutos a divisão sexual do trabalho também se estendia até a organização do espaço e da produção manufatureira. D. Isaura afirma que nos armazéns de fumo “tinha homem escolhedor, botava muito homem para passador, o patente todo era escolhido por homens e era tudo no mesmo salão, agora as mulheres de um lado e os homens do outro”. (SANTOS, Isaura Lopes dos. 2010).

Ora, sendo grande parte da população masculina, também, trabalhadora de armazém e sabendo que as mulheres eram constantemente assediadas, tanto pelos colegas de trabalho, como pelos mestres, naturalmente, que esses homens sentissem-se ameaçados quando suas mulheres trabalhavam nos armazéns de fumo. Mesmo nas fábricas de charutos, onde as mulheres trabalhavam em espaços separados aos dos homens, ocorriam com frequência casos de relacionamentos entre trabalhadoras e trabalhadores, geralmente, entre os mestres e as trabalhadoras. No trabalho de passagem dos charutos para detectar possíveis peças com defeitos há relatos de casos de proteção a algumas charuteiras por parte do mestre ou do contramestre quando passavam a produção no final do dia, pois se tratava de um trabalho onde a relação entre as pessoas destas funções era de muita proximidade,

chegando a resultar, muitas vezes, em relações amorosas entre charuteiras e o mestre. (SCHINKE, 2000; CÉSAR, 2000, p. 07).

O mestre, o gerente e outros que ocupassem a posição de chefia na fábrica, incorporavam uma imagem que configurava força e poder, era como se oferecessem às mulheres uma masculinidade mais atrativa do que a dos outros trabalhadores, pois o *status* de chefe era um dos principais elementos que garantiam o poder de sedução sobre as mulheres que, por sua vez, enxergavam nesses homens, além de uma masculinidade mais atraente e "mais poderosa", proteção, menos perseguição, menos exigências e garantia da permanência no trabalho. Ao relatar a vida amorosa de um chefe de produção da Suerdieck em Maragogipe, o Sr. Bartolomeu Borges Paranhos, conhecido por *dom-juan*, o jornalista Elieser César afirma que "uma fábrica de charutos pode ser a casa de Eros". (CÉSAR, 2000, p. 07).

Nos armazéns de fumo a situação era mais intensa, pois a convivência diária no espaço do trabalho ocorria com maior proximidade, além da situação das mulheres ser bastante diferenciada, sua precariedade parece ter sido maior, assim, como os mecanismos de opressão e subordinação foram maiores. Maria de Lourdes, quando se refere aos maridos das charuteiras, numa inflexão bastante aguda de sua voz exprime as divisas que demarcam o grau de importância entre os armazéns de beneficiamento de fumo e as fábricas de charutos:

Agora no armazém que eles não gostavam que as mulheres trabalhassem, de uns tempos novos pra cá foi que se acostumaram a trabalhar algumas pessoas, assim, casada. Mas no armazém trabalhava mais assim as mulheres... . Ave Maria! Pra's mulheres trabalhar no armazém aí tinha grilo viu! Agora, depois (...) esse povo todo aí foi chegando, as casadinhas, as casadas tudo chegando pra trabalhar. Mas, na fábrica era bacana, era uma coisa mais decente que o armazém, o armazém como eu tô te dizendo era pra esse povo mais inferior, naquele tempo. Nas fábricas as pessoas se sentiam mais valorizadas, eu não sei por quê. Na fábrica ganhava por produção, quanto mais fazia mais ganhava, no armazém também, mas o estilo era muito melhor na fábrica. (NOVAIS, Maria de Lourdes Conceição, 2000).

Tereza Ramos que trabalhou em vários armazéns de fumo em Cruz das Almas, também, faz interpretação do comportamento dos homens em relação às suas companheiras trabalharem, principalmente, no armazém:

E naquele tempo não era todo homem que tinha mulher e queria que a mulher trabalhasse no armazém. Achava que era trabalho baixo, né? Eu achava isso, né? ... Eles achavam que não existia precisão,

pra eles as mulheres saírem pra trabalhar, sentar no chão, sujar de poeira, de fumo, sentar no chão dentro da terra, eu acho também que era isso, né? Que eles não faziam questão, já que eles tinha condições de sustentar. E feliz hoje quem acha. Casada, tá procurando hoje, tá com dificuldade. (RAMOS, 2007).

Numa região onde não existiam alternativas de escapar ao subemprego ou ao desemprego, sem perspectiva de crescimento econômico ou social era, portanto, grande a dependência das mulheres em relação aos armazéns de fumo e as fábricas de charutos. Contudo, àquelas "oportunidades de vida" não se restringiram a comer um tanto mais, apenas, mas serviram para trazer à tona outras questões que envolviam, além do *status* econômico e social em relação ao grupo, as concepções patriarcais moralizadoras e organizadoras daquela sociedade. Além de outras questões como lembra, Saffioti (1992):

Que os seres humanos não são exclusivamente força de trabalho, mas seres que amam, odeiam, desprezam, invejam etc. Através das relações sociais são trocadas não apenas mercadorias, como por exemplo a força de trabalho, como também sentimentos de toda ordem: tanto a solidariedade quanto a hostilidade, tanto o amor quanto o rancor, tanto a liberdade quanto a opressão. (SAFFIOTI, 1992, P. 201).

Enfim, dentre outras situações/posições, ser fumageira era ser, também, trabalhadora, fato este que diante da família ou propriamente do companheiro, e de outras mulheres que não o fossem, era estabelecer diferenças que definiam suas concepções do ser mulher antes e depois da experiência do trabalho. Assim, ao perguntar a D. Dalva Damiana o que mudou em sua vida quando passou a ser trabalhadora de uma fábrica, ela afirmou que: "menina, eu acho que é a pessoa ser dona de si, não é?".

4 A RESISTÊNCIA INVENTIVA DAS MULHERES FUMAGEIRAS DO RECÔNCAVO BAIANO

Em vez de formular o problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelo efeito do poder. (...) Os indivíduos (...) nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.

FOUCAULT, 1979, p. 183

A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço, individualizado, classificatório, combinatório.

FOUCAULT, 1979, p.106

A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais.

SAFFIOTI, 1992, p. 184

A resistência das mulheres fumageiras, enquanto enfrentamento às ações de exploração no trabalho, deve ser compreendida a partir do seu contexto histórico e, sobretudo, cultural, pois neste caso trata-se de uma situação que vai além da questão de classe, perpassa, necessariamente, pela questão de gênero. E, ainda,

como relações de gênero são relações de poder, faz-se necessário entender, mesmo que brevemente, como se constituíram, histórico e culturalmente, as relações de gênero no mundo ocidental influenciando àquela sociedade e, por conseguinte, a vida e a história das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano, pois em relação ao elemento dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres, Saffioti afirma que a “intensidade varia de sociedade para sociedade e de época para época”. (SAFFIOTI, 1992, p. 183).

4.1 RELAÇÕES SOCIAIS PATRIARCAIS

Sendo o conceito de patriarcado muito criticado e rejeitado por ser entendido como ahistórico e Weber ter tratado como um esquema puramente de dominação e não de dominação-exploração, além de centrar apenas na família, toma-se aqui as abordagens de Dahlerup, 1987; Costa, 1998; Saffioti 1992 e Palmero, 2004, por se configurarem como políticas e fazerem a sua leitura mais próxima da realidade e do contexto a que se ocupa esta pesquisa.

Para Saffioti “o patriarcado, enquanto esquema de dominação, inscreve-se na esfera política, embora sua origem resida na autoridade de um *dominus*, exercida no seio de uma comunidade doméstica”. (SAFFIOTI, 1992, p. 193). Esta autora sugere redefinir o significado de patriarcado pensando-o a partir de um esquema de dominação-exploração, reconhecendo que estes são componentes de uma simbiose (de lógica contraditória) composta, também, pelo modo de produção e pelo racismo. Nesta perspectiva, a autora rejeita as posturas dualistas de Weber (1964) e de G. Rubin (1975).

Pensando as mulheres no contexto do trabalho torna-se impossível não perceber que elas estiveram ou são alvos, tanto da opressão quanto da exploração, uma vez que “gênero e classe são construídos simultaneamente ao longo da história” e, por isso, Saffioti sugere que, se patriarcado e capitalismo não são sistemas autônomos, devam ser examinados juntos.

Assim, fazer a leitura da opressão e da exploração das mulheres fumageiras e, principalmente, de suas reações a partir de uma perspectiva feminista é uma posição considerada politicamente correta. Porém, não é tão

simples, faz-se necessário perguntar: qual perspectiva feminista? O olhar feminista, o ponto de vista feminista e a interpretação feminista dos fatos não são posições isoladas, fechadas em uma disciplina ou que obedecem a um cânone. São múltiplas as perspectivas feministas que se utilizam das várias áreas do conhecimento para fazer a crítica feminista, ao mesmo tempo em que, as diversas áreas do conhecimento incorporam em suas análises a perspectiva feminista de gênero, incluindo, na mesma medida, a crítica feminista ao conhecimento.

A História, por sua vez, tem sido uma das ciências que melhor tem empreendido essa tarefa apesar de não apresentar, ainda, uma preocupação mais direcionada para a questão das mulheres. Mas, ao lado de ciências como a Antropologia, a História tem se aproximado de outros campos do saber e, a exemplo do que fez os estudos feministas, também, tem produzido uma crítica contundente ao conhecimento e seus tradicionais métodos, assim como, tem se lançado por caminhos “estranhos”, ousado novos métodos quase que arqueológicos para encontrar o que foi apagado, novos objetos, novas fontes, novos olhares sobre antigos objetos⁶⁰, questionando e invalidando as teorias supostamente neutras.

A História das Mulheres, apesar das críticas que tem sofrido,⁶¹ foi um dos principais pontos de partida para romper as barreiras da invisibilidade das mulheres na história, bem como, sua negação enquanto sujeitos do conhecimento. Segundo Soihet *et all* (2001):

A partir da constatação de negação e de esquecimento, a história das mulheres toma seu impulso em 1970, apoiada na explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da história das mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular. (SOIHET *et all*, 2001, p. 8).

É, portanto, os campos da história que oferecem as condições para analisar a constituição da opressão das mulheres fumageiras no contexto das

⁶⁰ A Escola dos *Annales* (1929) a partir de seus representantes Lucien Febvre, Marc Bloc, dentre outros das duas principais gerações de historiadores, foram os responsáveis por esta mudança na escrita da história, derrubando o paradigma positivista, defensor dos princípios da Ciência Moderna.

⁶¹ Os/as críticos(as) da História das Mulheres acusam as elaborações em torno do tema, de sexistas, restritas e parciais e que partem dos mesmos pressupostos androcêntricos.

relações sociais da região, que, naquele espaço e naquele momento, se configuravam a partir de parâmetros patriarcais. É preciso se desprender da busca pelas origens e perceber a continuidade do patriarcado e a sua dinâmica nas relações sociais⁶². Compreender como ele se manteve através do tempo, quais foram as formas em que ele se travestiu em determinados espaços através dos discursos que perpassavam os valores e as instituições, para manter a dominação dos homens sobre as mulheres. (ENGELS, 1987).

Na região fumageira do Recôncavo Baiano, desde os primórdios, é possível identificar as marcas e os instrumentos que denunciam uma história da opressão das mulheres, bem como de suas lutas, organizadas ou não, contra o seu opressor. A família era o reduto de “produção” e reprodução da dominação das mulheres, contudo, foram nos estabelecimentos de trabalho que a dominação se expressou de forma organizada e pública, onde as relações sociais patriarcais demarcaram os espaços físicos e sociais e as relações de trabalho⁶³.

Mesmo tratando-se de mulheres que chefiavam suas famílias, tanto no que se refere ao aspecto econômico e administrativo da casa, quanto na educação e cuidado dos filhos e agregados, elas viviam sob os parâmetros de uma sociedade com características das relações sociais patriarcais, tomando como referência a definição explícita no questionamento de Dahleirup:

Algunas personas dicen ‘vean a todas esas mujeres que dominan completamente a su familia’. ‘? Como pueden entonces llamarla una sociedad patriarcal?’

La respuesta es que como promedio en nuestra sociedad las mujeres ganan menos que los hombres, que en general las mujeres

⁶² Ao rejeitar a concepção cristalizada de estrutura social, Kergoat faz um raciocínio em termos de relações sociais (com seu corolário: as práticas sociais): “relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa a considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, patriarcado) são totalmente determinantes e que as práticas sociais apenas refletem essas determinações. Em resumo, o que é importante na noção de relação social (...) é a dinâmica que ela reintroduz, visto que isso implica introduzir a contradição, o antagonismo entre grupos sociais no centro da análise”. (KERGOAT, 1986, p. 82).

⁶³ A família como expressão de dominação capitalista e patriarcal é citada várias vezes, em diálogo com diversas autoras, por Costa (1998, p, 19-90). Esta autora afirma que a família é a “instituição que instrumentaliza e mantém a opressão da mulher em toda a história dessa sociedade, já que a família evoluiu e se adaptou de forma mais eficiente que as outras instituições aos interesses da classe dominante”. (COSTA, 1998, p.21). Não se trata aqui de examinar o modelo de família existente no Recôncavo canavieiro ou aquele da Casa Grande discutido por Gilberto Freire, tampouco, as relações sociais patriarcais reproduzidas naquele contexto, embora considerando que a sua influência ultrapassou tempos, espaços e classes sociais.

avanzan menos que los hombres y tienen puestos inferiores, que las mujeres arrastran un doble peso de trabajo, que son violadas, golpeadas, están sometidas a la violencia física de los hombres y al hostigamiento sexual en le trabajo; que las instituciones políticas, los partidos políticos y los sindicatos están dominados por hombres y por último, que las niñas y las mujeres son despreciadas por los hombres – y por ellas mismas. La auto-estima de las niñas y de las mujeres es en general más baja. Estas son algunas de nuestras razones para llamarla una sociedad patriarcal. (DAHLERUP, 1987, p.117).

A compreensão do conceito de patriarcado passa pela sociedade de modo geral, mas deve-se levar em consideração as variações e as especificidades nas relações sociais entre homens e mulheres, conforme os espaços políticos, a classe e a raça em que estejam inseridos ou façam parte, pois, os efeitos do patriarcado sobre as mulheres têm ocorrido diferentemente para cada caso, mantendo, apenas, o traço comum da desigualdade nas relações entre homens e mulheres.

Desta forma, importa-nos entender como se caracterizavam e se organizavam as relações sociais patriarcais no âmbito da indústria fumageira do Recôncavo Baiano e como as mulheres trabalhadoras se moviam nesse ambiente minado pela opressão e pela exploração, á medida que lutavam pela sobrevivência, acumulando a construção das duas identidades – mulher e trabalhadora. É possível entender, portanto, que a exploração não se dê, apenas, no âmbito da produção, nem a opressão patriarcal, apenas, no âmbito da reprodução, uma vez que a complexidade da realidade não comporta dicotomias reducionistas.⁶⁴ Costa (1998) informa que “patriarcado e capitalismo convivem através da divisão sexual do trabalho na família e na produção social, em um processo de dependência mútua: um se adapta às necessidades do outro” e ainda, “(...) os dois são duas faces de um mesmo sistema produtivo e devem examinar-se como formas integradas” (COSTA 1998, p. 36 e 39).

As relações sociais devem ser pensadas, sempre, a partir dos pontos de vista de classe e gênero, articulados de modo a se complementarem. A situação daquelas e de outras trabalhadoras nos espaços de trabalho estava

⁶⁴ Produção e reprodução são indissociáveis, mas não cabe apurar sobre as condições do surgimento dessa relação. No entanto, Combes e Haicault afirmam que “ela corresponde, em grande parte, à instauração do sistema patriarcal, ele próprio articulado com o desenvolvimento de sociedades de classes e com a produção organizada de excedentes”. (COMBES E HAICAULT, 1986, p. 25).

relacionada com a sua situação de mulher, a partir de suas funções na família ou a partir de um modelo de família, bem como, nos moldes das desigualdades de gênero em que a sociedade estava, e pode-se dizer que ainda está, estruturada.⁶⁵ E, compreendendo que o fenômeno do patriarcado ou a experiência das relações sociais patriarcais, fazem parte da sociedade ocidental, concorda-se e reafirma-se, então, o que alguém já dissera que gênero é a lente com que olhamos esta sociedade.

Nas concepções clássicas e aquelas que buscam sua origem, o conceito de patriarcado era utilizado para denominar uma sociedade regida por homens, a exemplo da sociedade feudal, em que o pai era o cabeça da família, com poderes sobre sua mulher, filhos, trabalhadores e serventes. (DAHLERUP, 1987, p. 112). Desde então, o conceito de patriarcado tem sido usado para denominar a subordinação das mulheres, uma vez que todas as sociedades contemporâneas encontram-se sobre o domínio dos homens⁶⁶, principalmente, no que se refere às atividades políticas e econômicas, pois trata-se de um sistema de dominação classista e não-natural/biológico. Pena (1980) utilizou o termo patriarcalismo definindo-o como:

Por patriarcalismo estou entendendo as relações sociais de reprodução, organizadas na família e que designam à mulher o trabalho reprodutivo. A reprodução não contém apenas um elemento biológico; este elemento de resto está sacramentado na instituição da ‘maternidade’. O trabalho reprodutivo supõe a reprodução em bases geracionais (...) e em bases rotineiras. A família, assim, não apenas reproduz as relações de produção quanto também relações de reprodução, não apenas uma sociedade dividida em classes, mas também uma sociedade dividida em gêneros. (PENA, 1980, p. 69).

Mas, para Palmero, o patriarcado “es un sistema social de dominación que consagra la dominación de los individuos del sexo masculino sobre los de sexo femenino”. (PALMERO, 2004, p. 34). Esta autora faz uma análise

65 Conforme Dahlerup (1987, p.124), o conceito marxista de exploração de classe se define pelas relações da classe trabalhadora com os meios de produção, enquanto a opressão das mulheres não deriva de um único jogo de relações sociais, mas de um complexo sistema de estruturas e relações inter-relacionadas. Para Combes e Haicault (1986, p.25), produção e reprodução são indissociáveis, uma é condição da outra, porém, se o modo de produção transforma o próprio ser humano numa mercadoria apenas confirma a subordinação da reprodução à produção e essa subordinação se apóia numa outra subordinação ou submissão – a das mulheres aos homens, que repousa na divisão sexual do trabalho. E ainda acrescenta que essa relação corresponde à instauração do sistema patriarcal, articulado com o desenvolvimento de sociedades de classes.

66 Saffioti vai mais além quando afirma que “Todas as sociedades realmente conhecidas revelam dominância masculina, ainda que esta dominância varie de grau”. (SAFFIOTI, 1993, p. 183-184).

histórica e cultural das origens do patriarcado e seu aparato de legitimação alimentado pela mitologia que atribui a masculinidade e a paternidade a um Deus, modelo consagrado aos homens, enquanto às mulheres, que em nada se identifica com esse modelo, coube-lhes, apenas, o papel de servir a Deus e a seus representantes na terra - os homens.

Assim, o “mito da criação” faz de Eva a companheira e depois a pecadora, que precisa redimir a sua culpa com as dores do parto, mas sempre ocupando o papel, ora de maldita, ora de inferior. Em seguida, vem Maria para transformar Eva em mãe, cujo sofrimento lhe redime do “pecado original”, ao mesmo tempo em que altera a imagem da mulher lascívia pela imagem da madona que permite que a sua sexualidade e reprodução sejam controladas pelo homem. Prescritos aí, então, os fundamentos do patriarcado e com ele a gênese da opressão das mulheres. (PALMERO, 2004, pp.34-42).

O que está dito é que os homens detêm naturalmente o poder e que as mulheres, por sua fraqueza, incapacidade ou rebeldia o perderam e, naturalmente, não apresentam as condições necessárias para ocupar postos de governo ou cargos que exijam o manejo do poder. Ora, Eva não conseguiu controlar a sua sexualidade, os seus impulsos diante do fruto proibido, portanto, demonstrou fraqueza e, por isso, a sua descendência precisa ser controlada e vigiada sempre, não podendo, sequer, ficar a sós com outro homem que não seja aquele que a proteja de sua própria fragilidade, o seu guardião.⁶⁷

Por outro lado, esse homem honrado e forte que, segundo Deus, precisava de uma companheira, elevou Eva à condição de Maria e esta acolheu com obediência o cargo nobre e eterno, o de mãe. O governo do lar é seu, enquanto o governo do mundo externo e de suas instituições é do homem, este que sempre foi forte diante das adversidades. Instituiu-se o modelo de família que determinou que “El hombre es cabeza de familia, la mujer el cuerpo: se reproduce así el esquema de dominación ancestral.” (PALMERO, 2004, 49).

⁶⁷ Segundo Palmero (2004, p37), a repressão da sexualidade nas mulheres e seu controle é o verdadeiro cavalo de batalha do patriarcado. Mas, sobre esta questão entende-se que se há um “cavalo de batalha” há, portanto, uma batalha e, uma batalha, não se trava sozinho além de haver sempre, para ambos os lados, eminentemente o risco de perder a batalha.

O patriarcado, então, passou a funcionar como um jogo de relações sociais entre os homens e instituiu normas gerais de valoração dos gêneros, com prejuízos, historicamente, “irreparáveis” para as mulheres. O pai, o irmão, o marido e o filho, encontram-se ainda em posições superiores à mulher. Em um longo período de tempo, assinaram pelas mulheres, falaram por elas, ainda davam-lhe o nome.

Diante das mulheres, sentaram-se nos melhores lugares, comeram o que havia de melhor, tinham liberdade de ir e vir a qualquer hora e em qualquer lugar; puderam amar mais de uma mulher sem medo e sem vergonha; em vida, eram sozinhos os donos da riqueza, mesmo que esta tivesse sido produzida por toda a família, esta que somente vinha a ter a posse quando o “cabeça” falecia; a transmissão das riquezas e do poder através do sistema de hereditariedade lhes favoreceu com prioridade absoluta; a palavra de decisão na família foi um de seus maiores patrimônios. Enfim, os homens exerceram o poder em detrimento das mulheres.

O jogo das relações sociais patriarcais sempre proibiu as mulheres de exercer o poder e deter o conhecimento e, se em dados momentos, alguma delas se atreveu a desafiá-lo foi rotulada como maldita ou ridícula, a exemplo de Eva, Pandora e outras. (PALMERO, 2004, p. 37). Qualquer definição ou descrição sobre o patriarcado traz em si algo comum que é o foco no poder dos homens e a dominação destes sobre as mulheres, variando a sua forma de ação historicamente, conforme os contextos político, econômico, social e cultural. Embora deva se observar que este sempre foi e é o objetivo do patriarcado, mas que as mulheres nunca estiveram inertes sob as suas ações. Segundo Saffioti, “em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder, que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e, assim, cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia”. (SAFFIOTI, 1993, p. 184).

Contudo, é preciso estar atenta/atento para não perder de vista que este poder/dominação, regado de exploração, não é o resultado de uma determinação biológica que se baseia na diferença sexual, mas que se trata de uma dominação classista e que se perpetua através da família e da divisão sexual do trabalho. Assim, de todos os pares opostos instituídos pela cultura ocidental, no sentido de estabelecer uma ordem objetiva de compreensão do

mundo, o masculino/feminino, a cultura/natureza e o “um/outro”, ofereceram as bases para a ordem hierarquizada e simbólica do patriarcado, dificultando o seu questionamento ou mesmo outra possibilidade de nomeação, conceituação e organização do mundo e de suas instituições, inclusive a da divisão sexual do trabalho que, através da figura do caçador, instituiu culturalmente a valorização da masculinidade e das tarefas realizadas pelo homem.

A história das mulheres trabalhadoras, em qualquer tempo e lugar, tem revelado quão exploradas e sujeitadas têm sido as mulheres, como, também, tem sido grande a sua luta para resistir e romper com este sistema sociopolítico injusto, uma vez que suas vitórias têm provado que essa situação é resultado de uma construção cultural e social; que a sujeição é uma situação imposta às mulheres e não uma condição da natureza feminina que faz com que elas devam se resignar e aceitar, facilitando, portanto, a exploração.

A história tem testemunhado muito mais as lutas das mulheres que a sua passividade, a sua capacidade de minar as forças opostas, de organizar estratégias sutis ou abertas de enfrentamento e de resistência à exploração e a dominação, até de romper com os padrões sociais e morais institucionalizados que reforçam a dominação e a opressão como lei natural.⁶⁸

A luta ainda é mais complexa porque os inimigos não são declarados e não se situam fora, à parte, ou à distância de sua presa. Patriarcado e capitalismo são introjetados pelas pessoas de qualquer sexo, idade, credo, raça ou classe, sem se configurarem ou se autodeclararem abertamente como sistemas de opressão e exploração integrados, que servem aos homens em detrimento das mulheres. Ao contrário, no caso da ideologia patriarcal, encontra-se impressa e expressa nas relações e nas práticas sociais, ela está incorporada às maneiras como as pessoas se comportam e agem cotidianamente, como se estivesse na natureza humana e das coisas em geral. (SHOTTER, J. e LOGAN, J., 1993, p. 91-92). Seria um erro pensar que esse fenômeno ocorre separadamente e que atinge uns e outros não, mas trata-se de

⁶⁸ Muito embora, ao lutar contra os instrumentos patriarcais que geram a sua opressão/exploração, as mulheres tenham que aplicar métodos patriarcais, uma vez que se encontram inseridas num sistema de relações patriarcais e fazem parte dele. (SHOTTER, J. e LOGAN, J. 1993, p. 100).

práticas sociais auto-reproduzidas, com o caráter de uma “lei natural” que ordena o mundo, inclusive os espaços.

O processo histórico e ideológico da sujeição das mulheres aos homens e de sua reclusão no espaço doméstico, sendo excluída, principalmente, da acumulação de riquezas, foi engendrado desde os primórdios da humanidade e vem se aperfeiçoando com métodos rigorosamente sofisticados que tornam cada vez mais perversas as suas ações, porém escamoteadas pelo elevado grau de sua sutileza. Neste sentido, Combes e Haicault (1986) informam que:

Se a divisão sexual do trabalho que designa prioritariamente os homens para a produção e as mulheres para a reprodução é bem anterior ao modo de produção capitalista, é claro, no entanto, que o advento do capitalismo subverte não apenas as condições da produção de bens, mas também as condições da produção dos seres humanos. (COMBES E HAICAULT, 1986, p. 27).

Nesta análise, é possível afirmar que, historicamente, a dominação masculina sobre as mulheres tem sido reestruturada conforme os processos de transformações políticas, sociais, culturais e, sobretudo, econômicas, passando a fazer parte da estrutura da sociedade atual. (DAHLERUP, 1987, p. 115).

Sob a miragem do ideal universalista da Modernidade que incluiria a todos e todas, o patriarcado se reconstruiu numa nova roupagem.⁶⁹ Enquanto os ideais ilustrados triunfaram para os homens, as mulheres foram relegadas à minoridade (PALMERO, 2004, p.47), criando a necessidade, segundo essa ideologia, de proteção, devendo ser mantidas no lar para o bem da família – traduzindo-se para o bem dos homens – e da sociedade. Segundo Palmero, a reconstrução moderna do patriarcado se consolida a partir das seguintes chaves ideológicas:

Los predicadores de la libertad individual negarán ésta a las mujeres; los agentes del pacto social no dejarán que lo firmen las mujeres; la autonomía y la autorrealización, claves del nuevo sujeto moral moderno, le serán sustraídas a las mujeres, y la senda

⁶⁹ Neste momento, Rousseau sistematiza e codifica as bases do patriarcado moderno, a partir do seu projeto de educação distinto para homens e mulheres que, de um lado representado por Emílio – este que se ocupa de tarefas que lhe dá autonomia e auto-realização – e de outro por Sofia – que representa o modelo da mulher burguesa, pura, dedicada ao lar e submissa.

moral que se diseña para ellas las consagrará a las virtudes no universalizables de la abnegación y la fidelidad al servicio utilitario de los varones y la sociedad. (PALMERO, 2004, p. 48).

Assim, foi conclamado por todos e todas, principalmente pelas feministas, que as mulheres ficaram de fora dessa nova ordem política e moral da sociedade moderna, porém é preciso ressaltar que elas foram excluídas do que se convencionou “direitos universais” que incluía a sua cidadania, mas, no projeto mais amplo da modernidade isso significou a sua inclusão no plano de sustentação e garantia dos direitos e liberdades masculinas, como também no plano econômico, pois coube às mulheres todo o empreendimento doméstico e familiar sem qualquer remuneração, ao contrário, este foi ideologicamente instituído como uma tarefa eminentemente feminina.

As mulheres apenas ocupavam a categoria de “cidadãs de segunda classe”, pois estavam submetidas ao “pacto de sujeição”, firmado pelo matrimônio,⁷⁰ que restringia sua atuação ao espaço doméstico onde a lei não entrava para protegê-las nem física nem moralmente, sendo consideradas como seres sem dignidade e sem cidadania. Além de que, o artifício jurídico que legitimou e legitima o matrimônio, segundo Pena:

Procurou apagar a história individual da mulher, seu nome que representa seu passado e sua identidade pela qual ela aprendeu a se reconhecer: das mãos do pai às do marido, ela não possui uma história própria. Perdendo seu passado, que era o de seu pai, ela agora iria confundir seu futuro com o de seu parceiro legal. (PENA, 1980, p. 152).

Essa divisão dos lugares e das funções entre as duas metades da humanidade instituiu severamente o discurso da ruptura, não somente entre os sexos, mas entre público e privado, supervalorizando as atividades relativas ao espaço público, portanto masculinas e desvalorizando as atividades

⁷⁰ Além da mitologia que traz as justificativas da submissão das mulheres em relação aos homens, o matrimônio, historicamente, representa um pacto de sujeição de cada mulher a seu marido, selado publicamente desde o direito romano e sem modificação até o início do século XIX, quando “no puede contratar ni obligarse com terceros sin autorización de su marido; aunque este em regime de separación de bienes, es legalmente incapaz de dar, enajenar, hipotecar o adquirir”. (PETITT, 1994, p.54). Observa-se aí o “regime de separação de bens” presente na relação do matrimônio, configurando, não apenas, simplesmente a dominação do homem sobre a mulher, mas a regulamentação da posse dos bens na formalização da relação conjugal.

relacionadas ao espaço privado, destinado às mulheres, excluindo-as do direito à cidadania, como afirmou Palmero:

(...) el corte público/privado pretendió excluir a las mujeres no solo de su papel como sujetos de la historia, sino de las atribuciones de la ciudadanía y del reconocimiento de su dignidad personal como autonomía. (PALMERO, 2004, p. 44).

O espaço doméstico não se constituiu ou fora discursivamente construído, para melhor dizer, apenas, como um espaço privado de toda a família, mas como um espaço de confinamento das mulheres, de disciplinamento de seus corpos e de sua mente, para que formassem o seu caráter modelado pelas “boas” regras de conduta e de moral, com base em um modelo preestabelecido de feminino.⁷¹ Paradoxalmente, contrariando os valores burgueses que inclui a privacidade e a individualidade, neste mesmo espaço as mulheres não dispõem de um espaço privado para si, nem de tempo próprio e, fora dele sofre o massacre da vigilância da opinião pública sobre os seus atos e sobre a sua imagem. (PALMERO, 2004, p. 51-52).

A partir da existência deste espaço privado/doméstico, o patriarcado agiu com maestria. Usou da força física para aprisionar as mulheres e para torná-las dóceis, mas, também soube, estrategicamente, usar instrumentos mais sofisticados e poderosos como, por exemplo, a educação, que não modela apenas o comportamento, como também o ser. O processo de socialização das meninas começa desde a mais tenra idade e difere completamente da educação dos meninos⁷², pois não trabalha a individualidade, mas a sua domesticação.

Desta forma, não se trata de uma educação formal, com base em conhecimentos universais, mas de um processo de disciplinamento específico, de caráter ideológico, no sentido de construir o ideal de esposa e dona de casa perfeitas, bem como, de mãe virtuosa, reunidas numa única mulher representativa do modelo feminino necessário à sociedade burguesa, ao

⁷¹ O que conhecemos como feminino no patriarcado, não seria tudo o que as mulheres são, senão o que os homens (alguns) têm construído para ela ou têm dito que elas são. (RIVERA, p. 40-41).

⁷² Simone de Beauvoir analisa e descreve o processo de socialização das meninas em comparação com o dos meninos, constatando o engenhoso trabalho de construção cultural do feminino, deflagrado na célebre frase que abre a sua mais importante obra *O segundo sexo*: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. (BEAUVOIR, 1980.).

mesmo tempo em que, moldada pela emoção esta nova mulher continuava satisfazendo plenamente às relações sociais patriarcais por ser ela afetiva, passiva e dependente. Estereótipos mantidos pelo patriarcado para caracterizar uma personalidade feminina. (COSTA, 1998, p.49).

Embora, outras sociedades, a exemplo da sociedade feudal, já tivessem reconhecido o domínio público como masculino e o domínio privado como feminino, mas é na sociedade burguesa que a separação entre as esferas vai organizar o pensamento, as instituições e as relações sociais. As bases da sociedade moderna assentaram-se sobre o novo modelo de feminino e de masculino que separava e caracterizava os espaços onde o privado/doméstico é feminino e o público ou o não-doméstico é masculino.⁷³ Ao mesmo tempo em que estes espaços passaram a funcionar como instituições socializadoras e formadoras dos gêneros, reforçando a construção da separação e hierarquização dos sexos, de modo que a sociedade se reestrutura pelo parâmetro da divisão sexual, determinando uma ordem moral e dualista baseada no poder social entre o masculino/hegemônico e o feminino/passivo.

É um paradoxo, mas é possível afirmar que é o patriarcado subsistindo na sociedade formalmente igualitária. O que representa dizer que mesmo no bojo das lutas das feministas pela autonomia individual das mulheres e considerando os ganhos reais por elas obtidos nos períodos revolucionários da história do ocidente, mas o patriarcado vem se recriando a partir das condições econômicas e políticas vigentes em cada contexto, cuja ação fortalece a organização social necessária à manutenção do sistema. É um processo de retroalimentação entre a ideologia patriarcal e as instâncias de poder que compõem e mantêm o sistema político, econômico e social.

Seja qual for a definição ou o conceito utilizado para compreender o patriarcado, seja qual for a forma e o contexto em que ele atuou ou atua, sejam as maneiras pelas quais se reestruturou para acompanhar o desenvolvimento dos sistemas político, econômico e social, o patriarcado tem a ver, diretamente, com o poder, a autoridade e o controle dos homens sobre

⁷³ Dahlerup (1987) afirma que a esfera pública estava regida por homens e que estes não estavam ausentes da esfera da família, mas atuavam nas duas esferas, enquanto a mulher só teria uma esfera de atuação. Esta autora também faz uma discussão do que seria privado, dos vários significados que reúne este termo e da imprecisão dos limites entre as duas esferas.

as mulheres (DAHLERUP, 1987, p. 119). Mas, um controle que não é expressivo apenas do corpo da mulher, da mulher enquanto o “outro” apenas, mas como o “outro” ou a outra parte da humanidade que ameaça tomar o poder inclusive o poder que regula as relações de produção. E como propõe Scott (1991), com efeito, relações de poder exprimem-se primordialmente através das relações de gênero.

Não há dúvida do alcance do patriarcado, mas como ele não se configura enquanto algo, coisa ou uma instituição, mas sendo percebido enquanto impregnado nas relações sociais, algumas estudiosas tratam-no como presentes nas relações sociais e práticas sociais e por isso preferem compreendê-lo e denominar esta situação como relações sociais patriarcais. O que é preciso observar são as nuances de sua atuação nos devidos tempo e espaço, pois, apesar do patriarcado utilizar esses instrumentos ao longo da história e até nossos dias, as circunstâncias mudaram, os contextos políticos, econômicos e sociais mudaram e determinaram outras posturas, além das lutas e resistências das feministas a todo tipo de opressão, exploração e discriminação às mulheres.

No contexto das sociedades capitalistas, por exemplo, o controle dos homens sobre as mulheres não é o mesmo, ele não se dá tão diretamente entre um homem e uma mulher, mas encontra-se presente em todas as estruturas da sociedade, impregnado e introjetado nas/pelas pessoas, presentes nas instituições, diluído nas ações e comportamentos coletivos. Identificando essa concepção na análise “socialista-feminista”, Dahlerup (1987),⁷⁴ salienta:

(...) el mercado laboral que está segregado en función del sexo; el doble peso de trabajo de las mujeres, el cual en su mayor parte no es asalariado; las mujeres como una fuerza laboral de reserva; la diferencia salarial entre los hombres y las mujeres; el efecto del proceso de socialización sobre las niñas y las mujeres; la relativa falta de poder de las mujeres de la política tradicional, etc. (DAHLERUP, 1987, pp. 120 -121).

Com base nesta análise da constituição das relações sociais patriarcais, Palmero (2004) sugere que a tarefa é refazer a história e desacreditar no

⁷⁴ Drud Dahlerup identifica um patriarcado pessoal e um patriarcado estrutural; também identifica nas sociedades ocidentais vários tipos de opressão: pessoal e impessoal, visível e invisível, física/material e psicológica, legítima e ilegítima. (1987, pp.122-123).

relato patriarcal que tem dificultado a incorporação das mulheres ao espaço público e, conseqüentemente, a ausência de modelos femininos como protagonistas nesse espaço, exceto os casos que fogem à regra. Mas, a desconstrução do patriarcado passa pela desconstrução cultural dos estereótipos de gênero – a sua análise a partir do ponto de vista feminista constitui uma denúncia e uma reflexão da situação atual das mulheres, com o objetivo de conduzi-las, cada vez mais, à quebra do “contrato sexual” e de sua sujeição, esta que tem dado suporte à sua dupla exploração.

É preciso (re)visitar o passado, vasculhar as memórias e confrontar-se com as situações concretas em que viviam as mulheres para entender a lógica da opressão em cada contexto e em cada situação especificamente. Da mesma forma que, para entender a exploração, bem como, as lutas e resistências das fumageiras no cenário fabril da indústria do fumo, faz-se necessário conhecer as suas histórias, suas experiências como trabalhadoras e a estrutura organizacional em que estavam inseridas, para então, compreender a dimensão de cada ato, de cada gesto, de cada comportamento naquele campo de forças.

4.2 ORGANIZAR PARA IMOBILIZAR

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano circunscreveu-se a dois espaços distintos – a casa e a fábrica⁷⁵. O primeiro caracteriza-se como um espaço privado, de constituição da família⁷⁶, lugar de disciplina, de produção e reprodução dos gêneros, em correspondência com as demandas morais, religiosas, culturais e sociais, em seus diversos contextos. Lugar adequado à exploração e, de forma inseparável, à opressão, seja na produção ou na

⁷⁵ Neste caso, a “fábrica” representa todos os estabelecimentos fabris (armazéns de fumo e fábricas de charutos e cigarrilhas) da indústria fumageira do Recôncavo baiano.

⁷⁶ Apesar de ter predominado na literatura e no imaginário social do Recôncavo Baiano o modelo de família nuclear, mas, na prática esse modelo resumiu-se, apenas, à pequena elite econômica. Nos meios populares, a família constituía-se de maneira mais contingente, contudo, os valores sociais e morais também afetavam esse grupo. Em relação à noção do espaço da casa como privado, não se trata de uma noção de lugar fechado, inacessível e sem relação com o mundo exterior, ao contrário, tratava-se, também, de um espaço de produção, onde a linha que o separava da rua era muito tênue.

reprodução.⁷⁷ Os valores produzidos e reproduzidos neste espaço refletem, diretamente, nos demais ambientes e nas relações de trabalho. O segundo, a fábrica, caracteriza-se como espaço externo, disciplinado e de disciplinamento, onde o controle e a vigilância dos sujeitos, no caso as trabalhadoras, não advêm ou servem a uma tradição, mas a um sistema de produção que tem como objetivo principal produzir em larga escala para obter lucros imediatos e cada vez maiores, o que faz extraíndo do/da trabalhador(a) todo o seu tempo e a sua força laboral.

A casa e a fábrica, espaços onde se desenrolaram as atividades fumageira de beneficiamento, preparação dos fumos e fabricação de charutos e cigarrilhas, se constituíram e se caracterizaram a partir das relações de trabalho, como também das relações sociais mais gerais entre os sujeitos envolvidos, direta e indiretamente, no cenário econômico e social da região do Recôncavo. Em casa, tanto a atividade doméstica como o trabalho com o fumo diretamente, eram realizados sob o comando das mulheres, mas, envolvia, exceto os homens, todos os membros da família, inclusive as crianças.⁷⁸ Nas fábricas, patrões, gerentes, mestres, operários e operárias, ocupavam a cadeia hierárquica das posições de poder e das funções para a realização do trabalho fabril.

Eram espaços separados fisicamente e distintos em sua função primeira, mas faziam-se unidos pela rede de relações tecida pela população fumageira, esta que transitava entre os espaços (re)inventando os seus modos de vida, ao mesmo tempo em que forjava todas as possibilidades de resistência à exploração e à dominação⁷⁹ impostas pelo trabalho nos seus respectivos lugares.

⁷⁷ Segundo Engels (1987), a primeira opressão de classe coincide com a primeira opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1987, p.70). Segundo algumas análises a família continua sendo a matriz explicativa do comportamento das operárias no trabalho, ou seja, a subordinação das mulheres na família corresponderia sua subordinação nos espaços formais de trabalho. Embora, se concorde em parte com essa máxima, mas, por outro lado, é preciso entender que as práticas sociais não estão cristalizadas no tempo, sendo apenas repetidas mecanicamente, visto que as relações sociais são revestidas de antagonismo e de luta pelo poder, sendo, portanto, dinâmicas. Quanto às relações sociais, Kergoat afirma que “trata-se, efetivamente, de uma contradição viva, perpetuamente em vias de modificação, de recriação”. (KERGOAT, 1986, p. 82).

⁷⁸ A análise do trabalho das fumageiras no próprio domicílio encontra-se mais à frente.

⁷⁹ Não se trata aqui de uma dominação no sentido geral ou global, mas, de uma dominação específica das relações de trabalho no contexto da indústria fumageira do Recôncavo, considerando as questões de classe, mas, sobretudo as questões de gênero; como também, não se trata de uma dominação rígida de um grupo sobre o outro, uma vez que, considera-se a dominação em questão como uma das múltiplas formas de dominação exercidas na sociedade, pois, segundo Foucault (1979), ela não ocorre, apenas, de cima para baixo na escala social, mas nas “múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social”. (FOUCAULT, p.181).

É na estrutura organizacional dos estabelecimentos fabris da indústria fumageira, que se observa uma das mais fortes evidências das estratégias ideológicas de dominação a serviço da exploração das trabalhadoras do fumo. Esta estrutura reproduzia e materializava a ideologia patriarcal desde a distribuição dos espaços, das instalações e dos objetos à hierarquização das funções e das pessoas.

Apesar da relevância em se observar, em primeira mão, a exploração que imperava nos ambientes fabris, independentemente do sexo, são as relações sociais patriarcais, baseadas nas desigualdades de gênero, que lançaram as bases e geraram as condições para que a exploração pudesse ocorrer a contento do sistema econômico, considerando que capitalismo e patriarcado se produzem e reproduzem mutuamente.⁸⁰ (COMBES E HAICAULT, 1986, p. 28). Desta forma, as mulheres e, no caso as fumageiras, encontravam-se duplamente em desvantagem – oprimidas e exploradas. Por mais importante que fosse a sua posição na hierarquia de poder, por mais necessária que fosse a sua função para a indústria fumageira, a mulher continuava sendo um ser inferior diante dos homens, mesmo daqueles que ocupavam funções menos importantes que a sua.

A organização dos espaços fabris na região fumageira atendeu à lógica capitalista da divisão social e sexual do trabalho. No entanto, foi o caráter da suposta naturalização da divisão das tarefas entre homens e mulheres que caracterizou, em grande medida, a atividade fumageira dentro e fora das fábricas. O gênero demarcava os espaços físicos e as relações entre os/as trabalhadores(as) e entre estes/estas e os superiores hierárquicos.

O que explica a adoção do método “natural” de divisão sexual do trabalho na indústria do fumo do Recôncavo? Era a adoção ingênua e gratuita das formas de organização da própria sociedade, naquele momento? A incorporação da dinâmica das relações sociais patriarcais, que predominava na região do Recôncavo, pelos empresários do fumo, culminava com seus interesses mais amplos. Era cômodo, ou seja, não necessitava romper com a cultura local, não criava nenhum tipo de desagrado àquela sociedade, ao contrário, a organização fabril reforçava e reproduzia os valores da cultura patriarcal que determinava lugares para homens e

⁸⁰ Não se trata aqui de desenvolver um pensamento estruturado sobre a articulação das relações entre patriarcado e capitalismo.

mulheres na hierarquia social⁸¹. Outro aspecto e, talvez, o mais importante é que o modelo patriarcal servia, fielmente, ao sistema econômico vigente. A forma como os estabelecimentos fabris estava organizada, revelava um propósito. A distribuição dos/das trabalhadores(as) nos espaços e nas funções era, ideologicamente, projetada no sentido de manter o controle dos grupos, poder adotar diferentes instrumentos de disciplina e, principalmente, evitar qualquer possibilidade de articulação e de mobilização de ações políticas pelos/pelas trabalhadores(as).

As fábricas de charutos e cigarrilhas eram compostas por diversas repartições, variando muito pouco de uma para outra fábrica quando se tratava do mesmo porte empresarial. As grandes fábricas compunham-se de recepção, escritórios, cofre (este último era uma pequena saleta com paredes e porta adequadas), almoxarifados, elevador de carga conforme o porte da fábrica e estrutura do prédio, ambulatório, sanitários, refeitório, oficina mecânica, depósitos, caldeiras, câmaras de fumo e de charutos, carpintaria, salões de beneficiamento de fumo onde se concentrava grande parte do pessoal nas várias etapas do preparo do fumo, salão de anelamento, salão de encaixamento, bancas de capas e a charutaria. (FALEIRO, B.; CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 – 1952).

Salvo as áreas e repartições comuns, as demais eram divididas entre os dois sexos, ou seja, havia repartições masculinas e repartições femininas. Os homens ocupavam as áreas administrativas, a área de serviços pesados e serviços gerais. As mulheres ocupavam, apenas, as repartições de trabalho ligadas diretamente ao beneficiamento dos fumos, confecção e embalagem dos charutos e cigarrilhas. Todas as áreas e repartições eram, estrategicamente, projetadas para atender, além das necessidades da cadeia de produção, a localização dos indivíduos conforme o gênero e a posição na escala do poder.⁸² Assim, as mulheres fumageiras foram distribuídas, em suas diversas funções, no centro da fábrica – onde se localizavam os salões de

⁸¹ Contudo, em nível de análise não se teve a intenção de hierarquizar as categorias de gênero, classe e raça, nem mesmo isolar como estruturas separadas, já que elas se fazem no processo histórico, apenas, são separadas, didaticamente, para organizar a discussão.

⁸² A divisão dos espaços na fábrica obedece ao método de racionalização da produção, para garantir a produtividade em menos tempo possível, evitando gastos e comportamentos supérfluos, conforme os princípios taylorista de organização do trabalho. Contudo, a subordinação de gênero manifestada na divisão sexual do trabalho, foi uma base aliada à exploração das mulheres e, neste caso, expressamente às fumageiras.

beneficiamento dos fumos, de encaixamento e anelamento dos charutos – e na parte da frente, onde se localizava a charutaria. (SILVA, 2001).

A seção de charutaria, um espaço predominantemente composto por mulheres, ficava sempre no salão da frente onde eram distribuídas as bancas em fileiras duplas, dispendo as mulheres sentadas em tamboretos, uma ao lado da outra em cada fileira de bancas. As bancas eram divididas, em média, em dez lugares cada uma, separadas por tábuas laterais que ofereciam a cada charuteira um espaço individualizado, onde arrumavam seus instrumentos e materiais de trabalho. Como se observa na primeira fotografia a seguir, a distribuição das bancas da charutaria não favorecia com facilidade a comunicação e a articulação horizontais, ou seja, da charuteira com a sua vizinha da frente, pois, ou as bancas se localizavam distante uma da outra ou, quando juntas, separavam-se por uma coluna mais alta que o lastro da banca, uma espécie de cabeceira. MELO, 1996; CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 – 1952).

Ora, se as charuteiras sentassem-se uma frente à outra sem qualquer obstáculo, possibilitaria não apenas a conversa entre elas, mas a possibilidade de parar o trabalho enquanto se olhassem para estabelecer uma comunicação mais direta, o que era mais difícil ocorrer com as colegas de suas laterais. A conversa e “olho no olho” enquanto trabalhavam, poderia ser interpretado pelos patrões, através dos mestres, como um “comportamento supérfluo” que tomaria tempo e prejudicaria a produção, bem como, uma senda para as estratégias de resistências sutis.

As fotografias, a seguir, revelam que os assentos eram desconfortáveis e sem recosto; a distância entre as trabalhadoras era mínima, dificultando a locomoção e até o movimento dos braços enquanto cortavam a folha de fumo e enrolavam os charutos. A arrumação da charutaria ia além da economia de espaços, favorecia, também, aos mecanismos de disciplina e controle usados pelos mestres de seção, dentre outras peculiaridades da organização fabril.

FIGURA 29 - Seção de charutaria de uma fábrica de charutos do Recôncavo



FONTE: Arquivo Público do Estado da Bahia. Secretaria da Agricultura.
Série: fotografia sobre a cultura fumageira. S/d cx. 2378, março
149, doc. 557.

FIGURA 30- Seção de caixa de uma fábrica de charutos do Recôncavo



FONTE: Arquivo Público do Estado da Bahia. Secretaria da Agricultura. Série: fotografia sobre a cultura fumageira. S/d cx. 2378, março 149, doc. 557.

Nesta segunda fotografia, a seção de embalagem dos charutos seguia a mesma organização e controle da charutaria. Neste espaço, a imagem favoreceu a identificação de dois homens entre as mulheres, um fazendo a reposição de caixas de charutos e o outro, mais atrás, de pé confirmando que havia ali a presença do chefe de seção ou mestre, aquele que além de coordenar o trabalho, fiscalizava, controlava e punia, se preciso fosse.

Nestes espaços ou seções de trabalho, tanto o gênero quanto o poder interferiam diretamente na realidade mais concreta das trabalhadoras fumageiras – seu corpo -, desde as vestimentas que lhes aprisionavam num corpo de mulher, até as posturas que deveriam manter durante o período de trabalho. Seus corpos estavam disciplinados para além da sexualidade, a sua distribuição no espaço fabril anunciava a ordem e a disciplina a que as fumageiras estavam submetidas; eram corpos marcados e arruinados pela história. (FOUCAULT, 1979, p.22).

Era, enfim, a presença de um “poder disciplinar”,⁸³ específico daquele contexto, que tinha como objetivo produzir as trabalhadoras necessárias àquele tipo de indústria, tornando seus corpos força de trabalho, a partir de um sistema político de dominação de gênero e classe. Pois, assim afirma Foucault:

A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultados os indivíduos em sua singularidade. (...) é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os

⁸³ A análise do processo de disciplinamento das trabalhadoras fumageiras no espaço fabril ou do esquadramento e organização do espaço como mecanismo de disciplinamento, não tem como objetivo caracterizar o trabalho das fábricas de charutos como um “trabalho disciplinar”, mas em identificar a disciplina como um dos principais instrumentos de controle das trabalhadoras no processo do “trabalho produtivo”, com vistas a garantir, ao máximo, a extração de sua capacidade laboral, o melhor uso do tempo e atingir o nível mais elevado de produção, uma vez que, segundo Foucault (1979), “as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção. Falo da produção em sentido amplo”. Ainda, ao destacar a função tripla do trabalho: produtiva, simbólica ou de adestramento ou disciplinar, este autor afirma que “o mais frequente é que os três componentes coabitem” nas categorias que se ocupa. (FOUCAULT, 1979, p. 223 - 224).

indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. (FOUCAULT, 1979, p.107).

A organização do espaço fabril da indústria fumageira era, portanto, um dos principais meios de disciplinamento das trabalhadoras, além do controle do tempo que as submetiam aos rigores do cumprimento da produção, considerando ainda a exigência da qualidade. Por outro lado, essas ações jamais se concretizariam espontaneamente ou através de meras ordens dos superiores hierárquicos das trabalhadoras, foi preciso recorrer à implementação do mais antigo instrumento de controle: a vigilância constante dos mestres, uma das “células periféricas do poder” nas fábricas.

Os mestres, auxiliados pelos contramestres e passadores de charutos, destinavam-se ao trabalho de observar, fiscalizar e controlar todo o processo de trabalho da confecção dos charutos; de fazer as anotações e encaminhá-las aos devidos setores; e de disciplinar as trabalhadoras. Segundo Foucault (1979), são nas corporações de ofícios do século XVII que surgiram os personagens do mestre e contramestre, este último destinado “não só a observar se o trabalho foi feito, como pode ser feito rapidamente e com gestos melhor adaptados”, uma vez que “as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção” no sentido amplo. (FOUCAULT, 1979, p.106 e p.223).

A necessidade dessas funções era reveladora da trama política que envolvia os sujeitos no espaço fabril, pois, freqüentemente, registravam-se casos de erros propositais na produção, desobediência e reincidência em práticas proibidas pelo regulamento das fábricas, gerando um repertório de punições, desde a advertência verbal e escrita, a suspensão até a demissão.

Os métodos de disciplina implantados nas fábricas controlavam não apenas a produção, mas a qualidade dos produtos, desde a seleção dos tipos de fumo, o tratamento dado a cada folha do tabaco à confecção e embalagem dos charutos. Contudo, “o controle não atingia o próprio gesto”, não atingia o ritmo dos movimentos dos braços e mãos no vai e vem do abrir e enrolar os fumos até obter o produto final.

Para realizar a produção, as fábricas dependiam de cada charuteira, do seu talento e a habilidade de suas mãos que, com arte e ciência fazia e refazia os detalhes, buscando a perfeição em cada segundo para então surgir o charuto como

uma peça de arte das mãos da artista, pois, enquanto confeccionavam os charutos e cigarrilhas, as mãos das charuteiras sobre a matéria-prima formavam uma simbiose a galgar a perfeição estética e o bom paladar deste produto que alimentava o gosto e a preferência dos seus adeptos. A qualidade do fumo e da mão de obra determinava o resultado final da produção, ou seja, a qualidade e a quantidade da produção. Preparar os fumos e confeccionar os charutos constituíam o campo de saber das fumageiras que, ao estabelecer relações com outros campos de saber existentes no espaço fabril, determinavam uma prática social de poder específica.

Apesar da fiscalização e disciplina impostas pelos fabricantes resultando, diretamente, no controle dos corpos das fumageiras, elas detinham todo o saber da preparação dos fumos e da confecção dos charutos, acumulando, portanto, uma gama de poder e de controle, também, sobre a produção. Embora a indústria fumageira, naquele momento, já tenha introduzido a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual no processo de industrialização do fumo, mas grande parte do saber sobre as tarefas específicas de tratamento dos fumos e fabricação de charutos e cigarrilhas, ainda, eram dominadas pelos(as) trabalhadores(as). É neste sentido que se concorda com Foucault (1979), quando ele afirma que “o saber acarreta efeitos de poder”, pois o saber das mulheres fumageiras representava uma força poderosa temida pelos empresários, o que permitia a constituição de novas relações no campo do poder no universo fabril regional.

As relações de trabalho são uma forma particular das relações sociais e, por isso, não se constituem apenas das questões de classe dissociadas das demais, ao contrário, é, exatamente, aí que residem as questões de raça, gênero e geração e, portanto, são relações perpassadas e cingidas de poder e pelo poder. As intrincadas relações tecidas pelos sujeitos no âmbito do trabalho, independente do tipo de atividade exercida ou da posição que cada um ocupa na hierarquia do poder, são, na maioria das vezes, tensas, conflituosas e carregadas de desconfiança. O fato de que nem sempre são vistas e interpretadas desta forma, deve-se à maneira como são constituídas, conforme o contexto e as situações em que cada indivíduo ou grupo encontra-se inserido, onde as disputas, as lutas e a negociação entre o superior e o subalterno, bem como entre os subalternos, podem ocorrer tanto de forma aberta e direta, como fechada e sutil, amistosa ou não.

O campo de forças se estabelece a partir de uma rede de relações e, não apenas a partir de dois pólos isolados, sendo um positivo e outro negativo, um ativo

e o outro passivo. Como, também, não se pode compreender um campo de forças, em se tratando das relações dos sujeitos em seus espaços de trabalho, apenas, pelo viés do conflito aberto e das lutas organizadas, mas é preciso perceber todas as formas de luta que se estabelecem entre os indivíduos nesse espaço especificamente, mesmo porque não cabe mais a compreensão de que há, de um lado, aquele/aquela que manda, que detém o poder e, portanto, é o/a que explora e, de outro lado, aquele/aquela que apenas obedece e sofre passivamente a ação daquele/daquela que manda e, portanto, não detém poder algum e é de todo explorado(a). Segundo Foucault (1979) e Saffioti (1992), respectivamente:

Onde há poder ele se exerce, ninguém é seu titular, no entanto ele se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1978, p. 75).

A relação de dominação-exploração não presume o total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra esta relação de maneira constitutiva a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais. (SAFFIOTI, 1992, p. 184).

É a partir dessa compreensão e contexto que deverá se desenvolver a análise direta da resistência inventiva das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano, especificamente, na primeira metade do século XX, considerando as relações de poder que, historicamente, entrelaçavam as ações dos sujeitos e que permeavam outras relações, como às de gênero, raça e classe.

4.3 CAMPO DE FORÇAS

Ao longo dessa reflexão cabe deslindar algumas questões sobre o entendimento e as respostas das trabalhadoras à exploração e opressão nos espaços de trabalho. Teriam elas consciência de sua situação quanto à exploração e a subalternidade nos ambientes fabris? Exprimiam algum tipo de conflito e de desobediência, aberta ou sutil, nos espaços de trabalho? As respostas, certamente, não se enquadram nos moldes das tradicionais análises sobre o processo de resistência do operariado clássico, àquele que, em sua maioria, era formado por

homens. A tentativa das respostas seguirá o curso da leitura das ações e reações das mulheres fumageiras em relação às situações impostas no/durante o trabalho.

Nesta análise, consideram-se ações todo tipo de imposição, norma e disciplinamento praticado pelas empresas fumageiras em relação às mulheres trabalhadoras, e ainda, toda forma de controle, seja nos espaços, seja no uso do tempo ou de seus corpos, com o objetivo de extrair o máximo de sua força laboral, em favor da produção diária determinada para cada uma das trabalhadoras. Mas, é possível perceber que estas ações extrapolavam os objetivos da exploração da força de trabalho, elas também se inscreviam no campo das relações de gênero, pois, não bastava o cumprimento dos horários e da produção determinada, que faziam parte do padrão de normas de qualquer trabalhador/trabalhadora industrial, era preciso manter as mulheres trabalhadoras sob um rigoroso controle interno – não circular nos demais espaço da fábrica a qualquer momento e sem autorização, não falar muito, não conversar umas com as outras, não se levantar das bancas de trabalho, exceto nos momentos predeterminados, e outras situações que as colocavam sob um rígido controle de seus corpos, pois eram consideradas frívolas e arreadas.

Por outro lado, o descumprimento ou desobediência, sutil ou aberta, a esse conjunto de imposições; as estratégias que essas mulheres adotavam para burlar o rigor do controle, assim como as sabotagens, a sedução, o “corpo mole” ou “cera”⁸⁴, a ajuda mútua e, até mesmo, o enfrentamento direto configuravam o conjunto das reações por parte das trabalhadoras. Ao analisar o “Soldado do Trabalho”, Rago e Moreira (2003), escreveram que “mais do que nunca, absenteísmo, sabotagem, ‘cera’, rebaixamento da qualidade do produto são métodos de resistência utilizados pelos trabalhadores [...]”. (RAGO; MOREIRA, 2003, p. 38).

Percebeu-se nas falas das fumageiras e nos documentos consultados, que não havia um poder central, macro agindo sozinho de cima para baixo, como uma espécie de “instituição” de propriedade unicamente da empresa e que as trabalhadoras estivessem destituídas de qualquer poder. Ao contrário, ao analisar as ações e reações no âmbito da indústria fumageira do Recôncavo Baiano percebe-se que havia ali o exercício do poder por todos os indivíduos envolvidos no processo de beneficiamento e fabricação de charutos e cigarrilhas e no conjunto das relações

⁸⁴ O ato do corpo mole pode ser compreendido a partir da concepção taylorista, sendo aquilo que qualifica como “indolência sistemática” do trabalhador, que, propositadamente, produz menos do que poderia. (RAGO; MOREIRA, 2003, p. 16).

de trabalho, não havendo, portanto, um poder localizado em um único ponto específico da hierarquia empresarial.

Se havia uma situação central do poder, havia uma situação periférica; se havia um nível macro do poder, havia um nível micro do exercício do poder. O poder não se configurava como uma coisa estática, mas como uma força que movia o sistema de engrenagem da indústria fumageira, ou seja, as relações de trabalho e as relações de gênero ali imbricadas.

Toma-se emprestada a concepção de poder de Michel Foucault, expressa na obra *Microfísica do Poder* (1979), onde surpreende por desvincular o poder do aparelho estatal, destacando uma rede de poderes moleculares e periféricos que atua em toda a sociedade. O poder, segundo este autor, não é apenas repressivo, mas disciplinar, é, também, produto de um saber e é por este intensificado. Desta forma, Foucault revela que nem o poder é global, nem o saber é unilateral, pois, “onde há poder e saber há resistência”. Mesmo se tratando de espaços, tempo e situações distintas, a análise de Foucault sobre o poder é perfeitamente conciliável às questões concernentes ao contexto industrial da região fumageira, pois, trata-se da análise do poder que circula entre os indivíduos em nível local e fora do âmbito estatal. É um novo tipo de poder que, conforme este autor:

Não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondente; este poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar. (FOUCAULT, 1979, p. 188).

Nesta perspectiva, observa-se que a hierarquia da fábrica determinava uma distribuição formal de poder através dos cargos, configurando uma rede de poderes que iniciava com os proprietários/sócios, passando pelo gerente, em seguida os mestres de secção e, por fim, os passadores de charutos, permitindo a formação das “células periféricas”, para controlar e vigiar os/as trabalhadores(as). Essa organização do poder pretendia que os demais trabalhadores do fumo, e dentre eles as mulheres fumageiras, apenas se submetessem às ordens impostas pela hierarquia da fábrica e produzissem o máximo possível. Em cada repartição de uma fábrica de charutos, por exemplo, havia um mestre que, além de dirigir e fiscalizar todo o processo de trabalho que lhe foi confiado neste cargo, representava junto aos trabalhadores a pessoa do gerente daquela unidade fabril, este último, por sua vez,

representava os sócios-proprietários da fábrica. No setor de charutaria da fábrica, era comum haver o mestre e o segundo mestre ou contramestre e o passador de charutos, função que também era executada pelos mestres quando necessário.

Apesar da aparente verticalização do exercício do poder que representava a distribuição dos cargos e funções nos estabelecimentos fumageiros, mas na dinâmica do cotidiano fabril ele funcionava em cadeia. Todos os sujeitos envolvidos na hierarquia do poder, ora exerciam o poder, ora sofriam a sua ação, nenhum deles detinham todo o poder, nem, tampouco, eram destituídos de todo o poder, mesmo aqueles sujeitos que não receberam cargos de mando puderam exercer, de alguma maneira, o poder, considerando as posições de classe e gênero.

O cargo de mestre era ocupado, na maioria das vezes, por homens, pois a documentação pertencente às fábricas refere-se “aos mestres” e “passadores de charutos”, no masculino mesmo, inclusive citando os seus respectivos nomes, exceto D. Maria Matilde Moreira da Silva única mulher citada nesta ocupação. (AMSF. CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 – 1952). Sempre que as entrevistadas falavam de situações que envolviam a pessoa que ocupava o cargo de mestre e seus auxiliares, se referiam a "ele". Dalva Damiana, sem ser questionada sobre o assunto, falou espontaneamente como se este dado, também marcasse o lugar da charuteira na fábrica:

Todos os mestres eram homens, agora Maria Matilde que era mestra da cigarrilha, agora João Lobo, João Dantas, seu Francisquinho... tinha mais, agora os outros eu não me lembro. Tinha o mestre da banca de capa, tinha o mestre que tomava conta dos fumos, das torcidas que botava pra secar (...). (SANTOS, Dalva Damiana dos).

O mestre de uma charutaria não se restringia, apenas, a distribuir material, recolher e controlar a produção, mas à intensa vigilância das operárias, por ser o representante da fábrica mais próximo das charuteiras, era, portanto, os olhos e ouvidos dos patrões. Embora, os mestres estivessem, também, numa posição subalterna em relação ao gerente e aos proprietários/sócios das fábricas, sua função era vigiar e controlar a produção de charutos através do controle dos corpos das mulheres, pois controlavam seu olhar, sua fala, seus movimentos e o comportamento de cada uma. Era um mecanismo de poder que, conforme Foucault (1979, p.187), era exercido continuamente através da vigilância com o objetivo de extrair dos corpos tempo e trabalho, embora neste caso, especificamente, o controle

extrapolava o nível da classe e, no mesmo processo, atingia outro nível – o de gênero.

O instrumento de trabalho do mestre era o olhar penetrante e ameaçador, que estava em toda parte até mesmo onde não havia sua presença física, pois era introjetado pelas trabalhadoras, agindo como uma força invisível que invadia todos os espaços à caça de situações que representassem o descumprimento das normas.

Em sua observação Foucault (1979) identifica que “não basta olhá-los [indivíduos] às vezes ou ver se o que fizeram é conforme a regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares”. (FOUCAULT, 1979, p.106). Este poder, também era o resultado da produção de um conjunto de saberes específicos da função – saber lidar com as trabalhadoras, a capacidade de impor sua autoridade, acompanhar a “passagem” dos charutos, anotar as produções de cada trabalhadora e encaminhar à gerência, bem como, qualquer situação atípica que ocorresse naquele setor. Enfim, o controle da produção e das operárias estava nas mãos dos mestres diretamente. Quanto a este aspecto Foucault (1979), afirma que:

A disciplina implica um registro contínuo. Anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber. (FOUCAULT, 1979, p. 106).

A fala de D. Laurentina expressa a sua impressão sobre o trabalho do mestre:

O trabalho do mestre era ali, era quando a gente chegava ele ficava ali sempre olhando o que a gente tava fazendo e dizendo. Botava ali as fôrmas de charutos que a gente tinha que fazer e de hora em hora ele vinha assim nas bancas olhando o charuto, pegava assim pra ver se tava certo, se tava bom, se não tivesse bom ele reclamava e dizia: "esse daqui não tá selvindo" e, aí botava lá pro canto, era assim. Havia uma mestra pra passar o charuto de novo, quer dizer que muitas perdia, era rifugo aquele charuto que elas tirava, era rifugo, muitas perdia, agora eu, Graças a Deus foi difíce perder. (MELO, Laurentina Neves).

Ao final do dia, quando cada trabalhadora prestava conta da sua tarefa, se concluída ou não, os charutos eram entregues ao mestre da secção ou passador de charutos que os conferia e passava numa bitola, fazendo uma revisão, onde normalmente eram excluídos aqueles que não atendessem ao padrão daquele tipo de

charuto ou à qualidade exigida, descontando, pois, da tarefa daquela que, assim, os fez. Segundo a charuteira:

A gente fazia o charuto, botava na caixa e tinha o passador pra passar o charuto, todo dia tinha, chamava Venceslau o passador de charuto. (...) Era na ordem, quando chegava na banca assim, as vez, chamava a gente quando o charuto dava defeito, o passador chamava a gente pra reclamar qualquer coisa que desse. (NERIS, Celina de Jesus, 1996).

D. Maria de Lourdes Daltro descreve a sua experiência com a disciplina e o poder dos mestres desde quando começou a trabalhar na Suerdieck em Cachoeira, aproximadamente, no final da década de 1940:

Tinha Fernando Guerreiro, Flaviano, Santinho, cada repartição tinha um mestre para fiscalizar e contar os charutos. Mas quem fiscalizava mesmo se chamava Fernando Guerreiro. Agora eu, graças a Deus não tenho o que dizer de nenhum deles porque se eles reclamasse ... Tinha reclamação, suspensão, a mesma coisa que colégio, mas eu nunca fui suspensa. A suspensão era se fizesse coisas erradas, tratasse eles mal, respondia, fazia coisas erradas, não fazia o trabalho certo. (MARIA DE LOURDES MOREIRA DALTRO).

Anfilóbio de Castro (1941) afirma que "são observados escrupulosamente os princípios higiênicos; e a fiscalização não cede na exigência do apuro de todo o trabalho, da 'molhação' do fumo até o arranjo das caixinhas". (CASTRO, 1941, p.108). Mas, o rigor da fiscalização também apresentava falhas relevantes, seja pela possível fragilidade dos métodos utilizados pelos mestres, seja por sabotagem das charuteiras ou pelos efeitos de possíveis subornos praticados pelos mestres ou pelos passadores de charutos às charuteiras, pois, vários charutos com defeitos passavam para a secção de embalagem e até chegavam ao mercado consumidor dando motivos a reclamações constantes, como essas dentre várias que foram encontradas:

Houve, também, reclamações sobre o tamanho dos charutos e sua grossura e já verificamos que a reclamação não procede, os charutos estão com 98 mm, igual aos tipos Rafaela e Aymorés Fino e Mocca. (AMSF. CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 – 1952, MAÇO 1952, 26/08/1952).

Espelho: Há reclamação sobre charutos com emendas grosseiras no espelho, em Aymorés Finos e Coronel e recomendamos maior cuidado na passagem. Os charutos com capa de Florida etc. são todos passados na máquina de pó? Encontramos bastante caixas com capas bem escuras e

pedimos verificar. (AMSF. CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 – 1952, MAÇO 1952, 26/08/1952).

Havia, portanto, muitos problemas relacionados à qualidade dos charutos, considerando que se tratava de um trabalho manual, cujo controle de qualidade era baseado no critério do "olho". O processo de fabricação e de fiscalização dos charutos não obedecia a outros critérios objetivos além da bitola, dependia muito mais da sensibilidade e da experiência dos/das profissionais, o que, de certa forma, ocasionava falhas na produção, a exemplo dos charutos defeituosos que passavam pela fiscalização e chegavam até o seu destino final.

Por outro lado, se considerar o grau das exigências, quanto ao controle e a fiscalização em todo o processo de confecção dos charutos, torna-se adequado afirmar que as falhas na passagem dos charutos – os casos em que charutos com defeitos não eram abatidos da produção das charuteiras –, tratava-se, em grande parte, de concessão de vantagens à algumas mulheres por parte dos mestres ou dos passadores de charutos, pois a relação entre as pessoas que executavam tais atividades – confeccionar, fiscalizar e conferir o produto – era de muita proximidade, chegando a resultar, muitas vezes, em relações amorosas entre charuteiras e o mestre, assim como com o passador de charutos. (SCHINKE, Rose; CORREIO DA BAHIA, 2000, p.7). Uma outra possibilidade a ser considerada, embora não tenha encontrado nenhum registro, é de ter havido, em parte, solidariedade dos homens em relação às mulheres, configurando uma solidariedade de classe.

No entanto, a fiscalização da secção de charutaria ocorria num processo contínuo e se estendia além da confecção dos próprios charutos, como já informou D. Laurentina Neves Melo, que "o trabalho do mestre era ali, era quando a gente chegava ele ficava ali sempre olhando o que a gente tava fazendo e dizendo(...)". E, conforme D. Celina:

Era na ordem, quando chegava na banca, assim, as vez chamava a gente quando o charuto dava defeito, o passador chamava a gente pra reclamar qualquer coisa que desse. Mas, ali a gente tinha que trabalhar na ordem não tinha reclamação, todo mundo tinha que ficar direto constante ali até a hora que sair, não era para ficar saindo, conversando, não podia, não tinha esses direitos não. (NERIS, Celina de Jesus).

A disciplina, como sendo um conjunto de regulamentos destinados a manter a ordem, destacava a obediência como instrumento de controle e que já se constituía em um valor social e moral bastante defendido naquela época, pois estava presente nos discursos e exigido rigorosamente na prática cotidiana, principalmente nos lugares de trabalho, onde transformava-se em um forte mecanismo de exploração. O jornal Correio de São Félix, era um dos meios de veiculação desse e de outros valores, que tratava e difundia, de forma contundente, a ideologia de manutenção da ordem pública e privada no conjunto da sociedade, a partir de vários artigos que discutiam e reafirmavam os conceitos reguladores dentro da disciplina e da moralidade.⁸⁵

Desta forma, a disciplina dos trabalhadores e, principalmente das mulheres na indústria fumageira também passou a constituir-se numa função da fábrica e, mesmo depois da legislação trabalhista que passaria a ser reordenada, de modo mais amplo pelos mecanismos oficiais, continuou e, neste caso, as fábricas de fumos e charutos passaram a regular os passos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Anexo à ficha de uma charuteira admitida em 1962, o contrato de trabalho específico para esta categoria, elaborado anteriormente a esta data, determinava que:

O regulamento da Fábrica, exibido em diversos pontos do estabelecimento do empregador, passa a constituir parte integrante deste contrato, devendo ser estritamente observado, bem assim as ordens e determinações dos superiores hierárquicos. (Contrato De Trabalho n.º 3014, item IX de 04/06/1962, FÁBRICA SUERDIECK: **Fichas de Registro de Empregados**. Maragojipe – Bahia).

O processo de trabalho das fumageiras estava ligado à organização da família como instituição, uma vez que era a família a expressão maior do sistema patriarcal, a matriz explicativa do comportamento das mulheres no trabalho, influenciando no comportamento social da região. (PENA, 1980, p.21; COMBES e HAICAULT, 1986, p.23-43; COSTA, 1998, p.21). Assim, as charuteiras levavam para o trabalho as determinações sociais de seu sexo e viam na figura do mestre não apenas uma chefia, mas a chefia masculina por excelência, aquele a quem deviam obediência como se fosse o seu pai ou marido, como expressa Dalva Damiana:

⁸⁵ Textos publicados no Jornal Correio de São Félix por Pedro J. Dantas com títulos: Social, n.º 39, 25/01/1942; A Família, n.º 67, 09/08/1942; A Desobediência, n.º 94, 14/02/1943. Em 23 de abril de 1944, em edição de n.º 51, este Jornal publicou os 10 mais importantes pontos de disciplina, exigidos pela Justiça do Trabalho.

Mas a gente tinha um respeito a ele igual um filho tem respeito pelo pai, bastou dizer assim: evém seu Valdo! Ele era difícil dá um carão, mas só no olhar dele de lá pra cá a gente já tava se tremendo, quer dizer que não batia em ninguém, mas o respeito é tudo né? (SANTOS, Dalva Damiana).

Embora, fosse na sutileza dessa obediência que residia a sabedoria política da charuteira, ou seja, obedecer não significava recuar, deixar-se dominar ou acomodar-se, mas aprender a conviver habilmente com a "inevitável" dominação daquela circunstância para atingir o seu objetivo que era manter-se no trabalho para garantir a sobrevivência concreta e o reconhecimento social.

Mas, “onde há saber há poder e onde há poder há resistência”. O termo “resistência” implica perguntar o quê ou a quem se resiste e, no caso específico das mulheres fumageiras, esse questionamento “resistir a quê ou a quem” revela, de certa forma, o caráter explorador e opressivo presente na relação entre o comando da fábrica e as trabalhadoras. Contudo, mesmo considerando expressiva a exploração sofrida pelas mulheres fumageiras, é a concreticidade da opressão nas relações do cotidiano fabril que mais espoliava aquelas mulheres em sua vontade de *ser* no mundo.

Recusar as ações que advinham daquele lugar e que lhes submetiam ao controle, à disciplina e à sujeição não era tão simples, também não significava uma resistência coletiva e organizada, a partir de uma consciência de gênero e/ou de classe, contra um sistema de ideias sedimentado na cultura e arraigado em toda a sociedade, mas, significava implementar estratégias, coletivas ou não, para driblar a dominação que tentava, incessantemente, anular-lhes da condição de sujeitos de suas ações. Era, de fato, uma luta sutil contra uma *superexploração* visível e escancarada.

No fragmento da fala de D. Tereza Ramos, a seguir, observa-se, implícita, a exploração do volume de trabalho, o baixo valor da produção, como também está implícita, mas muito claro, a possibilidade de sabotagem do trabalho por elas, as trabalhadoras:

Cansei de trabalhar dia de domingo, trabalhar sábado. Quando acontecia descer carrada assim de fumo e que ‘mordia’ pra depositar pra o estrangeiro, nós tinha de examinar o trabalho que tinha erro naquela embalagem, naquela carrada. ‘Mordia’, aí botava pra gente refazer tudo de novo. Agente já adorava. Qualquer defeito

num fardo daquele que abrisse pra examinar, que tinha lá os homens que examinavam, que não tava bom, que não tava como eles tava querendo, aí ‘mordia’. Aí voltava e pedia pra gente ir e a gente gostava pra inteirar o dinheiro. Ah! Tinha dia que eu e Nadir, que era moleca mesmo, dizia: ‘Êta meu Deus! nem pra morder uma carrada, esse mês não mordeu’. Ah! Ah!. Pra ganhar um dinheiro a mais porque alí quando pedia pra gente ir trabalhar, a gente ia e recebia logo. O dia de domingo era um dia e pagava dois, conforme a precisão deles. Pra inteirar pra comprar o pão no dia de segunda-feira ou outras coisas mais que o dinheiro não deu pra comprar no dia de sábado. A gente pintava, mas escondido deles. Quem tava doido de fazer na vista deles? **Saía, dizia que tava errado porque a gente que queria fazer o trabalho errado, imbruetar a carrada de fumo.** (RAMOS, 2007). (Grifo nosso).

Contudo, não se pode negar o fato de que essas mulheres, também, incorporavam a opressão como natural, mas o que importa aqui é perceber como elas resistiam aos seus efeitos. A exploração e a submissão das trabalhadoras, no interior dos estabelecimentos fabris ocorriam, mas caminhavam, estrategicamente, lado a lado com a resistência e, embora, as partes se apresentassem aparentemente como sendo uma ativa e a outra passiva, ou seja, sem confronto aberto entre mestres e fumageiras, mas num jogo político sutil se estabelecia uma relação que, às vezes, se configurava como perigosa e, às vezes, como frouxa, identificando a presença do exercício do poder por ambas as partes, pois “para resistir é preciso que a resistência seja como o poder, tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente”. (FOUCAULT, 1979, p. 241).

Se, por um lado, o poder exercido pelos homens se fazia legítimo, por outro, a resistência exercida pelas mulheres se fazia perigosa, tal e qual o poder, produzindo a necessidade do controle permanente. Os mestres precisavam sempre se utilizar dos mecanismos coercitivos do poder que lhes eram conferidos como homens e como chefes de seção - o olhar corretivo, punitivo, chamar a atenção ou levar alguns casos à suspensão e até demissão quando achavam necessário.

As mulheres fumageiras, por sua vez, recorriam às suas estratégias, como a dissimulação e a astúcia, que traduzidas na política do "bom viver", ajudavam a combater a dominação vinda de seus superiores. Desta forma, é que se concorda com a concepção do termo "luta" na visão de Danièle Combes e Monique Haicault, por estas entenderem que:

(...) toda prática que é contra (mas não necessariamente de forma consciente) as formas de dominação que assumem uma ou outra

(freqüentemente uma e outra, para as mulheres) das relações sociais aqui consideradas é tributária, a nosso juízo, da luta: absenteísmo, usos da doença, do corpo, estratégia de frear as máquinas, indisciplina, desperdício, solidariedade, são elementos da luta de classes. Da mesma forma, toda prática - mesmo as não coletivas - das mulheres contra a dominação patriarcal e as formas sutis de poder que ela reveste expressa a luta dos sexos. (COMBES, Danièle e HAICAULT, 1986, p.39).

Assim, D. Laurentina nos apresenta uma relação sem conflitos abertos ou possíveis perseguições, mas deve ter se utilizado de táticas para conquistar a confiança de seus mestres e viver com maior tranquilidade o longo tempo que trabalhou na fábrica C. Pimentel:

Trabalhei trinta e um anos somente nessa firma, no Pimentel, mas Graças a Deus nunca eles tiveram o que dizer de mim e nunca eu tive o que dizer deles. Os mestres me tratavam muito bem, depois que mudaram os mestres botaram uma mestra lá, essa mestra me tratava muito bem e eu gostava muito dela. O povo tinha ódio dela né? Mas eu gostava dela, principalmente, por causa do meu filho, porque ela tratava Julinho tão bem, que aquilo!!! Bem, eu me dei muito bem porque todos gostava de mim, eu tratava todos bem, eu pileriava muito, brincava muito ali com o mestre, porque tinha o mestre. (MELO, Laurentina Neves).

Quando afirma que "o povo tinha ódio dela [mestra] né? Mas eu gostava dela, principalmente...", observa-se que muitas não gostavam da mestra, revelando que havia um relacionamento tenso entre a mesma e as trabalhadoras, enquanto ela, D. Laurentina, fez-se mostrar como uma exceção em meio às demais, aquela bem vista por todos, que faz tudo certo e não desagrada seus superiores e, por conseguinte, também é bem tratada, o que, de fato, em vez de caracterizar a submissão propriamente dita, ao contrário, estava implícito em sua fala que o que havia, na verdade, era uma maneira específica de conduzir o relacionamento para sobreviver melhor à exploração e submissão sem maiores atritos e poder tirar melhor proveito da situação, o que significa muito mais uma artimanha que uma submissão passiva e inconsciente.

É preciso ressaltar que na hierarquia fabril a mestra, esta que anteriormente ocupava, apenas, a função de charuteira, exercia o poder igualmente ao mestre, embora, a expressão desse poder tivesse a marca do gênero. Sua ação, no entanto, ora se impunha com as características da autoridade masculina, ora se expressava a partir da solidariedade e da compreensão, permitindo uma maior aproximação entre as trabalhadoras e a mestra.

No caso das charuteiras, o fato de fazer os charutos com muita rapidez para tentar elevar a tarefa diária além do mínimo exigido, com o objetivo de aumentar o salário, também nos leva a entender que se tratava de um dos modos que algumas trabalhadoras encontravam para tentar burlar as regras da fábrica no sentido de se beneficiar, mesmo sabendo que tinham que enfrentar as reclamações dos mestres. Desta forma, para D. Laurentina a passagem dos charutos não significava grandes problemas, pois "muitas perdia, agora eu, graças a Deus foi difíce perder"; em relação a algumas de suas companheiras de trabalho ela também afirma que, "(...) porque perdia muitos charutos aí os mestres reclamava muito, elas se aborrecia ou não gostava dos mestres, era assim, só ficava xingando, falando que não ia mais lá trabalhar (...)".

Ainda, Dalva Damiana quando faz questão de afirmar que "eu mesma era vagarosa, mas eu queria aquilo bem bolado, bem aperfeiçoado então eu não dava produção", dá a entender que quem fosse mais rápida não trabalhava com a mesma perfeição e/ou que se tivesse mais preocupada com a produção que com a qualidade poderia, realmente, fazer charutos defeituosos. Tanto uma posição quanto a outra, significavam ações conscientes por parte das charuteiras, justificando a repressão por parte dos mestres.

Nesse repertório de ações e reações no contexto do trabalho fabril fumageiro, é preciso observar as intenções subliminares, pois são estas que revelam o jogo das relações sociais, incluindo as relações de gênero. Ao entrar em férias – mesmo se tratando de um período posterior, 17/06/83, mas vale a penas destacar – o Sr. Engelbert Jungwirth, do setor de “Produção de Maragojipe”, escreve uma lista com dezenove recomendações endereçadas ao Sr. Reinaldo Pinfildi, onde faz referência à Banca de Capas e às charuteiras, chamando a atenção para a prática do desperdício. Observando-se ai que não há recomendações da mesma natureza para os setores masculinos diretamente.

Ref: Alguns itens para observar durante minhas férias
(...)

- 6- Estamos recebendo fumo Agro tipo XB, para Puro Bahiano, sendo que XB, tem folhas que não servem para Puro Bahiano porém, servem para Cigarrilhas. Prestar atenção, para que nem a Banca de Capa e nem as charuteiras joguem estas folhas na torcida. **Olhar diariamente os caixões de pontas, pois ali se descobre desperdício de material.** (Grifo nosso). (FAMAM, CEDOC, 2009).

Assim, “olhar diariamente os caixões de pontas, pois ali se **descobre** desperdício de material”, está implícita a ideia de uma prática recorrente e maldosa por parte das trabalhadoras, por isso a persistência em sua vigilância.

Dalva Damiana ao descrever outra atitude de seu mestre, deixa entender que a relação deste com as charuteiras não era tão ríspida o tempo todo, havendo em certos momentos o afrouxamento de suas ordens, que tanto podia ser uma concessão, significando uma tática de controle, como podia ser o resultado de uma relação de cumplicidade no tocante ao não cumprimento das ordens superiores, uma vez que mestres e gerentes, também, ocupavam uma posição subalterna em relação a outros do escalão hierárquico:

Quando ele tava pra dá um sermão ele chegava e "olhe o dono da fábrica vai chegar tal dia, tal hora", mandava o rapaz que trabalhava na limpeza limpar tudo, assear tudo, aí todo mundo já tava preparado, suas bancas tudo limpinha, cuidando em seus trabalhos e, quando eles chegava não gostava de vê ninguém olhando pra eles não, todo mundo de cabeça baixa (...) Eles respeitava a gente e a gente respeitava eles, a gente não respondia quando eles chamavam a gente pra conversar qualquer coisa, eles chamavam aí eles conversava com a gente ocurtamente que ninguém percebia o que era que estava falando, não tinha problema de ôooo não, era ocorto que ninguém sabia. (SANTOS, Dalva Damiana).

Apesar do rigor da fiscalização e do controle utilizados nas fábricas, muitas reações, mesmo que isoladas, das fumageiras contra os mestres ou contra a própria fábrica tiveram lugar na preocupação dos dirigentes pelo embaraço das situações geradas. Tirar algum proveito da empresa, o "corpo mole" no trabalho quando favorável a elas, as desobediências e intrigas, foram atitudes visíveis praticadas pelas fumageiras, que, por outro lado, conduziram às decisões drásticas por parte de seus superiores hierárquicos. Em correspondência para o escritório em Salvador o gerente da Dannemann de São Félix informa no item sobre licença que:

Conforme já falamos pelo fone, tem a operária Francisca Santos, direito a 15 dias de ferias no valor de Cr\$ 119,00. Pelo valor das ferias, se nota logo que é uma operaria que pouco ou quasi nada gosta de trabalhar, razão pela qual demos a nossa informação anterior, uma vês que operários dessa especie é preferivel, sem onus para a firma, se afastar. Aconselhamos a não conceder licenças, em vista desse caso. (AMSF. CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 - 1952. Maço 1951, 03/01/1951).

Em agosto de 1923, na Dannemann de Muritiba, duas charuteiras foram demitidas pelo fato de serem reincidentes na condenável prática de fazer charutos para "arear dentes", este fato gerou um conflito que envolveu o mestre Manuel Laudilino Ribeiro e o preneiro Ovidio Bispo num caso de polícia que levou o referido mestre à prisão e imediato afastamento do cargo. Após a liberação do mestre, este tratou de enviar uma carta ao diretor da Dannemann em São Félix, Sr. Adolpho Jonas, justificando suas atitudes e pedindo providências no sentido de lhe reintegrar ao cargo, em seguida, recorreu também, ao Sr. Anphilóphio de Castro, pedindo-lhe apoio moral que logo escreveu ao Sr. Adolpho Jonas o seguinte:

Muritiba, 30 de Agosto de 1923

Illmo. Sr. Adolpho Jonas

Affetuosas saudações

Acaba de estar commigo o meu compadre Manuel Ribeiro, e, muito sentido, disse-me ter elle, despensado do serviço da fábrica d'aqui, motivando este acto da gerencia, o ter elle, defendendo e acautelando os interesses da casa, despachando duas charuteiras reincidentes na feia pratica de, occultamento, fazerem grandes charutos de mascar, manipulados somente com capas do melhor fumo.

Sendo, porem, ellas amantes do trabalhador Ovidio Bispo, este lhe pedira a reintegração das mesmas, o que deixou de attender por consideral-as prejudiciaes aos interesses da casa.

E, só por isso, o dito Ovidio, despeitado, ao contrário de prevalecer-se de outros meios de accôrdo com as normas do trabalho, procurou o delegado de policia e o intrigou de tal modo, que determinou a sua prisão d'elle Ribeiro.

Foi, pelo visto, uma acção repunavel a do Ovidio.

E que a razão está ao lado do Sr. Manuel Ribeiro, não duvida

Diante disto, e mais sabendo de sciencia propria que o Sr. Manuel Ribeiro é um cidadão trabalhador, sério e honesto, faço ao Illmo. a presente no sentido de conseguir a fineza de sua reintegração no lugar que occupava, nem só por ser a justiça, como de generosidade.

O uso do fumo dentro da fábrica pelos(as) trabalhadores(as) era proibido em qualquer situação, fosse para fumar, mascar ou arear os dentes, implicava em falta grave, seria o "occultamento" como disse Anphilóphio de Castro, que neste caso era considerado, além do uso indevido do fumo, furto do material de trabalho. Fumar dentro da fábrica mesmo que o charuto tivesse sido comprado fora do estabelecimento fabril era igualmente proibido.

D. Celina assusta-se diante da pergunta "se podia fumar dentro da fábrica?" e responde: "Não, Ave Maria! Se o gerente ou quando o dono chegasse e encontrasse, Ave Maria! Não, não, não pode, era contrabando, ali dentro da fábrica ninguém tinha o direito de fazer uma merenda".

As proibições no âmbito da fábrica não se restringiam apenas ao uso do fumo ou dos charutos, se estendiam no sentido de uma rígida disciplina objetivando, além de uma produção mais apurada, o controle absoluto das trabalhadoras e que ocorria até mesmo a partir das pequenas ações.

Comer dentro da fábrica, principalmente no horário de trabalho, constituía-se numa falta grave que, se recorrente, poderia resultar em punição daquele que assim fosse surpreendido pelo mestre. Celina de Jesus quando se refere à proibição do uso do fumo completa que "(...) ali dentro ninguém tinha o direito de fazer uma merenda". Dalva Damiana quando descreve a rotina do seu dia entre a casa e a fábrica, também revela a situação em que se envolviam as charuteiras quando se tratava de alimentação dentro da fábrica:

Depois passou a vim as arapiracas meio esverdeada, a gente não agüentava, aquilo é um sofrimento a gente tomava cada bebum, a gente andava com um limão na bolsa que era pra cheirar ou então botar uns pinguinhos na língua pra ver se melhorava, que não podia levar nem uma merenda. A gente além de não ter fome pra tomar o café de manhã por causa do horário, também não tinha o que levar; tinha que deixar para os filhos e com isso a gente ia trabalhar, quando levava aquela besteira mandava tomar, jogar no lixo qualquer coisa, a gente passou por estas todas. (...) a gente comia dentro do sanitário trancada, quando a gente se sentia mal às vezes a gente tomava um purgante na banca. A gente comprava um sulfato pra desmanchar e fazer aquela beberagem e cada uma tomava meio copo, botava limão, aquele negócio pra beber pra poder coisá o estômago, de 15 em 15 dias a gente fazia isso, as colegas porque não tinha dinheiro pra comprar sozinha era tudo misturado. Eu sei dizer que quando a gente tava lá no terraço desmanchando aquela...espremendo o limão, quando o gerente chegou mandou suspender todo mundo porque a gente tava fazendo garapa pra beber, mas não sabendo que era um remédio que a gente estava desmanchando pra tomar, mas depois ele reconheceu e mandou "deixa pra lá, deixa pra lá". (SANTOS, Dalva Damiana).

Com um tom de voz carregado de angústia e revolta e, na expressão do rosto um ar sisudo e triste, Dalva Damiana, revela como se estivesse resgatando o próprio momento, pois também conheceu, além da dominação, a humilhação no trabalho da fábrica. E, sempre que esta e outras fumageiras se referem sobre o que era proibido fazer dentro da fábrica, principalmente no horário de trabalho, utilizam a expressão "não tinha o direito de...".

A dominação e a exploração reveladas na expressão "falta de direitos" são situações abordadas pelas próprias fumageiras, o que significa que elas tinham consciência da realidade em que viviam no trabalho, porém o que faz a diferença é o grau da sutileza com que reagem às atitudes dos dirigentes. Completando a fala

de Dalva Damiana quanto ao sermão do mestre ao preparar a chegada dos proprietários, ela diz o seguinte:

Não queria ninguém mastigando nada, todo mundo na sua. **Mas, também ninguém é besta.** Aí pronto, eles ficavam lá, depois desciam pegavam assim o charuto, olhavam, acabava se tivesse algum com defeito ele amostrava, aí o mestre vinha tirava botava na carteira dele. (...) agora eu sempre com essa cabeça que eu tinha de viver sempre alegre na banca, comendo fome ali, roendo zinco e **naquela minha eu não dava o braço a torcer.** Eu às vezes levava até um pedaço de pão debaixo do sovaco, quando a gente tirava pra comer debaixo de suor fedendo a bode, é dose! Às vezes a gente fazia uma farofa e botava aqui ó [apontando para a barriga] vestia a calça e ia. (SANTOS, Dalva Damiana). (grifo nosso)

Ainda D. Tereza Ramos afirma:

Agente tava trabalhando por tarefa pra dar conta de tarde. Tinha o cartão pra entregar pra folha, não é? Então, dali agente comia, não levantava. Alí passava, a fome passava. Agente botava dentro do avental, enrolava de calhamaço na cintura pra ninguém ver o volume e na hora que os mestres tavam bem longe, distantes dali daquela redondeza e nós naquele setor, aí nós lograva eles, nós mesmos. Ah! Ah! Ah! (...). Era eu, Ladinha, Nair uma que era da Rua São Benedito, mais duas da Rua São Benedito, duas mais daqui da Estrada de Ferro, essas todas já estão mortas, minhas amigas, amigas de trabalho, boas colegas. (RAMOS, 2007).

Diante das situações impostas às fumageiras pelos dirigentes, Dalva Damiana afirma que "mas também ninguém é besta" e, em seguida, apresenta um esforço para se mostrar forte, além das ações ocultas. D. Tereza Ramos também ressalta "aí nós lograva eles". Significa que elas não ficavam submissas o tempo todo ou que aceitavam as ordens sem qualquer rejeição, mas que tentavam e conseguiam burlar as imposições na medida de suas necessidades.

Assim, foram os momentos de tensas relações que proporcionaram reações abertas, fazendo-se necessárias longas conversas e até intermediários instituídos juridicamente para negociar exigências, tanto por parte do empregador quanto por parte dos/das trabalhadores/trabalhadoras, evidenciando a participação das charuteiras em ações ativas.

Em 1924, a Dannemann pleiteou unificar a semana de trabalho que até então era diferenciada por setor, quando uns recebiam até o dia de sábado, outros até sexta-feira como foi o caso das charuteiras e, ainda outros até quinta-feira. Assim, na primeira semana do acerto todos/todas deveriam receber até o dia de quinta-feira ficando sexta e sábado para serem incluídos na folha da próxima semana.

Os operários que se sentiram prejudicados e, entre eles, as charuteiras, ameaçaram uma greve, pois entenderam que, desta forma, ocorreria um desconto real em sua semana de trabalho. Constituíram, então, o advogado Alberto Rabello, para representá-los/las junto à empresa, o que fez realizando assembléias com os/as trabalhadores/trabalhadoras e longas horas de entendimento com o Sr. Ernesto Tobler, representante da Dannemann, que resultou em deixar tudo como antes. (AMSF. CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 - 1952. MAÇO 1924, 04/09/1924).

Aproveitando este largo intervalo de tempo que as fontes promoveram, lembra-se que é a partir da década de 1940 que a legislação trabalhista figura como fazendo parte de um “projeto de constituição da sociedade urbano-industrial capitalista no Brasil” e que, segundo Carvalho (1971), ela vem atender, além de medidas no sentido de estabelecer limites às condições de exploração do operariado, “o controle de sua atuação enquanto classe”. (CARVALHO, 1971, p. 28). Representando ainda um momento muito tímido de atuação do operariado brasileiro e, por conseqüência, a possibilidade de alavancar atitudes mais radicais ou conscientes por parte dos trabalhadores da indústria de fumo no Recôncavo, principalmente por se tratar de um setor tradicional e ainda muito ligado ao modelo agrário. Mesmo assim, continua-se registrando as ações e reações, às vezes dentro das formalidades, às vezes de maneira informal e sutil.

Em julho de 1946, um dissídio coletivo de grande repercussão envolveu trabalhadores/trabalhadoras das fábricas Dannemann, Costa & Penna e Suerdieck, os/as quais reivindicaram aumento de salário que foi concedido e aceito após várias negociações, obedecendo aos valores correspondentes a cada categoria, ou seja, mensalistas, diaristas e tarefeiras, esta última onde se incluíam as charuteiras. (AMSF. CORREIO DE SÃO FÉLIX. n.º 579, 20/07/1946).

Em março de 1950, já no contexto das dificuldades financeiras que enfrentavam a Dannemann e a Costa & Penna, novo dissídio foi suscitado pelo sindicato dos fumageiros que exigia o pagamento das férias dos/das trabalhadores/trabalhadoras e que somente em junho do mesmo ano a Dannemann veio a solucionar. (AMSF. CORREIO DE SÃO FÉLIX. n.º 769 de 18/03, n.º 772 de 08/04, n.º 774 de 22/04, n.º 780 de 03/06/1950).

Entre muitas reclamações trabalhistas e ações movidas contra as fábricas, após o ano de 1940, destacamos o dia 4 de maio de 1949 por responder, a Dannemann, a cinco notificações de uma só vez, como consta um documento sobre contabilidade desta empresa:

Audiencia de hoje:- Iremos a audiencia de hoje, para as cinco (5) notificações como sejam: America Maria da Silva para hoje á 9 horas; Maria Lucia Alburqueque ás 15 horas; Bernardina da Conceição às 10 horas; Joselita Pinheiro do Rosario às 14 horas; Teodora Santana às 11 horas. (AMSF. CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 - 1952. MAÇO 1949, 04/05/1949.

Várias suspensões e observações sobre o comportamento das mulheres fumageiras da fábrica Suerdieck de Maragojipe, constam ou estão anexas às fichas demonstrando o rigor da disciplina da fábrica e a resistência delas em obedecer as normas contidas no regulamento da empresa, este já citado anteriormente. Ações diversas motivavam os dirigentes da fábrica a advertir, suspender e até demitir as trabalhadoras, como se observa neste documento:

Comunicamos a, V.S., [Rita Alexandrina Barbosa] que apesar de varias reclamações e advertencia, para não molhar as capas e muito mais ainda a tabua, o que vem dando a nossa emprêsa grandes prejuisos com charutos mofados, como aconteceu em nossa última remessa de charutos para Alemanha, V. S., continua a molhar capas e a tabua, para fins disciplinar, esta emprêsa resolve a dar-lhe 1 (um) dia de suspensão que será amanhã dia 13 do corrente. Esperamos que V. S., não mais volte a repetir tais irregularidades. (AMSF. CORRESPONDÊNCIAS INTERNAS DA DANNEMANN, 1920 - 1952. MAÇO 1949, 04/05/1949).

Maria Maia Batista Silva foi advertida verbalmente, assim consta em sua ficha, por não ter aceitado fazer trabalho determinado pelo superior hierárquico. Jairdes Borges da Silva foi suspensa de suas atividades por dois dias, porque estava discutindo no setor de trabalho. Roquemilda Antonia de Souza foi, também, suspensa de suas atividades por três dias por faltas de dois dias não justificadas aos superiores, esta não aceitou a suspensão e recusou-se a assinar. (SUERDIECK: FICHAS DE REGISTRO DE EMPREGADOS. MARAGOJIPE – BA). Nesses casos e em tantos outros registrados nas referidas fichas, a partir de 1940, aparecem a ameaça da possibilidade de aplicar o artigo 482 da CLT, este que trata sobre a

rescisão de contrato por justa causa pelo empregador. (SAAD, 1972, p. 186). Sebastião dos Santos também afirma que:

Se brigasse era suspensão de oito dias, três dias conforme e só reclamava aquelas que era bruta. Em Muritiba tinha muitas mulheres estúpidas, valente, aquelas mulheres mais velhas tinha muitas mulheres valentes. Suspendia, mandava embora, 'a senhora vai pra casa só daqui a oito dias, daqui a três dias.

Em documentação datada de um período posterior ao da pesquisa, encontram-se situações registradas que ainda refletem as mesmas posições como, por exemplo, uma Comunicação de Advertência de número 3451, de 19/06/1979, à operária A.M.R.C., com o seguinte texto assinado pela Suerdieck S.A.:

Por várias vezes, advertimos V. S^a., verbalmente, por passagem de charutos mal feita, prejudicando a outras operárias. Agora o faremos por escrito cumprindo a determinação da C.L.T.. Esperamos que o fato não se repita, a fim de não tomarmos medidas drásticas. (FAMAM, CEDOC, 2009).

Sabiam as fumageiras que as advertências e suspensões somavam-se levando às demissões, pois Laurentina Neves afirma que a "demissão só era quando não obedecia a lei, quer dizer que eles ia botando aquilo ali no canto, guardando e quando tinha um corte eles botava logo o nome daquelas, era assim".

A solidariedade entre as fumageiras, também, constituiu-se num instrumento de força e de apoio para vencer as dificuldades geradas pelas próprias condições do trabalho. Apesar de não fazer entender claramente que se tratava de uma união no sentido político da luta contra a opressão/exploração, e mesmo tendo a sua origem nos tradicionais “laços da boa vizinhança” ou nas relações mais imediatas no espaço do trabalho, a solidariedade entre as trabalhadoras fumageiras, também, significou a expressão de uma “identidade” entre elas e um mecanismo de resistência às situações de opressão/exploração no trabalho. Tratava-se da solidariedade entre as trabalhadoras, às vezes, até com os trabalhadores, e não das trabalhadoras para com os seus superiores ou em relação ao próprio trabalho fabril.

Unindo-se, mesmo sem organização, promoviam situações de ajuda entre si, respaldadas na amizade e na identificação do grupo a que estavam

inseridas, bem como, na função que ocupavam dentro dos estabelecimentos fabris, gerando quando não um sutil enfrentamento às forças de dominação, uma barreira que, por certo, intimidava os dirigentes a aplicar ações mais rigorosas que as costumeiras. Fazendo uma leitura sobre o taylorismo, Rago e Moreira (2003) afirmam que:

Os operários de um mesmo setor acabam por se unirem espontaneamente em função das necessidades imediatas para a realização de suas tarefas cotidianas e deste modo formam *grupos informais* de trabalho, que se opõem aos grupos formais que a Direção Científica quer impor. (RAGO; MOREIRA, 2003, p. 37).

Apesar de não haver registro de lutas coletivas organizadas por parte das fumageiras, no sentido de enfrentar as ações de exploração e de dominação advindas do sistema de organização da indústria fumageira ou diretamente de seus superiores hierárquicos, mas o sentimento de união e solidariedade que as identificavam como trabalhadoras no estabelecimento fabril, e que não era apenas uma necessidade natural de sociabilidade, significou uma forma de resistência, na medida em que buscavam umas nas outras, ou dentro dos grupos, o apoio para a resolução de problemas, tanto referentes ao próprio trabalho como os de ordem econômica e doméstica, como se pode observar em alguns fragmentos de suas exposições:

Muito bom, tudo era colega, tudo boa não tinha ninguém lá pra fazer fuxico de nós e outros nem nada, era um lugar muito alegre que a gente trabalhava tudo reunido. (SILVA, Benedita).

Era uma amizade! Naquele tempo era muita amizade que não tinha nada contra os trabalhadores, tudo era um pelo outro. Tinha uma [charuteiras] que tinha umas colegas ficava na casa delas, lá elas dava panela para esquentar comida, quem tinha camaradagem, quem não tinha... esse negócio de amizade. (...) agora nem todas, Litinha minha filha trabalhou em Muritiba ela tinha muita amizade por lá. (SANTOS, Sebastião Pereira).

Maria Alves diz que "Cada uma tinha que fazer sua produção, agora quem acabava primeiro ajudava". Laurentina Neves Melo parece completar:

A gente era tudo amiga, tudo camarada, as que sentava junto assim, porque num corredor assim sentava sete/oito pessoa, ali quem sentava

perto se dava de mão de amiga, camarada. (...) Me ajudava. Aí elas tomava a metade pra capear e me ajudava. (MELO, Laurentina Neves).

Apesar das dificuldades de acesso aos armazéns e fábricas de charutos por aquelas que moravam distante, da pesada carga de trabalho e da exploração sofrida pelas fumageiras, as suas andanças de casa para os estabelecimentos fabris e vice-versa e o seu espaço de trabalho foram marcados pelo alegre convívio que se estabelecia a partir dos grupos de amizade que se formavam entre elas. Desta forma, observa-se que:

Todo mundo igual, amiga muita que eu tinha, muitas fazia questão de eu nem vim pra casa, ficar por lá, passar a noite por lá e muita amizade que eu ainda tenho, as mais velhas que ainda tão vivas em Muritiba. Eu tenho muita amizade, ontem mesmo morreu uma colega minha ela trabalhava no Dannemann e eu trabalhei em Pimentel, mas nós era muito amiga. (NERIS, Celina de Jesus).

A união da fábrica era tão boa que uma levasse um caroço de milho todas participava daquele caroço; se uma tivesse um aperto de não ter um dinheiro dia de Sábado e você ter dez mil réis você dividia dava cinco a uma; se uma caísse doente quando era dia de Sexta-feira a gente saía com a latinha: 'fulano bota aqui', cada uma botava um trocado pra recuperar aquele...pra comprar o leite pra'quela colega que tava doente, aí a gente chegava lá e dava a ela, ficava contente, quer dizer que há união; se a senhora desse uma roupa pra vender lá na fábrica vendia, a gente olhava, gostava vou comprar pra fulano, comprava, quando no dia não tinha o dinheiro direito pra dar dava a metade aquela pessoa tinha aquele consenso a dona aceitava. (SANTOS, Dalva Damiana).

As fumageiras entrevistadas apresentaram em suas falas e gestos um modo muito particular de exprimir as ações e os sentimentos, no que diz respeito ao trabalho na indústria de fumo, era como se este modo de ser e (re)agir fosse um fator de identificação enquanto trabalhadoras da mesma atividade. Além da coerência ao relatar o nível de amizade e de união que se estabeleceu entre elas durante o período em que trabalharam juntas nas fábricas, expressões como, por exemplo, "a gente..." aparece com freqüência em suas falas, diferentemente dos outros entrevistados e, configuram de fato a existência da solidariedade como instrumento de força contra as situações opostas e impostas geradas dentro e fora da indústria fumageira.

No interior dos armazéns de fumo, os homens estavam mais próximos das mulheres do que nas fábricas de charutos, facilitando o relacionamento e as negociações conforme o grau de amizade. D. Tereza Ramos relata a relação amistosa que as trabalhadoras estabeleciam com os colegas de trabalho:

Eles não maltratavam a gente não, tudo era colega. Quando pesava o que era de pesar, o trabalho pra botar na frente da gente, aí a gente pedia pra quebrar o galho. Quando era pra pegar aqueles fardos de fumo que vinha do depósito pra botar na balança e botar na frente da gente pra gente escolher, aí a gente pedia um fardo de fumo melhorzinho, pra aliviar mais a mão da gente, um fardo de fumo que não fosse muito ligado pra tá pú, pú, pú. Tudo isso a gente tinha amizade pra ajudar, a gente também dava merenda a eles pra eles também quebrar o galho da gente. Ah! Ah! Ah! (RAMOS, 2007).

Mesmo entre as trabalhadoras e os trabalhadores, ou seja, entre os “iguais”, a questão de gênero era visível, mantinha-se a divisão sexual do trabalho, pois as mulheres sempre dependiam das atitudes ou decisões dos homens, uma vez que eles detinham o poder. Sobre sua fala acima, D. Tereza Ramos faz uma ressalva:

Agora se maltratasse um daqueles, a mulher ‘comia ferro’, castigava. No lugar que soubesse que os fumo era pior dos que era, eles pegava e botava na balança e botava na frente, aquele fardo duro que pra desligar dava trabalho, tinha que bater assim no chão com força e de tarde tava com isso aqui [os braços] que não agüentava. Tudo tem que ter um jeito pra viver, porque se não souber ..., não tá com nada. (RAMOS, 2007).

Contudo, é importante destacar que a resistência forjada pelas fumageiras no campo do trabalho fabril, caracterizada como uma das formas de poder, como um poder “periférico”, não foi confiscada nem absorvida pela estrutura dominante, ao contrário, constituía-se como uma prática política autônoma que perpassava as relações de trabalho e as relações de gênero, dinamizando, inevitavelmente, àquele cotidiano. Embora, merece observar que essa prática não diminuía o poder exercido pelas indústrias sobre as trabalhadoras, mas forçava uma reelaboração diária das estratégias que norteavam as relações sociais entre aqueles sujeitos, considerando que o poder se disseminava por toda a estrutura social da indústria fumageira.

As unidades de trabalho da indústria fumageira do Recôncavo, na verdade, configuravam-se num espaço social onde se teciam solidariedades, divergências e barganhas entre as mulheres e os homens, os patrões e as/os operárias. Para os proprietários não era importante um grau de repressão tão forte que viesse afastar as operárias de suas atividades fabris, mas a eles importavam controlá-las com o objetivo de explorar ao máximo a capacidade de sua força de trabalho e, ao mesmo

tempo, torná-las dóceis, sem capacidade de resistência ou de outras estratégias políticas.

Se o objetivo do exercício do poder nos estabelecimentos fabris fosse, apenas, reprimir e constranger com certeza levaria ao afastamento das operárias e, por certo, a anulação dos diversos saberes ali produzidos e reproduzidos, uma atitude que, para Foucault (1979), seria um modo negativo de exercer o poder, pois, “se ele é forte é porque produz efeitos positivos a nível do desejo e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz”. (FOUCAULT, 1979, p. 148).

Enfim, as fumageiras enfrentavam desde as vicissitudes da dupla jornada de trabalho à exploração, propriamente dita, a que eram submetidas, mas, não estavam ou viviam inertes frente a essas situações cultural e socialmente produzidas, criavam, também, situações e "espaços" nos quais operavam as barganhas e empreendiam os arranjos cotidianos que lhes permitiam vencer os obstáculos e a dominação dentro de suas próprias percepções do viver o tempo e o cotidiano da fábrica, pois como afirma Foucault (1979), “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. (FOUCAULT, 1979, 241).

As lutas das mulheres fumageiras contra a opressão no trabalho, esta que fundia exploração da mão de obra com subordinação sexual, não se limitaram às formas coletivas, organizadas, políticas e sindicais, uma vez que, considera-se que "toda prática, consciente ou não, contra as formas de dominação, é tributária da luta" (COMBES, e HAICAULT, 1986, p. 39), seja a indisciplina, o desperdício, o corpo mole, a obediência dissimulada, as estratégias sutis de resistência e de poder e a solidariedade. Neste sentido, verifica-se que as fumageiras, também utilizaram seus próprios elementos de luta contra a dominação nos dois aspectos da opressão.

Afinal, há trabalhadoras/trabalhadores que se submetem a toda forma de dominação com passividade; há trabalhadoras/trabalhadores que reagem, resistem com lutas abertas e diretas; e há aquelas/aqueles que criam suas próprias formas de viver à condição de trabalhadora/trabalhador com a mesma autenticidade, pois, o que há são as várias formas de ser trabalhadora/trabalhador. (SILVA, 2001).

Trabalhar na indústria fumageira beneficiando os fumos e/ou confeccionando charutos e cigarrilhas, portanto, eram atividades que iam além do manuseio do fumo ou de atingir uma produção apenas para ganhar um salário. O trabalho nas

fábricas e demais estabelecimentos da indústria de fumo, significava para cada mulher fumageira a existência social, além do enfrentamento de situações adversas que marcaram, também, a sua experiência na conquista da vida profissional e da cidadania. Estes significados estão ainda presentes em suas vidas como se fossem a marca de um tempo - o tempo da fumageira, afinal "os homens parecem-se mais com o seu tempo que com seus pais".

5 TRABALHO INVISÍVEL: O TRABALHO EM DOMICÍLIO DAS MULHERES FUMAGEIRAS

Uma das características mais marcantes do trabalho a domicílio contemporâneo é ser uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo.

ABREU E SORJ, 1993.

A casa é ponto de partida e ponto de chegada.

TEIXEIRA, 1983.

Até o final da década de 1970, a produção historiográfica dedicada ao estudo das mulheres trabalhadoras se preocupou em visibilizar a atuação dessas mulheres no processo histórico, como sujeitos ativos, provendo o sustento da família a partir dos espaços públicos do universo fabril.⁸⁶ Somente a partir da década de 1980, é que foram surgindo novas contribuições enfatizando o trabalho a/em domicílio como uma modalidade da força de trabalho, suas características culturais e regionais, bem como, destacando

⁸⁶ Grande parte desses estudos está voltada, em particular, para a presença das mulheres na indústria têxtil, como, por exemplo, os trabalhos de Eva Blay, 1978; Maria Valéria Pena, 1980; Bárbara Weinstein, 1995, dentre outras. Já para a década de 1990, há um crescente número de trabalhos que torna visível a presença das mulheres em distintos segmentos do mercado de trabalho. Vê Dossiê de Gênero in Cad. Pagu no.17-18, 2002.

questões relacionadas ao lugar que, culturalmente, homens e mulheres ocupavam e ainda ocupam nas relações de trabalho, como espaço gendrado.

São trabalhos que contribuíram significativamente para uma nova concepção de história, a partir da introdução de novos temas, de um novo olhar sobre velhos temas e de novas possibilidades metodológicas. Amparados, de um lado pelas teorias feministas, resultantes da heterogeneidade dos seus movimentos, e, de outro pela história social, alargaram o universo do historiador, abrindo as possibilidades para perceber a distinção das experiências dos sujeitos em seu cotidiano.

Por outro lado, é preciso ressaltar que o campo da Sociologia também trouxe importantes olhares sobre as diversas formas de subcontratação do trabalho das mulheres e das mulheres no trabalho, inclusive o trabalho a/em domicílio, no decorrer desse período.

Seguindo essa trajetória, portanto, que os estudos sobre trabalho a/em domicílio no Brasil tomaram fôlego, sempre acompanhando a evolução do processo de reestruturação da economia seguido da imediata precarização do trabalho, e adentraram a década de 1990 com maior intensidade, percebendo as variações das relações que envolvem tanto a subcontratação quanto o trabalho em domicílio realizado por mulheres. A partir de então, muitos trabalhos foram publicados e com eles foram surgindo novas concepções sobre o trabalho em domicílio, acompanhando as transformações que iam ocorrendo no campo das relações econômicas e, conseqüente, das relações de trabalho, sempre guiadas pelas modalidades que o capital, em escala global, vinha e vem orientando.

Os maiores esforços da maioria destes estudos estavam direcionados em analisar setores industriais como confecção e calçados. Entre eles destacam-se autores como a dupla Abreu e Bila Sorj e Roberto Ruas, principalmente, em seus trabalhos inclusos na coletânea “O Trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil”, de 1993.

Abreu e Sorj (1993) estudaram as costureiras a domicílio na indústria de confecção no Rio de Janeiro, inicialmente descrevendo uma cadeia de funções e relações distintas, cujo último elo era a trabalhadora a domicílio, esta que trabalhava na sua própria casa para as empresas de confecção. Era um contexto de crescente flexibilização do processo produtivo e de um

mercado que flutuava com as altas e baixas, tanto da demanda dos produtos como das crises financeiras, sendo o trabalho a domicílio utilizado pelas empresas para atender as necessidades dessa flutuação – restringir custos, manter os exíguos prazos de entrega ou, ao contrário, reduzir a produção em momentos de forte queda da demanda. Estas autoras mostraram a vulnerabilidade das costureiras trabalhando a domicílio, que, para garantir a continuidade do trabalho e uma remuneração satisfatória, se submetiam a um intenso ritmo de trabalho, pois, do contrário, não podiam manter o nível de produtividade e a pontualidade da entrega, exigidos pelas empresas contratantes.

Segundo Abreu e Sorj, a composição da força de trabalho por gênero no ramo da confecção era, majoritariamente, formada por mulheres e invisível diante dos órgãos e das estatísticas oficiais.⁸⁷ Estas autoras destacam que a divisão por sexo entre os gêneros na esfera familiar desempenhou papel fundamental na gestão do trabalho a domicílio, no contexto da indústria da confecção no Rio de Janeiro. (ABREU e SORJ. 1993).

Roberto Ruas (1993), por sua vez, realizou um estudo sobre trabalho a domicílio na indústria de calçados na região Sul. Ruas percebe a diferença entre o trabalho a domicílio no Brasil, na indústria calçadista, e o modelo japonês, cuja relação entre a empresa que contrata e a contratada se estabelece de forma estável, sendo que, a primeira oferece maior grau de segurança à segunda. O autor, também, segue fazendo comparações entre a produção estrangeira de calçados (italiana e espanhola) e a brasileira, avaliando as condições do emprego da mão de obra nos diversos espaços, chegando à conclusão que no Brasil as relações de subcontratação aparecem, em geral, em estágios menos desenvolvidos. As empresas calçadistas, segundo Ruas, recorrem: à exploração do trabalho direto, mediante o emprego intensivo de mão de obra pouco qualificada e de baixo custo; ao recurso da subcontratação do trabalho, dentre outros elementos que favorecem maior

⁸⁷ Da mesma forma, Araújo e Amorim (2002) continuam abordando a questão: “A exploração das costureiras domiciliares se concretiza sob o respaldo da invisibilidade: elas não constam dos registros oficiais das empresas, nem das estatísticas industriais ou governamentais. Na medida em que exercem suas atividades produtivas no espaço não-fábril e em que se estabelece um “distanciamento” entre a empresa contratante e o processo de produção, estas se eximem - e julgam que o fazem de forma legítima - da responsabilidade sobre o que possa ocorrer neste espaço produtivo e às trabalhadoras envolvidas. (ARAÚJO e AMORIM, 2002, p.12).

produtividade e aumento dos lucros com menos despesas e responsabilidades sobre a produção.

Este autor classificou o trabalho subcontratado no setor calçadista do Sul em algumas modalidades de produção, como: o Trabalho a Domicílio Distribuído – TDD e o Trabalho a Domicílio nos diferentes tipos de Ateliês. O TDD é feito diretamente nas residências, cujas tarefas compreendem as operações manuais com remuneração é reduzida. O trabalho é realizado por mulheres, crianças e idosos, que representam categorias de força de trabalho que estão provisória ou definitivamente fora do mercado de trabalho; e a segunda modalidade trata-se de um espaço vinculado a uma residência e adaptado para realizar a produção, podendo ser ou não micro ou pequena empresa, com pequenas diferenças na forma da produção e na relação com a empresa contratante, contudo o emprego da mão de obra em nada difere da modalidade anterior, mantendo-se precário em todos os sentidos. (RUAS, 1993).

No caso do trabalho em das trabalhadoras fumageiras, faz-se necessário entender que se trata de um outro contexto e que, desde a implantação da indústria fumageira, tanto as empresas quanto as próprias mulheres recorreriam ao trabalho a/em domicílio, ora como trabalho marginal, ora como trabalho legal, prevalecendo a primeira opção para esta análise pois foi a modalidade que mais se destacou em meio à população da região. Independente da modalidade, o trabalho em domicílio das fumageiras se caracterizou por ser uma atividade realizada no âmbito da precariedade, com baixo valor de remuneração e sem qualquer proteção legal.

Desta forma, ao analisar o trabalho das mulheres fumageiras nas fábricas de charutos do Recôncavo Baiano, na primeira metade do século XX, requereu uma visão, também, do seu entorno, principalmente perceber aquelas mulheres que não tiveram acesso ao trabalho formal nos estabelecimentos fabris, mas que executavam as mesmas tarefas no seu domicílio. Fez-se necessário, portanto, compreender a dinâmica do cotidiano das mulheres fumageiras envolvidas com o trabalho organizado no próprio domicílio, considerando os processos econômicos e sociais que lhes impulsionavam e, prioritariamente, as relações de gênero aí imbricadas, como o resultado das

representações sociais de seu sexo que perpassavam as relações sociais de gênero naquele tempo e espaço⁸⁸.

O contexto da indústria fumageira do Recôncavo reunia uma diversidade de atividades laborais em torno do fumo, que ia do campo à cidade, da casa à fábrica e vice-versa, bem como da legalidade à clandestinidade e/ou informalidade, dando margem à proliferação de uma mão de obra marginal, caracterizada pelo caráter feminino construído em torno da maioria das atividades fumageiras. Pois, em todas as situações as mulheres protagonizavam não apenas em número, mas, principalmente, pela determinação sociocultural da feminização desse lugar – o das atividades manuais e delicadas, estas que eram necessárias para o tratamento dos fumos e confecção dos charutos e cigarrilhas.

A fábrica e a casa que, desde a Modernidade, foram constituídos como espaços distintos por “natureza”, no cenário da indústria fumageira, então, representavam uma outra polarização também visível, pois, em se tratando de espaços de trabalho a fábrica⁸⁹ estava associada à idéia de legalidade e formalidade, enquanto a casa, ao contrário, estava explicitamente associada à idéia de ilegalidade e ao lugar da clandestinidade. Assim, escolher os fumos e confeccionar os charutos na própria casa, fora do ritmo sistemático da fábrica, sem a proteção de uma legislação tanto no tocante aos direitos trabalhistas quanto à regulação de preços dos charutos no mercado clandestino, constituíram-se num trabalho invisível.

A casa e a fábrica no Recôncavo se aproximavam pela presença dos fumos e seus produtos, pelo próprio cheiro forte dos fumos, por serem espaços transitados e apropriados pela população de trabalhadoras/es fumageiras(os), que ora trabalhava nas fábricas, ora no próprio domicílio, quando não concomitantemente. Mas, para efeito da análise histórica, na perspectiva das relações sociais de gênero, esses espaços serão virtualmente separados e o trabalho produtivo realizado no interior das casas das fumageiras será doravante denominado de “Trabalho em domicílio”.

⁸⁸ Contudo, no âmbito desta exposição é certo que prevalece alguns elementos em detrimento de outros.

⁸⁹ O termo fábrica aqui se refere ao estabelecimento fabril pertencente ao conglomerado industrial fumageiro do Recôncavo Baiano.

No Recôncavo Baiano, o trabalho em domicílio realizado pelas mulheres fumageiras consistia no trato geral do tabaco à confecção de charutos e cigarrilhas, configurando uma rede marginal de mão de obra feminina⁹⁰, no que se refere aos armazéns de fumos e as fábricas de charutos ali instalados. As mulheres fumageiras desenvolviam diversas atividades relacionadas ao fumo. A começar pelo processo de secagem das folhas de fumo, quando estas eram amarradas em molhos e dependuradas nos telhados das próprias casas; a confecção de “bonecas” ou “manocas”⁹¹ para o enfardamento; depois, quando os fumos já estavam nos armazéns, geralmente voltavam às residências, na modalidade de “trouxas de enrola” para serem escolhidos pelas mulheres e demais membros de suas famílias; e, por último, a fabricação domiciliar de charutos. Esta última era uma atividade realizada, predominantemente, por mulheres mais experientes na lida do trabalho fumageiro.

O trabalho domiciliar é conhecido como aquele realizado no domicílio da/do trabalhadora/trabalhador, por encomenda de uma empresa que estipula uma tarefa a ser cumprida num determinado período, seja por dia ou por semana, determinando também o valor da produção. Embora, no caso das fumageiras não foi encontrado qualquer registro que indicasse que em todos os casos de trabalho domiciliar fosse por encomenda das empresas. Ao contrário, ao longo do tempo, registrou-se a crescente iniciativa das próprias mulheres fumageiras em produzir por conta própria como forma de inserção na produção comercial, uma vez que seu objetivo era comercializar no mercado informal para obter alguma forma de ganho financeiro, especialmente em se tratando daquelas mulheres que se especializavam em fazer charutos.

Deve-se observar, no entanto, que esta iniciativa das mulheres não foi uma questão de liberdade de escolha, mas esteve associada a um contexto socioeconômico específico que figurou no interior do sistema capitalista, nos

⁹⁰ Não se trata da naturalização da mão de obra, mas de uma mão de obra feminilizada.

⁹¹ As “Bonecas” ou “manocas” eram molhos pequenos de folhas fumos (entre 8 a 10), selecionadas por tamanho e enroladas na cabeceira por outra folha de fumo, cuja ponta passava no meio do molho para assegurar que não se soltaria como se fosse um nó; com a cabeça das folhas de fumo juntas e presas e o corpo das folhas solto formava-se a boneca ou manoca de fumo.

processos de crises e reestruturação da economia⁹², ocasionando o surgimento ou o aumento significativo das atividades não assalariadas, circunscritas na categoria “por conta própria”,⁹³ a exemplo de outras regiões da América Latina, como o México. (OLIVEIRA E ARIZA, 1997, p. 183).

A produção em domicílio constituiu-se numa categoria ou modalidade de atividade produtiva que, até então, fugia aos modelos convencionais de organização do trabalho nas sociedades modernas. No Recôncavo fumageiro, tratou-se de uma atividade produtiva realizada, tanto “por conta própria” das fumageiras, quanto nos moldes da subcontratação mediante encomenda e remuneração pelas empresas instaladas na região. Ambos os casos sem vínculo empregatício. Também, observa-se o caráter de complementaridade subordinada, imposta tanto pela divisão dos espaços – industriais e domésticos –, quanto pela divisão de tarefas embutida num sistema de valor hierárquico que se caracteriza como inferior por ser realizada por mulheres no espaço doméstico, acentuando as desigualdades de direitos e as contradições das relações de gênero. (SOHIET, 2001, p. 12).

É preciso ressaltar, no entanto, que a subcontratação sob a forma de trabalho domiciliar, não é um fenômeno recente ou específico da região do Recôncavo Baiano, apenas. Braverman (1987), afirma que este sistema surgiu nas primeiras fases do capitalismo industrial:

Na tecelagem, fabricação de roupas, objetos de metal (pregos e cutelaria), relojoaria, chapéus, indústria de lã e couro. No caso, o capitalista distribuía os materiais na base da empreitada aos trabalhadores, para manufatura em suas casas, por meio de subcontratadores e agentes em comissão. (BRAVERMAN, 1987, pp. 62-63).

Segundo Abreu e Sorj (1993), “o trabalho industrial a domicílio tem suas raízes nos séculos XVI e XVII na Europa, com a emergência da

⁹² Para a discussão do trabalho a domicilio realizado pelas fumageiras no Recôncavo Baiano, não se faz necessário adentrar na análise do contexto econômico brasileiro que regulamentou o trabalho nas décadas posteriores. A aceleração do processo de reestruturação produtiva típica do contexto de crise e globalização da economia da década de 1990, por exemplo, também vem intensificando o uso de distintas formas de subcontratação bem como de trabalho a domicílio, porém, trata-se de outro cenário e de outra complexidade distintos do espaço, conjuntura e sujeitos em análise.

⁹³ Para entender a expressão “por conta própria”, toma-se o texto de Oliveira e Ariza (1997, p. 189) que afirmam que, las actividades por cuenta própria son vistas em general como uma forma de trabajo más precário que le trabajo asalariado. Debido a la própria naturaleza de su actividade, el trabajador por cuenta própria no tiene contrato laboral, carece de prestaciones laborales e no recibe sueldo fijo.

economia doméstica, quando vida familiar e trabalho estavam intimamente interligados”. (ABREU E SORJ, 1993, p.11). Com o advento da Revolução Industrial, o trabalho em/a domicílio, seja ele por conta própria ou pelas vias da subcontratação, toma forma e caráter específicos em cada país e nas respectivas regiões, conforme os contextos sociais, econômicos e culturais.

No Brasil, pelo menos desde o Censo de 1872, as mulheres já constituíam a maioria absoluta da mão empregada, mas ao longo das décadas seguintes esse número vai se reduzindo, conduzindo as mulheres ao cuidado com a prole e com o mundo doméstico. (PENA, 1980). Entretanto, ao analisar as informações do Censo de 1940, esta autora afirma que:

As mulheres da classe trabalhadora, mesmo em casa (...) constituíam a principal força de trabalho utilizada na indústria domiciliar. Esse parecia ser o caminho através do qual tanto a família, quanto o empresariado e o Estado esperavam ver conciliada a dupla condição feminina de trabalhadora e dona de casa: nenhuma garantia trabalhista, dupla jornada de trabalho, ambas sem limites distintos (...). Empregadas na indústria doméstica, as mulheres não apenas estavam integradas à produção na condição de exército industrial de reserva como ainda eram, vergonhosamente exploradas. (PENA, 1980, p. 134).

Fora do cenário industrial, Teixeira (1983) percorre um longo período histórico, desde o século XIX, a procura de fontes sobre as “trabalhadoras externas”, do ramo de confecção e, somente, encontra registros a partir de 1917, no Rio de Janeiro, pois, segundo esta autora:

A falta de registro histórico das externas deve-se a seu total isolamento, quando nem eram absorvidas de forma sistemática pelas indústrias, nem tampouco referidas como participantes dos movimentos políticos do passado: o trabalho fabril a domicílio mantinha-se externo e alheio à documentação empresarial, e a operária externa da fábrica, marginalizada da organização política sindical. (TEIXEIRA, 1983, p. 118).

O trabalho em domicílio do Recôncavo Baiano percorreu um longo período que abarca desde a implantação das primeiras fábricas de confecção de charutos, no início do século XX,⁹⁴ até o período que se estende entre as

⁹⁴ A primeira fábrica de charutos do Recôncavo foi fundada em 1905, pela empresa Suerdieck, em Maragojipe e, em 1908, com a crescente demanda da produção de charutos, começa a distribuição dos fumos nos domicílios para realização do trabalho de

décadas de 50 a 80, quando desencadearam a crise e falência da indústria fumageira na região, constituindo um processo contraditório, pois é, exatamente, neste último período que a atividade fumageira no domicílio cresce vertiginosamente e ganha expressão.

No início, o trabalho em domicílio se justificava por ser a indústria fumageira ainda incipiente, funcionando em pequenos espaços e com mão de obra reduzida para atender a crescente exigência do mercado interno e externo de derivados do tabaco, principalmente os charutos, cujas marcas foram criadas concomitantemente ao processo de instalação e crescimento da indústria. Assim, já em 1908, a fábrica de charutos Suerdieck, recém-fundada em Maragojipe, começou a fazer a distribuição de grande parte do trabalho “em casas particulares onde era executado”. (SUERDIECK S/A – CHARUTOS E CIGARRILHAS, 1955).

Em 1947, a C. Pimentel & Cia. Ltda., localizada em Muritiba, registrou Estefânia Julião Santos, nascida em 1890, como charuteira a domicílio. (FAMAM/CEDOC, 1906 a 1998. 2008). No entanto, até esta década não havia nos registros oficiais do Estado qualquer menção à essa modalidade de trabalho por ser considerada como “restritos, a pequeno número de indústrias, os trabalhadores em domicílio que executam serviços não dependentes das instalações próprias de estabelecimento industrial”, conforme publicação do IBGE em 1948. (IBGE, Sinopse do Censo Industrial e de Serviços. RJ.: 1948, p. 9). Porém, o que é provável é que o Estado no pós-1930 ao interferir na regulamentação das relações entre o capital e o trabalho não destruiu esta estrutura paralela, ao contrário, “fechou os olhos” e permitiu a manipulação política da legislação pelo capital que mantinha fora dos benefícios da legislação grande parte da força de trabalho regional.

Até que viessem a fazer parte dos registros oficiais da indústria fumageira, as trabalhadoras em domicílio estiveram separadas do conjunto dos demais trabalhadores e, em particular, das trabalhadoras fumageiras, ou seja, da própria categoria de classe – no que tange ao operariado fumageiro –, já que representavam uma força de trabalho sem referência no que diz

beneficiar (ou preparar os fumos) e confeccionar os charutos mais simples. SUERDIECK S/A – CHARUTOS E CIGARRILHAS, 1955.

respeito a qualquer tipo de associação de classe. Embora, Teixeira (1983) observe as duas faces dessa questão:

Como um dos suportes da reprodução do capital, permanecerá o trabalho fabril a domicílio como alternativa de ocupação de parcela da força de trabalho: uma faceta das relações de produção que escamoteia a subutilização da força de trabalho pelo capital que, ao mesmo tempo, é o reverso do trabalhador, em suas múltiplas estratégias de sobrevivência e reprodução de sua própria vida e de sua família. (TEIXEIRA, 1983, p. 119).

No segundo momento, a crise e a conseqüente falência da indústria fumageira, foi gerando uma massa ociosa de trabalhadoras(es) que, fora dos estabelecimentos fabris não teve outra alternativa e dedicou-se ao trabalho em domicílio, fosse ele fruto de uma relação de informalidade com as empresas que ainda mantinham-se na ativa ou por conta própria confeccionando charutos e fornecendo ao mercado informal. A documentação da fábrica C. Pimentel – Fichas de Registro de Empregado – já registra, nesse contexto, um número de charuteiras a domicílio maior que o número de charuteiras que trabalhava diretamente na fábrica, conforme o quadro a seguir:

TABELA 11 – Registro das Funções da Fábrica C. Pimentel em Muritiba - BA

1960		1970	
FUNÇÃO	QUANT	FUNÇÃO	QUANT
Abrir Fumos	18	Abrir Fumos (Capa)	04
Aneladeira	06	Aneladeira	09
Aux. Escritório	01	Aux. Escritório	02
Catadeira Fumos	03	Encaixadora	11
Charuteira	96	Charuteira	69
Ch. a Domicílio	121	Ch. a Domicílio	95
Destaladeira	35	Enroladeira	20
Enroladeira	05	Frisadora	05
Frisadora	03	Manocadeira	187
Manocadeira	399	Passadeira	02
Servente	04	-	-
FNI	13	FNI	02
TOTAL	704	TOTAL	406

FONTE: FAMAM. Fichas de Registro de Empregado, (1906 a 1998). 2008.

Neste percurso, observa-se que no Brasil, a partir da década de 1920 até os dias atuais, o trabalho a/em domicílio vem se moldando, conforme as políticas econômicas e interesses de alguns setores específicos da indústria,

porém, quanto a sua composição sexual, mantêm-se majoritariamente feminino. Aliás, Abreu e Sorj confirmam que “uma das características mais marcantes do trabalho a domicílio contemporâneo é ser uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo”. (ABREU E SORJ, 1993, p. 13).

Contudo, é importante ressaltar que o trabalho em domicílio se configura diferentemente conforme o espaço e o tempo em que o mesmo se localiza, apenas mantendo algumas características comuns. Apesar de a literatura confirmar que em muitos países industrializados o trabalho a/em domicílio se concentrou e ainda se concentra nas grandes cidades, no caso em estudo, trata-se de uma região de cultura agrária e de um aglomerado de pequenas cidades e lugarejos, distante da dinâmica capitalista das grandes cidades, naquele período.

5.1 TRABALHO EM DOMICÍLIO: OUTRA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES FUMAGEIRAS

Inicialmente, o trabalho a domicilio no Recôncavo fumageiro surgiu por força das circunstâncias econômicas da população local que, sem alternativas de trabalho, encontrou no cenário industrial as possibilidades de desenvolver mecanismos de sobrevivência. Mas, quando percebido pelos industriais, passou a ser explorado, embora sem o caráter da subcontratação, mas utilizando o artifício de que se tratava de uma iniciativa da população, já que se aplicaria bem o termo do trabalho “por conta própria”.

Segundo Blay (1978), a partir da década de 1950 começa a ocorrer um processo de declínio da incorporação das mulheres no setor de atividades industriais no Brasil, chegando em 1970 com apenas 10,5% das mulheres integradas. Daí, então, é que a partir dos anos 60, o trabalho a domicílio aparecia como possível “reservatório inexplorado de flexibilidade” (BLAY, 1978, p. 141), motivando a desregulamentação da jornada de trabalho, para as unidades produtivas de algumas indústrias tradicionais, a exemplo das indústrias de tabaco. (ABREU e SORJ, 1993, p. 19).

Por outro lado, o contexto socioeconômico da região fumageira marcava acentuadamente aquelas trabalhadoras, pois, segundo Guimarães (1979), “não são apenas as necessidades do mercado que conduzem as mulheres ao trabalho, mas, principalmente, é a deterioração das condições de vida, que as conduz, ou melhor, torna-as disponíveis”. (GUIMARÃES, 1979, p.19).

A população, envolvida com a lida diária do fumo, apresentava uma pobreza bastante acentuada, que "não resta dúvida que é aqui, entre as subáreas do Recôncavo, que o atraso e a pobreza são mais visíveis e mais chocantes",⁹⁵ revelando um modo de vida característico da região do fumo, que se estendia do campo aos centros urbanos e suas periferias, acompanhando o trajeto do fumo aos armazéns, fábricas de charutos e às residências onde o trabalho de manipulação do fumo era rotina.

É neste cenário que se desenrolou o quadro de mão de obra em domicílio, seja beneficiando os diversos tipos de fumo, seja fazendo charutos por conta própria para comercializar no mercado clandestino. Assim, a indústria de charutos do Recôncavo não se restringia apenas às fábricas, ocupava também diversos espaços e invadia a maioria das residências da população de baixa renda, completando o quadro do complexo industrial do charuto. Em 1931, por época da Reforma Tributária do Estado, representantes desta indústria, ao reivindicar direitos de exportação iguais aos dados a outros produtos, chegaram a afirmar que:

O charuto, cuja indústria penetra nos logarejos mais modestos, que dá a viver a milhares de pessoas, mocinhas e velhos, esta indústria se sobrecarrega de uma maneira extraordinária e como única indústria do Estado. (RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, 1932, pp. 17-21).

Paralelamente aos armazéns de fumos, embora ligada diretamente aos mesmos, se desenrolava parte da mão de obra marginalizada constituída de mulheres. Estas, por não participarem formalmente do mercado de trabalho, executavam em suas próprias casas a escolha e “destalação” do fumo.⁹⁶ Era

95 Segundo CASTRO, os "lavradores" de fumo eram "geralmente analfabetos e pobres". CASTRO, 1941, p. 104.

96 O termo “destalação” refere-se ao trabalho realizado com o fumo específico da “trouxa de enrola”: era o trabalho de tirar os talos do fumo, pois este iria se transformar em “torcida” – miolo de charutos. ASEVEDO, 1975, 1975, p. 10-12.

este trabalho denominado “trouxa de enrola”, por ser o fumo transportado dos armazéns para as residências em trouxas de panos de aniagem (juta) na cabeça de mulheres e crianças que, juntamente com as charuteiras no seu trajeto de vai e vem, iam formando o cenário urbano e social da zona fumageira.⁹⁷

Dispostos nos bares, nas mercearias, como também nas janelas das casas, o charuto era parte da paisagem de cada cidade, vila ou lugarejo. Os charutos feitos nas residências das charuteiras eram conhecidos como “charutos de balaio” ou “charutos de regalia”, pela qualidade inferior dos fumos utilizados e pela falta de aprimoramento no seu acabamento, o que comprometia a qualidade do produto e estabelecia diferenças em relação aos charutos das fábricas.

Mesmo assim, a produção em domicílio de charutos era volumosa e comercializada nas próprias residências, já contando com compradores fixos e viajantes que, sem pagar impostos ou outras despesas fiscais, movimentavam grandes somas, comercializando esses charutos no sul do estado e do país. A produção de charutos em domicílio chegou a representar 5% da produção nacional. (CÉSAR, 2000, p. 06). Registrando-se, também, casos em que a produção em domicílio pertencia a uma fábrica, que sem nenhum compromisso trabalhista, fornecia o fumo para a charuteira, pagando-lhe apenas pela mão de obra da confecção dos charutos, o que caracterizava o sistema de subcontratação que, conforme Braverman (1987), “o capitalista distribuía os materiais na base da empreitada aos trabalhadores, para manufatura em suas casas, por meio de subcontratadores e agentes em comissão”. (BRAVERMAN, 1987, p. 63). Retornando para as fábricas, esta produção somava-se à produção das marcas populares também ali confeccionadas.

A produção de charutos em domicílio não foi uniforme, se desencadeou também na modalidade de “fabricos”. A modalidade convencional acontecia na residência onde trabalhavam as mulheres pertencentes à mesma família. Porém, o “fabrico”, apesar de ser instalado numa residência, onde as mulheres da mesma família também trabalhavam, reuniam-se ali outras mulheres, com

⁹⁷ Descrição sobre o cenário das trouxas de fumos retiradas dos armazéns (Benedita Rodrigues da Silva, 85 anos, 2008).

ou sem vínculo de parentesco, ligadas apenas pelo interesse no trabalho de confeccionar charutos. Estas mulheres eram organizadas sob o comando de uma outra mulher,⁹⁸ geralmente a dona da casa, responsável pelo investimento e pela produção, não havendo laços empregatícios ou qualquer possibilidade de cumprimento com a legislação trabalhista da época. Conforme Sr. Sebastião:

Fabrico era uma casa de fazer charutos, mas não era fábrica, era um fabrico como o de Iaiá de Maninho, uma casa aonde 12 ou 15 pessoas iam conforme quisesse, mas não era fábrica.⁹⁹

A produção de charutos em domicílio, seja em cada unidade familiar, seja na modalidade de fabrico, apesar de não possuir a estrutura de montagem nem a organização da fábrica propriamente dita, era responsável por uma quantidade de charutos que atendia em larga escala ao comércio informal e às encomendas das fábricas, aquelas que se interessavam por esta produção, ocupando mulheres e mocinhas que formavam uma rede de mão de obra marginal.

Ao se sentirem ameaçadas com a concorrência do comércio “clandestino”, a Suerdieck e a C. Pimentel foram algumas das empresas que passaram a adquirir os charutos “de balaio” diretamente da fonte, cortando a ação contrabandista na região. (IBGE, 1958, Vol. XX, pp. 95-105; CÉSAR, 2000). Estas empresas não selaram nenhum compromisso de cunho legal com as charuteiras em domicílio – sejam aquelas que faziam em suas próprias casas ou as donas de fabricos – ou com os repassadores dos charutos quando o negócio era realizado através destes.

Ao contrário, estas empresas repassavam para as trabalhadoras os custos e os riscos da produção, ainda adquiriam os charutos a preços baixos, inclusive, eram as próprias empresas que determinavam os preços, além do baixo custo operacional da produção, uma vez que a mão de obra era realizada no próprio domicílio e avaliada por produção¹⁰⁰ e sem vínculos empregatícios com as empresas. A aproximação das empresas com os espaços domiciliares

⁹⁸ Uma espécie de subcontratadora, semelhante à situação descrita por BRAVERMAN, 1987, p. 63.

⁹⁹ SANTOS, Sebastião, 105 anos, ao ser entrevistado pôs-se a rememorar sua trajetória de vida destacando aspectos ligados ao trabalho e as relações sociais que tecia ao circular na região; fala de sua esposa, D. Rosa, charuteira de fábricas, bem como, a domicílio e de sua experiência enquanto trabalhador da fábrica Costa & Penna.

¹⁰⁰ Não havia qualquer instrumento de fiscalização e controle da produção estipulada pelas empresas às trabalhadoras, pois, em não sendo registradas legalmente nas empresas, também, não eram nos sindicatos ou em nenhuma outra associação de classe ou mesmo por parte do Estado não havia qualquer controle.

de produção “clandestina” de charutos acenou para as mulheres fumageiras a possibilidade de inserção de forma legal na produção industrial, mas que não se realizou de fato, permanecendo, dentre outros prejuízos, o não acesso aos benefícios sociais e a sofrida luta pela ascensão social e econômica.

Ainda, observou-se que não havia nenhum tipo de cadastro desse pessoal pelas empresas. Exceto o registro das trabalhadoras na categoria “a domicílio”. As empresas fumageiras, ao contrário das empresas de confecção de roupas no sudeste do país (TEIXEIRA, 1983, p. 120), não possuía um cadastro-reserva do contingente geral das trabalhadoras a/em domicílio da região, mesmo que fosse como um mecanismo de controle dessa reserva de mão de obra. A situação da indústria fumageira do Recôncavo Baiano parecia mais confortável nesse aspecto, pois, figurava sozinha na região podendo acionar o exército de mão de obra disponível a qualquer momento de acordo com as suas necessidades.

A partir da experiência de D. Joana Silva ou Joana Preta como era conhecida na região, como dona de fabrico, é possível perceber como se estabeleciam as relações entre a fábrica de charutos e as trabalhadoras em domicílio, principalmente, as proprietárias de fabricos da região. Ao observar o potencial do fabrico de D. Joana, que, por muitos anos – aproximadamente desde a década de 1940 – fornecia charutos ao mercado informal, a fábrica C. Pimentel & Cia., localizada em Muritiba, efetivou um contrato com esta trabalhadora.

Do quadro de trabalhadoras do fabrico de D. Joana Silva somente ela, a proprietária, era reconhecida legalmente como operária da fábrica C. Pimentel, as demais mulheres trabalhavam por conta de D. Joana recebendo apenas pelo trabalho executado, ou seja, a "tarefa" diária ou semanal previamente estipulada.¹⁰¹

O fabrico de D. Joana Preta era famoso pelo número de mulheres que ali trabalhava e pela quantidade de charutos que produzia por semana para atender a uma clientela específica como: viajantes que transitavam entre o sertão e o Recôncavo em direção ao Porto de Cachoeira, principal acesso à

¹⁰¹ A tarefa era o volume do trabalho exigido pelos estabelecimentos industriais dentro de um prazo determinado. Quando se tratava do beneficiamento do fumo, como no caso da trouxa de enrola, a tarefa era estipulada entre 15 a 30 kg por pessoa num período de 24h, no caso da confecção de charutos, a tarefa variava entre 100 a 300/dia, conforme os tipos/marcas de charutos e as fábricas.

capital do Estado; compradores avulsos de charutos, denominados pelos fabricantes e jornalistas de "atravessadores", que vendiam seus produtos no mercado informal, geralmente, no Mercado Modelo e Porto de Salvador; e, por último, passou a vender para a Fábrica de Charutos C. Pimentel, como mencionado acima. Os pedidos de charutos desta fábrica cresceram tanto que, no dia 02 dezembro de 1967, D. Joana já com 52 anos de idade, passou a ser funcionária da fábrica, tendo em sua Carteira Profissional o registro de "charuteira em domicílio" até julho de 1968. Conforme Figura abaixo.

FIGURA 31 – Ficha de Registro de Empregado da Fábrica C. Pimentel

53

C. Pimentel & Cia. Ltda.

CARIMBO
DA
D. R. T.

REGISTRO DE EMPREGADO

Obs. Optante pela Lei 5.107 de 13-09-66
Fundo de Garantia por tempo de serviço N.º de Ordem 694

Nome do Empregado: Joanna Silva

Residência: Governador Mangabeira Telefone: _____

Idade: 52 anos - Data do nascimento: 12 / 05 / 1915 Lugar do nascimento: Governador Mangabeira

Estado civil: Casada Nacionalidade: Brasileira

FILIAÇÃO
Pai: Manoel João da Silva Nacionalidade: Brasileira
Mãe: Tretuliana Romana de Jesus Nacionalidade: Brasileira

Beneficiários: _____

<p>Côr: <u>preta</u></p> <p>Cabelos: <u>preto</u></p> <p>Barba: <u>88</u></p> <p>Bigode: _____</p> <p>Olhos: _____</p> <p>Altura: <u>1.58</u></p> <p>Pêso: <u>70 K</u></p>	 <p style="text-align: center;">12-12-67</p>
--	---

<p>N.º da Cart. Prof. <u>24474</u> Série: <u>9ª</u></p> <p>> > > de Saúde _____</p> <p>> > > do Inst. Aposentadoria _____</p> <p>Situação Militar { Cad. N. _____ Série _____</p> <p> { Categoria _____</p> <p> { Certificado _____</p> <p>Quando Motorista { Carteira de Habilitação N.º _____</p>	<p>Cart. de Trab. de menor</p> <p>N.º _____</p> <p>Série _____</p> <p>N. da Carteira de Inst. de Aposent. _____</p>	<p style="text-align: center;"><u>QUANDO ESTRANGEIRO</u></p> <p>N.º da Cart. _____ N.º do Reg. Geral _____</p> <p>Casado com brasileira? _____</p> <p>Nome do conjugue _____</p> <p>Tem filhos brasileiros? _____ Quantos? _____</p> <p>Data de chegada ao Brasil: _____</p> <p>Naturalizado _____ Decreto N.º _____</p>
---	---	--

Data da admissão ao serviço: 02-12-67 Cargo que ocupa: Charuteira Domicilio

Remuneração: Semanal

Fôlha de Pagamento: _____

Horário de trabalho: das _____ às _____ com intervalo de _____ hs. para refeição e descanso,

FONTE: FAMAM/CEDOC, 1906 a 1998. 2008.

Ao discorrer sobre sua vida de charuteira, Carmelita Oliveira de Jesus, charuteira de fabrico, prendeu-se às lembranças do trabalho de fazer charutos no fabrico de D. Joana Preta que funcionava como uma espécie de extensão da fábrica C. Pimentel, de onde vinha o material. Conforme Carmelita:

O material de lá, o rapaz trazia de lá [C. Pimentel], agora o nome do rapaz eu não sei e ele trazia para D. Joana. Ela chamava a gente aí para fazer charuto lá na casa dela, trabalhava eu, trabalhava a mãe de Iaiá, Polinha, já morreu também. Esse povo tudo fazia charuto para D. Joana, muitas, muitas pessoas fazia charuto pra D. Joana. Depois, passava pra fábrica, vinha o rapaz buscar naqueles caçar grande, arrumava tudo e levava. (JESUS, Carmelita Oliveira de. 64 anos de idade).

Apesar de D. Joana Silva ser subordinada à fábrica a que se encontrava registrada, mas em seu fabrico figurava como chefe, estabelecendo uma relação de poder com as mulheres que “empregava”, além de ocupar uma posição econômica mais elevada que, propriamente, alguns homens da Vila. Na produção em domicílio, no caso dos fabricos, D. Joana era uma das representantes da teia do poder que se movia nas relações socioeconômicas do contexto fumageiro do Recôncavo.

Assim, o trabalho em domicílio formava uma rede marginal de produção de charutos que mantinha o comércio informal, este que representava o grave problema da concorrência para as fábricas, desfalque aos cofres públicos e a espoliação das charuteiras, pois a prática de fazer charutos e comercializar de forma “clandestina” era de amplo alcance e comum na região.

O jornal *Correio de São Félix* publicou vários artigos e notas advertindo para os prejuízos que a produção “clandestina” causava ao comércio formal de charutos. Somente o redator Oldemar Santos escreveu cinco artigos entre 08/10/1944 e 05/11/1944, sobre alguns desses problemas que afetavam a indústria de fumos e charutos no Recôncavo. O quinto artigo ressalta:

Um dos maiores inimigos do fabricante legalizado é a concorrência subterrânea exercida por fabricante que vivem e proliferam à margem de todas as exigências legais. Eles imitam as marcas, não pagam impostos, desrespeitam o salário mínimo, ocultam-se das exigências trabalhistas e dentro do próprio Estado roubam um mercado importantíssimo aos fabricantes que são onerados com enormes despesas. (ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX: *Correio de São Félix*, 05/11/1944).

A fabricação em domicílio, porém, vista pela ótica da realidade social e econômica da região, sabendo-se que o número de vagas oferecido pelas fábricas era limitado, significou uma alternativa de trabalho: o de "ganhar a vida", no amplo sentido das necessidades e socialização da população que se encontrava na periferia da legalidade fabril ou das oportunidades de emprego.

Na Vila de Cabeças, onde grande parte das mulheres fumageiras se dedicava ao trabalho em domicílio, funcionaram vários fabricos, dentre os quais, foram citados o fabrico de Miluzinha de Pequeno, de Joana Silva, de Malaquias Ferreira, de Licinha de Machado, de D. Tidinha de Domingos, de Loura de Maurílio, de D. Zizi de Alberto e o de Iaiá de Maninho. (SILVA, Benedita, 2000). Não foram localizadas, além da fonte oral, outras formas de registro desses estabelecimentos, apenas, na Sinopse do Censo Industrial do IBGE, na década de 1940, consta que:

(...) não foram recenseadas as atividades exercidas individualmente, embora com intuito lucrativo, que não tinham registro como firma ou razão social. Por esse motivo, não se incluem nos resultados do Censo Industrial os das atividades exercidas nessas condições por pessoas isoladas, geralmente de caráter regional no País, tais como a caça, a extração de alguns produtos de plantas úteis encontradas em estado nativo, a fabricação, em domicílio, de doces, rendas e bordados, rêdes e outros artefatos. (BRASIL/IBGE. Sinopse do Censo Industrial. RJ.: 1948, p. 8)

Incluindo-se aí o beneficiamento de fumos e a confecção de charutos na região em estudo. O Trabalho em domicílio, principalmente, os fabricos de charutos funcionavam como uma espécie de mini-fábrica, cuja mão de obra

era predominantemente formada por mulheres, responsável por uma razoável produção de charutos, do tipo popular, para atender a demanda do comércio informal e, em alguns casos, também, pedidos das fábricas que negociavam com este produto.

O fabrico de Iaiá de Maninho foi o mais citado entre as charuteiras entrevistadas, por ter sido o que funcionou por mais tempo e pelo número de charuteiras que abarcou, chegando há 30 mulheres, denotando um grau de importância mais elevado que os outros, para as charuteiras da Vila. D. Iaiá (Maria das Neves Fonseca Passos) era esposa do coronel da Guarda Nacional na região, Jerônimo Damasceno Passos (S. Maninho), e irmã do coronel João Altino da Fonseca, grande comerciante e exportador de fumos na Vila de Cabeças.

Diante das influências políticas e facilidades na aquisição e preços da matéria-prima, o fabrico de D. Iaiá ocupava uma posição privilegiada em relação aos demais, pois, além da produção interna, fornecia matéria-prima às mulheres que quisessem fazer os charutos em suas casas e, em seguida, comprava-lhes, diretamente a produção.

Não restam dúvidas que D. Iaiá, como proprietária de fabrico e, portanto, potencial “empregadora”, exercia grande poder diante das mulheres que lhes prestavam serviço e, por consequência, influência na comunidade. Contudo, como evidencia a foto abaixo, D. Iaiá demonstra ter sido uma pessoa simples e, apesar de ser esposa do coronel da Guarda Nacional, não recebera qualquer investidura que lhe desse *status* diferenciado, muito menos como mulher e/ou esposa, pois, no tocante a relação social de gênero ela estava para seu esposo da mesma maneira que a trabalhadora do fabrico estava para o seu marido ou amásio.

FIGURA 32 – Fotografia de S. Maninho e D. Iaiá



FONTE: Efraim Fonseca Nunes, memorialista. 2001.

O trabalho em domicílio das fumageiras funcionou, sempre, de forma ilegal, mas tornou-se uma prática comum forçada pelas necessidades econômicas e a falta de alternativa de empregos na região, tanto que, com o fechamento das fábricas, esse negócio, além de continuar atendendo ao comércio informal, passou a ser a principal atividade daquelas mulheres que ficaram desempregas. Assim confere o Jornal:

A Cia. Brasileira de Charutos Dannemann lançada na pior situação que uma outrora grande firma pode se deparar ao tempo que tem os trabalhadores atravessando faze apertada pelo desemprego em que foram lançados vai se dividindo em fabricos negócios correlatos à fabricação de charutos, beneficiamento e vendas de fumo. (ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX: *Correio de São Félix*, 05/03/1955).

A modalidade de “fabricos” sobreviveu até a década de 70, quando na antiga Vila de Cabeças (hoje município de Governador Mangabeira), a freira Adélia Senn conhecendo o potencial da região, ainda teve tempo de iniciar uma pequena fabricação de charutos na sacristia da Igreja Matriz. Embora sabendo da oposição da Igreja Católica em relação ao uso do fumo,¹⁰² não viu alternativa no sentido de organizar o grande número de mulheres ali existente cujo único ofício era o de fumageira, incluindo um significativo número de boas charuteiras e que, até então, não tinham seus direitos garantidos.

Assim, com o objetivo de legalizar o trabalho e atingir o maior número de mulheres, ao longo desta década, a freira fundou a Cooperativa Artesanal Mixta do Vale do Paraguaçu - COOVALE, localizada à Rua José Martins, na cidade de Governador Mangabeira, antiga Vila de Cabeças. Inicialmente, a

¹⁰² Sobre a proibição da Igreja Católica ao uso do fumo ver: LE REVEREND, Julio. **Historia Economica de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985, pp. 42-44.

Cooperativa funcionava em convênio com a Leitalves Agro Comercial e Industrial de Fumos S/A, sucessora da fábrica de cigarrilhas Leite & Alves, depois em convênio com C. Pimentel, sendo um empreendimento que significou, de fato, uma alternativa legal de fabricação de charutos e de emprego para as charuteiras daquela localidade. (MEMORIAL DA TALVIS, 1972-1974; MEMORIAL DAS IRMÃS DA S. CRUZ, 1974).

FIGURA 33 – Confeção de charutos na – COOVALE



FONTE: Memorial das Irmãs da Santa Cruz, 1974. Arquivo das Irmãs da Santa Cruz, Governador Mangabeira – BA.

Na fotografia acima, estão três mulheres sentadas em suas bancas de trabalho confeccionando charutos. A imagem das irmãs Eunice e Neuza Cardoso e sua prima Nilzete Rodrigues, também, desperta a curiosidade em especular a intenção da escolha destas trabalhadoras e não de outras para pousar para a fotografia. Segundo D. Benedita, charuteira da Cooperativa, além destas outras charuteiras eram, dentre muitas, suas contemporâneas

neste trabalho: Nicinha de Bastião, Dio Viúva, Florzinha, Berenice (Bereu), Bela, Tide, filha de Manoel Gonçalves e Maurina Araújo, todas “mães de família” e com idades maiores que as três da foto, permitindo, pois, arriscar a afirmação de que a escolha se deveu a serem estas charuteiras as mais jovens e ainda solteiras, portanto, com melhor aparência.

Considerando que o estado civil tinha grande influência neste aspecto, porque geralmente as mulheres solteiras trabalhavam para ajudar a família, comprar o enxoval do casamento e produtos de uso pessoal. As mulheres casadas, ao contrário, na maioria absoluta trabalhavam para sustentar a família e, por isso, restava-lhe muito pouco para o cuidado com a aparência física. Contudo, outras situações poderiam ter influenciado esta escolha, o que não se admite é que a escolha das pessoas para o registro iconográfico ou a escolha do ângulo desta fotografia tenha sido um ato ingênuo e desprezioso por parte de quem a fez.

A Vila de Cabeças formava um grande cenário fabril de charutos onde as pessoas e os lugares estavam impregnados dos elementos característicos daquela atividade, desde o cheiro ativo do fumo que se espalhava ao vento por toda a Vila, à presença do fumo em "trouxas", em "manocas", espalmados e picotados nas casas e espaços de comercialização, e, os próprios charutos que enfeitavam as janelas das casas, até no chão das ruas e nos lixeiros podiam encontrar restos de fumo e pontas de charutos que eram varridos portas a fora, sendo rara a sua ausência.

Os armazéns de fumo e as fábricas de charutos da região representaram a oportunidade de emprego e a garantia de um salário para as mulheres fumageiras. O trabalho em domicílio do beneficiamento dos fumos e da fabricação de charutos, mesmo burlando a lei e explorando em grau maior as mulheres, também, representaram alternativas de trabalho para aquelas que não tiveram acesso às fábricas legalmente registradas e que faziam parte do expurgo econômico e social na região.

O fim do trabalho em domicílio na região fumageira, na modalidade de “trouxa de enrola” e da confecção de charutos se inscreve no mesmo contexto da crise da indústria tabaqueira regional, acentuando-se, gradativamente, na segunda metade do século XX, quando começou um processo sucessivo de fechamento dos estabelecimentos e de decadência econômica na região,

culminando nos anos 90, com o desaparecimento das principais empresas pioneiras no ramo, inicialmente os armazéns de fumos, em seguida as fábricas de charutos, como a Dannemann, a C. Pimentel e a Suerdieck.¹⁰³

A partir de então, outras empresas se instalaram na região, introduzindo novas tecnologias e inseridas no sistema de precarização do trabalho, a partir de contratos temporários. O trabalho em domicílio, gradativamente foi se extinguindo, acompanhando o ritmo do desaparecimento do comércio dos produtos derivados do tabaco de fabricação artesanal, como se, ao mesmo tempo, também fossem desaparecendo os próprios consumidores.

O trabalho em domicílio realizado pelas mulheres fumageiras do Recôncavo da Bahia, no período em destaque, deve ser considerado e analisado como um modo particular de organização da produção, associada a uma organização específica do trabalho, pois se desenvolveu pelo incentivo à subcontratação ou a não contratação, esta última modalidade pareceu mais comum, como uma forma particular de trabalho. Assim, para a análise deste fenômeno, fez-se necessário distinguir o estatuto (i)legal das trabalhadoras, a sua posição econômica, a partir de um breve olhar sobre o seu contexto.

5.2 O TEMPO, O ESPAÇO E O SEXO DO TRABALHO EM DOMICÍLIO

Mesmo considerando que o trabalho em domicílio está associado ao desenvolvimento capitalista em certos setores da indústria, é de se reconhecer que também tem estreitas ligações com a história, com as tradições e com as relações sociais locais e regionais, conforme se observa:

O trabalho a domicílio é organicamente relacionado com a família e com as relações sociais nela contidas, relações de classe, de sexo, de gerações [...] O trabalho a domicílio sempre se apoiou no trabalho doméstico e na divisão sexual do trabalho tanto na esfera da produção como na da reprodução. (ABREU E SORJ, 1993, p.22).

¹⁰³ O montante das Fichas de Registros de Empregados das Fábricas Suerdieck e Pimentel, depositadas no Centro de Documentação da Faculdade Maria Milza – FAMAM, em Cruz das Almas, e a documentação da Dannemann no Arquivo Público de São Félix, permitem visualizar os momentos ascendentes e descendentes na trajetória da indústria fumageira.

O trabalho em domicílio das mulheres fumageiras localizou-se na esfera da estratégia de sobrevivência, criada e recriada no cotidiano feminino, delineando o campo da conexão entre o trabalho assalariado e as atividades domésticas, interpenetrando o público e o privado, tanto física quanto socialmente. A rua e a casa eram separadas por uma linha tênue. “A casa é ponto de partida e ponto de chegada”. (TEIXEIRA, 1983, p. 123). A casa era o espaço de trabalho, no âmbito da produção, da negociação da mão de obra e da comercialização do produto, ali as pessoas trabalhavam e transitavam na confusão das atividades laborativas, seja na lida do tabaco, do charuto e/ou na lida das atividades domésticas. Neste caso, o trabalho em domicílio é mediado por uma ampla rede de relações sociais que extravasa a unidade familiar forçando estas relações e o espaço privado a se tornarem públicos.

A discussão sobre as esferas privada/pública, presente na historiografia, geralmente considera o interior da casa, o espaço familiar, como a esfera privada, relacionada diretamente à mulher; e todo o espaço exterior a este, principalmente o mundo urbano, a rua, com suas instituições marcadas pela presença masculina, como a esfera pública, oferecendo pouca importância às classes a que essas esferas, em dados momentos e contextos, pertencem.

Essas esferas assim concebidas, como estanques e equidistantes, valem mais para a aristocracia e a burguesia situadas em períodos históricos determinados; enquanto que para as classes subalternas essas esferas sempre estiveram muito próximas e intercambiadas, num movimento circular de relações que quebra, também, a fixidez das diversas hierarquias, inclusive as de gênero. Nesta trama, tecida por questões em grande parte econômicas, onde transitavam as mulheres fumageiras, revela a “articulação fina dos poderes e dos contrapoderes”, presente na teia social. (FOUCAULT *apud* SOIHET, p. 22). As mulheres das chamadas classes populares visitavam muito mais a rua, abriam suas portas à vizinhança, trabalhavam e negociavam dentro e fora de casa, (re)fundando um comportamento específico no seu cotidiano.

As mulheres, diferentemente dos homens, executavam as atividades de produção e reprodução no mesmo espaço e tempo, sem uma delimitação que pudesse tornar compreensível concretamente os lugares do trabalho e das atividades domésticas, bem como a dimensão, considerando o início e o fim de suas jornadas diárias. Espaço e tempo eram diluídos entre as diversas atividades, não podendo se

perceber o tempo do trabalho e do não-trabalho, da atividade remunerada e não-remunerada; também, não era perceptível o tempo do trabalho e do descanso.

Assim, não se pode considerar que essas mulheres acumulavam uma dupla jornada de trabalho, tendo como referência o parâmetro da jornada masculina de trabalho, cujo tempo era dividido e delimitado com base em uma produção diária, de uma única atividade laborativa restando, ainda, um tempo real para outras atividades, seja de descanso ou para atividades que dizia respeito à vida particular. Analisando a jornada de trabalho das mulheres costureiras das fábricas de costuras de roupas no sudeste, Teixeira concluiu que se tratava da “dupla jornada simultânea de trabalho, que singularmente se torna mais complexa e multiplicadora”. (TEIXEIRA, 1983, p. 124).

Para as mulheres fumageiras que trabalhavam no próprio domicílio não se tratava de duas jornadas de trabalho, mas de uma única e longa jornada, marcada pela multiplicidade de atividades diárias, cujo tempo de duração ancorava-se entre o acordar e o dormir, sem que fosse permitido a essas mulheres um tempo próprio, livre das amarras das obrigações com o trabalho – cuja tarefa apresentava-se, ora determinada pelo contratante, ora determinada pelo próprio ritmo de suas necessidades concretas – e com as atividades domésticas, de cuidar da casa, da alimentação, de crianças e, às vezes, de idosos e doentes que habitavam o mesmo espaço. O cotidiano das fumageiras quer no próprio domicílio, quer no domicílio de outra mulher fumageira onde era organizado o fabrico, se constituía numa jornada de trabalho bem maior que a média da jornada masculina, pela superposição e complementaridade das atividades de produção e das atividades domésticas.

Trabalho e atividade domiciliar transcorriam no mesmo espaço e, ao mesmo tempo, num processo contínuo de superposição de tarefas, estendendo-se além do número de horas e dos dias determinados por lei para os trabalhadores em geral. Conforme Matos, (1993) “a problemática do tempo no trabalho domiciliar está diretamente vinculada à do espaço”. (MATOS, 1993, p. 70).

O ritmo do trabalho e o uso do tempo pelas trabalhadoras em domicílio são caracterizados na literatura como autônomos. Há de se considerar, entretanto, que além da fatigante e rotineira jornada das atividades domésticas, havia a exigência de uma produção diária a ser cumprida pelas trabalhadoras, seja ela imposta pelo contratante, seja pelas necessidades materiais das próprias trabalhadoras, uma vez

que, para o último caso, já havia um acordo verbal selado entre elas e os comerciantes do produto.

Em lugar da autonomia, quanto ao ritmo e ao uso do tempo, permite-se entender que o que ocorria era uma certa flexibilidade quanto à organização cotidiana do tempo pelas trabalhadoras em domicílio, isto porque as mulheres não estavam sob o controle direto da sirene e das estruturas hierárquicas da fábrica. Todavia, o controle estava presente em um outro formato e, ao final, o trabalho das tabaqueiras se estendia além do tempo determinado comum ao espaço fabril.

Historicamente, a trajetória da jornada de trabalho feminina, seja na fábrica ou no domicílio, tem se configurado diferentemente da jornada de trabalho masculina. Esta última era bem definida quanto ao espaço, tempo e a própria atividade. Quando os homens trabalhadores deslocavam-se até o espaço de trabalho, efetivamente ocorria um corte e/ou um distanciamento entre a casa e o trabalho, a primeira não estava presente no segundo, nem vice-versa; o tempo no/do trabalho só começava a contar no momento em que os homens começavam a produzir concretamente, numa escala rígida do uso do tempo, até porque o tempo da fábrica é considerado um capital, era o tempo do relógio controlado pelo apito; as tarefas a serem executadas eram bem definidas para cada trabalhador.

O espaço doméstico não representava para os homens uma continuidade do espaço fabril, nem mesmo um outro espaço de trabalho, apenas o de seus aposentos. Ao contrário das mulheres, os homens vivenciavam “a polarização entre tempo de trabalho e de não-trabalho”. (MATOS, 1993, p.69). Se não bastasse o tempo, o salário dos homens trabalhadores desta mesma indústria era, na maioria das vezes, maior que o salário das mulheres. Para as mulheres fumageiras em domicílio, a situação de inferiorização era ainda maior, pois, impunha-se sobre elas além do estigma do salário menor em relação aos homens, o estigma do salário menor em relação às fumageiras que se encontravam inseridas no mercado de trabalho formal.¹⁰⁴

O salário menor para as mulheres fumageiras, trabalhadoras no domicílio, naquele contexto, não obedece apenas a uma única lógica explicativa, mas a

¹⁰⁴ Neste caso, o salário significa todo e qualquer ganho financeiro que as mulheres tinham com a realização do seu trabalho, independente de ser pago pela fábrica, por uma tarefa realizada no domicílio, ou o recebimento do valor da venda dos charutos produzidos e vendidos “por conta própria”.

diversos fatores intrínsecos, tanto ao capitalismo no que diz respeito à exploração da mão de obra canalizada para o lucro, a um contexto socioeconômico e político favorável a atuação dessas empresas e às condições materiais das mulheres, quanto à questões históricas e culturais.

Segundo Ramos (1993), “a pesar de la incorporación de las mujeres e mercado laboral, éstas veían reducidas sus vidas, en el hogar, al simulacro, (...) el trabajo femenino no era reconocido en los mismos términos que el de los hombres”. (RAMOS, 1993, p. 82). As mulheres trabalhadoras não estão desvinculadas do espaço doméstico, por isso o trabalho feminino não tem o mesmo reconhecimento que o trabalho dos homens, sendo a valoração que, culturalmente, foi agregada aos espaços privado (como espaço feminino) e público (como espaço masculino), o viés preponderante das hierarquias do trabalho masculino e feminino.

As condições de trabalho nos domicílios eram ínfimas, tal qual o salário. Costa Pinto ao descrever a pobreza da classe trabalhadora da zona fumageira, afirma que “As habitações internamente são escuras, desconfortáveis e equipadas com menos do mínimo necessário para manter um nível de vida humanamente razoável”. (PINTO, 1998, p. 128).

Na fala de D. Benedita, também se identifica que as casas da maioria das fumageiras à domicílio, geralmente, eram pequenas e com poucos móveis, apenas o essencial para acomodar os moradores. Algumas cadeiras e bancos de “tiras”, uma mesa, cama(s) e um fogão à lenha ou fogareiro e os utensílios domésticos, dentre estes era comum, em todas as casas, a existência de bacias para lavar pratos, roupas e tomar banho, além de potes, moringas ou “talhas” para água de beber. E, na sala, às vezes única e principal, um nicho ou altar de imagens, quadros de santos, castiçal, vela e outros objetos, todos pertencentes ao universo católico. Este ambiente era invadido pelos fumos dos armazéns e das fábricas de charutos, espalhando-se por quase toda a casa, seja em pequenas porções, conforme as etapas de trabalho, seja em resíduos; o cheiro forte do tabaco exalava em todo o ambiente atingindo até a parte externa da casa. Ali as pessoas trabalhavam e moravam, convivendo diariamente com o fumo espalhado, o pó, o aroma e o cerol impregnados por toda a casa, propiciando doenças alérgicas e a tuberculose.

À noite quando esse trabalho se estendia, a iluminação era feita por candeeiros, conhecidos como “fifós”, a base de querosene, que dissipavam no ambiente uma fumaça escura e o cheiro forte do combustível. Devido a sua precária

iluminação, eram colocados muito próximos das pessoas, prejudicando sensivelmente a visão das trabalhadoras.¹⁰⁵

Geralmente, o tabaco específico para a confecção dos charutos eram folhas de fumo já tratadas, beneficiadas e selecionadas. Diferentemente destes, o fumo das “trouxas de enrola”, era de qualidade muito inferior, folhas muito pequenas, muito amassado por ser proveniente de fardos impressados, o aroma e a poeira eram sufocantes, numa quantidade que variava entre 10 a 30 quilos cada trouxa. O volume desse tipo de fumo, todo o processo de “destalação” e o cheiro que exalava, transformava o ambiente domiciliar numa espécie de extensão do armazém, misturando-se aos móveis, utensílios e pessoas, inclusive às crianças, formando um cenário caótico revelador das condições socioeconômicas das famílias chefiadas pelas mulheres fumageiras. D. Tereza Ramos, descreve a sua rotina:

Trabalhava no Armazém de dia, passava com a trouxa de fumo na cabeça, de dez a doze quilos, chegava em casa, jogava no chão, ia fazer a bagatela dos filhos, dar banho, os maiorzinhos dava nos pequenos, fazia o café, dava a eles e sentava. [entenda-se que era para trabalhar com a trouxa de fumo]. Tinha dias quando eu ia me deitar, deitava assim nos pés da cama, que as minhas mãos as vezes não descia pra lavar, pra tirar uma madorninha. Com pouco, começava a amanhecer o dia. Eu levantava, o fumo tava todo aí ainda. As vezes, quando dava tempo, eu arrumava a trouxa, amarrava pra botar na cabeça de manhã. Tinha vez que não dava tempo, eu deitava minha cabeça, tirava uma madorninha, quando eu me assustava era cinco horas, ia fazer o café pra dar aos filhos. Todo dia era assim. Naquele tempo, não tinha luz elétrica aqui, era fifó. De manhã, as narinas minhas amanhecia cheia de borrão, sabe como é borrão do candeeiro. Era entupido como se fosse um charuto, de tomar fumaça de candeeiro a noite toda. Era pra inteirar quando eu recebesse no dia de sexta feira, o que eu recebia pra fazer a feira. Se não fizesse trouxa, o dinheiro não dava. (RAMOS, 2007).

Conforme afirmam Abreu e Sorj (1993), “para qualquer tipo de atividade a domicílio existe uma superposição do espaço e do tempo dos trabalhos profissional e doméstico, situação que favorece um acúmulo máximo das tarefas e que torna sua imbricação invisível aos olhos do trabalhador”. (ABREU E SORJ, 1993, p.23). O trabalho a/em domicílio sempre esteve, estritamente, interligado ao trabalho doméstico, sob a estrutura da divisão sexual do trabalho, de um lado na esfera da produção e de outro na esfera da reprodução. Como no início do processo de

¹⁰⁵ Bendita R. da Silva - descrição do domicílio das fumageiras que realizavam o trabalho de escolha do fumo em suas casas .

industrialização européia segundo Guimarães (1979), no contexto socioeconômico da região fumageira e nesta modalidade de trabalho, as mulheres também foram submetidas às piores condições de trabalho, à medida que foram mantidas todas as tarefas domésticas. (GUIMARÃES, 1979, p. 16).

Porém, mesmo considerando a sobrecarga de trabalho sob as piores condições, o trabalho exercido pelas mulheres fumageiras, desde a fábrica ao domicílio, acarretou mudanças no comportamento e no modo de pensar, pois ao ouvi-las percebe-se no tom da voz a expressão de um forte vínculo entre trabalho e autonomia, mesmo que esta estivesse apenas relacionada às questões econômicas, não havendo grandes alterações na estrutura hierárquica das relações sociais de gênero. Apesar de tratar-se de situações diferenciadas, mas analisando atitudes de mulheres em relação ao trabalho, Besse (1999), também afirma que “suas carreiras lhes ofereciam mais do que dinheiro: independência, prazer, consecução dos próprios objetivos e um sentimento de valor pessoal e auto-realização.” (BESSE, 1999, p.173).

Ao analisar o impacto que o trabalho causa na vida das mulheres, antes dedicadas apenas aos afazeres domésticos, percebe-se que as questões de raça/etnia, classe, geração podem ser bastante díspares, mas a questão de gênero, mesmo variando os graus de subordinação e oscilando nos contextos históricos, tem perpassado a vida de todas elas, como uma marca histórica que tem merecido a atenção daquelas – as feministas – que, diuturnamente, vêm combatendo através da reflexão, análise e dos movimentos, numa luta aberta contra os poderes constituídos ou não, a subordinação das mulheres.

Na historiografia é visível como o trabalho em domicílio, aquele que tem imbricação direta com as atividades domésticas, tem sido imposto como uma atividade específica de mulheres, sempre ligada a família, desde tempos remotos quando esta representava o núcleo da produção de mercadorias destinadas ao consumo dos seus membros e, em outros momentos, quando as mudanças na organização da produção determinaram, também, mudanças nas atividades a serem realizadas pelas mulheres. (GUIMARÃES, 1979, p. 7-10).

A produção que, nos seus primórdios, surge no seio da família onde a atuação das mulheres era mais marcante, com o advento da Revolução Industrial e o processo de formação da força de trabalho deslocou-se para o espaço fabril, trazendo graves implicações para as mulheres no campo do

trabalho e de sua autonomia, pois passaram a atuar apenas no campo doméstico, desenvolvendo uma atividade que “não se inclui no circuito monetário da produção social”. (GUIMARÃES, 1979, p. 11).

Seguindo este percurso, o que a história revela, de fato, é que não há profissões de natureza feminina ou masculina por excelência, elas se tornam femininas ou masculinas, caracterizando uma cultura historicamente construída e legitimada pela hierarquia de gênero, “no interior de um sistema de relações desiguais”. (SOIHET, 2001, p.15).

Sendo no bojo do mesmo processo de industrialização que também foram redefinidos os padrões sociais, fazendo emergir uma nova sociedade que reordena um novo papel para as mulheres. Por outro lado, a deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras, conforme afirmação de Guimarães (1979), “é o mecanismo mais perceptível para se explicar o modo como as mulheres se inserem na formação da força de trabalho”. (GUIMARÃES, 1979, p. 13).

Quanto ao contingente das mulheres que trabalhavam em domicílio, na preparação dos fumos ou na confecção de charutos, a documentação consultada, bem como os depoimentos, não oferece números, apenas pontuam categoricamente para o envolvimento de quase toda a população feminina da região.¹⁰⁶

Enfim, apesar de se tratar de uma região com um quadro social característico de muita pobreza, acentuando-se mais ainda quando se tratava da população envolvida com a atividade fumageira, mas a divisão sexual do trabalho mantinha-se sob os parâmetros da sociedade patriarcal, onde as funções e os lugares de cada um eram bem definidos na escala social. Os homens, empregados ou não, exerciam sempre funções caracterizadas pelo uso da força valorada positivamente e/ou do poder que exerciam, conforme a posição que ocupavam na hierarquia do trabalho, porém, uma das características fundamentais do trabalho masculino, para aquela região naquele momento, era ser fora do domicílio. O trabalho domiciliar relacionado ao tabaco - “trouxa de enrola” ou de confecção de charutos - no Recôncavo Baiano, mesmo que este representasse a maior ou a única renda da

¹⁰⁶ Vê PINTO, 1998; Jornal O Correio de São Félix; Atas da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA; dentre outros.

família, não se tem registro que também fosse uma atividade desempenhada por homens.

Desta forma, a compreensão do trabalho em domicílio, realizado pelas mulheres fumageiras da região do Recôncavo Baiano, deve passar, prioritariamente, pelo entendimento das relações de gênero tecidas historicamente no cotidiano de mulheres e homens. Percebe-se que o gênero dessas trabalhadoras definiu as características do trabalho em domicílio, enquanto isso, as fumageiras recorreram ao trabalho em domicílio como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que se tratava de mulheres pobres dos meios urbanos. Desta forma, faz-se necessário compreender os processos sociais e econômicos que agiram simultaneamente, intercambiando-se, durante o processo de construção, tanto discursiva como ideológica, das experiências e da história das trabalhadoras fumageiras do Recôncavo Baiano, no contexto da sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Tempo Rei!
Oh Tempo Rei!
Oh Tempo Rei!
Transformai
As velhas formas do viver.*

Gilberto Gil

*O tempo é rei, e a vida é uma lição
E um dia a gente cresce
E conhece nossa essência e ganha experiência
E aprende o que é raiz então cria consciência.*

Heitor e Chorão

Para finalizar, por ora, esta reflexão, faz-se necessário retomar o início e repensar o fio condutor que permeou esta investigação que, de modo geral, foi pensar as relações sociais tecidas pelas mulheres fumageiras no âmbito do

trabalho fabril no Recôncavo Baiano, questionando os lugares ocupados pelas trabalhadoras fumageiras no conjunto dessas relações sociais, principalmente, no que se refere aos homens/trabalhadores e a estrutura socioeconômica que lhes ofereciam tanto a indústria como o contexto regional. Pensar como e quanto as diferenças entre os sexo/gênero foram negadas, ao mesmo tempo em que foram exploradas no/pelo trabalho, com prejuízos para as mulheres.

Partindo do espaço social e econômico que se formou e reformou antes e durante a implantação do “pólo industrial” fumageiro – o Recôncavo –, visualizou-se o contexto socioeconômico e cultural a que pertenciam as fumageiras e onde atuaram como trabalhadoras no período supracitado. Então, fazendo os recortes a partir das atividades econômicas ali desenvolvidas foi possível determinar ou definir, mesmo que provisoriamente, o Recôncavo fumageiro, este que além de se tornar, durante a primeira metade do século XX através do capital estrangeiro, o maior produtor de fumos na Bahia, o principal centro de exportação desse produto, bem como, das manufaturas de beneficiamento de fumos e fabricação de seus derivados, tornou-se o cenário de trabalho das mulheres pobres, estas que ora lembram-no como um espaço de conquistas e de vitórias, ora como um lugar de sofrimento e humilhação, porquanto ali se fundiam a oportunidade de trabalho para suprir suas necessidades materiais e a opressão/exploração, estas que agiam de forma integrada e emblemática na vida das trabalhadoras fumageiras.

Ao buscar conhecer alguns aspectos que contribuíram para a formação sociocultural da população do Recôncavo, foi possível delinear as principais características que circunscrevem o grupo de mulheres fumageiras, compreendendo como um dado relativo, pois se trata de um resultado que não foi e não é estático, mas dinâmico a partir de um processo de reelaboração contínua que ocorre no tráfego das relações sociais.

Assim, para o período em destaque, a população da região apresentava-se densamente miscigenada resultando num tipo étnico denominado por Azevedo (1968) de “mulato escuro” e, pelo Censo (1950), de pardo, revelando características de uma população não branca, nem exclusivamente de cor preta. Quanto ao estado civil, predominavam entre as fumageiras as uniões livres na forma do concubinato, àquelas que C. Pinto (1998) denominou de “uniões conjugais extralegais, de puro amasiado”, que se institucionalizaram

como uma prática recorrente nas áreas urbanas da zona do fumo do Recôncavo. Em particular, as mulheres fumageiras eram, na maioria, chefes de suas próprias famílias, arcavam com a manutenção da casa e todas as despesas financeiras da família, bem como, a responsabilidade material e social, da educação dos filhos. Além do quadro econômico que se delineou, durante mais de meio século, na região fumageira, estas peculiaridades e características de cunho sociocultural que ali se desenvolveram emprestaram uma fisionomia própria à população ligada especificamente à atividade fumageira que a faz abrigar a mesma crença subjetiva em uma procedência comum.

Buscando uma aproximação maior, no sentido de compreender as histórias de vida engendradas no cenário da labuta fumageira, colocou-se em pauta diretamente a história de algumas fumageiras, mesmo que brevemente, mas representativas de um conjunto social maior. Foram escolhidas muito mais por orientação das fontes, do objetivo e da natureza do texto do que da própria vontade, pois, se assim fosse registraria a história de todas as fumageiras, uma vez que o sentimento é o mesmo que Ecléa Bosi expressou em sua nobre frase e que merece repetir aqui, com efeito do dever de “registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós”. (BOSI, 1994, P. 37). Dadas a estas limitações, justifica-se o número de fumageiras contempladas para atender à proposta.

Estas mulheres que ocuparam diversos lugares no contexto do trabalho e da sociedade fumageira, decerto representam aqui o contingente de trabalhadoras distribuído nas diversas tarefas/funções exercidas tanto no âmbito dos estabelecimentos fabris quanto no domicílio das trabalhadoras, sendo que esse contingente era composto por, aproximadamente, 70% de mulheres. Mas, foi a divisão sexual do trabalho que permitiu suscitar questões que interpelam as relações de gênero no trabalho, assim como, compreender que os mecanismos de dominação e de exploração adotados pela organização fabril, implicavam, também numa resposta – a dinâmica das ações de resistência por parte das trabalhadoras.

Iniciou-se, portanto, pela análise dos diversos e distintos locais de trabalho e, por conseguinte, a sua organização física e funcional que baseava-

se na divisão sexual do trabalho, esta que se servia e, ao mesmo tempo, reforçava as relações sociais patriarcais ali (re)fundadas. A concepção que perpassava a divisão sexual do trabalho se fazia tão perversa que atingia não apenas as trabalhadoras, como também as mulheres das famílias proprietárias, pois não se identificou o envolvimento delas na administração das empresas que aqui se estabeleceram por muitos anos, exceto quando da morte de algum sócio majoritário e por falta de outro dependente. A chefia das empresas fumageiras era, portanto, exclusivamente masculina, sendo esse modelo aplicado entre as trabalhadoras(es), em suas diversas funções, reforçando os estereótipos relacionados aos homens e as mulheres, no que diz respeito à determinação cultural de seus lugares nos espaços de trabalho, o que caracterizou estas empresas como um empreendimento sexista ao longo de sua história no Recôncavo Baiano.

Desta forma, ampliou-se a compreensão sobre este cenário e suas relações sociais à medida em que não mais se focaliza o campo econômico como única possibilidade de explicação dos significados da subjetividade e da experiência humanas, mas, como Zadig¹⁰⁷, usando o método investigativo de examinar os vestígios, passou-se a enxergar os fenômenos além do concreto e, perceber com maior relevância o campo das diferenças e das relações de poder que dividem por sexo os agentes sociais.

Assim, através do olhar voltado para a sexualização das tarefas, as ocupações e as relações hierárquicas no âmbito da indústria fumageira pode-se compreender os mecanismos de desigualdade e de dominação de gênero aplicados às mulheres fumageiras no curso de seu trabalho e de suas vidas.

Como toda ação é passível de reação e como relações de gênero são sempre relações de poder, as trabalhadoras não estiveram inertes frente ao estado de sujeição imposto a elas. E, embora, as fontes não tenham registrado atos de resistência organizada e coletiva das trabalhadoras naquele período, sequer pode-se afirmar que havia de forma explícita uma consciência de gênero e/ou de classe, mas identificou-se várias situações implementadas pelas fumageiras nos ambientes de trabalho que são características de luta e

¹⁰⁷ Personagem da Novela escrita pelo filósofo Voltaire em 1747. CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

resistência à exploração e a dominação. De natureza sutil e, às vezes, dissimulada, estas reações funcionaram e fizeram o enfrentamento, tanto que, se suscitou, também, a resposta da chefia das empresas e de seus auxiliares, através dos mecanismos de controle e de disciplina aplicados às trabalhadoras.

Para se compreender, de um lado, como se estruturou a dominação dos homens sobre as mulheres e, de outro, como funcionou a resistência contra essa dominação, associada à exploração, fez-se necessário, inicialmente, buscar a concepção e atuação do patriarcado a partir da visão das feministas (do patriarcado), por entender que o conceito de patriarcado tem sido usado para denominar a subordinação das mulheres, uma vez que todas as sociedades contemporâneas encontram-se sobre o domínio dos homens – mesmo que seja em graus diferentes –, principalmente, no que se refere às atividades políticas e econômicas, pois se trata de um sistema de dominação classista e não natural/biológico.

Assim, a dominação masculina sobre as mulheres tem sido historicamente reestruturada, conforme os processos de transformações políticas, sociais, culturais e econômicas, passando a fazer parte da estrutura da sociedade atual. O que, necessariamente, equivale lembrar aos desavisados que o patriarcado não acabou e que tentar desconstruir outras abordagens que o naturaliza ou o toma como ahistórico é uma posição política, de fato, porque tanto uma posição quanto a outra são políticas e não há posição que se tome na construção do conhecimento que não seja política. Contudo, a preocupação que orientou esta análise foi entender como se caracterizavam e se organizavam as relações sociais patriarcais no âmbito da indústria fumageira e como as mulheres trabalhadoras se moviam nesse ambiente minado pela opressão e pela exploração, à medida que lutavam pela sobrevivência material e social.

Mas, como foi dito, a história tem testemunhado muito mais as lutas das mulheres que a sua passividade diante do seu opressor e, apesar da fiscalização e da disciplina impostas às fumageiras, elas detinham o saber da preparação dos fumos e da confecção dos charutos o que as faziam controlar, também, a produção. É neste sentido que se concorda com Foucault (1979), quando ele afirma que “o saber acarreta efeitos de poder”, pois o saber das

mulheres fumageiras representava, por outro lado, um instrumento de enfrentamento à dominação, possibilitando a constituição de novas relações no campo do poder no universo fabril regional, que passava ora por negociações, ora por conflitos entre as partes.

Desta forma, permite-se repetir o que já dissera antes que a resistência forjada pelas fumageiras no campo do trabalho fabril deve ser caracterizada como uma das formas de poder, como um poder “periférico” e que não foi confiscado nem absorvido pela estrutura dominante, ao contrário, constituía-se como uma prática política autônoma que perpassava as relações de trabalho e as relações de gênero, embora, deva-se entender que essa prática não diminuía o poder exercido pelas indústrias sobre as trabalhadoras, mas forçava uma reelaboração diária das estratégias que norteavam as relações sociais entre aqueles sujeitos, considerando que o poder se disseminava por toda a estrutura social da indústria fumageira.

Enfim, é preciso observar que, apesar da abordagem sobre a situação e atuação das trabalhadoras fumageiras, destaca-se com maior ênfase as hierarquias entre elas e os homens, e entre elas e o seu lugar no trabalho, e não tanto a complementaridade e interdependência das relações, o que importa sinalizar é que tanto uma quanto as outras estavam presentes, porém, em graus e níveis diferenciados.

O trabalho das fumageiras não se restringiu aos estabelecimentos fabris, avançou para o âmbito externo, para o domicílio das próprias trabalhadoras e de outras mulheres que não estavam inseridas legalmente na produção das empresas. O estudo desse labor que ora se denominou de “trabalho a domicílio” encontrou apoio, principalmente, nas abordagens de Alice Rangel Abreu, Bila Sorj e Roberto Ruas (1993), dentre outros.

O estudo permitiu perceber que o trabalho em domicílio das trabalhadoras fumageiras iniciou paralelamente à implantação da indústria fumageira na região, ora motivado pela situação econômica das mulheres, ora pelas empresas que via nessa possibilidade, além da exploração direta, a formação de um exército de mão de obra disponível composto, exclusivamente, por mulheres, fato que resultava da recriação e manutenção dos estereótipos de gênero, largamente utilizados pelos empresários que se traduzia na feminização desse lugar: o das atividades manuais e delicadas,

necessárias para o tratamento dos fumos e confecção dos charutos e cigarrilhas.

No âmbito da indústria fumageira, o trabalho em domicílio consistiu em duas modalidades, aquela que ocorria na residência onde trabalhavam as mulheres pertencentes à mesma família, e na modalidade de “fabricos”, uma casa onde se reuniam, também, outras mulheres, com ou sem vínculo de parentesco, ligadas apenas pelo interesse no trabalho de confeccionar charutos. Assim, fora do ritmo sistemático da fábrica, sem a proteção de uma legislação tanto no tocante aos direitos trabalhistas quanto à regulação de preços dos produtos no mercado clandestino, constituíram-se num trabalho invisível.

Por outro lado, observou-se, também, o caráter de complementaridade subordinada, imposta tanto pela divisão dos espaços – industriais e domésticos –, quanto pela divisão de tarefas embutida num sistema de valor hierárquico que se caracteriza como inferior por ser realizada por mulheres no espaço doméstico, acentuando as desigualdades de direitos e as contradições das relações de gênero, confirmando a visão de Sohiet (2001).

Assim, o trabalho em domicílio, apesar de não possuir a estrutura de montagem nem a organização da fábrica propriamente dita, era responsável por uma produção de fumos e derivados que atendia em larga escala ao comércio informal, bem como, as encomendas das fábricas formando uma rede de mão de obra marginal.

Outro aspecto observado é que não se pode considerar que essas mulheres acumulavam uma dupla jornada de trabalho, tendo como referência o parâmetro da jornada masculina de trabalho, cujo tempo era dividido e delimitado com base em uma produção diária, de uma única atividade laborativa. Para as mulheres fumageiras que trabalhavam no próprio domicílio não se tratava de duas jornadas de trabalho, mas de uma única e longa jornada, marcada pela multiplicidade de atividades diárias, cujo tempo de duração ancorava-se entre o acordar e o dormir, sem que fosse permitido a essas mulheres um tempo próprio, livre das amarras das obrigações com o trabalho.

Desta forma, a compreensão do trabalho em domicílio, realizado pelas mulheres fumageiras da região do Recôncavo Baiano, passa, prioritariamente,

pelo entendimento das relações de gênero tecidas historicamente no cotidiano de mulheres e homens. Percebe-se que o gênero dessas trabalhadoras definiu as características do trabalho em domicílio, enquanto isso, as fumageiras recorreram ao trabalho em domicílio como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que se tratava de mulheres pobres dos meios urbanos.

Mesmo considerando que o trabalho em domicílio está associado ao desenvolvimento capitalista em certos setores da indústria, é de se reconhecer que também tem estreitas ligações com a história, com as tradições e com as relações sociais características da região. Pois, apesar da opressão e da exploração sofridas pelas mulheres fumageiras no campo do trabalho, elas, também, souberam se utilizar das brechas que a própria organização econômica e social lhes ofereceu naquele momento, para alavancar suas vidas da precariedade concreta e da invisibilidade social em que viviam.

Mas, o fato de as mulheres pobres do Recôncavo terem encontrado na indústria fumageira a oportunidade de trabalhar e, conseqüentemente, melhorar econômico e socialmente suas vidas, habilita reconhecer que houve um processo de empoderamento dessas mulheres? Compreende-se que depende do sentido que se possa dar ao termo “empoderamento” e em que área da vida das mulheres ele possa, de fato, acontecer e gerar algum tipo de transformação.

Através dos estudos realizados por Magdalena León, o termo empoderamento significa “dar poder y conceder a alguien el ejercicio del poder”. (LÉON, 2000, p. 192). Ainda, segundo León, o uso dos termos “empoderamiento e empoderar” sinalizam ação e implica que o sujeito se converte em agente ativo como resultado de ação que varia de acordo com cada situação concreta. Contudo, a autora chama a atenção para o uso generalizado do conceito incorrendo em ambivalências, contradições e paradoxos. E aponta que várias disciplinas aplicam o termo em seus trabalhos e atividades, nas mais diversas acepções e mesmo os estudos de mulheres, e de gênero tem utilizado o conceito como um dos eixos do seu discurso sem chegar a um consenso, pois há um vasto uso do conceito indicando integração, participação, autonomia, identidade, desenvolvimento, dentre outros, mas nem sempre se refere a sua origem “emancipadora”. (LÉON, 2000, p. 194).

Léon recorre a autoras que, ao discutir o conceito de empoderamento em relação às mulheres e às relações de gênero, afirmam que o conceito só tem significado “se for utilizado para a transformação social, segundo a concepção feminista do mundo”, o que significaria uma alteração radical dos processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada das mulheres como gênero. Pois, segundo a autora, o termo empoderamento por parte do feminismo tem suas raízes na importância adquirida pela ideia de poder, cuja discussão passa por Gramsci, Foucault e Paulo Freire, contudo, ela chama a atenção que estes autores, em suas discussões sobre o poder, não contemplam explicitamente as relações de gênero.

O estudo realizado por Léon aponta para dois posicionamentos que, aparentemente, são contrários, mas que se acredita depender dos contextos e situações vividas por cada grupo de mulheres. Léon expõe, então, as defesas de que, de um lado, deve-se transformar a consciência para emancipar e, de outro lado, diante das urgências, deve-se empoderar as mulheres para se chegar à transformação da consciência. Diante da problemática, a autora sinaliza que a investigação sobre empoderamento ainda é muito escassa e é uma tarefa que está ainda por fazer.

Considerando todas as especificidades que envolveram a vida e a situação das trabalhadoras fumageiras, e todas as especificidades que esta análise pode alcançar, entende-se que: o fato de as mulheres estarem trabalhando com vínculo empregatício ou não, apenas observando a questão econômica em si, não oferece subsídios para se afirmar que houve o rompimento da sua situação de mulher, ou seja, não houve modificações em seu estatuto de gênero, tanto no âmbito do trabalho quanto no âmbito da família e, por conseguinte, da sociedade. Portanto, não houve o empoderamento nos moldes propostos pelas análises de Léon (2000), da transformação da consciência para galgar a emancipação. Mas não resta dúvida que o trabalho para as mulheres fumageiras representou um lugar importante na construção de sua cidadania, da sua autoestima enquanto indivíduos que foram ao longo de sua história expropriados de sua liberdade e da capacidade de autorealização pela própria autonomia.

O ingresso das mulheres nos espaços formais de trabalho significa apenas uma possibilidade real de empoderamento, mas, desde que, através

dele, no grupo, possa-se transformar a consciência para emancipar-se ou a emancipação econômica possa ser um vetor de transformação da consciência, porém, que não deva ser apenas a consciência de classe, mas, sobretudo a consciência de gênero. Devendo, portanto, relativizar qualquer reducionismo de causa e efeito direto e imediato, entende-se que a explicação da “intensificação de uma *consciência de mulher*” não seria “pelo ingresso expressivo das mulheres no mercado de trabalho”, mas, ao contrário, “a interdependência dos elementos de ordem econômica, demográfica, social e cultural deve ser fortemente sublinhada antes de se iniciar qualquer análise do trabalho das mulheres”. (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1986, p. 15).

Enfim, chega-se aqui com mais questionamentos do que receitas ideológicas, pois, o leque das inquietações que engendrou as primeiras ideias sobre o tema, tornou-se maior e mais complexo que no início, sendo isto a maior certeza no momento. Mas, como é do dever acadêmico cabe encerrar esta exposição com algumas considerações.

A perspectiva feminista que fundamentou a análise histórica da vida das fumageiras possibilitou agregar outros pressupostos teóricos que, embora tradicionais, expressam posicionamentos políticos convergentes com a quebra dos velhos paradigmas construtores e mantenedores de uma história classista, racista e sexista. As fontes – oral, escrita e a imagem – visitadas e revisitadas, foram aqui cruzadas para melhor favorecer a recriação dos fatos que, certamente, povoaram as histórias e as memórias das mulheres fumageiras do Recôncavo da Bahia. Porém, vale ressaltar que, até aqui, a leitura das fontes significou, apenas, um olhar lançado sobre uma imensa pluralidade humana que compreende muitos aspectos, principalmente, o econômico, social, étnico, cultural, de classe, de gênero e de geração, estando ainda por esgotar.

Sem pretender ser exaustiva, nem abarcar todas as possibilidades de análise teórica e metodológica desta problemática, mas, ao identificar e analisar as representações de gênero e de classe dos grupos que foram deixados fora da história e, neste caso das mulheres trabalhadoras da indústria fumageira do Recôncavo, acredita-se ter evidenciado a dimensão da dominação sexual presente na subordinação do processo de trabalho, as desigualdades historicamente construídas entre aquelas mulheres e os homens

e entre elas e a hierarquia da indústria fumageira e, conseqüentemente, as posturas e reações das próprias trabalhadoras frente aos mecanismos de poder e às relações de gênero tecidas no âmbito do trabalho, e é por isso que considero ter escrito parte de uma história na perspectiva feminista.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. P., SORJ, B. Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas do Rio de Janeiro. In: ABREU, A. R. P., SORJ, B. (orgs.). **O trabalho invisível. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Ed. Massangana. São Paulo: 1999.

ALMEIDA, Rômulo. **Traços da História Econômica da Bahia no último Século e Meio**. (1.ª Conferência de um Curso de Economia promovido pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia, em 7/11/1949). Salvador (Ba.): junho de 1951, n.2. p.p. 8-9.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A manufatura do fumo na Bahia**. (Dissertação de Mestrado – UNICAMP). São Paulo: 1983.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. (texto confrontado com o da edição de 1711. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1982.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. (Dossiê: Gênero no Trabalho). **Cadernos Pagu nº. 17-18**. Campinas 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332002000100010&script=sci_arttext

ASEVEDO, Dorothy do Rego. **O Trabalho Feminino na Agro-Indústria Fumageira no Estado da Bahia**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA) Salvador (BA): 1975

AZEVEDO, Eliane S. Populações da Bahia: Genética e História In **UNIVERSITAS: revista de cultura da Universidade Federal da Bahia**. N.º 1 (set./dez. 1968). Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1968.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASTIDE, Roger. **Brasil, Terra dos Contrastes**. Rio de Janeiro: DIFEL (tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz), 1980.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Vol. 2, 1980.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: Adusp, 1999.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista**. São Paulo: Ed. Ática, 1978.

BLASS, Leila Maria da Silva. Gênero e trabalho: trajetórias de uma problemática. In adorno, Sérgio. (Org.). *A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade. Cadernos de Sociologia*. (Número Especial). Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995.

BORBA, Silza Fraga Costa. **Industrialização e Exportação de Fumos da Bahia de 1870 a 1930**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA) Salvador (BA): 1975, vol. 2, p. 12.

BORDO, Susan. A Feminista como o outro. **Revista de Estudos Feministas**. Vol. 8, N.º 1, 2000, pp. 10-29.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In BRANDÃO Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico: Bahia. Recenseamento Geral do Brasil, 1940**. Rio de Janeiro: 1950 e IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: XX vol. 1958, pp. 95-105.

BRASIL. IBGE, **Sinopse do Censo Industrial e do Censo dos Serviços – dados Gerais de 1948**. Brasil/IBGE. Rio de Janeiro: 1948. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos/censo_industrial_servicos.pdf. Acesso em 20/11/2009.

BRASIL. IBGE, **Sinopse Preliminar do Censo demográfico de 1970: Bahia/IBGE**. Rio de Janeiro: 1980.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração" In **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. (Tradução de Nathanael C. Caixeiro). Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Disponível em: http://www.oei.es/genero/trabalho_genero_brasil.pdf. Acesso em 12/12/2010.

_____, Maria Cristina Aranha. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças permanências e desafios**. Editora: 34.

BURKE Piter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MANUAD, Ana Maria. História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema. In CARDOSO, e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. São Paulo: 1997.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Operários e sociedade industrial na Bahia. **Estudos Baianos**. Salvador/UFBA, n.º 74, 1971

CASTRO, Anfilóbio de. **Muritiba: sua história e seus fados 1559 - 1941. Digressões - Notas à Bahia**. Bahia: Tipografia Naval, 1941.

CÉSAR, Elieser. O Império do Tabaco. **Correio da Bahia**. Salvador(Ba): jornal diário, 2000, p. 06.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução. Relações sociais de sexos e de classes In KARTCHEVSKY *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 23-43

CORRÊA, Marisa. Repensando a Família Patriarcal Brasileira In ARANTES, Antonio Augusto (et alli) **Colcha de retalhos Sobre a Família no Brasil**. S. Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder. Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/ALBa, 1998.

DAHLERUP, Drude. Conceptos confusos. Realidad confusa: una discusión teórica sobre el Estado patriarcal. In SASSOON, Anne (Org.). **Las mujeres y el Estado**. Madrid: Vindicación Feminista, 1987, pp. 111-150).

DANSILIO, Sergio. **La defensa de La objetividad em las epistemologias feministas**. Disponível em: [HTTP://galileo.fcien.edu.uy](http://galileo.fcien.edu.uy). Acesso em 08/10/2006.

DEL PRIORI, Mary. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio In **Seminário de História e Historiografia das Mulheres**. Salvador: ÁPEB, 30 de novembro de 1998.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In JAGGAR, Alisson, M. e BORDO, Susan R. (Orgs). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, pp. 224-240.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. (Org. e tradução de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCIA, Marco Aurélio. O Gênero da Militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. In **Cadernos Pagu**. São Paulo: UNICAMP/Núcleo de Estudos de Gênero (8/9) 1997.

GOMES, Margareth Nunes Santos. **Caprichos e trapiches: memórias das ex-trabalhadoras da atividade fumageira em Conceição do Almeida-BA, período de 1960 a 1980**. (Dissertação de Mestrado). Santo Antônio de Jesus-BA: Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - Departamento de Ciências Humanas/Campus V, Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2010.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Mulheres assalariadas: os fatores ideológicos da emancipação feminina. (Dissertação de Mestrado). Salvador (Ba): 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In **Cadernos Pagu**. N.º 5. 1995, pp. 07-41.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

_____. Del problema de la mujer em la ciência al problema de la ciência em el feminism. In HARDING, Sandra. **Ciência e Feminismo**. Capítulo I. Madrid: Ediciones Morata, S.L 1996, pp. 15-27.

HARSTOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In HARDING, Sandra. **Feminism & Methodology**. Bloomington, Indiana: Open University Press, 1987, pp. 157-180.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JATOBÁ, Jorge; ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Mercado e das Relações de Trabalho no Brasil: Potencial e Limitações. (Tiragem: 200 exemplares). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. Brasília (DF): 1993.

JELIN, Elizabeth. ¿DE QUÉ HABLAMOS CUANDO HABLAMOS DE MEMORIAS? In **Los trabajos de la memoria**, Siglo Veintiuno Editores, España 2001. Disponível em: <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/JelinCap2.pdf>. acesso em 28/03/2011.

KARTCHEVSKY-BULPORT, André *et all*. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In KARTCHEVSKY-BULPORT, André *et all*. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1986 LAPA, J. R. Amaral. **Economia Colonial**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973, pp. 79-93.

LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo: 1992.

LAVINAS, Lena (coord.). **Trabalho a domicílio: novas Formas de contratualidade** (texto para discussão nº 717). Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento/ IPEA. 2000. http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0717.pdf

LE GOFF, Jacques. **A Nova História**. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. **História e Memória**. Campinas (SP): Editora UNICAMP, 1996.

LÉON, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres com el poder. **Revista de Estudos feministas**. Vol. 8, n.º 2, pp. 191-206, 2º. Semestre, 2000.

LE REVEREND, Julio. **Historia Economica de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

LESSA, Rosana Falcão. **Mulheres na indústria fumageira de são Gonçalo dos Campos-Bahia: cotidiano e memórias 1950-1980**. (Dissertação de Mestrado). Feira de Santana (Ba)/UEFS: 2010.

LONGINO, Helen. Subjects, Power, and Knowledge: Description and Prescription in Feminist Philosophies of Science. *In* KELLER, Evelyn Fox & LONGINO, Helen. **Feminism & Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996. Pp. 264-279.

MADEIRA, F. e SINGER, P. I. Estrutura de Emprego e Trabalho Feminino no Brasil *In* **Cadernos CEBRAP**, n. 15.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Trabalho domiciliar – trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café (1890-1930). *In* ABREU, Alice Rangel de Paiva e SORJ, Bliá(Org.). **O trabalho invisível: estudo sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Bahia: Século XIX: uma província no Império**. R. J., 1992.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MUITO#117. Revista Semanal do Grupo **A Tarde**. Bahia de Todos os Charutos. Número 117. 27/06/2010, pp. 20 a 27. Disponível em: http://issuu.com/revistamuito/docs/_117. Acesso em: 12/2/2010.

NARDI, J. B. **O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. (Coord). **Fumo e desenvolvimento local em Arapiraca /AL: Primeiras observações e análises para a elaboração do diagnóstico sócio-econômico municipal e regional.** (PROJETO FAPEAL/CNPQ-FUNESA. Impacto sócio-econômico da crise do setor fumageiro em Arapiraca/AL e perspectivas. Projeto para o Desenvolvimento Local). Arapiraca (AL): 2004.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Memórias da Federação das Indústrias do Estado da Bahia.** Salvador: FIEB, 1997, p. 35.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX.** (Dissertação de Mestrado em História Social). UFBA. Salvador (Ba), 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, NORDESTE. Planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OLIVEIRA, Orlandina de. e ARIZA, Marina. División sexual del trabajo y exclusión social. In **REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS DO TRABALHO.** Ano 3, n.º 5, 1997.

ORALIDADES. **Revista de História Oral.** Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Ano 1, n.º 1, jan-jun/2007.

PALMERO, Maria José. **Teoria Feminista Contemporânea: uma aproximação desde la ética.** Madrid: Complutense. 2004, pp.33-67.

PARÉS, Luis Nicolau. **O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800).** Afro-Ásia, n.º 033. UFBA/Bahia: 2005, pp. 87 a 132. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/770/77003304.pdf>. Acesso em: 15/11/2010.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novas personagens. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Academia Baiana de Letras, Casa Jorge Amado; UFBA, 1998.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril.** (Tese de doutorado em Ciências Sociais - USP). São Paulo: 1980.

PETITT, Cristina Molina. **Dialética Feminista de la Ilustración.** Barcelona: Anthropos, 1994, pp. 29-104.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade. In **Projeto História.** São Paulo: n. 14, Fev./97.

RAGO, Luzia Margareth e MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RAMOS, José Alberto Bandeira. **Crise da Economia Fumageira do Recôncavo da Bahia**. (Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – UFBA). Salvador (Ba): 1990, pp. 40-50.

RAMOS, Maria Dolores. **Mujeres e História. Reflexiones sobre lãs experiências vividas em los espacios públicos y privados**. Málaga: ATENA (Estudos sobre lá mujer). 1993.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIVERA, Maria Milagros. Uma aproximación a la metodologia de la história de las mujeres. In OZIEBLO, Bárbara (Org.). **Conceptos y metodologia em los estúdios sobre la mujer**. Málaga, Universidad de Málaga: 1993, pp.19-42.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 4.^a Ed., 2004.

RUAS, R. Relações entre trabalho a domicílio e redes de subcontratação. In: ABREU, A. R. P., SORJ, B. (orgs.). **O Trabalho invisível. Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

SÁ, Osvaldo. Histórias Menores. (Capítulo da História de Maragojipe). Gráfica e Editora ODEAM Ltda. São Félix: 1981.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 183-215.

SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In PASSOS *et al* (orgs). **Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares**. Salvador: UFBA/NEIM, 1998, pp. 147-164.

_____. Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista. In COSTA, Ana Alice Alcântara e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SCHIENBINGER, Londa, **O Feminismo mudou a Ciência?** Bauru (SP): EDUSC, 20001, pp. 19-49 e 241-292.

SCHWARCZ, Lilia Mortz. *Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário: Cor e Raça na Intimidade*. In NOVAIS, Fernando e SCHWARCZ, Lilia Mortz. **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Comp. das Letras, 1998, vol. 4.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1.^a edição, 1988.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n.º 3, 1994, pp. 11-27.

_____. *Feminismo e História*. Anuário de Hojas de Warmi. Barcelona: Universidade de Barcelona, 1997, p. 109-121.

_____. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Recife: 1991. (Traduzido do original **Gender: Na Useful Category of Historical Analyses**. New York. Columbia University Press. 1989 por Christine Rufino).

SHOTTER, John e LOGAN, Josephine, A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In GERGEN, M. MC Caney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Brasília: Edumb/Rosa dos Tempos, 1993, pp.91-109.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer charutos: uma atividade feminina**. (Dissertação de Mestrado – FFCH/UFBA). Salvador (Ba): 2001.

SOIHET, Rachel. A história das mulheres, cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista de Gênero**. Niterói: vol. 2, n.º 1, p. 7-30, 2.º sem de 2001.

_____; SOARES, Rosana M. Alves; e COSTA, Suely Gomes. (Trad). **Gênero**. V. 2, n.º 1, 2001, pp. 7-30.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo, 1991.

TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto (et alli). O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In BARROSO, Camem; COSTA, Albertina O. (Orgs.). **Mulher Mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC: Cortez Editora, 1983, pp. 115-133.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária: A Árvore da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**. São Paulo: Ed. Campus, 1989.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. (Notas e comentários de Braz do Amaral). Bahia: Editôra Itapuã. Vol. I, 1969.

WEINSTEIN, Barbara. A Pesquisa sobre Identidade e Cidadania nos EUA: Nova História Social à Nova História Cultural. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 18, n.º. 35, 1998, pp. 227-246.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, País do Futuro**. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/paisdofuturo.html#27>. Acesso em: 03/01/2011.

FONTES

I - FONTES ORAIS	
N.º	Dados dos Entrevistados
1.	DALTRO, Maria de Lourdes Moreira. 78 anos de idade, charuteira aposentada da Suerdieck de Cachoeira. Residente na Rua da Malva em Cruz das Almas. 2007.
2.	FALEIRO, Benedito. Servente, marceneiro e mestre de charutaria da Suerdieck em Maragogipe. 57 anos 1999.
3.	FERREIRA, Luzia Souza. 53 anos de idade, raloeira no armazém de fumo e charuteira na Suerdieck. Rua Valtércio Fonseca, 163, Bairro Assembléia. Cruz das Almas, 2009.
4.	JESUS, Carmelita Oliveira de. 64 anos de idade, charuteira de fabrico, residente à Rua César Martins, Governador Mangabeira, 1999.
5.	MELO, Laurentina Neves (D. Nenen). 80 anos de idade, charuteira aposentada pela C. Pimentel de Muritiba, residente à Rua César Martins Gov. Mangabeira, 1996.
6.	NERIS, Celina de Jesus. 68 anos de idade, charuteira aposentada pela C. Pimentel de Muritiba, residente à Rua Domingos Pereira, Governador Mangabeira, 1996.
7.	NOVAIS, Maria de Lourdes Conceição. Charuteira, filha de charuteira. Residente à Rua João Altino. S/N. Governador Mangabeira. 2007.
8.	PEREIRA, Maria Alves. 86 anos de idade, charuteira da Suerdieck e da Dannemann, residente em Salvador, 2001.
9.	RAMOS, Tereza Oliveira. 78 anos de idade, trabalhadora de armazém de fumo em Cruz das Almas. Residente à Rua Luiz Vargas Leal nº 97 – Cruz das Almas. 2007.
10.	SANTOS, Dalva Damiana. 73 anos de idade, charuteira da Suerdieck e da Dannemann, residente à Rua dos Remédios, Cachoeira, 2000.
11.	SANTOS, Isaura Lopes dos. 90 anos de idade. Trabalhadora de Armazéns de Fumo. Bairro Passinho, Cruz das Almas. 2010.
12.	SANTOS, Sebastião Pereira. 95 anos de idade, marido de charuteira e trabalhador da Costa & Penna, residente

	à Rua Deocleciano Servilha, S/N, Governador Mangabeira, 1999.
13.	SILVA, Benedita Rodrigues da. 86 anos de idade, charuteira aposentada pela Cia. de Charutos Dannemann em Cruz das Almas, residente à Rua Laurenço Moreira, Gov. Mangabeira, 1996/1999/2000/2009.
14.	SCHINKE, Rose. 57 anos de idade, filha do Sr. Johann Schinke, técnico da Suerdieck e gerente da Dannemann. Cachoeira: 2000.
15.	SOUZA, Raimunda. 73 anos,. Trabalhadora de Armazéns de Fumo. Rua Valtércio Fonseca, 163, Bairro Assembléia, Cruz das Almas. 2010.

II - FONTES IMPRESSAS			
ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX			
1. CAIXA ÚNICA DE DOCUMENTOS DA CIA DE CHARUTOS DANNEMANN - ANO 1920 - 1952			
N.º	Maço	Documento	Ano
01	1923	Carta de Comunicação Interna e outros	1923
		*	
02	1924	Carta de Comunicação Interna e outros	1924
		*	
03	1925	Carta de Comunicação Interna	1925
		*	
04	1949	Relatório Contábil e outros	1949
		*	
05	1950	Relatório de Operações Diárias	1950
		*	
06	1951	Relatório de Operações Diárias	1951
		*	
07	1952	Relatório de Operações Diárias	1952
2. SECÇÃO: JORNAIS			
N.º	Maço p/ano	Jornal	n.º Publicação
		*	
	09/08/1942	Correio de São Félix (DANTAS, Pedro J. A família.).	67
		*	
04	1944	Correio de São Félix	0005 - 0051
		*	
32	1944	Correio de São Félix	0025
		*	
05	1945	Correio de São Félix	0525 - 0551
		*	
	26/04/1952	Correio de São Félix	876
		*	
127	1955	Correio de São Félix	1024
	10/1990	Jornal da Cidade (São Félix e sua história)	

		*	
29	2000	Correio da Bahia	06/08

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA					
SECRETARIA DA AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
04	87	2378	149	Doc. 557-Fotografias (C. Fumageira)	S/D

ARQUIVO MUNICIPAL DE CACHOEIRA				
SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL: CORRESPONDÊNCIAS				
N.º	Estante	Caixa	Documento	Período
02	06	170	Memorial da Leitalvis 05/02/1974	1972/74

ARQUIVO PARTICULAR	
EFRAIM FONSECA NUNES. 76 anos de idade, memorialista, residente à Rua José Martins, 183, Gov. Mangabeira, 2001.	
FOLHETIM DOS 125 ANOS DA DANNEMANN, 1998.	
IRMÃS DA SANTA CRUZ. Fotografias de fumageiras. Governador Mangabeira - BA	
LAURENTINA NEVES MELO. Carteira Profissional. n.º 36341, Serie n.º 5, 08/05/1946.	

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA FAMAM (Cruz das Almas)	
Documentos da Empresa Suerdieck S. A.	
Fichas de Registro de Empregado da Suerdieck. (1906 a 1998).	
Fichas de Registro de Empregado da Empresa C. Pimentel S.A. (1930 a 1988).	

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA	
RELATÓRIOS DA JUNTA DIRECTORA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA - ACB	
Relatórios de 1932	

SUERDIECK - MARAGOJIBE	
Fichas de Registro de Empregado da Suerdieck. (1906 a 1998).	

IMPRESSOS	
SUERDIECK S/A CHARUTOS E CIGARRILHAS, 1905-1955. Salvador: Tipografia Manú Editora Ltda. 1955. (Biblioteca do Mestrado em História – UFBA, n.º 4704)	
SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: LTR Editora, 1972.	

SINDICATO	
SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO FUMO DA CIDADE DE CRUZ	

DAS ALMAS. **Livros de Registro dos Associados.** Cruz das Almas (Ba), 1930 a 1969.

III - FONTES ELETRÔNICAS

Disponível em: <http://www.historiaemaragogipe.com/2010/04/suerdieck-1892-1913.html>. Acesso em 26/10/2010.